

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78	O essencial da arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-60-4 DOI 10.22533/at.ed.604182310 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Arquitetura é expressão artística que transmite valores, ideias, concepções do período que acontece, tem implicações na sociedade, e por ela é influenciada, e por isso, pode ser apontada como guardiã de uma estrutura cultural. A maneira de ver e pensar a arquitetura é resultado do contexto histórico que se insere. Discutir arquitetura é discutir cultura, arte, sociedade.

A cidade é o lugar de acontecimento da arquitetura, por isso ela está entre as mais públicas expressões artísticas, forma não verbal de expressão coletiva, elemento de ligação, e simultaneamente separação, do privado e do público; a sua concretização, em forma de edificações, compõem as cidades. Através da arquitetura, suas alterações e ressignificações, analisamos a dinâmica da cidade na história. Suplantando essas mudanças, só é possível reconhecer um ambiente, uma paisagem urbana, se nela permanecerem elementos remanescentes de outras épocas. A paisagem urbana, e conseqüentemente sua arquitetura, é o resultado das relações entre o homem e o meio ambiente, é dinâmica, se altera conforme se modificam os usos do espaço.

Esses apontamentos são reflexões que nos permitem a compreensão do contexto em que se implantam as discussões sobre arquitetura, paisagem urbana, preservação, e demais possibilidades atreladas ao assunto. São discussões necessárias para a apreensão do espaço e de que maneira deve-se atuar sobre ele. Quando analisamos nossa realidade, a comparamos com o passado e fazemos previsões para o futuro, podemos perceber onde há necessidade de intervenção. Neste sentido surgem as discussões deste livro, que buscam, através dos mais variados temas nos colocar diante de uma realidade que precisa ser percebida por todos, para que possamos atuar de maneira significativa no contexto que vivemos.

Boa leitura e muitas reflexões!

Prof.^a Jeanine Maфра Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRIATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE PROJETO DE ARQUITETURA: ALGUNS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO	
<i>Gleice Azambuja Elali</i> <i>Maísa Fernandes Dutra Veloso</i>	
CAPÍTULO 2	15
CASAS SHODHAN E THIAGO DE MELLO: COMPARAÇÃO ENTRE OBRAS DE DOIS MESTRES DA ARQUITETURA MODERNA	
<i>Silvia Lopes Carneiro Leão</i>	
CAPÍTULO 3	34
ANÁLISE DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DO USO NO TIJOLO NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA POMPEIA	
<i>Cristiane Leticia Oppermann Thies</i> <i>Clarissa de Oliveira Pereira</i> <i>Fernanda Peron Gaspary</i>	
CAPÍTULO 4	45
ENTRE O DISCURSO E OS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE DESCREVEM A FORMA DO MUSEU GUGGENHEIM DE GEHRY	
<i>Luciana Sandrini Rocha</i> <i>Adriane Borda Almeida da Silva</i>	
CAPÍTULO 5	60
MUSEUS COMO FENÔMENO DE MASSAS: ARTE, ARQUITETURA E CIDADE	
<i>Bianca Manzon Lupo</i>	
CAPÍTULO 6	72
O ESTADO-DA-ARTE DE LUGAR: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO	
<i>Lineu Castello</i>	
CAPÍTULO 7	82
EXPERIÊNCIA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITATS DE REFORMA AGRÁRIA: UNIVERSIDADE, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL	
<i>Maria Cândida Teixeira de Cerqueira</i> <i>Amadja Henrique Borges</i> <i>Cecília Marilaine Rego de Medeiros</i>	
CAPÍTULO 8	98
O CORPO E A NARRATIVA DA CIDADE: DOS PRIMOS HOFFMANNIANOS A MARCOVALDO	
<i>Ricardo Luis Silva</i>	

CAPÍTULO 9	111
PAISAGEM URBANA E ANÁLISE MORFOLÓGICA DE ANÁPOLIS A PARTIR DE TRÊS PARQUES PÚBLICOS	
<i>Wilton de Araujo Medeiros</i> <i>Jean Carlos Vieira Santos</i>	
CAPÍTULO 10	128
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE FRENTE AOS GRANDES PROJETOS URBANOS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS DE AUCKLAND E PORTO ALEGRE	
<i>César Wagner</i> <i>Lúcia Camargos Melchioris</i>	
CAPÍTULO 11	144
RIO PARAIBUNA: PAISAGEM, ESPAÇOS LIVRES E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO	
<i>Lívea Rocha Pereira Penna</i> <i>Antonio Ferreira Colchete Filho</i>	
CAPÍTULO 12	156
PAISAGEM CULTURAL FERROVIÁRIA, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO	
<i>Luciana Massami Inoue</i>	
CAPÍTULO 13	173
CIDADE E ESPORTE: PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO EM CENA	
<i>Karliane Massari Fonseca</i> <i>Marcelo Ribeiro Tavares</i> <i>Lucia Maria Sá Antunes Costa</i> <i>Antonio Colchete Filho</i>	
CAPÍTULO 14	182
A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS NO MAPEAMENTO E INFORMAÇÃO DO TURISMO NO RIO DE JANEIRO	
<i>Núbia França de Oliveira Nemezio</i> <i>Fernanda Gomes de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 15	197
A MEDIDA DE CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A FORMA URBANA	
<i>Daniel Trindade Paim</i> <i>Ana Paula Neto de Faria</i>	
CAPÍTULO 16	213
AVALIAÇÃO “PORÇÃO NOROESTE” EM RELAÇÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO EM GOIÁS: ESTUDO DE CASO	
<i>Antônio Henrique Capuzzo Martins</i> <i>Beatriz Ribeiro Soares</i> <i>João Dib Filho</i>	

CAPÍTULO 17 223

VAZIOS URBANOS E SEUS NOVOS USOS: REFLEXÕES PARA A FORMA URBANA DE FORTALEZA (CE)

Emanuel Ramos Cavalcanti

CAPÍTULO 18 241

URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

José Almir Farias Filho

Denise Barcellos Pinheiro Machado

SOBRE A ORGANIZADORA..... 253

A CRIATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO/ APRENDIZAGEM DE PROJETO DE ARQUITETURA: ALGUNS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO

Gleice Azambuja Elali

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Natal – Rio Grande do Norte

Maísa Fernandes Dutra Veloso

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: A criatividade é um tema que se apresenta cotidianamente na prática projetual de arquitetura, quer no exercício profissional quer nas atividades de ensino em disciplinas de graduação. Esta compreensão alicerçou a proposta de uma sessão temática sobre o tema que aconteceu durante o IV ENANPARQ, realizado em 2016 em Porto Alegre. O presente artigo discorre sobre a criatividade no processo de ensino e aprendizado do projeto de arquitetura, a partir da reflexão das autoras sobre: a literatura de referência; as questões que pautam suas pesquisas e experiências de ensino neste campo; as contribuições recebidas dos docentes interessados pela sessão ocorrida naquele evento; e sua própria participação em discussões recentes em evidência no país.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Projeto de Arquitetura. Criatividade. Estratégias

Pedagógicas.

ABSTRACT: Creativity is a theme that presents itself in the architectural design practice daily, both in professional practice and in teaching activities related to undergraduate subjects. This understanding supported the proposal for a thematic session on IV ENANPARQ, in Porto Alegre, Brazil, 2006. This paper discusses creativity within the teaching and learning practices of architectural design, based on reflections of the authors about: referential literature; issues that guide their own researches and experiences in this field; the abstracts that were submitted to the event mentioned above, sent by interested professors; and their own participation in recent discussions in evidence in Brazil.

KEYWORDS: Teaching Architecture Project. Creativity. Pedagogical strategies.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente a chamada “Economia Criativa” é reconhecida como uma das principais fontes de receitas do planeta, ficando atrás apenas do petróleo e da indústria bélica (UNESCO, 2009). Como reflexo dessa tendência, a criatividade tem se tornado um importante ponto de pauta em diversos campos de conhecimento,

notadamente naqueles ligados às criações funcionais, dentre os quais destacam-se a arte digital, o design, a moda e a arquitetura.

Como a atuação no campo da arquitetura exige necessariamente formação superior, tal reconhecimento aumenta a responsabilidade dos cursos de graduação como lócus de incentivo à criatividade. Assim, essa temática tem se evidenciado nas discussões ocorridas em eventos brasileiros como, entre outros, os Seminários PROJETAR e os Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). Nesse âmbito, um importante indicador da importância do assunto foi a temática escolhida para o VII PROJETAR, realizado em Natal-RN em 2015: “originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática”. Apesar dessa ampla chamada, poucos trabalhos apresentados no evento trataram diretamente da criatividade no campo do ensino no que diz respeito às estratégias pedagógicas voltadas para o fomento da criatividade (exceção para KOTCHETKOFF, LANCHI, 2015, e VELOSO, RICARTE, CAVALCANTE, 2015) ou sua percepção/avaliação pelos professores e alunos envolvidos (como em ELALI, 2015).

Com base naquela e em outras experiências nesse campo, e na condição de docentes na área de projeto de arquitetura e pesquisadoras envolvidas com a questão, a fim de ampliar um debate essencial ao momento vivenciado pela área de Arquitetura e Urbanismo, lançamos uma proposta-resumo para sessão temática no IV ENANPARQ (Porto Alegre, julho/2016), “**A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura**”, cuja chamada de trabalhos está transcrita a seguir.

Habilidade humana e que nos diferencia de outras espécies, a criatividade é atualmente incentivada nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo genericamente compreendida como a capacidade ou disposição (individual ou coletiva) para propor soluções inovadoras a fim de solucionar questões inusitadas ou para problemas cotidianos. A literatura nesse campo ressalta a participação ativa do ambiente físico e social no desenvolvimento da criatividade, transformando o potencial criativo das pessoas em um produto concreto, qualquer que seja sua natureza. Nesse *sentido*, a educação tem sido apontada como uma importante base para o trabalho criativo, pois possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades cognitivas essenciais ao entendimento dos problemas e à manipulação de informações essenciais ao seu enfrentamento.

Especificamente no âmbito da educação superior, a literatura sinaliza ser fundamental que as universidades se voltem para a preparação de profissionais que atuem criativamente, integrando um profundo conhecimento técnico na sua área e em áreas afins às crescentes exigências sociais, ambientais e econômicas da contemporaneidade.

No campo de projeto de arquitetura, a criatividade é considerada um importante requisito, uma vez que os problemas emergentes devem ser enfrentados por meio da proposição de soluções cada vez mais inovadoras e qualificadas. Assim, como a elaboração de projetos de arquitetura exige formação superior, entende-se que a atividade criativa deveria ser incentivada/desenvolvida/aprimorada nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo (AU).

Com base nesta compreensão, essa sessão visa discutir como o tema criatividade tem sido trabalhado nos cursos de AU brasileiros, voltando-se especialmente para experiências acadêmicas realizadas pelos professores a fim de fomentar a criatividade discente. Como os docentes inserem a criatividade nas disciplinas de projeto arquitetônico? Que estratégias pedagógicas utilizam? Como essas experiências se refletem no processo projetual? Que tipo de resultado é obtido e em que difere daquele proveniente de práticas anteriores?

Espera-se que, além de relatar experiências didáticas inovadoras no campo da concepção do projeto arquitetônico, os interessados em participar da sessão contribuam com uma reflexão teórica e crítica sobre: os resultados obtidos e sua possível replicação em outros contextos; o papel da criatividade na formação graduada em AU; como a atividade criativa é fomentada nas escolas brasileiras de AU (ELALI, VELOSO, 2016).

Em resposta a essa ‘provocação’ foram recebidas trinta e três propostas de artigos que refletiam sobre a questão. Atendendo às exigências da organização do evento, foram aprovados para apresentação oral e publicados nos anais do V ENANPARQ os trabalhos de Campomori (2016), Castro (2016), Cavalcante, Silva e Troncoso (2016), Gallo (2016), Malard e Monteiro (2016), Yunes, Ferraro e Morelatto (2016). Devido à excelente qualidade do conjunto de propostas, para introduzir aquela sessão foi feito um balanço de todas as contribuições docentes enviadas (ELALI, VELOSO, 2016).

O presente texto foi desenvolvido a partir daquele artigo, e está dividido em dois blocos: no primeiro são brevemente comentadas possíveis relações entre a criatividade e o processo educativo, sendo o foco do estudo gradativamente conduzido até o campo de Arquitetura e Urbanismo; no segundo é apresentada uma síntese das contribuições recebidas para a sessão temática do V ENANPARQ, a qual são acrescentadas discussões mais recentes, como as ocorridas em 2017 durante o VIII PROJETER (realizado em Buenos Aires, Argentina) e o II Congresso Internacional de Criatividade e Inovação (Campinas, Brasil). Dada a importância e a abrangência destes eventos, entendemos que esse texto pode se configurar como um breve atual estado da arte sobre o fomento à criatividade no ensino de projeto arquitetônico, ao menos no Brasil.

2 | SOBRE CRIATIVIDADE E EDUCAÇÃO

Segundo Vygotsky (2009), as atividades humanas podem ser genericamente subdivididas em duas categorias: reprodutoras e criadoras. As primeiras correspondem à repetição de ações conhecidas na busca de um resultado já previamente determinado; as segundas estão associadas à imaginação, à construção e à modificação do conhecido de maneira a diferenciá-lo daquilo que existe.

Nos últimos 50 anos, a concepção de criatividade evoluiu consideravelmente. Embora até a metade do século XX a atividade criativa tenha sido entendida apenas a partir de uma perspectiva pontual/individual (aquilo que é feito pelo “ser-criativo”), a partir da década de 1960, a criatividade passou a ser compreendida com base em

uma perspectiva processual. Sob esse último ponto de vista, as definições do termo envolvem desde a “capacidade da pessoa fazer conexões entre diferentes saberes, gerando associações que permitem o surgimento de novos entendimentos e produtos” (HARRIS, HALL, 1970, p.28) até “processo de se tornar sensível a um problema ou lacuna de conhecimento, formular hipóteses e propor soluções que venham a eliminar ou reduzir a deficiência detectada, permitindo o estabelecimento de novos paradigmas” (ALENCAR, FLEITH, 2003, p.2).

Atualmente, os pesquisadores nesse campo ressaltam a importância da transformação da potencialidade criativa de uma pessoa ou grupo em produtos concretos (qualquer que seja sua natureza), para o que é fundamental a contribuição do ambiente físico e social existente, entendendo-se que pessoa e ambiente interagem continuamente de modo a promover a solução de problemas (COHEN, 1989). Segundo este autor, diante dos problemas que se apresentam o ser humano geralmente: (i) tende a adaptar-se às diferentes solicitações que identifica; (ii) considera (mesmo intuitivamente) as disponibilidades e exigências do contexto; (iii) age, em função da carga de conhecimentos/experiências acumulada e/ou das possibilidades de novos aprendizados que consegue reconhecer na situação.

Outro ponto a ponderar é que dificilmente uma pessoa recorrerá a algum tipo de solução com a qual não tenha um contato anterior (mesmo que pouco), pois apenas a partir de algum conhecimento básico em um campo é possível prever e potencializar os resultados obtidos (ALENCAR, 1995; OSTROWER, 2005). Com base nesse entendimento, estas autoras apontam que, diante de um mesmo problema pessoas diferentes poderão chegar a soluções também diferenciadas, o que explica pois: cada resposta é fruto das habilidades daquela pessoa, do tempo e dos recursos disponíveis para a tarefa; os resultados obtidos estão intimamente relacionados às características do material utilizado e às técnicas escolhidas.

Partindo desse entendimento geral, Rhodes (1961), Murdock e Puccio (1993) e Runco e Pagnini (2011) indicam que a criatividade deve ser pesquisada a partir dos quatro fatores que a envolvem: pessoas, produto, processo e pressão ambiental (em inglês, *the four P's: person, process, product, press-of-place*). Sob perspectiva semelhante, em sua busca por uma abordagem integradora nesse campo Sakamoto (2000) defende que para o surgimento da criatividade é fundamental

a presença de um sentimento de apropriação que indica um compromisso com o processo criativo, a existência de uma ordem interna que rege as ações relacionadas à experiência e a existência de um espaço e um tempo próprios à atividade criadora (SAKAMOTO, 2000, p.50).

Voltando-se para a relação entre criatividade e escolarização, a literatura refere-se ao papel do professor no desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes (DUDEK, STROBEL, RUNCO, 1993; ALENCAR, FLEITH, 2009), tanto em termos negativos (pelo excesso de rigidez ou de críticas) quanto positivos (ao valorizar o surgimento/socialização de ideias, na procura por novos modos para apresentar

conteúdos, e mesmo como exemplo a ser seguido pelo aprendiz). Assumindo ponto de vista semelhante, Winnicott (2005) ressaltava que os mestres precisam facilitar que os jovens experimentem novas maneiras para enfrentamento de velhos problemas, exaltando tal atitude como possível motivadora de importantes mudanças sociais.

Ainda nesse campo, autores como Weisberg (1986), Alencar (1986; 1995) e Ostrower (2005), comentam a importância da educação como base para o trabalho criativo, esclarecendo que ela permite: a aquisição e sistematização de conhecimentos, o aperfeiçoamento de atividades cognitivas que possibilitam o entendimento dos problemas e a transposição de informações entre campos de conhecimento. Embora tal tipo de argumento seja um dos principais fundamentos para o aumento do investimento mundial em treinamento, geralmente incentivado como um modo de desenvolver/aprimorar a criatividade de indivíduos e grupos, outros autores (KIM, 2010; KELLER-MATHERS, 2011) alertam que a escolarização também pode “representar um freio considerável à criatividade” (LUBART, 2007, p.79). Este segundo ponto de vista é justificado pelo fato de muitas instituições valorizarem demasiadamente os pensamentos convergentes (dirigidos para a solução correta de um problema, ou seja, para a busca de respostas convencionais), ao invés de estimularem o pensamento divergente (aquele que se volta para diversas direções, promovendo maneiras variadas de ver/entender uma mesma questão).

Clifford (1988) e Kim (2010) demonstraram que estudantes com maior escolarização procuram evitar ao máximo o insucesso e tendem a fugir de situações arriscadas. Assim, entre eles verifica-se considerável decréscimo na variedade das respostas, sobretudo quando estes estudantes são vinculados a instituições rígidas, cujas disciplinas são excessivamente estruturadas, e nas quais a avaliação assume papel central, pautando-se na evitação/eliminação de erros.

É preciso, portanto, que esse tipo de preocupação seja alvo de uma reflexão cuidadosa no âmbito da educação superior, pois a contemporaneidade exige que as universidades preparem profissionais para uma atuação séria, ética e adequada/correta, mas que, ao mesmo tempo, envolva “criatividade, capacidade analítica e uma base sólida de conhecimentos” (ALENCAR, FLEITH, 2010, p.205).

2.1 Criatividade e formação do arquiteto

Geralmente o arquiteto é reconhecido como um profissional criativo, de modo que a criatividade torna-se uma espécie de pré-requisito para o exercício da profissão ou algum tipo de disciplina/atividade obrigatória à sua formação. De fato, a criatividade costuma ser apontada como um diferencial do arquiteto, sobretudo no que diz respeito à atividade propositiva, ou seja, o projetar - entendido como um processo que começa no pensamento e se desenvolve a partir do confronto do projetista com suas próprias ideias e com o produto que delas se materializa, representado por meio de textos, desenhos e maquetes (BOUTINET, 2002; BROADBENT, 1973).

Academicamente, o exercício projetual tem no professor uma espécie de

mediador do “diálogo interno” do estudante, papel que contribui para aquilo que Schön (2002) denomina “reflexão na ação”. Tal compreensão, por si, justifica a importância do tema criatividade nas pesquisas sobre a atividade projetual (CORONA-MARTINEZ, 2000; STEVENS, 2003). Paradoxalmente, no entanto, uma consulta inicial aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação brasileiros na área de AU mostra que seus currículos tratam superficialmente deste tópico, demonstrando pouca preocupação com o desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes (ELALI, 2013).

Essa lacuna também foi detectada por Kowaltowski, Bianchi e Petreche (2011, p.34), cujas investigações no ensino superior da Arquitetura indicaram haver raras ocasiões em que são observadas “práticas que favoreçam a criatividade. Em geral, os profissionais só aplicam o conhecimento comum, de forma convencional”, mesmo que se disponha de grande arsenal de possibilidades para enfrentamento diferenciado dos problemas projetuais.

Por sua vez, Lawson (2011) ressalta a existência de muitas técnicas que podem aprimorar a criatividade, inclusive no projeto arquitetônico. Segundo o autor, a maior parte destas propostas “baseia-se em mudar a direção do pensamento, já que, em geral, se reconhece ser mais fácil ir na mesma direção em vez de iniciar uma nova linha de pensamento” (pp.145-146). Tal afirmativa converge para o que Kowaltowski e colegas (2011) comentam sobre a tendência a seguir convenções ou articular modos para driblá-las/superá-las, como acontece, entre outros, na elaboração de propostas embasadas em projetos bem-sucedidos.

Outros autores alertam para o fato de, diante de questões complexas, a criatividade poder ligar-se a aspectos específicos da problemática em estudo, não precisando estar associada a todos os seus elementos (BASSAT, 2016; BOHN, 2011; DUARTE, DIAS, 2016; OPPENHEIMER, 2016). Trazendo esse entendimento para o campo do projeto de arquitetura, cuja complexidade é inerente à própria definição da atividade - geralmente classificada como um ‘problema mal definido’ (ANDRADE, RUSCHEL, MOREIRA, 2011; MORIN, 2010)-, é possível inferir-se a possibilidade de enfrentar criativamente aspectos ligados à metodologia para abordagem do problema, à implantação, à estética do conjunto edificado, à funcionalidade de partes do edifício, ao enfrentamento de questões de conforto ambiental e eficiência energética, ao emprego de materiais e sistemas construtivos, ao detalhamento de elementos específicos, entre inúmeras outras.

Reforçando esse ponto, embora não trate especificamente da atividade criativa, Sykes (2013) ressalta que a agenda da arquitetura do século XXI inclui necessariamente, dentre outras, questões ligadas ao impacto das tecnologias digitais no processo de projeção, à automação da construção - nesse sentido, a coletânea recentemente publicada, organizada por Celani e Sedrez (2018) é um bom indicativo dessas tendências -, além da indispensável preocupação com a dimensão ambiental e a eficiência no consumo energético, sobretudo em tempos de restrições econômicas e de escassez de recursos. Assim, não se pode ignorar a importância da inclusão dessas

questões não só nos currículos dos cursos como também, e sobretudo, no processo de ensino/aprendizagem dos futuros responsáveis pela concepção de nossos edifícios e cidades.

Em direção semelhante, a Carta da União Internacional dos Arquitetos (UNESCO/UIA, 2005, 2011) menciona uma variedade de métodos para enriquecer o ateliê de projeto, indicando que o ensino precisa abranger demandas e problemas diversos. Ou seja, novamente o problema parece recair sobre a formação do arquiteto, o que torna a escola responsável pelo fornecimento do ambiente e do instrumental necessários à experimentação criativa e, mais especificamente, ressaltando o papel do ateliê de projeto como locus privilegiado das práticas reflexivas a ela necessárias (SCHÖN, 2000).

3 | OUTROS OLHARES SOBRE A CRIATIVIDADE

Visando aprofundar a discussão sobre o modo como a criatividade tem sido trabalhada no processo de ensino/aprendizagem de projeto de arquitetura dos CAUs brasileiros, a sessão temática proposta para o V ENANPARQ (comentada na introdução) recebeu trinta e três resumos procedentes das regiões Sudeste (15), Sul (08), Nordeste (07) e Centro Oeste (03), diversidade que demonstra amplo interesse dos docentes brasileiros pelo tema. Nesse contexto, a predominância do Sudeste se justifica por ali se concentrar a maior parte da formação graduada e pós-graduada nacional na área.

Os textos envolveram um total de 76 autores (de propostas individuais até grupos com quatro participantes), cuja titulação era majoritariamente doutorado (30 autores) e mestrado (24). A alta qualificação do grupo reflete-se em sua vinculação institucional, pois tratavam-se de docentes em instituições de ensino superior (60/76, ou seja, 79%), geralmente públicas (45, isto é, 60%).

Em termos temáticos, além do ensino (que, constando desde o título da sessão, foi direcionamento obrigatório), o foco dos artigos se voltou para pesquisa aplicada à área (07 textos), atividades de extensão (04) e discussão teórica (04). Embora 15 textos não tenham definido um período específico do curso de AU em que suas reflexões seriam aplicáveis, a maior parte dos artigos focalizou momentos mais propícios ao seu emprego, notadamente o primeiro ano (08 textos citaram alunos ingressantes) e períodos entre o 2º e 4º ano (04).

Em geral, os trabalhos apresentados relataram experiências pedagógicas, baseadas em práticas relacionadas a (em ordem alfabética): aprender fazendo (*'learning doing'*), arte sequencial, canteiro de obras, conhecimentos geométricos, estudos de tectônica, experiências sensoriais, fenomenologia, gramática da forma (*'shape grammar'*), integração entre conteúdos (atividades envolvendo diferentes disciplinas de AU), interdisciplinaridade (busca de conexões entre AU e outras formações

profissionais), jogos, livre associação de ideias, modelos físicos, modelos operativos, “projetar como” (propostas desenvolvidas com base na obra de um arquiteto famoso), tecnologias digitais.

Como referências, os autores mais citados foram (em ordem alfabética): Alvaro Siza, Antoni Gaudi, Bryan Lawson, Christopher Alexander, Cornelius Castoriadis, David Perkins, Domenico de Masi, Donald Schön, Fayga Ostrower, Frank Lloyd Wright, Frei Otto, Ítalo Calvino, Gilles Deleuse, Grupo *Archigram*, Karl Jung, Le Corbusier, Leonardo Da Vinci, Marcus Vitruvius Pollio, Michael Michalko, Pablo Picasso, Peter Pearce, Santiago Calatrava, Superstudio. Entre os brasileiros mencionados estão Edson Mahfuz, Elvan Silva, Flavio Carsalade, Lúcio Costa, Maria Lucia Malard, Oscar Niemeyer, Vicente Del Rio e Yopanan Rebello. A diversidade destes autores em termos de formação (arquitetura, artes, filosofia, pedagogia, sociologia, engenharias), tipo de trabalho (atuação prática, pesquisa, teoria/critica), procedência (Europa, Estados Unidos, Brasil) e época de atuação (antiguidade, modernismo, contemporaneidade) pode ser considerada um indicativo da intensa procura dos docentes por fontes que os auxiliem a entender e discutir a criatividade, bem como à sua vinculação a diferentes correntes de pensamento. Embora tal variedade possa dificultar debates diretamente relacionados a processos criativos em arquitetura, entendemos que ela tem como vantagem o fato de não engessar pontos de vista, de modo que, coletivamente, auxilia a ampliar os horizontes teórico-metodológicos dos interessados.

A indicação de estratégias e ferramentas pedagógicas para incentivo à criatividade (um dos focos da chamada de trabalhos), foi efetivamente abordada pela maioria das propostas (30/33, ou seja, 91%). Os textos que melhor contemplaram esse tópico analisaram exercícios projetuais, apontando como táticas nesse campo: enfrentamento de situações-problemas, aproximação com o canteiro de obras, valorização da arte, análise de elementos da natureza, e reconhecimento das necessidades/aspirações dos usuários. Além disso, cerca de um terço dos textos (12/33, 36%) salientaram a relação entre modos de representação das ideias e a criatividade (notadamente na geração de formas arquitetônicas), fazendo alusão a ferramentas de auxílio nesse campo, tais como palavras, imagens, desenho técnico, maquetes físicas e modelagens tridimensionais digitais.

Em geral os trabalhos enviados àquele evento se mostraram mais exploratórios do que comprobatórios, corroborando outros estudos nesse campo, a exemplo da investigação realizada por Elali, Lima e Santos (2017). Ao analisarem táticas pedagógicas voltadas para incentivo à criatividade discente constantes dos artigos publicados entre os anos de 2011 e 2016 no Seminário PROJETAR (bienal a partir de 2003) e no Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ENSEA, desde 1990 organizado pela Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, ABEA), as pesquisadoras delimitaram seis tipos de elementos que o professor indica reforçar a fim de alicerçar o processo projetual dos alunos e dar vazão à sua criatividade (ELALI, 2017), quais sejam:

- Ampliação do repertório do estudante (*background*): através de estudos de referência, a avaliação de outras edificações e estudo de obras iconográficas ou do acervo de arquitetos renomados.
- Expansão da compreensão de técnicas/sistemas construtivos: por meio de estudo bibliográfico, visitas, exploração do material em si (trabalho com pedra, metal, madeira, concreto, alvenaria), construção de modelos e oficinas tipo “aprender na prática”.
- Cultivo de diferentes modos de representação de ideias: pelo uso de desenho e maquetes manuais ou de recursos tecnológicos (programas computacionais, modelagem digital, etc.).
- Exploração de analogias: busca por ideias no mundo natural (cristais, flora, fauna, água, movimento de ondas, etc.), em propostas utópicas (história em quadrinhos, cartoons) e em obras artísticas (pintura, escultura, cinema, textos literários).
- Exploração fenomenológica: valorização da percepção individual e maior atenção aos sentidos, gerando conhecimento a ser usado na leitura do ambiente e como motivação/fonte-de-ideias para a proposição espacial.
- Uso de ferramentas auxiliares do processo projetual e/ou para elucidar seus elementos: caso associado a jogos (“gameificação” do processo), diagramas, protocolos para coleta de dados, simulações e equipamentos (*Motion Capture, Eye tracking*, entre outros).
- Realização de experimentos em função dos interesses e das habilidades dos estudantes: notadamente o incentivo à sua participação em concursos e em experiências inovadoras.
- Uso de práticas inter-, multi- ou transdisciplinares: que podem estar vinculadas à realização de eventos de curta duração, como os *workshops*.

Em linhas gerais esse quadro se repetiu no II Congresso Internacional de Criatividade.Inovação, realizado em julho/2017 em Campinas, evento em que foi evidente a supremacia das investigações sobre criatividade no campo do design, da mídia, da moda e das artes, em detrimento de uma reduzida quantidade de trabalhos oriundos da arquitetura. Mesmo assim, nos muitos artigos relacionados ao ensino que foram apresentados, as práticas e modos de avaliação expostos aparentaram envolver elementos semelhantes aos aqui supracitados, mesmo que a escala e complexidade operacional das ações sejam diferenciados.

3.1 Caminhos que se abrem

No contexto das proposições atualmente em evidências, uma das formas de escapar ao convencional e estimular o pensamento divergente que possibilita a atuação criativa é abrir as portas do ateliê de projeto e modificar a maneira e a intensidade com que o problema-projeto é trabalhado. É o que se observa, por exemplo, em oficinas de projeto de caráter intensivo e temporário, também conhecidos como *workshops*, prática cada vez mais presente nas escolas e eventos de AU (HANROT, 2012). Como muitas destas iniciativas difundem seus produtos na internet (notadamente via redes

sociais), o interesse coletivo por este tipo de ateliê tem aumentado, notadamente entre os alunos.

Ao discutir as potencialidades e os limites de workshops para a concepção de ideias com base nas definições de Boudon et al (2000), Veloso (2013; 2016) constatou que estas oficinas temporárias, nas quais há necessariamente participação de agentes externos, são atividades potencialmente favoráveis ao desenvolvimento do pensamento criativo. Isso evidencia-se sobretudo em situações estimuladas por meio de métodos, técnicas e ambientes apropriados ao exercício de uma concepção projetual mais autônoma e, ainda mais, na medida em que estas oficinas se apresentem claramente ao aluno como uma alternativa ao ateliê cotidiano, ao qual ele está habituado, abrindo, assim, novas possibilidades de convívio e de aprendizado (com comunidades envolvidas nos projetos, profissionais de diferentes competências, professores e estudantes de outras escolas, dentre outras).

Avaliando a qualidade dos projetos produzidos pelos alunos em onze oficinas analisadas, Veloso (2016) constatou, acima de tudo, a riqueza dos processos vivenciados pelos participantes, que se sobrepujou à qualidade dos produtos finais (vários ainda muito preliminares, dado o curto tempo destinado à concepção e ao desenvolvimento das propostas). Se o tempo restrito constitui, por um lado, um fator que obriga a rapidez na reflexão do problema e na criação de ideias iniciais, por outro lado, apresenta-se como elemento impeditivo de um desenvolvimento mais consistente dos estudos. Tal condição, portanto, mostra-se um ponto a ser repensado, já que o processo criativo requer, em geral, certo tempo de maturação, com base na experimentação de ideias e no teste de diferentes alternativas, algo que é, por natureza, mais difícil em uma oficina de caráter intensivo e de concepção coletiva em equipes relativamente heterogêneas, que muitas vezes não utilizam a mesma linguagem (e às vezes sequer falam o mesmo idioma). Segundo a autora, torna-se, assim, necessário não só um trabalho de preparação (anterior às oficinas) como também de natureza complementar (pós-oficinas) para que as ideias ali geradas sejam desenvolvidas em níveis adequados de projetos de arquitetura e urbanismo, ainda que à distância, como no caso das oficinas internacionais, o que é perfeitamente possível com auxílio das tecnologias da informação contemporâneas.

Por fim, deve-se destacar que se o workshop pode constituir um ambiente de convivências propícias ao desenvolvimento do pensamento criativo, ele por si só não garante produtos criativos e inovadores. Há um grande número de formatos, composição de atores e metodologias que podem ser nele desenvolvidas, conforme os objetivos e características de cada um deles. A experiência de oficinas temporárias realizadas no CAU (Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo), e no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente, ambos na UFRN, tem demonstrado muitos aspectos positivos, mas também os limites desta ferramenta pedagógica.

Por outro lado, Ineichen (2016) observou que, apesar da difusão de workshops nas escolas de AU (como AA, ENSA-Marseille, no plano internacional e, em nível

nacional, os eventos realizados na USP, UFRJ e UEMA), e de seu potencial para a concepção colaborativa, essa estratégia pedagógica ainda é pouco inserida nos currículos formais e nas atividades regulares dos cursos.

Além de oficinas que estimulem a criatividade dos alunos com técnicas variadas que vão desde as mais tradicionais como Origami e Tessellation (LIMA, 2017), construção de maquetes de estudo dentre outras, mais recentemente, tem-se discutido a pertinência da inclusão ferramentas computacionais que facilitem a criação de formas arquitetônicas tanto nos ateliês tradicionais de projeto como em workshops de curta duração. Tal tipo de atividade tem se mostrado importante desde os primeiros semestres do curso, em consonância com a expansão da arquitetura digital e com o acesso dos estudantes a softwares que permitem experimentações formais, como o Sketch-up, o 3D MAX, e o Rhinoceros + Grasshoper, no caso do projeto paramétrico.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criatividade é uma habilidade inerente à atividade do arquiteto e, como vários autores defendem, pode ser estimulada e desenvolvida por meio de estratégias e práticas no âmbito do processo de ensino/aprendizado do projeto. Ambientes, pessoas, procedimentos e ferramentas envolvidos nesse processo podem ser favoráveis ao seu desenvolvimento ou, em sentido oposto, dificultar o surgimento de produtos tanto inovadores quanto adequados ao contexto sociocultural onde se encontram. Os modos de composição e de associação entre esses “quatro pilares” e de seus componentes internos são, ao nosso ver, fundamentais, o que envolve necessariamente os educadores, gestores ou coordenadores do processo, dada a sua posição na definição de programas de ensino, participantes e atividades relacionadas, em função dos objetivos pedagógicos de cada proposta.

A análise da literatura e dos resultados de experiências pedagógicas aqui apresentadas demonstram a existência de significativo interesse dos professores de Arquitetura e Urbanismo por esse campo de estudos. Eles evidenciam, ainda, que os docentes brasileiros estão procurando meios para alimentar a criatividade estudantil, mas, em muitos casos, ainda aparentam tatear em um terreno de investigação amplo e incerto, porém simultaneamente instigante e profícuo, como o próprio fazer projetual.

Nesse sentido, quaisquer que sejam as finalidades e os meios para a concepção de projetos e seu desenvolvimento, é essencial priorizar, antes de tudo, o aprendizado do aluno e sua autonomia criativa. E, sem dúvida, muitas vezes, isso requer mais tato do que tática(s)...

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Criatividade**. Brasília: Editora UnB, 1995.

ALENCAR, E. **Psicologia da Criatividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ALENCAR, E.; FLEITH, D. Contribuições teóricas recentes ao estudo da criatividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 19 (1), jan/abril, 2003, pp. 1-8.

ALENCAR, E.; FLEITH, D. Criatividade na educação superior: fatores inibidores. **Avaliação Psicológica**, 15 (2), 2010, p. 201-206.

ALENCAR, E.; FLEITH, D. **Criatividade: múltiplas perspectivas**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

ANDRADE, M.; RUSCHEL, R.; MOREIRA, D. O processo e os métodos. In: KOWALTOWSKI, D.; MOREIRA, C.; PETRECHE, J.; FABRÍCIO, M. **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de textos, 2011, pp. 80-100.

BASSAT, L. **La creatividad**. Buenos Aires: Conecta, 2016.

BOHM, D. **Sobre a criatividade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOUDON, P. *et al.* **Enseigner la conception architecturale: cours d'architecture**. Paris: Éditions de la Villette, 2000.

BOUTINET, J. P. **Antropologia do projeto**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

BROADBENT, G. **Design in architecture: Architecture and the human sciences**. New York, USA: John Wiley & Sons, 1973.

CAMPOMORI, M. Racionalidade técnico-científica versus criatividade, ou algumas chaves para enfrentar o desconforto da arquitetura dentro da universidade contemporânea. (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.**

CASTRO, J. Conceitos, problemas e soluções criativas no processo de ensino do projeto de arquitetura – observações sobre os resultados de uma proposta de ensino. (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.**

CAVALCANTE, N; SILVA, E; TRONCOSO, M. Construindo fantasias. (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.**

CELANI, M. G. C.; SEDREZ, M. **Arquitetura Contemporânea e Automação: prática e reflexões**. São Paulo: Probooks. 2018.

COHEN, L. M. A continuum of adaptive creative behaviors. **Creativity Research Journal**, 2 (3), pp. 169-183, 1989.

CORONA-MARTINEZ, A. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

DUARTE, R.; DIAS, S. F. **O ser criativo: maneiras de olhar, ver, sentir, imaginar**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016.

DUDEK, S.; STROBEL, M.; RUNCO, M. Cumulative and proximal influences on the social environment and children potential. **Journal of Genetic Psychology**, 154 (4), 1993, pp. 487-499.

- ELALI, G. A. A criatividade no projeto arquitetônico: reflexões sobre práticas didáticas em atelier. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CRIATIVIDADE.INOVAÇÃO. **Anais do** Campinas: PUC, 2017, s/p.
- ELALI, G. A. Criar ou não criar, eis a questão: breve discussão sobre o papel da criatividade no projeto de arquitetura. In: VI PROJETAR. **Anais do** Salvador: EdUFBA, pp. 1-18, 2013.
- ELALI, G. A. Eliminar ou ampliar barreiras? Uma reflexão sobre como os professores de projeto de arquitetura percebem a criatividade discente. In: VII Projetar. **Anais do** Natal: Ed. Firenze, 2015. pp. 1-15.
- ELALI, G. A.; LIMA, N. C. I.; SANTOS, R. R. O exercício da criatividade no projeto: o que dizem as publicações docentes. In: VIII PROJETAR.2017. **Anais do** Buenos Aires: FADU, 2017, s/p.
- ELALI, G. A; VELOSO, M. Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura. In: IV ENANPARQ. **Anais do** Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.
- GALLO, H A ênfase na relação forma & espaço como introdução ao projeto: uma reaproximação entre arte e arquitetura. (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do** Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.
- HANROT, S. O workshop: entre pedagogia e engajamento social. In. II ENANPARQ. **Anais do.....** Natal. v.1, sp., set 2012.
- HARRIS, R.; HALL, A. Creativity and the need for associative novelty. **Canadian Journal of Psychology/ Revue canadienne de psychologie**, v. 24(2), Apr 1970, pp. 90-97.
- INEICHEN, J. **O workshop de Arquitetura e Urbanismo (W-AU) como dispositivo pedagógico para a formação e a concepção colaborativa / Le workshop d'architecture et d'urbanisme (W-AU) comme dispositif pédagogique pour la formation a la conception collaborative.** Tese de Doutorado. PPGAU/UFRN – ENSA/Marseille (cotutela). Natal/Marseille, 2016.
- KELLER-MATHERS, S. Building passion and potential for creative learning in Higher Educations. **Collected Essays on Teaching and Learning**, v. IV, 2011, pp.1-6.
- KIM, K. H. Measurements, causes, and effects of creativity. **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts**, n. 4, pp. 131-135, 2010.
- KOTCHETKOFF, J. LANCHA, J. Sobre a criatividade e a originalidade na atuação e formação do arquiteto. In: VII Seminário Projetar – 2015. **Anais do** Natal, PPGAU/UFRN, 2015.
- KOWALTOWSKI, D.; BIANCHI, G.; PETRECHE, J. A criatividade no processo de projeto. In: KOWALTOWSKI, D.; MOREIRA, D.; PETRECHE, J.; FABRICIO, M. (Org.). **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia.** São Paulo: Oficina de textos, 2011, pp. 21-56.
- LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LIMA, M. M. F. **Dobra e redobra: um estudo exploratório da dobradura de papel no auxílio à visualização e à concepção da forma arquitetônica.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- LUBART, T. **Psicologia da criatividade.** Porto Alegre: ARTMED, 2007.
- MALARD, M; MONTEIRO, G O desenvolvimento da criatividade no ensino de projeto: qualquer exercício serve? (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do** Porto Alegre: FAU/UFRGS, 2016.

- MORIN, E. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2010.
- MURDOCK, M.; PUCCIO, G. A contextual organizer for conducting creativity research. In: ISAKSERN, S.; MURDOCK, M.; FIRESTIEN, R.; TREFFINGER, D. (Org.); **Understanding and recognizing creativity**: the emergence of a discipline. New Jersey: Ablex Public, 1993.
- OPPENHEIMER, A. **Crear o morir**. Buenos Aires: Debate, 2017.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petropolis: Vozes, 2005.
- RHODES, M. **An analysis of creativity**. Phi Delta Kappan, 42 (7), 1961, pp. 305-310.
- RUNCO, M.; PAGNINI, A. Psychological research on creativity. In: SEFTON-GREEN, J.; THOPSO, P.; JONES, K.; BRESLER, L. (Org.). **The Routledge international Handbook of Creativity Learning**. Hoboken: Taylor & Francis, 2011, pp. 63-71.
- SAKAMOTO, C. Criatividade: uma visão integradora. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, 2(1), 2000, pp.50-58.
- SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- SYKES, K. **O campo ampliado da Arquitetura - 1993-2009**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- UNESCO. **Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue** (world report). Paris: UNESCO, 2009. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755e.pdf>, acessado em 12/março/2013.
- UNESCO/UIA. **Carta para a formação dos arquitetos**. Texto original de 2004/2005, atualizado em 2011. Disponível em http://www.abea.org.br/?page_id=304, acessado em 21/junho/2016.
- VELOSO, M. **Avaliação de projetos de arquitetura e urbanismo em contexto de integração entre academia e meio socioprofissional**. Relatório técnico. Bolsa de Produtividade em Pesquisa, CNPq/UFRN. Brasília/Natal, 2016.
- VELOSO, M. Concepção de workshops de arquitetura e urbanismo: uma análise de duas experiências internacionais. **Cadernos PROARQ**. n. 21, pp.93-108, Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2013.
- VELOSO, M.; RICARTE, G.; CAVALCANTE, W. Criatividade no processo de projeto em oficinas temporárias: uma experiência no CAU-UFRN. In: VII Seminário Projetar – 2015. **Anais do Natal**, PPGAU/UFRN, 2015.
- VYGOTSKY, L. **Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.
- WEISBERG, R. **Creativity**: Genius and Other Myths. New York: Freeman Press, 1986.
- WINNICOTT, D. W. **O gesto espontâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- YUNES, G; FERRARO, L; MORELATTO, N A analogia com natureza como inspiração para a concepção de projetos em arquitetura e urbanismo. (Sessão Temática: A criatividade no processo de ensino/aprendizagem do projeto de arquitetura). In: IV ENANPARQ. **Anais do Porto Alegre**: FAU/UFRGS, 2016.

CASAS SHODHAN E THIAGO DE MELLO: COMPARAÇÃO ENTRE OBRAS DE DOIS MESTRES DA ARQUITETURA MODERNA

Silvia Lopes Carneiro Leão

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Arquitetura, Departamento de Arquitetura
Porto Alegre / RS

RESUMO: No livro “Lucio Costa”, Guilherme Wisnik trata da obra deste arquiteto brasileiro fundamental na implantação da arquitetura moderna no Brasil. O presente trabalho parte de uma afirmação de Wisnik que põe em confronto duas importantes obras modernas: casas Thiago de Mello, de Lucio Costa, e Shodhan, de Le Corbusier:

“(…) Lucio (…) opera com o agenciamento combinatório de vazios em cubos perspécticos – poética similar à de Le Corbusier, nítida no projeto da Villa Shodhan (1951-54), e que em Lucio alcança expressão lapidar na residência Thiago de Mello (1978), na Amazônia, onde as aberturas e varandas, externas e internas, vazam o cubo por todos os lados” (WISNIK, 2001, p. 39).

A Casa Shodhan foi projetada por Le Corbusier para Ahmedabad, na Índia. Nela, emprega o sistema Dom-ino, mas adapta-o ao clima através do uso de quebra-sóis e terraços escavados no prisma, pensados para promover ventilação e proteção solar.

A Casa Thiago de Mello foi projetada por Lucio

Costa para o poeta brasileiro que em 1978 resolve retornar à sua terra natal, a cidade de Barreirinha, no Amazonas. A estrutura é de madeira, com vedação em tijolos e cobertura em telhas cerâmicas. Para melhor adaptação ao clima, Lucio propõe uma série de varandas, distribuídas dentro do prisma.

O objetivo deste trabalho é investigar as relações entre as casas Shodhan e Thiago de Mello através da análise arquitetônica de cada uma, especialmente quanto a sítio, estrutura formal, técnicas construtivas e composição arquitetônica. Pretende-se, assim, desvelar as analogias e diferenças entre ambas as obras.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Casa unifamiliar moderna; 2. Lucio Costa; 3. Le Corbusier.

ABSTRACT: Guilherme Wisnik explores the work of the Brazilian architect and key figure in Brazilian modernism in “Lucio Costa”. This paper arises from Wisnik’s statement contrasting two houses by masters of modern architecture, Lucio Costa’s Thiago de Mello house, and Le Corbusier’s Shodhan house:

“(…) Lucio (…) operates with the combination of empty spaces inside cubes in perspective – a poetics similar to that of Le Corbusier in the Villa Shodhan project (1951-54) – of which Lucio Costa reaches exemplary expression in the Thiago de Mello house (1978), where external and internal windows and balconies excavate

cubes in every surface, deconstructing it” (WISNIK, 2001, p. 39).

Shodhan house was designed by Le Corbusier for the Ahmedabad area, an Indian industrial region. He utilizes the “Dom-ino” system, adapting it to the climate by using sun breakers and excavated terraces in the base prism, strategically designed to promote ventilation and sun protection.

The Thiago de Mello house was designed by Lucio Costa for the Brazilian poet, who in 1978 decided to move back to his hometown in Amazonas. The structure is wood with brick masonry, and a roof of ceramic tiles. Aiming at adjusting the project to the humid climate, Lucio designs a series of balconies distributed in the base prism.

The goal of this paper is to investigate the relationship between these two houses by analyzing the architectural elements of each house, such as location, formal and support structure, building techniques, and architectural composition. This analysis unveils similarities and differences between both works.

KEYWORDS: 1. Single family modern house; 2. Lucio Costa; 3. Le Corbusier.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este ensaio propõe a comparação entre duas casas exemplares, concebidas por dois mestres da arquitetura moderna: a Casa Shodhan, de Le Corbusier, fica em Ahmedabad, Índia, e data de 1951-56; a Casa Thiago de Mello, de Lucio Costa, situa-se em Barreirinha, Amazonas, Brasil, e é de 1978.

O mote do trabalho é uma declaração de Guilherme Wisnik em seu livro *Lucio Costa*, em que trata da obra desse importante arquiteto brasileiro, fundamental na implantação da arquitetura moderna no Brasil:

“Moderno de primeira hora, Lucio lida com a flexibilização expressiva da enrijecida planta neoclássica e desloca a atenção dada quase exclusivamente à composição das fachadas. Contudo, não se expressa por meio de geratrizes planares, nas quais o espaço é tratado como uma compensação dinâmica de volumes e superfícies, mas opera com o agenciamento combinatório de vazios em cubos perspéticos – poética similar à de Le Corbusier, nítida no projeto da Vila Shodhan (1951-54), e que em Lucio Costa alcança expressão lapidar na residência Thiago de Mello (1978), na Amazônia, onde as aberturas e varandas, externas e internas, vazam o cubo por todos os lados, desconstruindo-o” (WISNIK, 2001, p. 39).

O principal objetivo do trabalho é investigar mais profundamente as relações entre a Casa Shodhan e a Casa Thiago de Mello através da análise arquitetônica de cada uma, especialmente no que diz respeito a sítio, estrutura de suporte, técnicas construtivas, estrutura formal e compositiva. Mediante tal análise, pretende-se desvelar com rigor as analogias e diferenças entre ambas as obras, respondendo à seguinte questão: *Teria Lucio Costa em mente a Casa Shodhan no momento da concepção da Casa Thiago de Mello?*

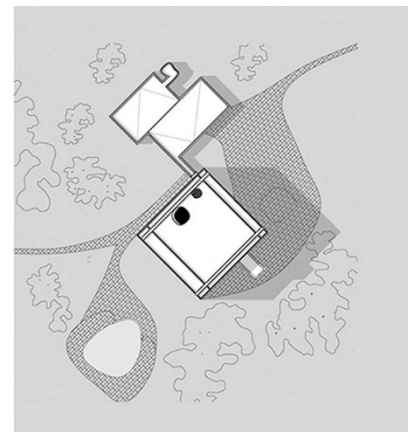
2 | CASA SHODHAN, LE CORBUSIER, 1951-56

Em 1951, em viagem à Índia, Le Corbusier é convidado a visitar um centro têxtil em Ahmedabad, cidade destacada pela produção de algodão e importante polo econômico do país. Entra em contato com um grupo de fiandeiros, dispostos a investir em arte e cultura, que consideram o famoso arquiteto apto a auxiliá-los na transformação da cidade em centro cultural de prestígio. Desta relação resultam vários projetos, quatro deles construídos na cidade: Associação dos Fiandeiros (1951-54); Museu de Ahmedabad (1951-56); Casa Sarabhai (1951-56); e Casa Shodhan (1951-56) (CURTIS, 1999, p. 202-203).

A Casa Shodhan foi originalmente projetada como residência para o Sr. Surottam Hutheesing, secretário da Associação dos Fiandeiros. Na *Obra Completa*, o encargo, delegado a Le Corbusier em 1951, é descrito como dotado de uma “série de requisitos pessoais, complicados e sutis” (LE CORBUSIER, 1995, p. 134). Em 1953, o projeto foi concluído, após inúmeras versões e muita controvérsia. Para surpresa do arquiteto, entretanto, Hutheesing decide vendê-lo ao colega fiandeiro Shyamubhai Shodhan, alegando que queria algo mais convencional. Afortunadamente, Shodhan o aprova integralmente e concorda em construí-lo sem modificações, porém em outro terreno. O novo lote ficava próximo à Associação dos Fiandeiros, zona suburbana e ferroviária. Não havia vistas ou elementos importantes no entorno, e as considerações do arquiteto em relação à implantação são prioritariamente de ordem climática (Fig. 1).



1. Villa Shodhan na época da construção.
LE CORBUSIER, 1987, p. 304.



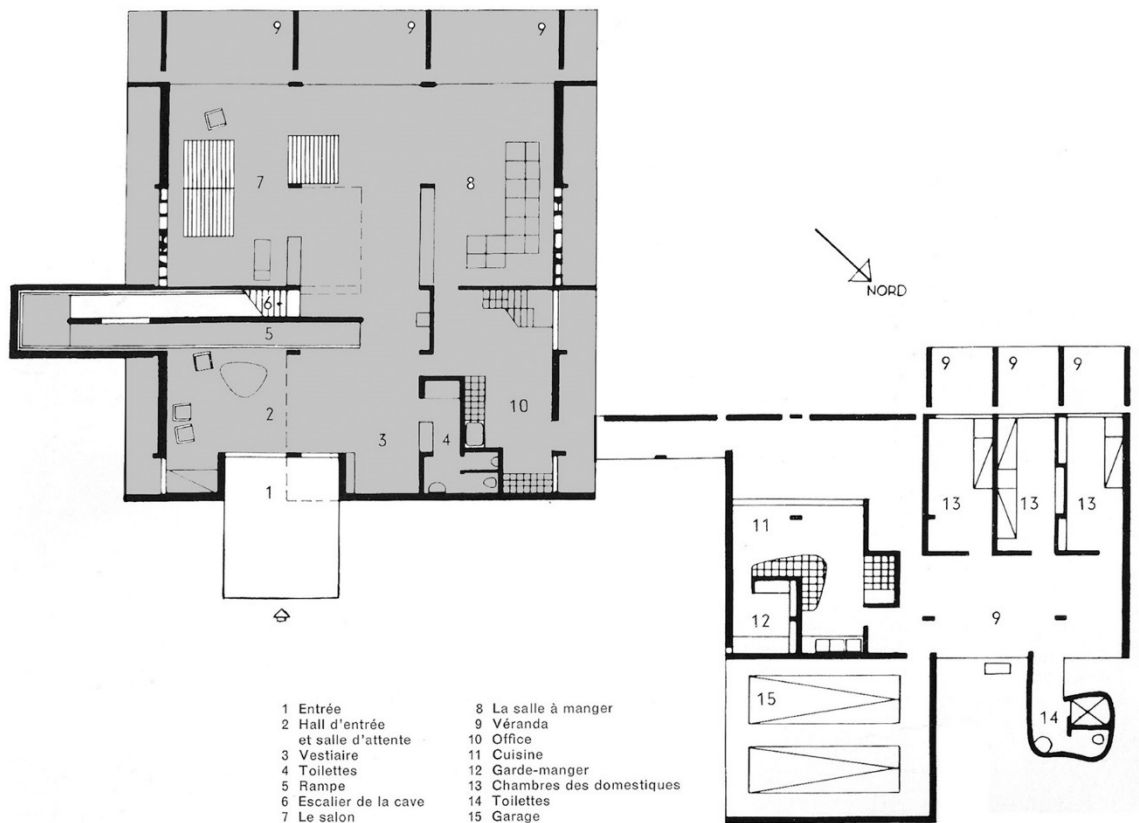
2. Implantação.
Villa-Shodhan-from-3D-modeling

Ahmedabad tem clima quente, com temperaturas que oscilam entre 18 e 45°C. O verão é seco, os ventos dominantes sopram de sudeste e a temperatura ultrapassa os 40°C. O período das monções, a estação das chuvas, dura cerca de três meses, de meados de junho a meados de setembro, e a temperatura oscila em torno de 30°C. A gênese do projeto tem como prioridade o condicionamento ambiental (RIVERA, 2014, p. 62). Le Corbusier gira o volume prismático a 45° em relação aos perímetros do lote, obtendo fachadas nordeste e sudeste mais fechadas, livres do sol e do ruído

de trens; as fachadas sudoeste e noroeste, mais abertas ao jardim, são dotadas de quebra-sóis que protegem da insolação da tarde. A posição diagonal da residência permite captar as brisas dominantes de verão através das aberturas e dos terraços recortados no volume. O ar condicionado é utilizado somente nas zonas privadas, sendo áreas sociais, circulações e terraços ventilados através de métodos naturais. O caminho sinuoso de chegada e o tratamento paisagístico naturalista contrastam propositadamente com as formas ortogonais do volume. O ajuste ao novo lote mostra-se perfeito (Fig. 2).

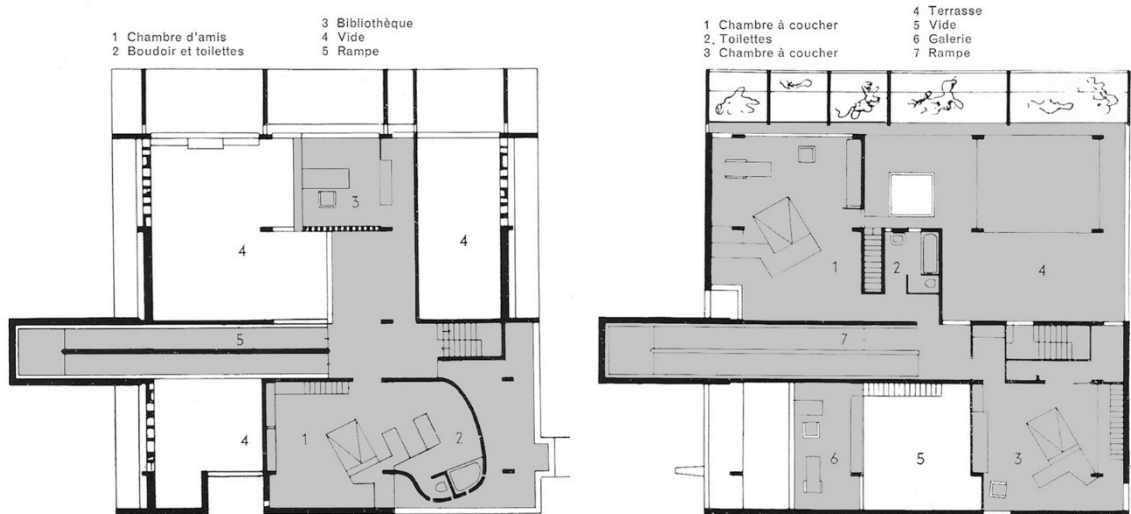
A casa é um prisma de base quadrada de cerca de 16m x 16m, ou seja, 256 m² em planta, incluídos os quebra-sóis de concreto. Desenvolve-se em quatro pavimentos mais terraço de cobertura, com altura total de aproximadamente 13m, gerando um volume que se aproxima da forma cúbica. Há três elementos que se adicionam a este prisma: uma marquise porticada de concreto, que protege o acesso principal da casa a nordeste; o volume proeminente de uma rampa interior, que faz a ligação entre os diferentes pavimentos a sudeste; e, anexo ao prisma e ligado a ele por uma espécie de galeria, o setor de serviços da residência, volume de um pavimento de altura, também permeado por varandas de proteção solar, que contém cozinha e garagem. O objeto da presente análise será apenas o volume prismático maior, onde se situam os ambientes principais do programa.

As plantas são bastante complexas, com uma série de alturas duplas e triplas que interligam verticalmente os ambientes; além disso, são providas de vários terraços, estrategicamente situados para promover proteção solar e ventilação dos ambientes. São organizadas pela modulação estrutural, constituída por um total de 20 pilares de concreto armado, totalmente aparentes no pavimento de cobertura, com aproximadamente 20x40cm de seção. Num sentido, quatro pilares conformam três faixas modulares paralelas, que correspondem a vãos de aproximadamente 4,5m; no outro, cinco pilares conformam quatro faixas paralelas, que correspondem, em medidas aproximadas, aos seguintes vãos: dois de 3,5m a sudoeste; um menor de 2m, onde se encaixa a rampa; e um último a nordeste, também de 3,5m, onde fica o acesso principal. Há balanços nos quatro lados: a sudoeste, orientação de maior insolação, os quebra-sóis de concreto encaixam-se em balanços de aproximadamente 2m de profundidade; nas outras três orientações os balanços são de 1,5m (Fig. 3).



3. Planta térrea.

LE CORBUSIER, 1995, p. 138.



4. Planta do segundo nível (primeiro mezanino).

LE CORBUSIER, 1995, p. 139.

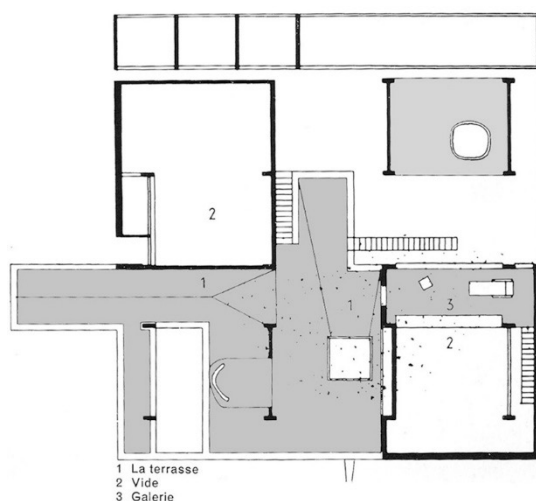
5. Planta do terceiro nível.

LE CORBUSIER, 1995, p. 139.

No nível térreo, na faixa frontal a nordeste da casa, ficam hall de entrada, lavabo e setor de serviços, este ligado ao volume anexo; na faixa central, mais estreita, estão rampa e escada; nas duas faixas a sudoeste, voltadas para os jardins, situam-se os dois ambientes principais da casa, fluidos entre si e protegidos pelos quebra-sóis: as salas de estar e jantar. Os pés-direitos do hall e de partes das salas principais são duplos, resultando num segundo pavimento totalmente permeável, que funciona

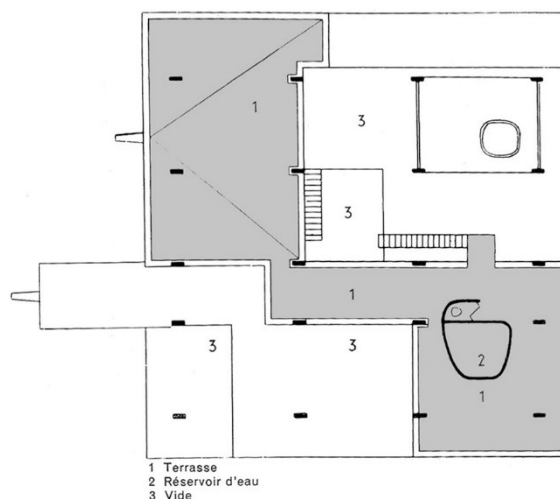
como uma espécie de mezanino. Neste nível, rampa e escada conduzem a um quarto de hóspedes com banheiro privativo, acima do lavabo e setor de serviços, e uma pequena biblioteca, acima da zona de estar, ambientes dispostos transversalmente à faixa rampa-escada, formando uma espécie de cruz espacial cercada pelos vazios de dupla altura (Fig.4).

No nível imediatamente superior, sobre a zona de estar a sudoeste, a rampa leva ao dormitório principal e respectivo banheiro, ladeados por um terraço sobre a sala de jantar; na faixa frontal da casa, a nordeste, ficam um dormitório menor e um pequeno estúdio, este diretamente ligado ao quarto de hóspedes inferior, ambos flanqueados por vazios de dupla altura (Fig. 5). O quarto nível, também uma espécie de mezanino, não é acessado pela rampa, mas por escadas que partem dos dormitórios inferiores; nele, fica apenas um terraço e uma galeria frontais, que servem exclusivamente aos dormitórios abaixo; do terraço inferior, projeta-se uma cobertura apoiada em quatro pilares e perfurada superiormente por um orifício ovoide, posicionada diagonalmente ao terraço frontal (Fig. 6).



6. Planta do quarto nível (segundo mezanino).

LE CORBUSIER, 1995, p. 139.



7. Planta do quinto nível (cobertura).

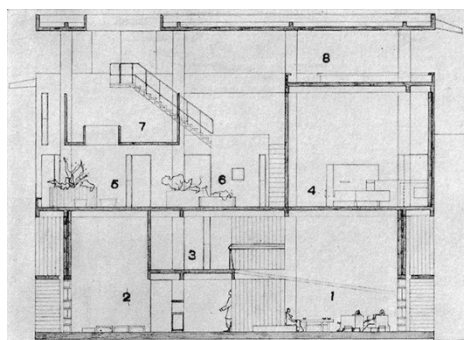
LE CORBUSIER, 1995, p. 139.

No último nível, por fim, acessado por outra escada, fica um terraço de cobertura dividido em duas partes, também em posição diagonal, mas oposta à dos ambientes inferiores; na parte frontal, num volume com forma sinuosa sobre os serviços do térreo, ficam o reservatório d'água e um pequeno banheiro (Fig. 7).

A residência é coroada e arrematada por um teto parassol. Elevada pelos pilares que irrompem dos pavimentos inferiores e perfurada por um orifício ovoide, a grande cobertura recompõe o volume prismático escavado pelos terraços. Além disso, protege do sol e da chuva e permite circulação de ar através do edifício.

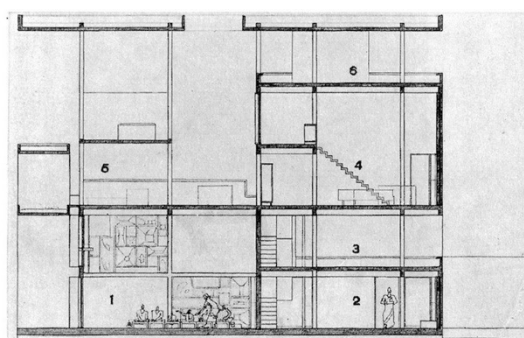
Os pés-direitos baixos, com 2,26m de altura, obedecem às regras do Modulor,

mas se fundem e se multiplicam ao longo das plantas. Em relação aos cortes, o que chama a atenção é a grande complexidade na distribuição das alturas, originada pela interpenetração de pavimentos em diferentes partes das plantas. Cruzam-se alturas simples, duplas e triplas e os terraços ocorrem de um lado e outro do volume (Figs. 8 e 9).



8. Corte NO-SE pela sala de estar.

LE CORBUSIER, 1995, p. 141.



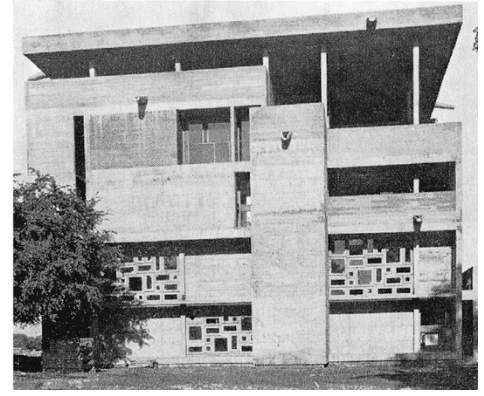
9. Corte NS.

LE CORBUSIER, 1995, p. 141.

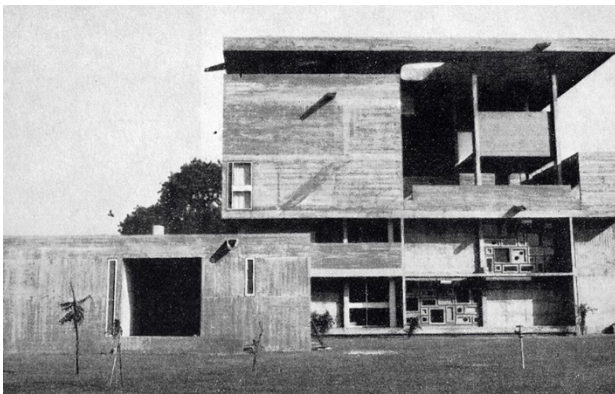
A casa é toda materializada em concreto armado, adquirindo o aspecto brutalista dos edifícios da fase pós-guerra de Le Corbusier. As marcas das formas de madeira são deixadas à vista nas fachadas, conferindo textura às superfícies. As fachadas são extremamente elaboradas, pensadas em função do condicionamento climático. Resultam num jogo complexo de texturas, transparências e opacidades, cheios e vazios, luz e sombra. A superfície a sudoeste, voltada para o jardim, é bastante aberta e recebe quebra-sóis de concreto com 2m de profundidade, que protegem diferentes ambientes. A composição desses quebra-sóis não é simétrica e responde às demandas internas do programa. Os ventos dominantes de sudoeste, que sopram no verão, penetram livremente através das aberturas, protegidas do sol e das chuvas das monções (Fig.10). As superfícies laterais são menos abertas, destacando-se o volume da rampa a sudeste e o volume de serviços a noroeste. Junto às áreas de estar e jantar, as aberturas são como grandes painéis retangulares, compostos por pequenos retângulos preenchidos com vidro fixo, que proporcionam uma variada luminosidade interna (Figs. 11 e 12). A face frontal, a nordeste, é completamente opaca, exceto por pequenas aberturas e o grande terraço acima da porta de acesso principal. A porta, levemente recuada do plano frontal, é protegida por uma marquise porticada, volume proeminente que conduz o visitante ao hall de entrada (Fig. 13).



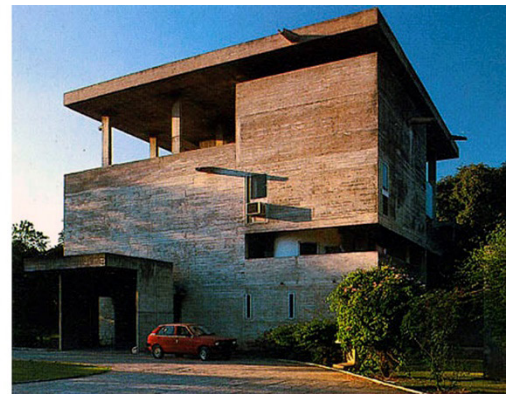
10. Vista Sudoeste (jardim).
LE CORBUSIER, 1995, p. 140.



11. Vista Sudeste (lateral).
casa-shodan-le-corbuser-india.html



12. Vista Noroeste (lateral com serviços).
LE CORBUSIER, 1995, p. 136.



13. Vista Nordeste (acesso).
wikiarquitectura.com/index.php/Villa_Shodhan

Nas aberturas e nos interiores, o arquiteto utiliza cores vivas, que contrastam com o tom cinza do concreto. Os principais ambientes internos voltam-se para os jardins ou para os terraços, estabelecendo contato direto como exterior. O manejo de alturas e de luminosidades, associado ao jogo de cheios e vazios, criam uma grande riqueza interior.

3 | CASA THIAGO DE MELLO, LUCIO COSTA, 1978

Em *Acerto de contas*, seu último livro de poesias, Thiago de Mello presta tributo ao amigo Lucio Costa. Intitulado *Cântico pela vida de Lucio Costa* (MELLO, 2015, p. 82-84), o poema inicia assim:

“Inventor de cidades e de estrelas.

Mão que grava no espaço a luz que dura.

Vida que se cumpriu no engrandecer

a beleza da condição humana.

O Lúcio Costa é assim.

Gosto de dizer seu nome

em voz alta, debruçado

no parapeito de cedro

amazônico da casa

que ele inventou para mim” (MELLO, 2015, p. 82).

Nome destacado na poesia brasileira, Thiago de Mello nasceu em 1926 em Barreirinha, estado do Amazonas. A pequena cidade fica no coração da floresta, junto ao maior braço do rio Amazonas, o Paraná do Ramos. Tem clima quente e úmido, com temperaturas médias elevadas (entre 25 e 27°C) e chuvas abundantes e bem distribuídas ao longo do ano.

O poeta fez sua formação inicial na capital Manaus e mudou-se depois para o Rio de Janeiro, onde privou da amizade de intelectuais do porte de Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa. Exilado pela ditadura militar dos anos 60, retorna ao Brasil em 1978 e resolve morar novamente na cidade natal. Solicita ao amigo arquiteto, também filho e neto de amazonenses, o projeto de sua casa, destinada a ele, à mulher e ao filho de oito anos. O projeto lhe é presenteado em quatro folhas de papel sulfite, com traços a caneta. Apesar da apresentação singela, a proposta traz todos os elementos necessários à construção e é recebida com entusiasmo pelo poeta.

O lote, em Porantim do Bom Socorro, município de Barreirinha, tem 100m x 120m. O projeto propunha a construção em estrutura de madeira lavrada, vedações em taipa de mão, cobertura de sapê e aberturas fechadas por venezianas e telas, técnicas e materiais adequados ao local de implantação (SEGAWA, 1989, p. 78). O próprio Thiago, com o auxílio de quatro operários locais, executa a obra. O poeta pede orientação a Severiano Porto, arquiteto com larga experiência na arquitetura amazonense, que propõe algumas adaptações. O resultado não fica distante da proposta original, a não ser pela substituição de alguns materiais: as paredes são erguidas em alvenaria de tijolos; o sapê é substituído por telhas de barro; em lugar das venezianas são utilizadas telas de material sintético. Além disso, o cercado de bambu da área de serviços é eliminado e é suprimido um lavabo no nível da sala de estar.

A casa, com três pavimentos de altura, tem planta retangular com dimensões de 14,2m x 9,4m (133,48m²) e conforma um prisma cujo topo é coroado por telhados em três alturas diferentes: um frontal, mais baixo, em três águas; o do meio, mais alto, em

quatro águas; e um posterior, de altura intermediária, também em três águas. O prisma, ritmado pela estrutura de madeira externamente aparente, apresenta originalmente duas adições: a escada frontal de acesso e o cercado curvilíneo de serviços ao fundo, elemento suprimido na construção. Além disso, o prisma é escavado por um pavimento térreo quase todo em pilotis e por uma sucessão de varandas, uma frontal e três posteriores. Forma-se, assim, um volume bastante complexo, perfurado por vazios em diferentes pontos e coroado por telhados que, de certa forma, dissolvem seus contornos ortogonais na parte superior. Estes contornos, entretanto, são recompostos abaixo pela modulação estrutural, que define os lados e os vértices do prisma original (Fig. 14).

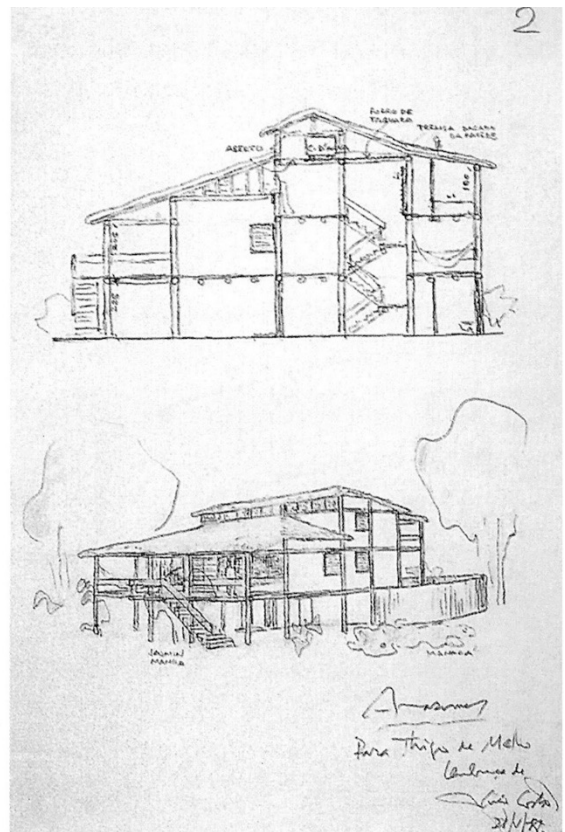
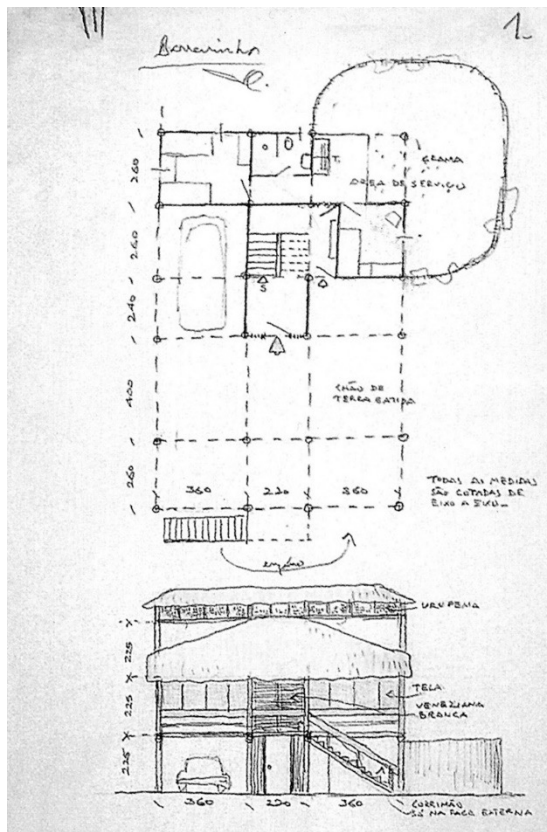


14. Maquete da Casa Thiago de Mello.

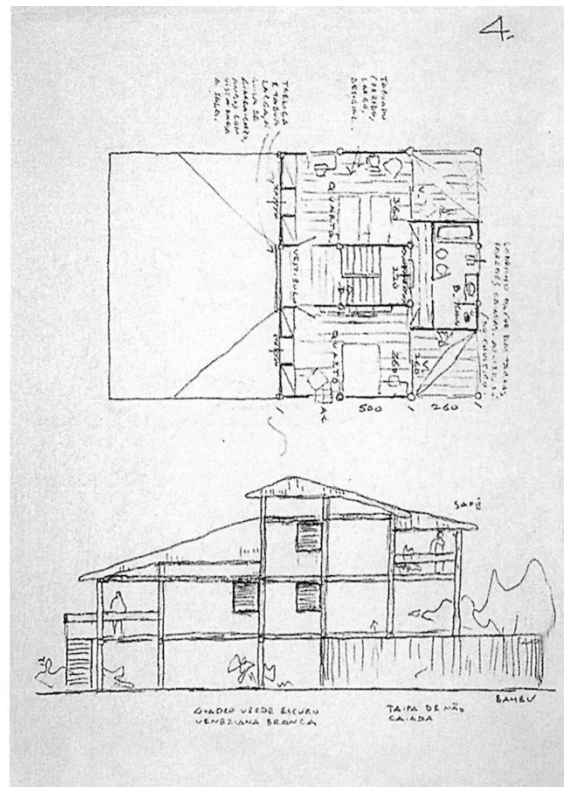
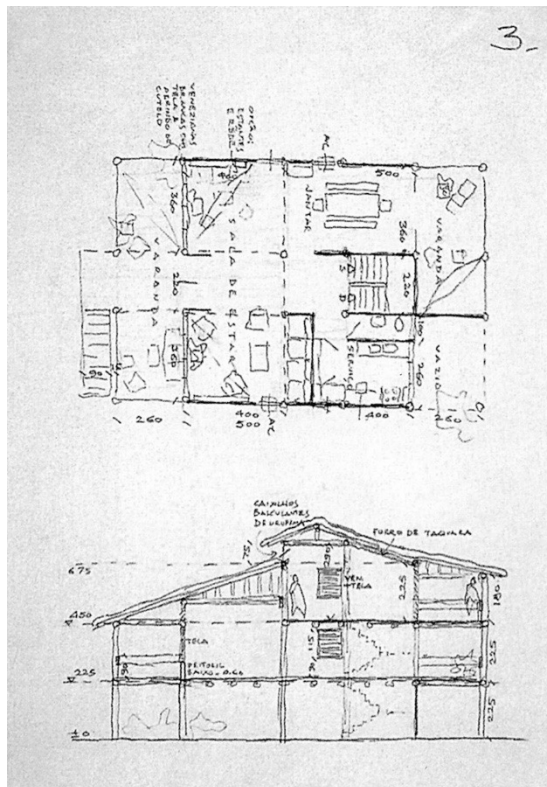
elfikurten.com.br/2013/08/thiago-de-mello-o-poeta-da-floresta.html

Na planta do térreo, fica perceptível a modulação estrutural, composta por 24 pilares de madeira, quatro no sentido longitudinal e seis no sentido transversal, formando um total de 15 módulos. Os quatro pilares frontais, repetidos longitudinalmente em seis linhas paralelas, formam três vãos, dois externos de 3,6m e um central de 2,20m, onde se encaixa a escada; os seis pilares laterais, repetidos transversalmente em quatro linhas paralelas, formam cinco vãos, o primeiro e os dois últimos de 2,6m e os centrais de 4,0m e 2,4m.

O térreo só é ocupado na parte posterior da residência, em que são preenchidos seis módulos estruturais, dois contendo hall de acesso e escada interior e os demais preenchidos por ambientes de serviços. Dois módulos destinam-se a abrigo de automóvel e os demais a espaço de lazer coberto (Fig. 15).



15. Planta térrea, corte transversal, fachada leste e perspectiva. Desenhos de Lucio Costa. WISNIK, 2001, p. 113.



16. Plantas 2º e 3º níveis, corte transversal e fachada norte. Desenhos de Lucio Costa. WISNIK, 2001, p. 113.

Frontal à casa, destaca-se o volume proeminente da escada de acesso, que conduz ao pavimento intermediário. A chegada é feita através de uma varanda frontal, que ocupa os três primeiros módulos da planta principal; nos três módulos subsequentes, de 4m de largura, ficam hall de entrada ao centro e sala de estar em dois ambientes; a seguir, nos próximos seis módulos, ficam sala de jantar, escada e banheiro, e, nos três módulos dos fundos, uma varanda e um vazio de dupla altura sobre a área de serviços (Fig. 16).

O pavimento superior ocupa apenas os nove módulos posteriores, onde se situam escada e banheiro centrais e dois dormitórios com respectivas varandas nos flancos; as duas varandas determinam arestas vazadas. Os outros seis módulos frontais, neste último pavimento, são ocupados pelo telhado de três águas, que cobre zona de estar e varanda inferiores. Um telhado mais alto, em quatro águas, cobre os dois dormitórios e a escada central; o telhado posterior, de altura intermediária, cobre banheiro e varandas voltadas para os fundos.

A altura do térreo é uniforme, com 2,25m do piso ao eixo da viga. Nos demais pavimentos, os pés-direitos iniciam em 2,25m, mas aumentam em função das inclinações dos telhados, chegando a mais de 3m no ponto mais alto (Fig. 16). Nas fachadas comparece a estrutura de pilares e vigas de madeira, formando um xadrez composto por retângulos, trapézios e triângulos na parte superior.



17. Vista Leste (frente).
SEGAWA, 1989, p. 78



18. Vista Sul (lateral) e Oeste (fundos).
WISNIK, 2001, p. 112.

A elevação frontal, a leste, é dominada pelo telhado que cobre a área social e pelos vazios do térreo em pilotis e da grande varanda logo acima; à sua frente, fica o volume aditivo da escada de acesso, que leva ao pavimento principal, e, bem ao fundo, o telhado mais alto dos dormitórios arrematado por uma janela horizontal contínua (Fig. 17). As laterais norte e sul intercalam os vazios do térreo e das varandas com a opacidade dos retângulos brancos de alvenaria rebocada, emoldurados pela estrutura de madeira. Nessas duas fachadas desenham-se as inclinações dos múltiplos telhados. As janelas são retângulos menores, que quase sempre se situam junto aos vértices superiores dos retângulos opacos de alvenaria. Exceto na sala de jantar, não

há vidro nas janelas: todas são teladas, proporcionando ventilação permanente e proteção contra mosquitos (Figs. 18 e 19). A fachada posterior, a oeste, tem o térreo mais opaco, mas os pavimentos superiores são quase completamente vazados pelas varandas (Fig. 20).



19. Vista Norte (lateral).
SEGAWA, 1989, p. 79.



20. Vista Oeste (fundos).
WISNIK, 2001, p. 112.

Forma-se, assim, um prisma bastante complexo, composto externamente por uma série de retângulos, trapézios e triângulos, ora opacos, ora perfurados por aberturas, ora vazados por varandas, coroado por telhados em múltiplos níveis. A estrutura de madeira aparente revela a modulação estrutural e as alturas internas e define as quatro arestas do prisma, manifestando seus contornos apesar da complexidade do coroamento. As varandas, protagonistas da composição, localizam-se dentro dos limites do prisma, junto às arestas, e estabelecem total conexão entre espaços internos e externos. Internamente, a inclinação dos telhados e a interconexão vertical dos espaços determinam múltiplas alturas.

A satisfação com o projeto é tal, que Thiago de Mello declara: “*Sinto um enorme gosto, um prazer estético e ao mesmo tempo um prazer humano, alegria de viver, só olhando de longe a casa*” (MELLO, 1989, p 111).

Mais tarde, Lucio projeta mais duas casas para o poeta. As três casas utilizam recursos materiais e acabamentos semelhantes e trazem subjacente características da arquitetura de Lucio Costa: o diálogo entre modernidade e tradição, entre erudito e popular, mas sem destoar da paisagem existente.

4 | AS CASAS COMPARADAS

Segundo o Dicionário Houaiss, “comparar” significa “relacionar coisas de mesma natureza ou que apresentem similitudes para procurar relações de semelhança ou de disparidade que entre elas existam” (HOUAISS, 2001, p. 773).

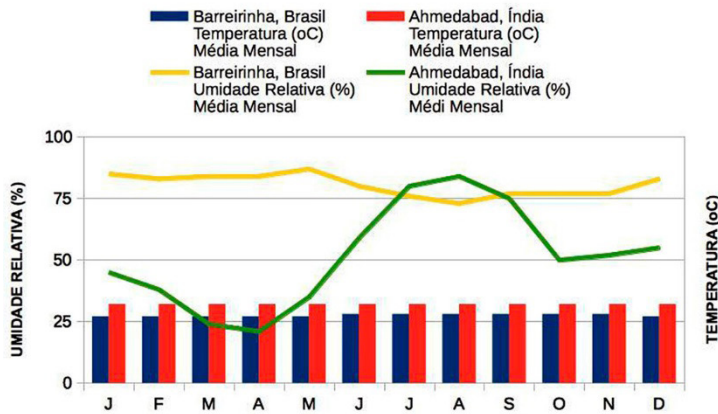
A comparação entre as casas Shodhan e Thiago de Mello, portanto, envolverá a

busca de relações arquitetônicas entre ambas, não apenas do ponto de vista de suas semelhanças, mas também de suas diferenças. Ambas serão cotejadas quanto aos seguintes aspectos: sítio, estrutura de suporte, técnicas construtivas, estruturas formal e compositiva.

A pergunta proposta é a seguinte: *Teria Lucio Costa levado em consideração a Casa Shodhan de Le Corbusier na concepção da Casa Thiago de Mello? A hipótese proposta é: Sim, a casa indiana teria sido de fato uma referência para o arquiteto brasileiro.*

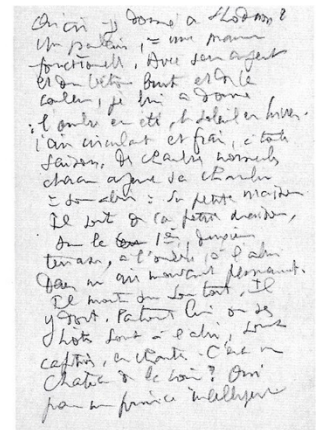
Para esta argumentação deve-se considerar, em primeiro lugar, que Lucio era grande admirador de Le Corbusier e que muitas de suas obras tiveram referência explícita nas do mestre europeu. Em *Registro de uma vivência*, Lucio declara que foi por insistência sua que Le Corbusier esteve no Brasil em 1936, como consultor do edifício do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro (COSTA, 1995, p. 17). Além disso, reconhece que tinha profundo conhecimento da obra teórica do arquiteto franco-suíço (COSTA, 1995, p. 135). É importante considerar, ainda, que Lucio conhecia e admirava profundamente, não apenas o trabalho da fase inicial ou “racionalista” do mestre europeu, mas também suas obras mais maduras, do chamado “período brutalista”. Nesse período, que atinge apogeu a partir dos anos 50, Le Corbusier vai gradativamente abrindo mão do “espírito da época” em favor do “espírito do lugar”, concebendo edifícios muito mais arraigados ao sítio, ao clima e à cultura local. É o caso da Casa Shodhan e de tantas outras obras emblemáticas.

Outro argumento essencial diz respeito às analogias existentes entre os sítios de implantação das duas casas, especialmente no quesito climático, já que Índia e Amazônia são regiões extremamente quentes. O Professor Heitor da Costa Silva faz um estudo comparativo entre as cidades de Ahmedabad e Barreirinha em relação a dois elementos climáticos: temperatura e umidade (SILVA, 2016). As temperaturas e umidades relativas, cotejadas em gráfico comparativo, mostram com clareza as altas temperaturas incidentes durante todo o ano em ambas as cidades, embora sempre um pouco mais baixas em Barreirinha que em Ahmedabad. Fica evidente, também, a maior uniformidade na linha de umidade relativa da cidade brasileira, mas há uma aproximação das duas linhas entre os meses de junho e setembro, correspondentes à época das monções (Fig. 21).



21. Temperaturas e umidades: Ahmedabad e Barreirinha.

SILVA, 2016, p. 2.



22. Sketch de Le Corbusier, 1955.

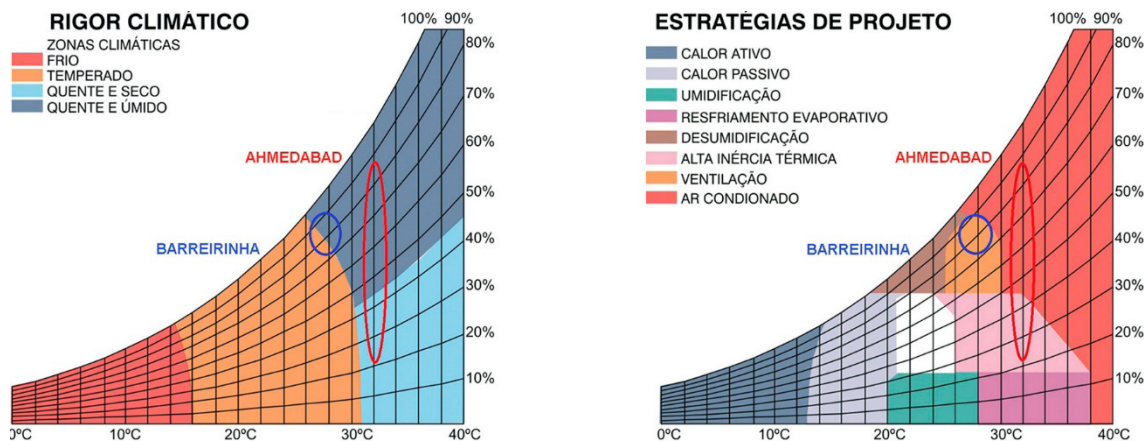
SKETCHBOOKS, vol. 3, J39, 451.

Em *Lecciones de diseño bioclimático para zonas tropicales en la Casa Shodhan de Le Corbusier* (RIVERA, 2014), o autor Rivera busca desvendar as técnicas de controle ambiental e eficiência energética aplicadas por Le Corbusier na Casa Shodhan. A gênese do processo de projeto, segundo ele, tem origem nas técnicas de controle ambiental para zonas tropicais úmidas. O ar condicionado é usado apenas nas zonas privadas e as áreas sociais são ventiladas através de métodos passivos, por efeito chaminé. Assim, foi necessário bem orientar o projeto no sentido dos ventos dominantes, para canalizá-los através dos vazios contínuos, em sentido ascendente. A preocupação com o controle do sol manifesta-se no teto parassol superior e nos diferentes tratamentos das superfícies verticais, de acordo com a orientação. Para Rivera, o projeto das fachadas, além da sensibilidade compositiva, responderia a determinantes 100% bioclimáticos e funcionais.

A preocupação de Le Corbusier com o condicionamento climático da Casa Shodhan é expresso por ele próprio num *sketch* de 1955 (Fig. 22):

“O que eu dei a Shodhan? Um palácio, uma casa funcional. Com seu dinheiro, algum concreto bruto e cor, eu lhe dei: sombreamento no verão, sol no inverno, circulação de ar e frescor em todas as estações. (...) Em qualquer lugar, ele e seus hóspedes estão protegidos, cativados, encantados. É um Château de la Loire? Sim, para um príncipe inteligente” (LE CORBUSIER, 1981, v. 3, p. 37.)

É certo que Lucio Costa conhecia as estratégias de condicionamento climático natural utilizadas por Le Corbusier em climas quentes e eventualmente úmidos, como a Índia, quando da concepção de sua casa amazônica. É certo, também, que conhecia perfeitamente a Casa Shodhan e é provável até que conhecesse a afirmação acima citada. Segundo o Professor Heitor, a principal estratégia de projeto para Ahmedabad e Barreirinha deve ser a mesma: ventilação, tanto para o resfriamento quanto para a dispersão da umidade (SILVA, 2016, p. 3) (Fig. 23).



23. Gráficos de Rigor Climático e Estratégias de Projeto.

SILVA, 2016, p. 2.

O volume prismático da casa indiana, recortado por múltiplos terraços, especialmente junto às arestas, é uma eficaz estratégia de ventilação, ideal para climas quentes e úmidos. Soma-se a isto, o uso dos pés-direitos duplos ou triplos e a intercomunicação vertical entre os espaços, que promovem ampla circulação do ar interior. Lucio enxerga tais estratégias como perfeitamente adaptáveis à sua casa amazônica e as adota integralmente.

A proteção solar da Casa Shodhan é feita através dos robustos brises de concreto armado diante da fachada sudoeste, dos múltiplos terraços estrategicamente localizados e do teto parassol superior. O sombreamento da Casa Thiago de Mello é feito através da farta vegetação nativa da floresta do entorno, das múltiplas varandas que se antepõem aos principais ambientes e dos telhados com beirais, que protegem também – e sobretudo – da chuva abundante.

E não se trata apenas da semelhança entre os climas, mas também da evidente analogia entre os lotes de implantação: ambas são casas isoladas em terrenos amplos, planos, sem restrições quanto a posicionamento e implantação. Originalmente, havia poucos elementos no entorno de ambas. O projeto de Le Corbusier fora concebido para um lote e acabou sendo adaptado a outro; tal adaptação requereu um giro da casa a 45 graus para melhor adequá-la à direção dos ventos dominantes. Esta mesma liberdade de implantação tinha Lucio Costa em seu lote de 100m x 120m no Sítio Porantim do Bom Sucesso.

Em *Registro de uma Vivência* (COSTA, 1995, p. 455), Lucio equipara a técnica do barro armado com estrutura de madeira – originalmente proposta para a Casa Thiago de Mello – com a estrutura independente de concreto armado – utilizada na Casa Shodhan. Le Corbusier emprega concreto armado em toda a residência, obtendo um objeto monolítico, pousado sobre o solo. Lucio Costa, por seu lado, emprega madeira na malha estrutural de pilares e vigas e a vedação acaba sendo feita em alvenaria de tijolos com cobertura de telhas cerâmicas, diferente da proposta original em barro armado e sapê. Além disso, eleva o prisma em pilotis – um dos cinco pontos

da nova arquitetura recomendados pelo mestre europeu –, ventilando-o também pela parte inferior. Segundo o Professor Heitor, a alta massa térmica é fundamental para Ahmedabad, já que alterna períodos úmidos e secos, o que é obtido através do bloco monolítico de concreto armado e da considerável espessura das paredes. A alternância e a maior leveza dos materiais na casa Thiago de Mello não proporcionam a mesma massa térmica, o que favorece o condicionamento ao clima essencialmente úmido de Barreirinha. Ali, o principal fator de controle ambiental é a ventilação, o que se obtém pela alternância de cheios e vazios e pelo térreo em pilotis, a exemplo das palafitas da região.

A Casa Shodhan, com base aproximadamente quadrada, tem modulação estrutural de 3 x 4 módulos, num total de 12 módulos, além dos balanços periféricos. Os três módulos aproximadamente centrais são bem mais estreitos que os demais, feitos sob medida para conter a rampa, principal elemento de circulação vertical. A Casa Thiago de Mello tem base retangular, bem mais alongada num sentido, e se compõe de 3 x 5 ou 15 módulos estruturais, sem balanços periféricos. Analogamente à Shodhan, o módulo central é mais estreito, dimensionado para conter a escada principal; a perfeita centralidade desse módulo, entretanto, determina uma simetria quase perfeita da Casa Thiago de Mello, o que não se verifica na Shodhan. A única adição importante que se observa em ambas as casas corresponde à circulação vertical, num caso o volume da rampa, noutro a escada frontal.

A estrutura de suporte da casa brasileira é aparente externamente, com pilares e vigas dispostos coplanarmente às fachadas, marcando a modulação e ritmando as superfícies verticais de vedação. Na casa indiana, os pilares são internos às vedações, num sistema de fachadas livres que tem base no sistema Dom-ino de 1914. Os pilares internos, entretanto, brotam externamente no pavimento superior, como apoios do grande teto parassol, e revelam, assim, a modulação estrutural. A estrutura de suporte, em ambos os casos, tem papel decisivo na definição da estrutura formal e compositiva dos edifícios.

Ambas são prismas de base retangular escavados por vazios de terraços, que, além de atenderem às demandas climáticas e funcionais, atuam como elementos compositivos de grande efeito plástico. Em ambas, os prismas alternam planos verticais opacos com vazios que fazem recuar os fechamentos e evidenciam a estrutura. O teto parassol plano da Índia, entretanto, é substituído pelo telhado inclinado no Brasil; o uso do telhado, sem dúvida, dilui os contornos do volume na parte superior, mas a integridade das arestas e das superfícies laterais é mantida, evocando e reconstituindo o prisma original. É preciso ter em conta que, na maioria de suas casas anteriores, Lucio Costa não utilizara a estratégia do prisma gerador de base retangular e os volumes apresentavam-se mais aditivos e menos regulares, muitas vezes recortados por pátios internos. Tanto em Shodhan como em Thiago de Mello, os ambientes internos têm alturas variadas, mas sempre contidos dentro do prisma original.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, voltamos à questão: *Teria Lucio Costa levado em consideração a Casa Shodhan de Le Corbusier na concepção da Casa Thiago de Mello?* Jamais saberemos com certeza, já que o próprio Lucio seria a única pessoa capaz de dar a resposta definitiva. Mas é incontestável que os argumentos antes apresentados são bastante convincentes para conduzir a uma resposta afirmativa.

Não há dúvida de que as diferenças entre as casas são também consideráveis: uma tem área maior e programa mais complexo; uma apoia-se sobre o solo, outra se eleva em pilotis; uma é construída em concreto armado, outra em madeira e alvenaria de tijolos; uma tem cobertura plana de concreto, outra, telhado cerâmico inclinado.

Mas, parece não haver dúvidas: as grandes afinidades entre autores e sítios de implantação, especialmente no que tange a clima, determinam semelhanças substanciais nas concepções formais, estruturais e compositivas. A Thiago de Mello não deixa de ser, por assim dizer, uma versão brasileira, quase cabocla, da Casa Shodhan.

Ambas são obras da fase madura de seus autores, que, naquela altura, já haviam depurado seus processos compositivos. Em *Registros de uma vivência*, Lucio olha para trás e conclui, referindo-se à Casa Thiago de Mello: *“Finalmente, numa como que volta às origens, dei o risco da casa que, em Barreirinha, no coração da Amazônia, o poeta nativo constrói, com zelo e amor”* (COSTA, 1995, p. 20.)

E assim o poeta conclui o poema dedicado ao amigo arquiteto:

“Sozinho na madrugada
de Brasília, seu milagre,
leio, me cresço e releio
(o amor esplende na página)
o que cego e poderoso
de juventude, escreveu,
me distinguindo a virtude
de maior merecimento.
Não dedicou ao poeta
nem à ternura do amigo,
Mas ao filho da floresta
onde sua Mãe nasceu:

“Para o Thiago,

que é da terra da mamãe” (MELLO, 2015, p. 84).

REFERÊNCIAS

1. BOESIGER, Willy. **Le Corbusier**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
2. CARLUCCI, Marcelo. **As casas de Lucio Costa**. São Carlos: USP, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2005.
3. CERETO, Marcos; DIAS, Thaís. A casa de campo de Lucio Costa na Amazônia. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4, 2015, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
4. COHEN, Jean-Louis. **Le Corbusier 1887-1965: lirismo da arquitectura da Era da Máquina**. Köln: Taschen, 2007.
5. COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
6. CURTIS, William J. R. **Le Corbusier: ideas and forms**. London: Phaidon, 1999. Cap. 14: The merchants of Ahmedabad, p. 202-212.
7. LE CORBUSIER. **Oeuvre Complète 1952-1957**. Zurich: Girsberger, 1995.
8. LE CORBUSIER. **Le Corbusier Sketchbooks: 1954-1957**. New York: The Architectural History Foundation; Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981. v. 3.
9. MELLO, Thiago de. **Acerto de contas**. São Paulo: Global, 2015.
10. MELLO, Thiago de. As casas amazônicas de Lúcio Costa. **Design & Interiores**, São Paulo, v. 3, n. 17, p. 107-111, dez. 1989.
11. RIVERA, Juan Sebastian. Lecciones de diseño bioclimático para zonas tropicales en la Casa Shodan de Le Corbusier. **Traza**, Bogotá, n. 10, p. 58-73, jul./dez. 2014.
12. SEGAWA, Hugo. Lucio Costa e as casas do poeta. **Projeto**, São Paulo, n. 125, p. 78-85, set. 1989.
13. SILVA, Heitor da Costa. **Estudos dos climas Índia Brasil: Le Corbusier & Lucio Costa**. [Porto Alegre]: [s.n.], [2016]. Texto digitado.
14. SUÁREZ, Maria Candela. Sobre la villa Hutheesing-Shodhan: pormenores de un encargo. **Massili**: anuario de estudios lecorbusianos, Barcelona, n. 43, p. 200-225, 2004.
15. WISNIK, Guilherme. **Lucio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

ANÁLISE DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DO USO NO TIJOLO NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA POMPEIA

Cristiane Leticia Oppermann Thies

Aluna do Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural (UFSM)
Santa Maria, RS

Clarissa de Oliveira Pereira

Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN)
Santa Maria, RS

Fernanda Peron Gaspary

Professora Mestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN)
Santa Maria, RS

RESUMO: As construções da imigração italiana na região de Silveira Martins, RS, contam com exemplares significativos para a história da arquitetura no contexto do patrimônio cultural. Porém, os métodos construtivos utilizados na época, deixam algumas incertezas quanto ao detalhamento em alvenaria de tijolos, devido à ausência de uma documentação mais precisa. Os imigrantes trouxeram consigo toda a sua cultura e suas técnicas construtivas que tiveram que ser adaptadas aos materiais disponíveis no local. As primeiras edificações eram de madeira, e com a instalação de uma olaria, a construção de alvenaria de tijolos se tornou a alternativa de escolha, já que não existia no local abundância de pedras para manter o mesmo tipo de arquitetura vindo

da terra natal. Com o intuito de analisar as tipologias construtivas de alvenaria de tijolo da região de Silveira Martins, serão feitos os desenhos de detalhes construtivos presentes no Conjunto Arquitetônico da Pompeia, interior do município. Este conjunto é formado por uma olaria, uma capela, um sobrado e um casarão. A maioria dos edifícios foi construída com tijolos à vista, dessa forma será possível verificar o detalhamento dos encaixes dos elementos entre si. O desenvolvimento deste trabalho vem com o objetivo de analisar as diferentes tipologias do uso da alvenaria de tijolos no período inicial da imigração da região da Quarta Colônia da imigração italiana, através do redesenho de detalhes construtivos do conjunto arquitetônico da Pompeia, especificamente. Isso será de grande importância para futuras intervenções ou simplesmente para a realização de manutenções no local. Além disso, a investigação do sistema construtivo através do redesenho poderia servir para o estudo em construções de tipologias semelhantes.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Italiana, Detalhes Construtivos, Redesenho.

ABSTRACT: The buildings of Italian immigration in the region of Silveira Martins, RS, have significant examples in the history of architecture in the Cultural patrimony context. However, the construction methods used at the time, leave

some uncertainties about the details in brickwork due to the absence of a more accurate documentation. The immigrants brought with them all their culture and construction techniques that had to be adapted to the local materials. The first buildings were made of wood, and with the installation of a pottery, building brick masonry became the first alternative, since it did not exist in the local, abundance of stones to keep the same type of architecture from the homeland. In order to analyze the building typologies of brick masonry in Silveira Martins, the present construction details drawings will be made in the architectural complex of Pompeii, inland the municipality. This set consists of a pottery, a chapel, a loft and a townhouse. Most of the buildings were built with exposed brick, this way you can check the details of the elements together. The development of this work was aimed to analyze the different types of the use of brick masonry in the early period of immigration in the region of the Fourth Colony of Italian immigration, through the redesign of constructive details of the architectural complex of Pompeii, specifically. It will have a great importance for future operations or simply for carrying out maintenance on the region. Furthermore, the investigation of the building system through the redesign could be used to study in similar types of constructions.

KEYWORDS: Italian Immigration; Constructive Details; Redesign

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar detalhes construtivos de edificações da região da Quarta Colônia da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Silveira Martins, RS. A metodologia empregada foi a análise por meio do redesenho de detalhes significativos do conjunto arquitetônico da Pompeia, que servirão para um melhor entendimento da técnica construtiva, diferenças entre os tamanhos dos tijolos e para registro e futuras consultas para intervenções no local ou em exemplares arquitetônicos similares.

2 | BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

No início do século XIX, com o crescimento da industrialização houve também um aumento no número de desempregos na Europa. Isso fez com que houvesse um grande incentivo por parte dos governos europeus para a imigração às Américas entre 1815 (queda de Napoleão) e 1914 (Primeira Guerra Mundial). Neste período estima-se que 40 milhões de pessoas saíram do continente (POSENATO, 1983). Ao mesmo tempo no Brasil, após sua independência, em 1824, foram incentivadas correntes imigratórias para povoar o interior do país. No Rio Grande do Sul iniciaram o povoamento ao longo do Rio dos Sinos e Caí e várzeas do Taquari e Rio Pardo, por luso-brasileiros. Em seguida veio a imigração alemã, que foi incentivada pelo acesso à linhas de crédito, e compra de passagem pelo governo, mas em 1867 já não era suficiente o número de colonizadores, o que foi agravado pela lei do ventre livre em 1871. A Alemanha já não

estava incentivando a emigração fazendo com que as campanhas de ida à América se voltassem para a Itália (VALLE, 2008). A imigração italiana no Rio Grande do Sul, segundo Ancarani (1914), começou no ano de 1874, mas só no começo de 1877 foi enviada a primeira expedição composta de 70 famílias de imigrantes destinados a colonizar o núcleo de Silveira Martins. Estas desembarcaram em Porto Alegre e seguiram de navio até Rio Pardo, de onde foram encaminhadas ao barracão dos imigrantes, em Val de Buia, hoje cidade de Silveira Martins, onde permaneceram até o loteamento e início das construções de suas propriedades. As terras foram divididas em linhas orientadas de norte para o sul, outras linhas transversais cortavam-nas em ângulo reto, formando lotes de 24 hectares. A partir deste momento iniciaram-se as construções das moradias.

Os imigrantes trouxeram consigo toda a sua cultura, inclusive suas técnicas construtivas (FILIPPON, 2007). Em cada região, os métodos construtivos foram adaptados conforme os recursos presentes na região e as habilidades construtivas dos integrantes da comunidade. Os principais métodos construtivos eram a construção em madeira, pedra e alvenaria de tijolo. A arquitetura da imigração italiana na região de Silveira Martins, RS, tem uma grande importância para a história da região, mas os métodos construtivos da alvenaria de tijolo utilizados na época e que não se tem conhecimento de terem sido detalhados. Como existiam poucos recursos para a construção de suas moradias e locais de trabalho, tiveram que se adaptar aos materiais disponíveis no local. As primeiras edificações eram de madeira, e com a instalação de uma olaria, a construção de alvenaria de tijolos se tornou a alternativa de escolha, já que não existia no local abundância de pedras para manter o mesmo tipo de arquitetura vindo da terra natal.

3 | HISTÓRICO DO LOCAL

O município de Silveira Martins localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul, à 284 km de Porto Alegre. A cidade é o berço da Quarta Colônia da Imigração Italiana, pois foi a quarta região a ser colonizada no estado. No seu interior, à dois quilômetros da sede do município localiza-se a Linha 4 Sul (denominada em decorrência da delimitação inicial da imigração através de linhas e pontos cardeais), também conhecida como estrada da Pompeia que dá acesso ao Conjunto Arquitetônico da Pompeia.

Este conjunto é composto por uma Capela, uma Olaria, um Sobrado e o Casarão da família Guerra, donos da propriedade desde a divisão dos lotes no início da colonização. As primeiras edificações do local foram a Olaria (local de trabalho) e o Casarão que era o local de moradia. A Capela da Nossa Senhora da Pompeia surge a partir de uma promessa feita por Vincenzo Guerra, que era oleiro de profissão em virtude de uma cura de uma doença. A construção foi iniciada em 1900 e concluída em 1909, sendo auxiliado neste trabalho por vizinhos do Vale. A capela foi construída

dentro da propriedade particular, próxima da olaria e da casa da família (RICHTER, 1990).



Figura 1: Igreja Nossa Senhora da Pompeia. Conjunto Arquitetônico da Pompeia. Silveira Martins, RS (Arquivo da Autora, 2015).

Por ser um conjunto arquitetônico construído entre o final do século XIX, e início do século XX, o local já teria uma importância histórica e cultural. Mas esta importância torna-se ainda maior no momento em que relembremos a história da imigração italiana na quarta colônia, onde encontramos a diferenciação das construções desta colônia em comparação com as demais. A presença desde cedo da Olaria faz com que as casas fossem construídas grande parte em alvenaria de tijolo, ao contrário dos demais sítios de colonização, onde o sistema construtivo predominante era pedra e madeira. As construções em pedra talhada ou encaixadas não tiveram uma difusão tão grande nesta região como nas primeiras colônias, pela facilidade de acesso ao material cerâmico. Isso vem a justificar mais ainda a importância da preservação do local. Já que a olaria teve um diferencial na arquitetura da região.

4 | USO DE ALVENARIA NA IMIGRAÇÃO



Figura 2: Casarão do Conjunto Arquitetônico da Pompeia. Silveira Martins, RS. Fonte: Arquivo da Autora, 2015.

Como existiam poucos recursos para os imigrantes italianos construírem as suas moradias e locais de trabalho, estes tiveram que se adaptar aos materiais disponíveis em cada local. As primeiras edificações eram de madeira e pedra pois havia abundância de madeira e de basalto naquelas regiões da serra gaúcha e o imigrante italiano dominava com maestria o uso da pedra para a construção (BERTUSSI, 1987). Com a instalação de uma olaria, a construção de alvenaria de tijolos se tornou a alternativa de escolha, já que havia escassez de pedras para manter o mesmo tipo de arquitetura vindo da terra natal.

Entende-se por alvenaria a associação de um conjunto de unidades de materiais (tijolos, blocos, pedras, etc.) unidos por argamassa, possuindo propriedades mecânicas intrínsecas capazes de constituir elementos estruturais (VALLE, 2008). Este sistema construtivo está presente na arquitetura de centros históricos e regiões antigas em muitos tipos de estruturas, como alvenaria portante ou como áreas de transferência de esforços da edificação para o solo.

5 | O USO DO REDESENHO COMO MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

Segundo Mahfuz (2013) o uso do redesenho de projetos é um meio de se adquirir conhecimento específico sobre os principais aspectos da arquitetura. Isso não é uma invenção recente, sendo usado a muito tempo para o ensino e pesquisa acadêmica. O modo de realizar esta reconstrução gráfica pode ser feita pela maneira convencional com lápis e prancheta ou com programas computacionais. De ambas as maneiras é possível observar detalhes arquitetônicos que não seriam visíveis somente com a observação ou análise do projeto. Além disso, com os conhecimentos advindos do redesenho podem ser utilizados na manutenção do patrimônio arquitetônico.

6 | METODOLOGIA

A metodologia da execução do trabalho consistiu em um levantamento métrico e fotográfico do local, com o intuito de observar e redesenhar o sítio. Dentro deste levantamento foram escolhidos alguns locais relevantes especificamente do uso do tijolo para redesenhar através de croquis.

7 | DETALHES CONSTRUTIVOS

As peças de tijolos encontradas no sítio tem diferentes tamanhos que provavelmente eram utilizados para diferentes finalidades. As peças com tamanho 30 x 12,5 x 7,5 cm são encontrados nos pilares da olaria, assim como no piso frontal do casarão. Estes locais por serem de grande exigência estrutural (pilares) e manutenção do calor (caso do forno) foram concebidos com peças mais robustas. Alguns pilares

da Olaria tem aproximadamente 45 cm de lado, pois a alvenaria dos pilares é de uma vez, sendo usado um tijolo inteiro ao comprido, associado a outro no menor eixo, com isso, o pilar torna-se com um elemento estrutural para a sustentação do telhado.



Figura 3 – Planta Baixa do Conjunto Arquitetônico da Pompeia.

Fonte: Scapin et al. 2006, prancha 2, adaptado pela autora.



Figura 4 – Croqui dos pilares da Olaria. Alvenaria de uma vez.

Fonte: autora.

O forno foi construído com o dobro da espessura dos pilares, sendo a largura de três tijolos de trinta centímetros, formando uma parede de mais de noventa centímetros de espessura. A abertura do bocal do forno é feita na conformação de arco, feito inteiramente de tijolos, estrutura que garante sustentação à grande e espessa parede.

A forma de arco é encontrada também no casarão em portas e janelas. Isto mostra uma preocupação com a estética já que o tijolo ficaria aparente, mas também com a função, pois o arco garante sustentação adequada para as aberturas na alvenaria.



Figura 5 – Croqui do forno de queima da Olaria. Mostrando a parede de 90 cm de espessura.
Fonte: autora.

As peças de tijolo utilizadas na construção do casarão, possuem dimensões de 25x 10,5 x 6 cm, apresentando-se menos robustas, provavelmente por seu uso ser na forma de alvenaria portante. Os encaixes dos tijolos são feitos por argamassa de cal e areia. É possível notar que para o posicionamento do madeiramento lateral, são inseridos travas de madeiras entre as fiadas das peças.



Figura 6 – Croqui da janela frontal do casarão. Nota-se o arco na parte superior e a verga de madeira.

Fonte: autora.

Os telhados das edificações são todos executados com telhas tipo capa/ canal, o que exige um madeiramento com espaçamento pequeno entre as terças para inserção das ripas que sustentam as telhas. O madeiramento está sempre aparente nas fachadas da edificação. O uso de calhas não foi registrado em nenhuma das edificações do conjunto. Inclusive no processo de ampliação



Figura 7 – Croqui do encaixe do pilar da Olaria com o madeiramento do telhado. Nota-se as telhas tipo capa-canal.

Fonte: autora.

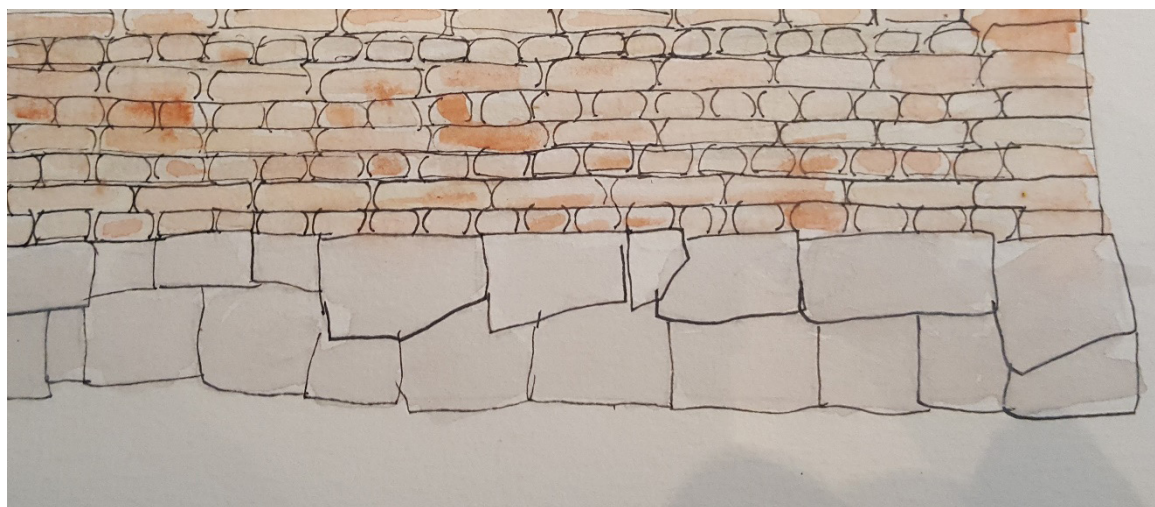


Figura 8 – Croqui do encaixe da base em pedras do casarão com os tijolos da parede.

Fonte: autora.

Na fundação e base do casarão foram utilizadas pedras presentes no local e que foram entalhadas para serem conformadas em formato mais regular. A alvenaria de tijolos encontra-se apoiada sobre esta base. As pedras eram apenas encaixadas e que os tijolos estão nivelados e rejuntados com argamassa de cal e areia.

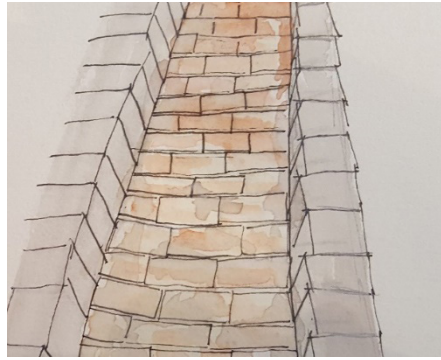


Figura 9 – Croqui do encaixe dos tijolos no canal coletor da água do telhado da Olaria.

Fonte: autora

No encontro de duas águas da olaria, presente em decorrência da ampliação do local, foi instalado um canal coletor desta água, direcionando-a para o curso d'água presente na lateral da edificação.



Figura 10 – Croqui dos degraus de acesso ao casarão feito em tijolos.

Fonte: autora.

Nos degraus da entrada do casarão foram executados em tijolo, sem revestimento. Nota-se o trabalho de encaixe feito com as peças.



Figura 11 – Croqui dos parede de tijolos vazados na olaria. Nota-se a diferença entre os tamanhos dos tijolos de vedação e dos tijolos dos pilares.

Fonte: autora.

Algumas paredes da Olaria tem paredes vazadas de tijolos. Estes tijolos foram os de menor tamanho encontrados no sítio, de tamanho 24x11,5 x 5 cm. No croqui da figura 11, podemos notar a diferença de tamanho entre os tijolos dos pilares para o da vedação.

Todas as paredes das edificações do conjunto possuem paredes de grande espessura, o que garante um bom isolamento térmico. Ainda que as peças confeccionadas na olaria fossem maiores do que é normatizado hoje (segundo a NBR 7170/1983 as medidas padrão são: 19 x 9, 5,7 cm), ainda assim a alvenaria não foi executada em nenhum momento na conformação de meia vez, que passou a ser a mais usual quando usamos o tijolo maciço, por ser mais econômica.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho foi possível analisar algumas das diferentes tipologias do uso no tijolo na construção do conjunto arquitetônico da Pompeia. Este estudo será de grande valor para o futuro restauro daquelas edificações e de outras que tenham o mesmo método construtivo. O estudo ainda está sendo executado e será ainda complementado pelo uso de novas tecnologias como a prototipagem e a fabricação digital.

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR 7071/1983, **Tijolo Maciço Cerâmico para Alvenaria.**

ANCARANI, Umberto. **Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914.** Revista Comemorativa do centenário da fundação da cidade de Santa Maria –RS 1814-1914.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. **Elementos de arquitetura da imigração italiana.** In: WEIMER, Gunter. A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1987, p.127.

FILIPPON, M.I. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço do habitar.** Dissertação de mestrado UCS, 2007.

SCAPIN et al. **Levantamento da Pompeia** –RPD Curso de Arquitetura e Urbanismo UFSM, 33 pranchas, 2006.

MAHFUZ, Edson. **Banalidade ou correção: dois modos de ensinar arquitetura e suas consequências.** Vitruvius, Arqtextos, agosto, 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.159/4857> (19/05/2016).

POSENATO, J. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. Ed EST/EDUCS 596 p. 1983.

RICHTER, I et al. **Medianeira e Pompéia: festividades religiosas populares na região de Santa Maria.** Ed. UFSM, Santa Maria, 1990, 123p.

RODRIGUES, E. **Execução de Alvenarias.** Disponível em: www.ufrj.br/

VALLE, J. B. S. **Patologia das Alvenarias** Causa / Diagnóstico / Previsibilidade. Monografia (Especialização em Tecnologia da Construção Civil). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG. 2008.

ENTRE O DISCURSO E OS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE DESCRIVEM A FORMA DO MUSEU GUGGENHEIM DE GEHRY

Luciana Sandrini Rocha

IFSul - Instituto Federal Sul-rio-grandense
Pelotas - RS

Adriane Borda Almeida da Silva

UFPeI, FAURB, DAURB, GEGRADI
Pelotas - RS

RESUMO: O edifício do Museu Guggenheim de Frank Gehry tem sido utilizado para exemplificar diversas denominações atribuídas, recentemente, à arquitetura, tais como arquitetura escultórica, arquitetura fractal, arquitetura digital. Entretanto, não foram encontrados discursos que evocam e interpretam a obra, acompanhados de razões objetivas e apoiados na decomposição formal, por exemplo, com o propósito de explicitar o porquê de tal associação à geometria fractal. A investigação, no âmbito deste estudo, objetivou, por meio de demonstrações gráficas sobre as representações da obra, compreender os discursos dos teóricos e do próprio arquiteto, buscando assim associar a terminologia empregada aos elementos de análise que a geometria fornece. Centra-se, assim, na análise objetiva advinda de conceitos geométricos que possam explicitar a organização formal da obra, buscando-se extrair sua lógica compositiva. Constituiu-se a hipótese de que a forma do

edifício pode ser descrita a partir da identificação de um repertório reduzido de elementos. Sobre este repertório são aplicadas transformações de rotação, somadas às deformações que sugerem procedimentos recursivos. Esta leitura facilitou compreender a atribuição do termo fractal à edificação em questão. Ainda, sob esta abordagem geométrica, foram elaboradas hipóteses que consideram um rigoroso controle formal, que parte de procedimentos clássicos de traçado, regulados tanto em projeção ortográfica, mantendo proporções, paralelismos e convergências, como em perspectiva, explorando concordâncias nas visuais de curvas não coplanares e promovendo efeitos anamórficos que remetem ao mesmo repertório formal básico da obra, o que reforça ainda mais o uso da recursividade própria da geometria fractal.

PALAVRAS-CHAVE: Museu Guggenheim. Frank Gehry. Forma arquitetônica. Geometria.

ABSTRACT: The Guggenheim Museum building of Frank Gehry has been used to illustrate various names attributed recently to Architecture, such as sculptural architecture, fractal architecture, digital architecture. However, it haven't found speeches that evoke and interpret the work, accompanied by objective reasons and supported by formal decomposition, for example, in order to explain

why it is associated to fractal geometry. The research has had didactic interest and has aimed, through graphic demonstrations, understand the speeches of theoretical and the architect himself, seeking to associate the used terminology with elements of analysis that geometry provides. It focuses, in this way, in the objective analysis from geometric concepts that can explain the formal organization of the work, searching for its compositional logic. It constituted the hypothesis that a small repertoire of elements can describe the shape of the building. On this repertoire, rotation transformations are applied and deformations are added, suggesting recursive procedures. This reading has made easier to understand the assignment of the word fractal to the building in question. Under this geometric approach, it has been elaborated hypothesis that considers a strict formal control, that part of classical tracing procedures, regulated in orthographic projection by keeping proportions, parallelisms, and convergences, as well as in perspective, exploring concordances in visual of non-coplanar curves and promoting anamorphic effects that refer to the same basic formal repertoire of the work, which further strengthens the use of recursion own of fractal geometry.

KEYWORDS: Guggenheim Museum. Frank Gehry. Architectural form. Geometry.

1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho estuda-se o projeto do edifício do Museu Guggenheim de Bilbao, realizado pelo escritório de Frank O. Gehry. De acordo com (Guggenheim 2015) o estudo preliminar deste projeto foi o vencedor de um concurso, entre três propostas apresentadas à Fundação Solomon R. Guggenheim, em 1990. A participação de Gehry foi por convite e a obra se desenvolveu entre 1993 e 1997.

Para Naomi Stungo, a obra se traduz como “uma explosão à beira do rio, um tumulto de contornos e formas” (Stungo 2000, 20), ilustrando o seu discurso com fotografias do edifício. Destaca o impacto dessa construção, na cidade de Bilbao, da seguinte maneira:

...Transformou a capital basca, que era um verdadeiro deserto pós-industrial, em uma atração turística internacional. Mostrou-se tão popular que, no primeiro ano, a renda da bilheteria representou 0,5 por cento do PIB da região. (Stungo 2000, 20)

Com isto, a autora referida atribui ao projeto do Museu a revitalização de Bilbao, cidade que passava por uma época de grande estagnação econômica.

Charles Jencks, a partir de um texto também ilustrado por imagens fotográficas da obra, observou que:

Desde que o novo Guggenheim de Gehry abriu em Bilbao, em 1997, os arquitetos perceberam que um novo tipo de edificação tinha surgido, e que havia um padrão a ser superado. Seu edifício de referência (**eufemismo dizer para o que costumava ser chamado de monumento**) puxa esta antiga cidade industrial e seus arredores – o rio, os trens, carros, pontes e montanhas – **e reflete a inconstância do humor da natureza, as menores mudanças na luz do sol ou chuva**. O mais importante é que suas formas são sugestivas e enigmáticas de modo que se relacionam **tanto com o contexto natural quanto com o papel central do museu na cultura global**. (...) Esta estratégia emergente (...) agora se tornou uma convenção dominante do novo paradigma. (Jencks 2002, 157-158, tradução e grifo nossos).

Neste discurso, percebe-se que o referido autor, além de caracterizar a obra como arquitetura monumental, atribui um caráter “sugestivo e enigmático” à proposta de relação formal da obra com o contexto físico e conceitual.

Denna Jones reforça esta percepção de Charles Jencks, de que se estaria frente a um novo paradigma de processos de produção de arquitetura, se expressando da seguinte maneira:

“No início dos anos 1990 a mudança do contexto intelectual que influenciou a arquitetura não linear de Eisenman e do Foreign Office Architects espelhava os aperfeiçoamentos nos softwares arquitetônicos, que costumavam ser cooptados por outras profissões. Gehry foi um dos primeiros a aderir. (...) Originalmente um exercício escultural, o formato inicial do museu não veio dos métodos digitais, mas da apreciação de Gehry da **paisagem e do contexto. À medida que o projeto prosseguia, Gehry ficava cada vez mais impressionado com a capacidade do software digital para gerar formas**” (Jones 2015, 523-524 / grifo nosso).

Este discurso de Jones explica as designações de Arquitetura Digital e Escultórica atribuídas à obra. Além disto, faz perceber o deslumbramento do momento em que Gehry passava a compreender a potencialidade das ferramentas digitais para o aperfeiçoamento de seu processo projetual e do quanto poderia controlar com precisão a forma por ele pensada.

Junto ao endereço eletrônico oficial do Museu tem-se a reafirmação desta condição de parecer um processo escultórico porém totalmente controlado: “...o desenho de Gehry cria uma estrutura escultórica e espetacular perfeitamente integrada na trama urbana de Bilbao e seu entorno” (Guggenheim 2015, tradução nossa).

A documentação deste edifício, digital ou impressa, veiculada em contextos científicos ou não, refere-se especialmente às imagens fotográficas, destacando a necessidade de percorrê-la em diferentes trajetórias visuais para apreendê-la. Plantas, fachadas e seções são elementos densos e pouco elucidativos, neste caso, até mesmo para um leitor especializado.

Frente aos dados até então acessados, discursos e documentação, e sob um interesse essencialmente didático, questiona-se sobre quais elementos objetivos, da geometria, Gehry se apoia para estabelecer esta relação “tumultuada”, “enigmática” e ainda “integrada”? Dentre tantos elementos formais do entorno quais deles foram mais ou menos determinantes para a delimitação formal?

Para Jencks (2002, p.157), diversas obras de Gehry, incluindo a do Museu Guggenheim, incorporam elementos da geometria fractal. Esta geometria, sistematizada por Benoit Mandelbrot, envolve procedimentos recursivos para a descrição da forma, podendo ser de difícil tradução para um espectador leigo. O conceito de geometria fractal foi desenvolvido com o objetivo de descrever a geometria das formas da natureza que não haviam sido contempladas pela geometria Euclidiana. Mandelbrot explica que “... nuvens não são esferas, montanhas não são cones, litorais não são círculos, casca de árvore não é lisa, nem tampouco o relâmpago viaja em linha reta.” (Mandelbrot 1983, 1, tradução nossa). Buscando resposta para estes questionamentos e utilizando-se de

um saber constituído na história da matemática, associado à computação gráfica, ele sistematizou uma geometria capaz de descrever os elementos da natureza:

Ela descreve muitos dos padrões irregulares e fragmentados em torno de nós (...), através da identificação de uma família de formas que chamo de fractais. Os fractais mais úteis envolvem probabilidade e tanto suas regularidades quanto suas irregularidades são estatísticas. Além disso, as formas aqui descritas tendem a ser de escala, o que implica que o seu grau de irregularidade e/ou fragmentação é idêntico em todas as escalas. (Mandelbrot 1983, 1, tradução nossa).

Os fractais podem ser definidos através de um iniciador e um gerador que passam por um processo de recursão e alteração em sua escala, mantendo, porém, autossimilaridade ou ainda autoafinidade. Desta maneira, as partes são escalas reduzidas da versão total do objeto, sendo que a diferença entre um fractal autossimilar e um autoafim está em que, no segundo caso, as versões se formam em diferentes escalas e direções no espaço. Além disto, ambos os tipos podem ser exatos ou estatísticos, categorizados pela probabilidade, tendo o último as versões em escala reduzida estatisticamente iguais a do objeto completo.

A atribuição de características da geometria fractal à obra do Museu feita por Jencks (2002, pp. 157-158), também não está acompanhada de elementos objetivos que explicitem como e onde o arquiteto emprega, por exemplo, esta identidade formal em diferentes escalas e/ou direções.

Sedrez (2009), ao se referir à forma do museu como fractal, reproduz o discurso de Jencks (2002), denominando de “fractais fluídos” as superfícies semelhantes às formas da natureza, no caso as formas do tipo escamas de peixe. Incorpora desta maneira, o discurso do próprio Gehry quando explica a origem de seus referenciais formais. Gehry registrou que “peixes e seus movimentos sempre fizeram parte do vocabulário de minha arquitetura. Acho que isso me leva de volta à minha infância...” (Donada 2004) (tradução nossa).

Sala M. Martins e Henrique Librantz (2006, p.92), referem-se às “formas fractais” do edifício, também sem uma demonstração gráfica. Ganhão (2009) afirma que “(...) o Museu Guggenheim em Bilbao, (...) foi gerado computacionalmente usando a geometria fractal”, considerando que neste caso “(...) Novamente se constata que esta permite obter formas muito interessantes do ponto de vista arquitectónico e estético.”

A obra é também tratada como exemplo de arquitetura fractal em discursos disponíveis na rede mundial de computadores sobre as imagens do Museu, especialmente em *blogs* sobre arquitetura, como ocorre no sítio “*Ambiente Virtual de Aprendizagem em Arquitetura e Design*” (2015).

No entanto, até o momento, esta pesquisa não identificou estudos que busquem efetivamente explicar onde ocorrem processos recursivos, de autossimilaridade ou de autoafinidade na obra estudada, que justificariam sua classificação como tal.

Frank Gehry recebeu o prêmio Pritzker no ano de 1989. Gehry não dominava a linguagem digital e, em entrevista publicada por GIRON (2015), o arquiteto afirmou:

...O desenho à mão dá um sentido de continuidade (...) adoro a ideia da continuidade total e ambígua. Só depois transponho para a tela do computador. A imagem no computador é sem vida, fria, horrível. O computador não pode ser o inventor das formas. Nós é que temos que dominá-lo.

Mesmo utilizando-se de softwares no desenvolvimento de seus projetos, o processo projetual de Gehry se origina a partir de croquis e maquetes físicas. No caso do Guggenheim, após a elaboração de desenhos à mão foram executadas maquetes, inicialmente feitas em papel cartão e madeira, e depois em plástico de alta resistência (Gonzalez-Pulido, et al. 2015, p. 7).

Questionado sobre a possibilidade de comparar o seu método projetual por meio de maquetes em grande escala ao método dos arquitetos renascentistas, Gehry responde ao arquiteto e crítico Alejandro Zaera-Polo, da seguinte maneira:

Sim, é verdade. (...) Se eu tivesse que dizer qual é minha maior contribuição para a prática da arquitetura, diria que é conseguir uma coordenação entre as mãos e os olhos. Isso significa que fui me tornando muito bom em levar a cabo a construção de uma imagem ou de uma forma que estou procurando. Acho que é minha melhor habilidade como arquiteto. Sou capaz de transferir um croqui para uma maquete e daí para um edifício... (Zaera-Polo 2015, 221)

No processo do Museu, o modelo físico foi decodificado para a linguagem CAD-CAM utilizando uma caneta digitalizadora, através do software CATIA e, a partir deste modelo já controlado no espaço digital, foi desenvolvida toda a documentação do projeto arquitetônico, bem como o cálculo estrutural e o detalhamento de estruturas metálicas e de revestimentos. Conforme afirma Gonzalez-Pulido, 2015, Gehry já havia feito experimentações em projetos anteriores, mas foi a partir do museu de Bilbao que ele e sua equipe consolidaram este método de trabalho. (Gonzalez-Pulido, et al. 2015, p. 17).

Por outro lado, o senso comum leigo tem veiculado outras percepções sobre este processo projetual. O arquiteto virou personagem no desenho animado “Os Simpsons”, sendo retratado como um artista capaz de criar seus edifícios a partir de um papel amassado e construí-lo através de deformações, como ilustrado pela sequência de imagens da Figura 1. Percebe-se assim que diante da obra existe também a especulação de que o processo criativo de Gehry é “aleatório” ou desprovido de método.



Figura 1: Imagens de episódio dos Simpsons em que Frank Gehry projeta uma sala de concertos. Imagens superiores representam o processo projetual e inferiores o método construtivo. Fonte: imagens captadas a partir de vídeo -

<https://www.youtube.com/watch?v=vUuAU8Fm5bM> (Acesso em 28/5/2016).

O desenho animado, aliado ao fato de Gehry ter recebido o Pritzker, considerado o maior prêmio que um arquiteto pode receber, demonstra que sua obra é apreciada e discutida tanto por leigos quanto pela crítica especializada.

2 | METODOLOGIA

Os materiais e métodos utilizados neste estudo foram sendo delimitados no decorrer de um exercício de uso de elementos objetivos, advindos da geometria, como promotor da compreensão de estratégias projetuais de arquitetura. Este tipo de exercício tem sido aplicado em contextos de graduação e pós-graduação junto às disciplinas da área de Representação Gráfica e Digital da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. A partir de práticas didáticas, como as descritas em Borda, Pires e Vasconcelos (2012), são abordados conceitos e procedimentos geométricos e de representação como repertório introdutório para a prática projetual. Este repertório parte do estudo de sistemas de classificação de geometrias, de entes geométricos, de princípios de concordância, simetria, recursão, proporção e traçados reguladores, aplicados em exercícios de análise das formas de arquitetura.

Este trabalho em específico, resultou do desdobramento de um exercício desenvolvido junto à disciplina de Representação Gráfica e Digital aplicada à Arquitetura, do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, PROGRAU/UFPel, no segundo semestre letivo de 2015. Neste contexto de pós-graduação, o exercício procura avançar em relação ao desenvolvido na graduação, buscando associar a terminologia empregada nos discursos dos teóricos e do próprio arquiteto aos elementos de análise objetiva que a geometria fornece. Desta maneira foram

constituídas hipóteses sobre os parâmetros de controle formal utilizados por Gehry.

Buscaram-se informações textuais e documentação digital, entre fotografias da edificação e representações técnicas, como plantas, cortes e vistas ortográficas, em livros, revistas e na rede mundial de computadores. Há muito material disponível, porém poucos referentes aos detalhamentos técnicos do projeto.

3 | A CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

3.1 Sobre as referências formais a partir do lugar

.... La plaza y la entrada principal del Museo se encuentran enfilando la calle Iparragirre, una de las principales vías que cruza diagonalmente Bilbao, extendiendo el casco urbano hasta la puerta misma del Museo. Una vez en la plaza, el visitante accede al Vestíbulo descendiendo una amplia escalinata, un recurso infrecuente que, en este caso, resuelve con acierto la diferencia de cota entre la ría del Nervión, en cuya ribera se sitúa el Museo, y el nivel de la ciudad, haciendo factible una espectacular estructura que, sin embargo, no rebasa la altura de las construcciones circundantes (Guggenheim 2015).

O lugar escolhido para a implantação do museu fica às margens do rio Nervión, próximo da Universidade, do Museu de Belas Artes e do Teatro Arriaga, importantes centros culturais da cidade, e com acesso facilitado através da rua *Iparragirre* e da Ponte Salbeko Zubia (ou Puento de La Salve), conforme se observa na Figura 2. Vale ressaltar que esse sítio foi escolhido pelo próprio Gehry, antes do início do concurso (Zaera-Polo 2015, 229). Naomi Stungo também faz referência a esta escolha:

Ao ver pela primeira vez o local do museu – uma faixa de terra em decadência bem no centro da cidade, à margem do rio Nervion, Gehry percebeu que o prédio devia ser tanto um reflexo da cidade quanto um elemento totalmente novo e dinâmico. (Stungo 2000, 20)



Figura 2: a) O museu e seus arredores, b) sítio antes da obra (ano de 1991) e c) após a obra.

Fonte: elaborada pelas autoras sobre imagens do programa Google Earth.

O trajeto da ponte Salbeko Zubia, construída na década de 1970, parece ter sido o ponto de partida para a organização dos traçados. O museu se estende sob a mesma através da Sala de Exposição 104, conectando-se com a torre existente no lado oposto da ponte (Figura 3). Essa torre é o elemento mais alto de toda a construção e dá acesso ao museu para quem chega através da ponte, fazendo contraponto com o volume do átrio, que só se sobressai em relação a ela em função de suas proporções. Em vídeo de Donada (2004), Gehry relata sua intenção ao projetar a torre:

...Quando eu projetei a torre, pensei em uma vela. Há um momento em que você está velejando e (...) apenas por uma fração de segundo a vela treme. Eu capturei esse momento. Isso é o que eu tento fazer com meus edifícios. Dar-lhes uma impressão de movimento me agrada porque isso os torna parte da grande mudança da cidade. Os edifícios são parte da vida e eles mudam. Há algo transitório sobre eles.” (Donada 2004) (tradução nossa).

O entorno do terreno e sua conformação topográfica foram determinantes no projeto de Gehry. Ao sul, numa cota mais elevada (situada no nível das ruas de acesso), o edifício se apresenta através de formas ortogonais e materiais tradicionais. Com isto estabelece relação com os espaços históricos da cidade, tanto formalmente quanto pelos revestimentos e cores adotadas.

Os elementos voltados para o norte, à beira do rio, apresentam formas orgânicas e são revestidos com materiais reflexivos, como vidro e placas de titânio, que valorizam a relação da edificação com a água e a natureza. O titânio ainda confere a cor acobreada do edifício e muda de tonalidade conforme o horário do dia ou as condições climáticas. O fato dessa parte do terreno estar situado numa cota inferior ao restante de seu entorno possibilita que o edifício, mesmo adotando uma escala monumental, respeite a altura das edificações do entorno, integrando-se a elas e ainda assim representando um elemento inédito na paisagem.

O átrio, além de ser o elemento organizador interno, dando acesso às galerias através de passarelas, o é também em termos volumétricos, conformando um volume central mais alto que os seus circundantes. Constitui um espaço híbrido, entre o exterior e o interior, comunicando o edifício com a cidade e o rio graças aos panos de vidro com a altura de três pavimentos. Este espaço está coberto por “*un gran lucernario en forma de flor metálica*” (Guggenheim 2015), parecendo também estar relacionada com a própria conformação do lote original (Figura 2b), que se assemelha a uma espécie de folha ou pétala.

3.2 Sobre a adoção de um traçado regulador

Conforme se observa na Figura 3, pode-se identificar traçados e eixos reguladores que parecem ter com ponto de partida o trajeto da ponte Salbeko Zubia. Observa-se também uma convergência de traçados para o local do átrio, o que reflete sua importância na organização interna dos espaços, conectando os eixos dos volumes prismáticos: de maior extensão (que também converge com o eixo da ponte), de menor

extensão (à esquerda) e o da sala de exposições 104, já citada anteriormente por se estender sob a ponte e se conectar com a torre.

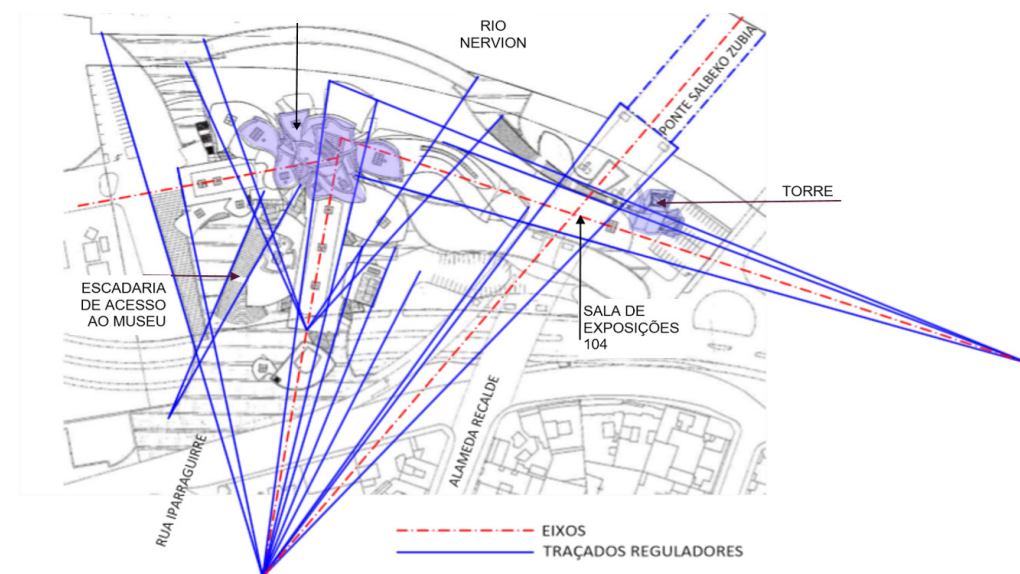


Figura 3: traçados reguladores.

Fonte: elaborada pelas autoras sobre imagem disponibilizada na internet.

3.3 Sobre a eleição de um repertório formal inicial

A obra transita entre superfícies poliédricas e paramétricas. Compreender o esquema organizacional do museu dá pistas para entender associações formais, conforme se observa na Figura 4 : a) o átrio (na cor amarela) constitui espaço central de distribuição, em conformação híbrida; b) volumes dos espaços administrativos, comerciais e de exposições do térreo se organizam ao redor do átrio, e passarelas promovem a circulação acima dele (em amarelo); c) “áreas utilizáveis” estão distribuídas em três pavimentos, e panos de vidro fazem o fechamento vertical entre os volumes; d) volumetria do conjunto, onde se observa os volumes prismáticos ou de revolução (em bege e azul) e volumes paramétricos (em cinza); e) demonstração da “altura útil” do edifício, que compreende menos da metade de sua altura total.

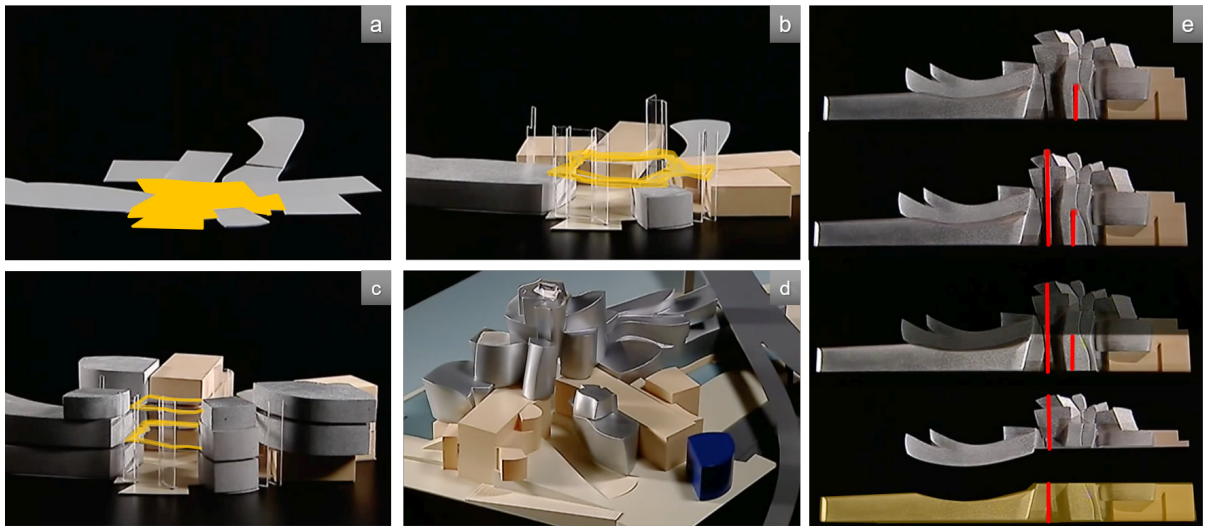


Figura 4: Estrutura organizacional do museu.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de imagens do vídeo de Donada (2004).

Os volumes prismáticos formam principalmente as galerias “tradicionais”, com plantas em formato quadrado, que recebem exposições “clássicas” (por exemplo as galerias 305,306 e 307), conforme se observa na Figura 5a (que mostra a secção do terceiro pavimento) e 5b, onde aparece uma dessas galerias. Estas salas de exposições apresentam piso de madeira e pés-direitos convencionais.

A tipologia das galerias se modifica para receber exposições de arte contemporânea, assumindo formas curvas, pés-direitos muito mais altos e pisos em concreto, como é o caso das salas de exposição 209 e 104. Estes espaços conformam as superfícies paramétricas que diferenciam o museu e são caracterizadas pelos críticos como formas orgânicas, fluidas ou livres.

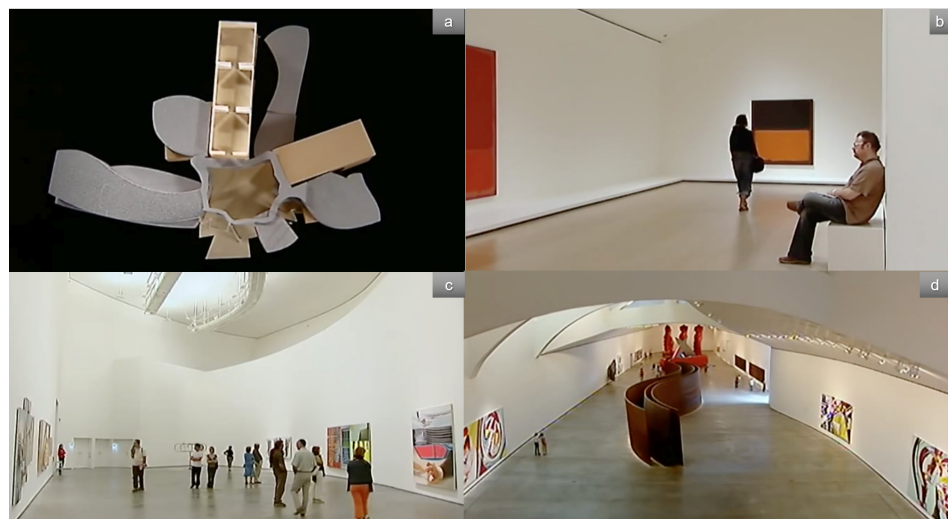


Figura 5: salas de exposições.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de imagens do vídeo de Donada (2004).

3.4 Sobre a recorrência de proporções determinadas e simetrias

A análise de proporções é dificultada em função da documentação apresentar poucas superfícies em verdadeira grandeza. Mesmo assim, o presente estudo

identificou na Figura 6: (b) proporções de retângulo raiz de 2 nos polígonos envolventes da fachada do volume prismático, de cada esquadria e do conjunto delas; sobre as imagens (c) e (d), a proporção áurea nos volumes prismáticos que conformam as salas de exposições “tradicionais”, quadrados na conformação de volumes secundários e nas salas de exposições “tradicionais”, e retângulo de raiz 2 nos sólidos envolventes das formas curvas. Em (a) o detalhe de modelagem dos volumes em madeira, sobre os quais, por decorrência das análises em planta, se lança a hipótese de terem sido constituídos a partir de sólidos envolventes controlados pela proporção raiz de 2, a qual aparece mais frequentemente no projeto. O fato dessas formas terem sido individualmente entalhadas em madeira indica ter havido muito cuidado com a modelagem de suas superfícies. Lindsey (2001, p. 45) também relata que após o desenvolvimento do projeto no CATIA foi produzido um modelo de verificação para garantir a precisão.



Figura 6: Proporções e simetrias.

Fonte: elaborada pelas autoras sobre imagens veiculadas na internet.

Observou-se ainda que os revestimentos de pedra e titânio são cortados em formato retangular e, apesar de não ter sido identificada uma determinada proporção entre eles, este fato garante a ideia de unidade do conjunto, mesmo com a contraposição entre opacidade e brilho desses materiais.

3.5 Sobre a recursividade: do urbano à escala do edifício

Dependendo do nível em que são feitas as secções para a obtenção das plantas, logicamente, as formas do Museu assumem diferentes curvaturas. No entanto, na análise da implantação do edifício é possível identificar um procedimento recursivo, em sentido anti-horário, de variação de escala sobre as diferentes formas, tendo como eixo central a posição do átrio. As Figuras 7a e 7c mostram os padrões de formatos de folhas e a sobreposição entre estes padrões, que mostra uma correspondência topológica entre eles. A Figura 7b mostra os mesmos padrões identificados na planta de implantação.



Figura 7: Padrões em folha falciforme. a) padrões identificados; b) planta de implantação com padrões de folhas falciformes; c) sobreposição de padrões.

Fonte: elaborada pelas autoras sobre imagem veiculada na internet.

3.6 Sobre o controle de relações de concordâncias, paralelismos e convergências nas visuais do edifício

Gehry, por meio de modelos físicos, ou com precisão, a partir dos digitais, controla a

forma ao nível dos olhos. Parece valer-se de efeitos anamórficos (ilusões de ótica sobre determinados pontos de vista) para lograr concordâncias e paralelismos. Conforme pode-se observar pelas imagens da Figura 8, as fotos eleitas para serem veiculadas no site oficial do Museu explicitam o propósito de continuidade e convergências.

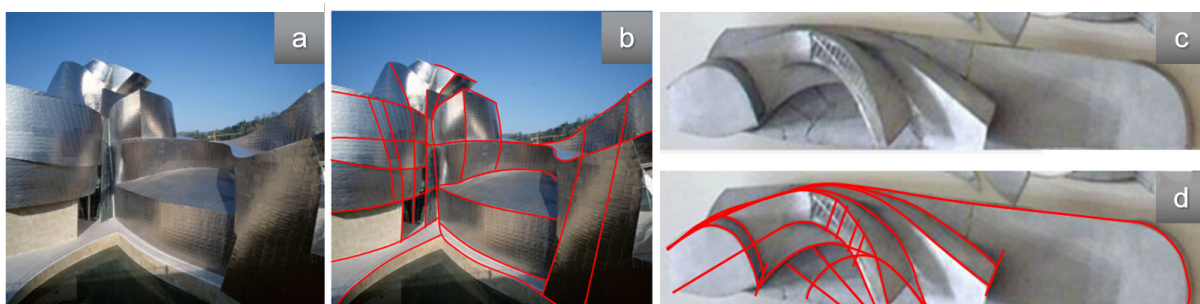


Figura 8: concordâncias. Fonte: elaborada pelas autoras sobre imagens veiculadas na internet.

Nas fotos veiculadas observa-se também o reforço da ideia de recursividade, das características fractais da obra, em que as visuais sempre remetam à leitura da forma de folha falciforme, cuja referência vem inicialmente do próprio lote (Figuras 2 e 8). A referência também pode fazer alusão a um peixe em movimento ou um barco, uma vez que o arquiteto revela isso em seu discurso.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre a caricaturização apresentada pelo episódio de “Os Simpsons”, onde um papel amassado é utilizado para representar o processo projetual de Gehry, e as lógicas identificadas a partir das análises gráficas aqui realizadas, existe uma distância considerável. Observou-se um processo que incorpora procedimentos projetuais clássicos e que exigem a desconstrução, para permitir compreender sua lógica, complexidade e rigidez de controle formal.

O fato de que o processo de desenvolvimento do projeto se deu a partir do controle preciso de desenho paramétrico, o qual reaproximou a matemática à ação projetual de arquitetura, pressupõe a possibilidade de identificar um rigor formal que explica a complexidade da obra.

Foi possível constituir a hipótese de que a forma do edifício pode ser descrita a partir da identificação de um repertório reduzido de elementos: um prisma reto de base retangular e um cilindro cuja seção se assemelha ao formato de uma folha do tipo falciforme (formato de foice). Sobre este repertório são aplicadas transformações de rotação, em sentido anti-horário, somadas às deformações que sugerem procedimentos recursivos.

A partir destes esquemas demonstrou-se então a existência de recursão, justificando-se tratar o edifício do Museu Guggenheim como um exemplo de arquitetura fractal, fato que num primeiro momento de pesquisa não estava claro. Foram deduzidos, de sua forma, procedimentos que progridem de linhas retas para

curvas, do plano para as superfícies paramétricas, cujos conceitos de concordância e paralelismo foram trilhados nos traçados e nas visuais, permitindo algo de pregnância e unidade em sua leitura.

A designação de arquitetura escultórica é justificada tanto pelo próprio discurso do arquiteto como pelo modo de produção e apropriação das tecnologias digitais em seu processo projetual. A necessidade de percorrer o objeto por meio das visuais e com isto ir modelando as curvas para que visualmente sejam contínuas em determinados pontos de vista, parece próprio da ação escultórica. Com isto Gehry planejou estrategicamente pontos de vista da cidade, trajetos delimitados previamente pela ponte, avenidas ou pelos caminhos traçados junto ao próprio projeto. Como um escultor, necessitou ter o objeto em suas mãos e, nada melhor do que tê-lo no espaço virtual para simular os efeitos anamórficos, o que antes provavelmente controlava pela fotografia das maquetes físicas, colocando a câmera sob determinados pontos de vista para a simulação na escala do observador.

Os sítios oficiais de veiculação das imagens da obra em questão constroem uma narrativa que nos dá todas estas pistas para decifrar os enigmas da obra, nos termos de Charles Jenks.

Como resultados destaca-se também a contribuição deste tipo de estudo de mestrado que passa a subsidiar as práticas de ensino na graduação, auxiliando na construção de discursos didáticos veiculados no âmbito das disciplinas de geometria e representação. Estes materiais têm auxiliado na demonstração sobre tipos de estratégias de configurações formais utilizadas nas práticas de projeto de arquitetura.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema estudado esteve baseado no fato de que os discursos sobre o Guggenheim Bilbao não deixam claro o porquê de sua forma ser denominada arquitetura fractal ou escultórica. Buscou-se compreender estas afirmações, por meio da análise gráfica apoiada em conceitos da geometria, procurando assim identificar elementos objetivos que tenham sido utilizados no projeto de Gehry.

Entende-se que os discursos, quando dissociados de uma demonstração objetiva, podem afastar-se de uma comunicação com propósitos educativos e de acessibilidade ao conhecimento sobre práticas projetuais de arquitetura. Para o caso estudado, a documentação arquitetônica específica da obra não chega a dar conta dos elementos que nos levam à compreensão de tais conceitos geométricos implícitos na ação projetual (no movimento das mãos e dos olhos) e/ou propositais (quando isto se transpõe ao espaço digital e parametrizado). Percorrer a obra parece não ser suficiente para apreender sua lógica projetual, embora outros aspectos, como um forte apelo visual, são reforçados pela valorização de determinados pontos de vista e pela escolha de materiais de revestimento, que mantém o mesmo vocabulário e regras apesar de contrapor opacidade, transparência e brilho.

REFERÊNCIAS

- Ambiente Virtual de Aprendizagem em Arquitetura e Design.** 2015. In: http://www.avaad.ufsc.br/moodle/mod/hiperbook/view.php?id=2089&pagenum=8&target_navigation_chapter=7795&show_navigation=1 (acesso em 04 de 11 de 2015).
- BORDA, Adriane B. A. S.; PIRES, Janice F.; VASCONSELOS, Tássia B e NUNES, Cristiane. **Trajetórias de aprendizagem em representação gráfica digital.** *Educação Gráfica v. 16*, 2012: 5-22.
- BORDA, Adriane B. A. S.; PIRES, Janice F.; VASCONSELOS, Tássia B. **O desenho (didático) para o Insight.** *XVI SIGRADI Congresso da Sociedade Íbero Americana de Gráfica Digital.* Fortaleza, 2012. 277-280.
- Le Musee Guggenheim de Bilbao** (vídeo). Direção: Julien Donada. 2004.
- GANHÃO, Susana M. G. R.. **Fractais na arquitetura.** *Artitextos*, 2009: 261-271.
- GIRON, Luís Antônio. **O Arquiteto Espetacular.** *Revista Florense*, outono de 2015: p. 12-19.
- GONZALEZ-PULIDO, Francisco; VAGGIONE, Pablo; ACKLEY, Laura e POLLALIS, Spiro N. **Managing the Construction of the Museo Guggenheim Bilbao.** In: http://www.uniroma2.it/didattica/ACALAB2/deposito/case_Guggenheim.pdf. (Acesso em 04 de 11 de 2015).
- Guggenheim.** 2015. <http://www.guggenheim.org/guggenheim-foundation> (acesso em 04 de 11 de 2015).
- JENCKS, Charles. The New Paradigm in Architecture. In: ***The Language of Post-Modern Architecture.*** London: Yale University Press, 2002.
- JONES, Denna. **Tudo sobre Arquitetura.** Rio de Janeiro: Sextante, 2015.
- LINDSEY, Bruce. **Digital Gehry: material resistance / digital construction.** Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2001.
- MANDELBROT, Benoit B. **The fractal geometry of nature.** New York: W. H. Freeman and Company, 1983.
- SALA M.; MARTINS, Ana M.; e LIBRANTZ, André F. H. **A geometria fractal e suas aplicações em arquitetura e urbanismo.** *Exacta*, 2006: 91-93.
- SEDREZ, Maycon R. **Forma fractal no ensino de projeto arquitetônico assistido por computador.** *Dissertação de Mestrado.* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- SEDREZ, Maycon R. **A contribuição da arquitetura fractal para o ensino de CAAD.** *Oculum Ensaios*, 2010.
- STUNGO, Naomi. **Frank Gehry.** São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- VASCONSELOS, Tássia B. e BORDA, Adriane B. A. S. **Técnicas de Análise sobre o uso de proporção na arquitetura.** *Educação gráfica (online) v. 18*, 2014: 142-157.
- ZAERA-POLO, Alejandro. **Arquitetura em Diálogo: Alejandro Zaera-Polo.** São Paulo: Cosac-Naify, 2015.

MUSEUS COMO FENÔMENO DE MASSAS: ARTE, ARQUITETURA E CIDADE

Bianca Manzon Lupo

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.
São Paulo, SP.

RESUMO: O século XX foi marcado pelos impactos da modernização e da industrialização, propiciando uma série de questionamentos acerca das consequências da produção serial no campo das artes, arquitetura e cidade. O crescimento da cultura *pop* norte-americana, associado ao contexto de crise do objeto, da arte e da cidade, relaciona-se diretamente à produção da arquitetura e do espaço urbano, que passam a assumir características dos meios de comunicação de massas. Observa-se a emergência de um paradoxo entre a sociedade midiática do consumo, a crise do conceito de historicidade e a concomitante valorização e difusão das instituições museológicas a partir da década de 1960. Logo, a questão principal suscitada por esta reflexão é compreender como os museus se inserem no contexto da sociedade de massas. A arquitetura espetacular de museus, que transforma profundamente os contextos urbanos nos quais se inserem, pode ser considerada uma questão chave para a compreensão do museu como *mass media*. Desta maneira, o artigo se desenvolverá a partir

de três eixos de análise: o estudo da cultura *pop* e de suas implicações na produção do espaço urbano – enfatizando as experiências norte-americanas de Disney e Las Vegas; a arquitetura como elemento de inserção do museu na sociedade de massas – a partir dos exemplos do Museu Solomon R. Guggenheim (Nova York, 1959), do Centro Cultural Georges Pompidou (Paris, 1977), do Museu Guggenheim Bilbao (Bilbao, 1992); e, por fim, a reflexão sobre o papel do museu no contexto da pós-modernidade e da cultura de massas.

PALAVRAS-CHAVE: Museus (arquitetura); Mass media; Cultura pop.

ABSTRACT: Modernization and industrialization have been important factors to the development of the twentieth century, creating new possibilities in arts, architecture and city serial production. The pop culture emergency, related to the context of object, art and city crisis, influences the architectural and urban space, which earns mass communication characteristics. In this sense, the image becomes more important than the object and the space reality, which demonstrates the historical crisis and the end of meaning systems. So, it is possible to see a paradox between the emergency of mass media and consumption society, the historical crisis and the diffusion of museum institutions, which begins in 1960s. In this sense, the main

question raised by this article is to understand how the museum institution can deal with the mass media society. The spectacular museums' architecture, which earns plastic characteristics, transforming the urban context, is a main point to think museums as mass media. As a result, the article will be developed in three parts. First, the pop culture and its relation with the urban space production will be studied – looking at Disney' and Las Vegas' experiences. Secondly, the spectacular architecture of museums will be presented – by the examples of Solomon R. Guggenheim Museum (New York, 1959), Georges Pompidou Cultural Center (Paris, 1977) and Bilbao Guggenheim Museum (Bilbao, 1992). Finally, a reflection about the museum role in context of post modernity and mass consumption society will be presented.

KEY-WORDS: Museums (architecture); Mass media; Pop culture.

1 | INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado pelos impactos da modernização e da industrialização, trazendo consequências diretas na escala da cidade, da arquitetura e do objeto. É evidente a expansão descontrolada das manchas urbanas, implicando em processos de degradação social e de perda da qualidade de vida nas cidades, colocando em risco a sustentabilidade e a saúde ambiental do planeta de modo geral. A fragmentação urbana pode ser associada à condição de incerteza ou instabilidade que surge com a massificação da produção industrial. Tal processo também pode ser verificado no que se refere à linguagem e aos discursos, relacionando-se à perda de continuidade nos valores históricos, à busca do impacto instantâneo, à produção e difusão massiva de imagens relacionadas à sociedade do consumo – de acordo com David Harvey em *Condição Pós-Moderna* (1989) – e à produção de arquitetura vaga e indistinta, derrubando fronteiras de tempo e espaço – conforme aponta Rem Koolhaas em *Junkspaces* (2000).

Tanto a “crise das cidades” como a “crise das artes”, evidenciadas por Giulio Carlo Argan em *História da Arte como História da Cidade* (1984), demonstram o processo de perda do conceito de historicidade – que pode ser observado com a destruição de tecidos urbanos a partir da especulação imobiliária, com a produção de arquiteturas genéricas e descontextualizadas, e com a crise do objeto como fonte de valor. Esse contexto acaba gerando o fim dos sistemas de significado, sendo que a ironia surge como modo preferido de expressão numa cultura destituída de valores históricos e que enfatiza a comunicação e a imagem como valores simbólicos. A negação da condição histórica real abre caminhos para novas formas de expressão: a “fantasia do porvir” e as “utopias tecnológicas”; ao mesmo tempo em que geram arquiteturas abertas, polimorfos e indeterminadas, conforme sugere Renato de Fusco em *Arquitetura como Mass Medium* (1970).

Nesse sentido, surge um paradoxo entre a emergência da sociedade midiática do consumo, a crise do conceito de historicidade e a concomitante valorização das

instituições museológicas a partir da década de 1960. Como é possível perceber, os processos de dessacralização do objeto de arte e de desconstrução do espaço museológico a partir da reprodutibilidade técnica, enunciada por Walter Benjamin (1936), afetam diretamente o espaço museológico. Pode-se recordar do conceito de “museu imaginário”, desenvolvido por André Malraux (1947), segundo o qual o uso de reproduções permitiria a livre associação entre as obras, rompendo fronteiras espaço-temporais. Destaca-se, também, o “museu portátil” ou “*boîte en valise*” de Marcel Duchamp (1941), composto por miniaturas de réplicas e reproduções fotográficas, de modo a distanciar-se da unicidade do objeto artístico e da própria exposição como mídia espacial.

Esses processos, contudo, não levaram ao desaparecimento ou perda de importância das instituições museológicas, conforme clamavam as vanguardas artísticas do século XX – tais como surrealismo, dadaísmo e construtivismo. Pelo contrário, após as duas guerras mundiais que marcaram o período, a preocupação com a preservação patrimonial, tutela e difusão de bens culturais cresceu consideravelmente de importância, acelerada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massas que ampliam continuamente as possibilidades de difusão cultural em larga escala. Nesse sentido, não apenas os museus não tiveram seu fim, como a própria musealização pode ser considerada como um novo fenômeno cultural emergente na pós-modernidade – o que é visível pela aceleração da criação de novas instituições e o surgimento de conceitos como “*museummania*” e “*boom de museus*” (HUYSSSEN, 1995).

Os museus, deste modo, se recolocam no contexto da sociedade de massas, tecendo novas relações entre arte, arquitetura e cidade. O espaço expositivo assume protagonismo na produção arquitetônica com o advento da cultura pop e das mídias de massas, a partir da década de 1960, condicionando transformações nos tecidos urbanos e propondo a arquitetura como evento estético e objeto artístico autônomo. Por outro lado, surgem novas relações que propõem o museu como espaço social, de suma importância num contexto de desintegração de conceitos como historicidade, temporalidade e espacialidade. Portanto, resta-nos colocar a relação entre museu e *mass media*, do ponto de vista artístico, arquitetônico e urbano, como o ponto central do desenvolvimento desta reflexão.

2 | CULTURA POP: ARTE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O museu inserido na “*mass media*” (HUYSSSEN, 1995), caracteriza-se como produto cultural da sociedade do consumo, do espetáculo e da era da informação. Remete, portanto, ao desenvolvimento da cultura pop, disseminada amplamente nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970, que trouxe consigo uma estética própria associada à produção de imagens para o mercado a partir da livre manipulação

dos signos de modo a torná-los interessantes e atraentes para o público consumidor a partir do estabelecimento do “discurso persuasivo” (ECO, 1991, p. 280), caracterizado pela repetição e redundância de ideias amplamente disseminadas e consolidadas no imaginário coletivo.

A ressignificação passa a ser um mecanismo de operação fundamental nesse contexto. Segundo o trecho, “*os artistas pop mostraram o valor do velho clichê quando usado em um contexto novo para obter um significado novo – a lata de sopa na galeria de arte – para tornar incomum o comum*” (VENTURI, 2003, p. 69). Assim, novas relações são criadas reiterando temas do passado, partindo da “ausência de qualquer inibição em face de todas as tradições” (ARGAN, 1992, p. 507). Deste modo, a ironia e a busca por novas apresentações configuram-se como mecanismos comumente utilizados para acrescentar o aspecto de novidade a elementos já conhecidos.

Artistas como Andy Warhol, Roy Lichtenstein e George Segal se utilizavam amplamente de objetos do cotidiano, fotografias de personalidades e instrumentos tecnológicos, remetendo-se a elementos da linguagem publicitária e utilizando, muitas vezes, processos de criação que próprios dos desenhos animados. “*A coisa foi substituída por sua imagem*” (ARGAN, 1992, p. 581), e os objetos passam a funcionar como signos, marcas ou slogans; os quais, retirados de seu contexto, podem ser infinitamente reproduzidos. Ou seja, o objeto individualizado é substituído pelo produto anônimo, padronizado e repetido em séries ilimitadas. Nesse sentido, “*a arte pop é a primeira a explorar o próprio estatuto de arte-objeto assinado e consumido*” (BAUDRILLARD, 2011, p. 122), denunciando o desconforto do indivíduo frente à uniformidade da sociedade do consumo, ao mesmo tempo em que se apropria do automatismo serial como forma de expressão.

A instabilidade verificada tanto na linguagem visual, como na formação de discursos na pós-modernidade, ocorre, também, nos processos de produção artística. A figura do “artista como produtor”; “a ficção do sujeito criador cede lugar ao franco confisco, citação, retirada, acumulação e repetição de imagens” (HARVEY, 2013, pg. 11). O objeto de arte acabado abre espaço para a performance e o happening. A própria *pop art*, ao se utilizar da ambiguidade, da ironia e de certo humor, suscita curiosidade no indivíduo e remete à poética da “obra aberta” (ECO, 1991), que desconsidera o objeto artístico como acabado, valorizando a interação com o fruidor e multiplicando suas possibilidades operativas e interpretativas.

A cultura pop não se restringe exclusivamente à esfera artística ou publicitária, exercendo forte influência na produção urbana e arquitetônica na segunda metade do século XX. O mundo dos desenhos animados, criado por Walt Disney, na década de 1930, ganha espacialidade com a construção do parque temático Walt Disney World, na Califórnia, em 1955. Em vários aspectos, os temas desenvolvidos na produção do complexo remetem às discussões acerca da cultura pop: a criação de arquiteturas cenográficas, a livre e imaginativa apropriação dos mais variados temas no mesmo lugar, o pastiche histórico e o uso de estratégias que relacionam o ambiente a processos

psicológicos, perceptivos e cognitivos. Além disso, podem-se destacar as estratégias de marketing urbano, evidenciadas pela contratação de arquitetos de prestígio para o desenvolvimento de projetos, tais como Michael Graves, Frank Gehry, Robert Venturi, Aldo Rossi e Arata Isozaki.

De modo contundente, várias experiências espaciais executadas remetem à crise da historicidade e do lugar, abrindo caminho para o livre desenvolvimento imaginativo. Como exemplo, recorda-se da criação da Main Street (1955), uma representação da cidade ideal norte-americana do século XIX, simbolizando a imagem de um idealizado passado coletivo. Outro caso é o Epcot Center (1982) – Experimental Prototype Community of Tomorrow; centro que reúne pavilhões de vários países, a exemplo dos projetos urbanos utópicos expostos nas feiras mundiais do século XIX. A linguagem é absolutamente livre, permitindo a reunião de diversos monumentos estrangeiros num mesmo espaço. Torna-se, então, possível visitar no pavilhão italiano, réplicas da Fontana di Trevi, em Roma, e da Piazza San Marco, em Veneza; no francês, da Torre Eiffel; no alemão, de uma vila típica da Bavária; no mexicano, de uma pirâmide asteca, e assim por diante.

É verdade que, no caso da Disney, essas experiências são possíveis porque se trata da criação de um mundo propositalmente imaginário, que se desenvolve no plano da ficção do real. “*A Disneylândia é um modelo perfeito de todos os tipos de simulacros confundidos*” (BAUDRILLARD, 1991, p. 20), dentro do qual todos os jogos de ilusões são permitidos. Entretanto, o autor aponta para a crise das fronteiras entre o real e o imaginário, emergente em um mundo irreferencial, dominado pela confusão entre os princípios de realidade e de desejo. Logo, estratégias nascidas com a cultura pop, partindo da descontextualização e da livre associação, passam a influenciar generalizadamente a produção artística, arquitetônica e urbana a partir da segunda metade do século XX.

O exemplo mais evidente de cidade midiática, baseada fundamentalmente no uso do signo como símbolo, é o caso de Las Vegas (VENTURI, 2003). A paisagem é marcada por grandes vias de alta velocidade e por elementos de propaganda que definem as relações espaciais, desenvolvendo temas que permeiam o imaginário coletivo. Conforme o trecho, “*o símbolo domina o espaço. A arquitetura não é mais suficiente*” (VENTURI, 2003, p. 39). Ou seja, a arquitetura é proposta como problema visual, não mais como questão espacial.

Las Vegas, ainda, pode ser considerada um exemplo de “cidade kitsch”, adaptada às exigências da sociedade de consumo e cujo programa se volta para o entretenimento, a recreação e a ocupação do tempo livre – por meio de cassinos, restaurantes, hotéis, e outras atrações. Concentrada em seu próprio presente, as relações com o passado ocorrem por meio da ironia ou da releitura imaginativa de elementos que adquirem novos valores. De acordo com o trecho, “*o ‘kitsch’ revaloriza evidentemente o objeto raro, precioso e único (cuja produção pode também tornar-se industrial)*” (BAUDRILLARD, 2011, p. 115); propondo, porém, relações desconcertantes

com formas, materiais e símbolos do passado. Como exemplo, recorda-se do projeto da Piazza D'Italia, de Charles Moore (1976-79), no qual o vocabulário da arquitetura clássica se mistura ecleticamente a técnicas da *pop art*.

Deste modo, vê-se que a cultura *pop* possui rebatimentos relevantes no âmbito da produção urbana, arquitetônica e artística – além da evidente importância na esfera publicitária. De que maneira, contudo, o museu é influenciado por esse contexto de transformação cultural, baseado nos conceitos de crise da historicidade e do objeto? É possível o museu assimilar características da *mass media*, seguindo as lógicas emergentes da sociedade do consumo e da indústria de massas; desenvolvendo, ao mesmo tempo, seus princípios fundamentais de salvaguarda e preservação patrimonial?

3 | ARQUITETURA DE MUSEUS COMO ELEMENTO DE COMUNICAÇÃO

A partir da década de 1960, os museus passaram a pertencer à lógica da indústria cultural. A “cultura de museus” e a “indústria da herança” (HARVEY, 2013, pg. 64) estão inseridas num contexto em que a produção da cultura partilha das lógicas próprias da produção de mercadorias, objetivando e incentivando a constante inovação por meio da experimentação estética. Nos anos 80, os museus passaram a se firmar como instituições culturais de sucesso, consolidando seu papel como produto da indústria de massas. Segundo o trecho, “*o papel do museu como local de conservação elitista e bastião de tradições da alta cultura deu lugar ao museu como “mass medium”, como lugar de espetacular mise-en-scène e operações exuberantes*” (HUYSEN, 1995, p. 14. tradução nossa).

Dessa maneira, o museu começa a se definir como “espaço de simulação” e de “ficção” (BAUDRILLARD, 1991), operando na chave de criação e satisfação de desejos e incorporando características dos meios de comunicação de massas. A mídia, a logomarca e os aparatos publicitários associados ao museu inserem-se na lógica de estímulo de desejos por meio da imagem, da fantasia e do simulacro, gerando uma busca incessante por ‘algo a mais’, pelo extraordinário ou fora do comum. O que se está procurando, afinal? Segundo W. Mitchell, “*o “aquilo” é precisamente a carga de valor, poder e interesse carregada por termos culturalmente construídos, como natureza e convenção, espaço e tempo, visual e aural, icônico e simbólico*”. (MITCHELL, 1987, p. 161, tradução nossa). Em que medida, contudo, o museu oferece respostas a essa busca?

A ‘aura de sacralidade’ do objeto de arte; inalcançável, mas estimulada por meio da reprodução de imagens, seria a primeira possibilidade. A reprodução massiva de imagens relacionadas a objetos de arte estimula o desejo por vislumbrar o original. Por outro lado, podemos ver que as novas tecnologias surgem como objeto do fetiche no museu. Desde as Exposições Universais do século XIX, o espaço expositivo assume o

caráter de mostrar e divulgar inovações técnicas e tecnológicas, inclusive do ponto de vista arquitetônico, erigindo estruturas gigantes e vistosas, geralmente pré-fabricadas, de rápida montagem e existência temporária. Conforme o trecho, “*a arquitetura se tornava, dessa maneira, uma colossal manifestação propagandística*” (FUSCO, 1970, p. 81).

Nesse sentido, a arquitetura de museus também se insere na “*mass media*” ao comunicar-se diretamente com o público de massas por meio da utilização da linguagem visual persuasiva, adaptada às exigências da sociedade do consumo. Alguns programas arquitetônicos, como shopping centers, cinemas, parques de diversão etc., tornam evidentes os valores característicos dessa sociedade. A arquitetura de museus, ao assumir características espetaculares e de destaque no contexto urbano, enfatiza o papel do edifício enquanto elemento de comunicação (FUSCO, 1970, pg. 86). Segundo o autor, a arquitetura encarada como “*mass media*” apresenta características como incerteza e indefinição espacial, criando tipologias polimorfas e polivalentes, de grande escala e que apresentam alto grau de indeterminação. Nesse sentido, a arquitetura também adquire características de “obra aberta”, constituindo uma “*morfologia que requer a intervenção do fruidor*” (FUSCO, 1970, pg. 143).

Delineia-se, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de “museu como organismo extraordinário” (MONTANER, 2003) ou “museu como espetáculo” (GHIRARDO, 2009), os quais apresentam a arquitetura como um elemento de atração do público para o espaço do museu. Nesses casos, “*espera-se que o visitante desfrute de uma experiência estética decorrente da arquitetura propriamente dita*” (GHIRARDO, 2009, p. 103).

O primeiro caso que pode ser levantado, nesse sentido, é o Museu Guggenheim de Nova York (1943-59), de Frank Lloyd Wright, cuja experiência abriu caminhos no sentido de propor a arquitetura de museus como “*organismo singular, como fenômeno extraordinário, como acontecimento excepcional, como ocasião irrepetível*” (MONTANER, 2003, p. 12); impactando e se relacionando por contraste com o contexto urbano existente. O museu apresenta características plásticas e estéticas próprias, que o distinguem claramente na paisagem e o configuram como objeto artístico autônomo. Além disso, desenvolve a poética da “obra aberta” ao passo que o visitante assume protagonismo na concepção espacial, sendo convidado a subir pelo elevador até o último pavimento e, em seguida, descer a pé ao longo da espiral curva, enquanto desfruta da coleção em exibição.

Seguindo a ideia de museu como espaço de experimentação tecnológica, “*rumo à imagem desejável de um futuro que não tem outras características que não a de ser um futuro*” (SFEZ, 1994, p. 104), pode-se lembrar da criação de espaços com aparência high tech, como o projeto do Centro Georges Pompidou, em Paris, de Richard Rogers e Renzo Piano (1972-77), criando um espaço flexível a partir do uso de sofisticados recursos tecnológicos. O centro cultural estabelece clara relação de contraste em relação ao tecido urbano histórico que constitui suas cercanias; o que

pode ser visto pela escala da intervenção, uso de materiais e linguagem estrutural e estética particular.

Casos de projetos de impacto espetacular, como o emblemático Museu Guggenheim de Bilbao, do arquiteto Frank Gehry (1992) – sinalizam claramente a preocupação estética de constituição de um objeto arquitetônico singular como elemento de fetichização e configurando experiências espaciais extraordinárias e fora do comum. Conforme sinaliza o trecho: *“existe uma linha de influências que vai além dos objetos encontrados em Duchamp, passando pelas iconologias de objetos de consumo da pop art norte-americana, para chegar até as obras de Frank Gehry”* (MONTANER, 2003, p. 15). Nesse sentido, vale recordar que a arquitetura circula como uma imagem de si mesma, (ARANTES, 2000, p. 195), conformando um slogan atraente e comercial, no contexto do museu considerado como *“mass media”*. Além disso, acrescenta valor simbólico agregado à cidade; potencializando uma série de transformações urbanas executadas em decorrência do chamado *“efeito Bilbao”* (BONATES, 2009).

Outros exemplos também podem ser recordados, como o Museu de Artes Decorativas, de Richard Meier (Frankfurt, 1986); o Museu de Arte Contemporânea, de Arata Isozaki (Los Angeles, 1986); o Centro de Arte e Tecnologia, de Rem Koolhaas (Karlsruhe, 1989); o Wexner Center, de Peter Eisenman (Ohio, 1990); o Museu Domus, de Arata Isozaki (La Coruña, 1995); Museu de Arte Contemporânea de Oscar Niemeyer (Niterói, 1996); e o Centro de Arte Contemporânea, de Bernard Tschumi (Tourcoing, 1997). Em todos os casos, trata-se de projetos de arquitetos de prestígio e reconhecimento internacional como estratégia para aumentar o valor simbólico agregado às construções de impacto espetacular.

A plasticidade das formas arquitetônicas resultantes desse processo demonstra que, *“apesar da ênfase no aspecto teatral, a arquitetura desse novo tipo de museu é organizada para conseguir a mesma reverência e apreciação da arte encontrada no tipo relicário”* (GHIRARDO, 2009, p. 104), deixando claro o componente de encantamento suscitado pela arquitetura de museus. Nesses casos, *“a arquitetura do museu se transforma em uma gigantesca escultura; espera um público que busca um objeto singular que cause impacto, surgido do mundo dos seres vivos ou do repertório onírico do subconsciente”* (MONTANER, 2003, p. 26). Deste modo, a relação entre arquitetura e público se torna mais próxima, sendo a arquitetura também considerada como elemento de fetichização no espaço do museu.

4 | MUSEU, MASS MEDIA E PÓS-MODERNIDADE

A estética e a lógica operacional da cultura *pop*, a partir de mecanismos de livre reinterpretação do passado, influenciaram a formação do discurso pós-moderno na segunda metade do século XX – a partir do qual o imaginário e o real se fundem ao propor experiências estéticas, arquitetônicas e urbanas absolutamente livres e

criativas, conforme demonstraram as experiências da Disneylândia e de Las Vegas. A busca pelo impacto visual, a estetização persuasiva e a ausência de conectividade com o passado histórico e com a própria realidade, remetem ao imaginário coletivo como fonte de inspiração para a criação de um espaço ficcional.

De fato, existe um paradoxo entre a emergência da sociedade midiática do consumo, que demonstra claramente a crise do conceito de historicidade; em paralelo à ampla difusão da instituição museológica. Ao invés do fim dos museus, verificou-se uma ampla disseminação dessas instituições a partir da década de 1960. Outros fatores, entretanto, entram em questão – tais como o aumento da preocupação com a preservação patrimonial no contexto do pós-guerra. Segundo o trecho, “*o que fez os museus não foi o passado, mas o medo de perda do passado*” (HUYSSSEN, 1995, p. 4, tradução nossa). Nesse sentido, o impulso preservacionista surge como reação à velocidade da modernização, buscando um sentido de tempo, memória e realidade numa sociedade efêmera, na qual prevalece a “cultura da amnésia” (HUYSSSEN, 1995), o irreal e o imaginário; principalmente em face do contexto em que “*o valor estratégico do não-lugar da velocidade definitivamente suplantou o do lugar*” (VIRILIO, 1994, p. 53).

Logo, vê-se um aumento da importância do museu com o objetivo de se reaproximar do conceito de “espaço dos lugares” (CASTELLS, 2010, p. 18), visando a garantir a identidade e a especificidade física; exercendo seu papel enquanto “repositório de temporalidade” principalmente em face do contexto de “compressão tempo-espaço”, diante do qual as noções de temporalidade, historicidade e cronologia se enfraquecem. Deste modo, não só a missão de salvaguardar acervos, mas também a própria espacialidade do museu apresenta importância no sentido de se constituir como referência de tempo e espaço diante do contexto generalizado de fragmentação.

De fato, a arquitetura possui papel fundamental na inserção do museu na sociedade pós-moderna. Considerando a produção massiva de imagens e a dessacralização do objeto artístico decorrente desse contexto, a arquitetura surge como elemento de fetichização no espaço do museu, atraindo o público por suas formas plásticas extraordinárias, remetendo a elementos do fantástico mundo tecnológico amplamente disseminado no imaginário coletivo e recorrendo a estratégias características da cultura pop. Acrescenta, portanto, “*a intensidade da experiência ao senso de descoberta do visitante, desafiando as interpretações pré-estabelecidas e inspirando novas, e aumenta o papel do museu como espaço social*” (TZORTZI, 2015, p. 11, tradução nossa).

Nesse sentido, vale ressaltar que a ampla difusão dos museus encarados como *mass media* só aumenta sua responsabilidade institucional em relação à sociedade; ainda mais se considerarmos os objetivos de democratização do acesso à cultura que se constituem como demandas concretas na pós-modernidade. Assim, tanto o Museu Guggenheim de Nova York, como o Centro Georges Pompidou de Paris e o Museu Guggenheim de Bilbao, entre os demais casos citados, inserem-se em seus

contextos como organismos plasticamente autônomos, esteticamente sedutores e que enfatizam, por meio da arquitetura, o protagonismo do museu no contexto da cultura pós-moderna.

O impacto urbano de tais intervenções, por outro lado, não pode deixar de ser abordado. O caso de Bilbao, por exemplo, consolidou a prática da “requalificação urbana” do território a partir de intervenções de arquitetura de grande porte, configurando verdadeiros eventos midiáticos. O projeto de arquitetos de notável prestígio como forma de aumentar o valor simbólico das intervenções remete a estratégias utilizadas não só nos casos citados de Disneylândia e Las Vegas, mas absolutamente recorrentes em projetos urbanos que visam a agregar valor em determinadas áreas – independentemente do problema da gentrificação que pode decorrer desse tipo de intervenção.

Outro fator a se ponderar é que: se por um lado a *pop art* utiliza os meios de comunicação de massas para criticá-los e ironizá-los; por outro, a difusão da “*pop architecture*” (FUSCO, 1970, p. 87) apenas reforça a situação já existente ao seguir a lógica da reprodução do capital, criando espaços homogêneos e indistintos a nível internacional, destinados à satisfação instantânea do usuário e desvinculados da expressão de valores culturais locais, conforme enuncia Rem Koolhaas em *Junkspaces* (2000).

Novos desafios, portanto, se colocam para o museu no contexto da comunicação de massas. Nesse sentido, a reflexão proposta para este texto teve como objetivo suscitar questionamentos sobre como podem os museus, enquanto espaços destinados por excelência à preservação da memória e da cultura, assumir características relacionadas às *mass media*? Qual o papel da arquitetura nesse contexto e quais as consequências no âmbito urbano? Será possível ao museu enfeitiçar seu visitante, a partir das novas tecnologias e da arquitetura; mantendo, porém, seu papel social e sem cair nas tentações da “*era do show business*” (MENESES, 2002, p. 2)? Configura-se como desafio, portanto, não ceder à sedução da sociedade do espetáculo midiático, visando à satisfação de seus consumidores com o deslumbre tecnológico. Faz-se necessário refletir criticamente sobre que tipo de espaço está sendo criado, como se lida com a preservação patrimonial e quais as possibilidades abertas com esse novo tipo de abordagem; seja em termos artísticos como de produção e difusão de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia (Org.) **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 96p.
- ARGAN, Giulio Carlo. **A crise da arte como “ciência europeia”**. In: Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. Tradução Denise Bottmann e Federico Calotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 507-649.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014. 280p.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2011. 270p.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991. 195p.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2013. 155p.
- BONATES, Mariana. **El Guggenheim y mucho más: urbanismo monumental e arquitetura de grife em Bilbao**. Revista Pós, São Paulo, v. 16, n. 26, 2009, p. 62-90.
- CASTELLS, Manuel. **A era da intercomunicação**. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/5bVmyW>>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2011a. 629p.
- CASTELLS, Manuel. **Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço**. Revista Musas, Brasília, ano VII, n.5, 2011b, p. 8-21. Disponível em: <<https://goo.gl/U5joRx>>. Acesso em: 05 out. 2015.
- CASTELLO, Lineu. **Do desenho animado ao desenho urbano: o urbanismo da meta realidade – V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998 – Cidade: temporalidades em confronto – História e Cultura Urbana – Modelos e Virtualidades – pg. 1-22**. Disponível em: <<https://goo.gl/pbk6KP>>. Acesso em: 30 mar. 2013.
- ECO, Umberto. **Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. Tradução Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991. 348p.
- FUSCO, Renato de. **Architettura come “mass medium”**: note per una semiologia architettonica. Bari: Dedalo, 1970. 193p.
- GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. 304p.
- GUGGENHEIM Museums and Foundation. Nova Iorque, 1949. Disponível em: <www.guggenheim.org>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013. 348p.
- HUYSSSEN, Andreas. **Escape from amnesia. The museum as mass medium**. In: Twilight memories. Marking time in a culture of amnesia. Nova Iorque: Routledge, 1995. p. 13-31.

KOOLHAAS, Rem. **Junkspace**. In: SYKES, A. Krista (Org). O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.104-117.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. 270 p.

MALRAUX, André. **O museu imaginário**. Tradução Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 2000. 287p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu e o problema do conhecimento**. In: IV Seminário sobre museus-casas: Pesquisa e Documentação, 2002, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário sobre Museus-casas: Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; 2000. p. 17-48. Disponível em: <<https://goo.gl/aGxtDJ>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu na era do virtual**. In: BITTENCOURT, J. N. (Org.). Seminário internacional de Museus, Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: 2007. p. 49-69.

MITCHELL, W. J. T. **Ideology: Image, Text, Ideology**. Chicago: University of Chicago, 1987. 233p.

MONTANER, Josep Maria. **Museus para o século XXI**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003. 158p.

O'DOHERTY, Brian. **No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte**. São Paulo, Martins Fontes, 2007. 138p.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. Tradução Maria Estela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Editora Loyola, 1994. p.19-276.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa; Editorial Presença Lisboa, 1985. 196p.

TZORTZI, Kali. **Building meaning: how architecture affects our experience of museums**. The International Council of Museums Magazine, ICOM News, v. 68, n. 2, set. 2015, p. 10-11. Disponível em: <<https://goo.gl/SLwtg8>>. Acesso em 18 jan. 2016.

VENTURI, Robert. **Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo esquecido da forma arquitetônica**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 3-47.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994. 95p.

O ESTADO-DA-ARTE DE LUGAR: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

Lineu Castello

Arq Dr, Professor Titular em Urbanismo
UFRGS, Programa de Pesquisa e Pós-graduação
em Arquitetura
Porto Alegre, RS
lincastello@terra.com.br

RESUMO: As pesquisas e estudos de lugar são relativamente infrequentes no cenário acadêmico brasileiro, embora constituam a essência do trabalho do coordenador da Sessão em suas atividades didáticas nos programas de Mestrado e Doutorado em Arquitetura da UFRGS. Em função disso, a proposta de Sessão Temática buscará focar as reflexões e elaborações conceituais desdobradas no âmbito dessas atividades de ensino e pesquisa. A diversidade das abordagens reflete uma ampla gama de estudos sobre lugares em suas variadas manifestações e muitas de suas correlações conatas, como: urbanidade; lugares de urbanidade; convivialidade; revitalização de áreas desocupadas; planejamento e projeto de lugares; interpenetrações entre espaços de uso público e privado; alternativas das meta-realidades; narrativas do lazer e do terciário; enfim, fazendo com que, em seu conjunto, se possa situar lugar como o fundamento de todo um novo objeto de pesquisa. E trazendo à luz, por força de consequência, os esforços

de nosso grupo de pesquisa a acompanhar o movimentado processo de atualização que o conceito de lugar experimenta vis-à-vis às profundas alterações vividas no processo de urbanização da Humanidade. À espreita de abordagens que sinalizem novos rumos para o entendimento de lugar, a sessão temática assume o desafio de seguir o mesmo encaixo metodológico adotado na pesquisa desenvolvida sob a égide do CNPq, acompanhando três vertentes instruídas por procedimentos que funcionam simultaneamente: Exploratório; Experiencial; Cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: contemporaneidade urbana; conceito de lugar; lugaridade.

ABSTRACT: The research and studies of place are relatively infrequent in the Brazilian academic scenario, although form the essence of the work of the Coordinator of the session in his didactic activities in the MSC and PhD programs in architecture of UFRGS. Because of this, the proposal of this Thematic Session will seek to focus the reflections and conceptual elaborations deployed within the framework of these activities of teaching and research. The diversity of approaches reflects a wide range of studies on places in its various manifestations and many of its innate correlations, such as: urbanity; places of urbanity; user friendliness; revitalization of unoccupied areas; planning and

design of places; interrelationships between public and private spaces; alternatives of meta-realities; leisure and tertiary narratives; Anyway, provoking the concept of place, as a whole, to become the basis of a whole new research object. And bringing to light, as a consequence, the efforts of the research group to monitor the busy updating process practiced in understanding place, vis-à-vis the profound changes experienced in the process of urbanization of humanity. On the prowl for approaches that signals new directions for understanding place, the thematic session takes on the challenge of following the same methodology adopted in the research project developed under the auspices of CNPq, ensuing three strands instructed by procedures that work simultaneously: Exploratory; Experiential; Cognitive.

KEYWORDS: urban contemporaneity; concept of place; placeness.

1 | O ESTADO-DA-ARTE DE LUGAR: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

Bem de acordo com a chamada para a quarta edição do ENANPARQ, é este o título de nosso projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq para concessão de bolsa de produtividade, em vigência até março de 2016. Entre outras produções o projeto permite estruturar o Grupo de Pesquisa “Percepção ambiental e Desenho urbano”, que vem consolidando diretrizes sobre essas duas importantes temáticas, centrando-se nas contribuições sobre como o estudo de lugar pode ampliar e aprofundar os saberes disciplinares das duas áreas quanto a avanços no pensamento e nas fabricações arquitetônico–urbanísticas da contemporaneidade. As pesquisas e estudos de lugar são relativamente infrequentes no cenário acadêmico brasileiro, embora constituam a essência do trabalho do proponente em suas atividades didáticas nos programas de Mestrado e Doutorado em Arquitetura da UFRGS. Em função disso, a proposta de Sessão Temática buscará focar as reflexões e elaborações conceituais desdobradas no âmbito dessas atividades de ensino e pesquisa.

A diversidade das abordagens reflete uma ampla gama de estudos sobre lugares em suas variadas manifestações e muitas de suas correlações conatas, como: urbanidade; lugares de urbanidade; convivialidade; revitalização de áreas desocupadas; planejamento e projeto de lugares; interpenetrações entre espaços de uso público e privado; alternativas das meta-realidades; narrativas do lazer e do terciário; enfim, fazendo com que, em seu conjunto, se possa situar “lugar” como o fundamento de todo um novo objeto de pesquisa. E trazendo à luz, por força de consequência, os esforços do grupo a acompanhar o movimentado processo de atualização que o conceito de lugar experimenta vis-à-vis às profundas alterações vividas no processo de urbanização da Humanidade.

À espreita de abordagens que sinalizem novos rumos para o entendimento de lugar, a sessão temática assume o desafio de seguir o mesmo encaixo metodológico adotado na pesquisa desenvolvida sob a égide do CNPq, acompanhando três vertentes instruídas por procedimentos que funcionam simultaneamente: Exploratório;

Experiencial; Cognitivo.

No enfoque exploratório os trabalhos se concentram em levantamentos e discussões sobre tópicos inovadores identificados com o conceito de lugar, acumulados em função de sua atualidade em discussões realizadas em foros acadêmicos e profissionais contemporâneos. São exemplares nesse caso, trabalhos que se debruçam sobre temas de natureza propositiva como, por exemplo, os projetos de reutilização de “brownfields” e de áreas esvaziadas como novos lugares, (re) conhecidos por viabilizarem a realização de práticas vitoriosas quanto à revitalização do espaço urbano, seja nos domínios cada vez mais interpenetrados dos espaços públicos e privados; seja provendo para a sustentabilidade do ambiente urbanizado, agindo proativamente pela contenção do insustentável “urban-sprawling” das cidades contemporâneas.

O enfoque experiencial, por sua vez, abre espaço a análises preocupadas em consolidar apontamentos que ilustrem registros sensórios adquiridos em visitas in situ a projetos e obras representativas de lugares urbanos, privilegiando, neste caso, trabalhos de natureza compiladora, como, por exemplo, apontamentos sobre a percepção das apropriações de territórios hoje conhecidos como “loose spaces” na literatura. O procedimento é decisivo não somente para afastar riscos de estagnação ou congelamento dos pensamentos ativos na pesquisa senão, também, para aumentar substantivamente o quantum de aprendizado direto que estratégias visitas técnicas (e, mesmo, turísticas) são capazes de proporcionar sobre o entendimento do cotidiano das cidades.

Já o enfoque cognitivo deve perquirir sobre novas fenomenologias da contemporaneidade urbana associadas às tecnologias de ruptura que se praticam constantemente no cotidiano da vida urbana, traduzindo-se, no final, pela inquietante preocupação com a necessária retroalimentação filosófica das bases teórico-conceituais de lugar. Traz à pauta de discussões a manutenção de seu conteúdo basilar apropriadamente moderno e suficientemente aberto, a ponto de admitir até mesmo a polêmica inclusão de estratégias situações que se sobrepõem aos “places” mais consolidados, o quê, na pesquisa, aventou-se chamar de “placeLeaks”, não descuidando de contemplar as controversas contendas que antepõem o androide de lugar ao lugar dos androides urbanos; e ao inquietante protagonismo que confronta o e-lugar com o não-lugar.

Cabe, agora, ao Grupo, representado neste simpósio pelo Coordenador, compartilhar e debater suas posições, avanços e reflexões, sem olvidar de delinear as tendências em movimento na área. Entre elas, talvez a que repercute com mais estridência no ambiente do Grupo, seja a impulsionada por exercícios de lugaridade, entendido esta como o conjunto de fenômenos que induzem à criação de lugares. De fato, o neologismo “lugaridade” já integra o vocabulário de uma nova era que se abre para os estudos de lugar. A expressão vem sendo empregada com crescente frequência, mesmo em trabalhos extra-Grupo. Movidos por esse entendimento, as tendências

agora em pauta no Grupo admitam falar-se que o estado-da-arte de lugar invoca uma certa “ronda” de lugaridades circundando o tema de lugar. Consequentemente, os trabalhos endereçados à presente sessão temática deverão trazer narrativas alusivas ao conjunto dos passos metodológicos que embasam a pesquisa, e que abrangem muito adequadamente três aspirações tão lógicas quanto totalmente pertinentes ao mundo da pesquisa científica e acadêmica: a inovação criativa; o aprendizado empírico; e a retroalimentação cognitiva.

Por fim, não parece exorbitante acoplar o nome da nossa Sessão à evocação do nome da clássica obra teatral de Arthur Schnitzler, filmada sob o nome “La Ronde”, por Max Ophüls (1950); e também por Roger Vadim (1964); narrando uma sucessão de experiências vividas no mágico carrossel a rodar no cotidiano da Paris do início do século XX, assim como os urbanitas que hoje rodam no fascinante carrossel dos lugares que ilustram com propriedade o panorama comportamental da sociedade urbanizada do século XXI.

2 | RESUMOS DOS TRABALHOS INCLUIDOS NA SESSÃO

2.1 Trabalho 1 - O Edifício Markthal de Rotterdam – O Lugar

Sandra Escridelli Silveira; Helen Pereira; Mariana Puglisi
SENAC São Paulo; Universidade Estácio de Sá RJ; Universidade Mackenzie SP
sandraescridelli@hotmail.com

RESUMO: O texto discute as relações de projeto com o lugar por meio do diálogo estabelecido entre as formas de habitar a cidade, o uso público e privado que resultam na síntese criativa do programa do edifício Markthal (2004 -2014), do escritório holandês MVRDV. Para analisar a obra partimos dos conceitos da história da habitação holandesa (RYBCZYNSK, 1985), do território urbano (SANTOS, 1997) e a relação espaço - programa (TSCHUMI, 1981). No primeiro momento, serão abordadas as características da habitação holandesa, num breve histórico de costumes do morar e de suas edificações, mostrando a evolução urbana na cidade de Rotterdam. No segundo momento abordagens sobre a busca de reorganização do território que estabelece conexão com espaços e usos pré-existentes, como a feira de Binnenrotte, na área central de Rotterdam, partindo de uma área esvaziada do pós-guerra para uma área de domínios interpenetrados do público e privado. Finalizando com a análise exploratória, a relação espaço-programa e arquitetura como evento (TSCHUMI, 1981) contida no projeto do edifício Markthal, é analisada sob a ótica da desconstrução (DERRIDA, 1986) para descobrir suas pedras fundamentais e entender a riqueza desta obra no seu território. A relação com seus pares conceituais transforma o edifício em lugar “essa porção qualificada de cidade” (CASTELLO, 2006, p.90). A partir dessa análise dividida em três momentos no artigo chegamos a solução dada para a revitalização da área central de Rotterdam com a implantação do edifício dialogando

com uma terceira revolução urbana que qualifica a cidade e contribui para repensar o conceito de lugar em favor da coletividade, estabelecendo novas concepções nas dimensões sócio psicológica, gerencial-mercadológica e arquitetônica-urbanística. (CASTELLO, 2006).

PALAVRAS-CHAVE: Lugar; Público e Privado ; Revitalização

ABSTRACT: The paper discusses the design relationship with the place through the dialogue established between the ways of inhabiting the city, the public and private use that result in creative synthesis of Markthal building program (2004-2014), the Dutch MVRDV office. To analyze the work we set the concepts of the history of Dutch housing (RYBCZYNSK, 1985), the urban territory (SANTOS, 1997) and the relationship space - program (TSCHUMI, 1981). At first, the characteristics of the Dutch housing will be addressed in a brief history of manners of living and its buildings, showing the urban development in the city of Rotterdam. In the second phase approaches to the search for reorganization of the territory which connects to pre-existing spaces and uses, such as fair Binnenrotte, in central Rotterdam, starting from an empty area of the post-war to an area of interpenetrating domains public and private. Ending with the exploratory analysis, the relationship space program and architecture as event (TSCHUMI, 1981) contained in Markthal building project is analyzed from the perspective of deconstruction (DERRIDA, 1986) to discover its cornerstones and understand the richness of this work on its territory. The relationship with his conceptual pairs transforms the building rather “the qualified portion of the city” (CASTELLO, 2006. p. 90). From this debt analysis in three times in the article got the solution given to the revitalization of the central area of Rotterdam with the implementation of building a dialogue with a third urban revolution that qualifies the city and contributes to rethink the concept of place in favor of the community, establishing new concepts in psychological dimensions social, managerial, marketing and architectural-urban. (CASTELLO, 2006).

KEYWORDS: Place; Public and private; Revitalization

2.2 Trabalho 2 - Lugares Boêmios de Brasília

Késsio Guerreiro Furquim

PROPUR / UFRGS

kessioguerreiro@gmail.com

RESUMO: A partir da noção de lugar enquanto espaço percebido como detentor de qualidades, este estudo realiza uma investigação de lugares boêmios em Brasília (DF). A cidade modernista criada por Lucio Costa é apropriada de diferentes formas por sujeitos que buscam na noite atividades de diversão, constituindo o que se chama aqui de lugares boêmios. O estudo busca evidenciar como o desenho modernista da cidade influencia na criação dos diferentes lugares boêmios selecionados como estudo de caso: os bares Beirute (Comercial Local Sul 109) e Calaf (Setor Bancário Sul) e as quadras comerciais 408 e 409 Norte. Observa-se, além de elementos da configuração de cada um deles, a importância de aspectos históricos e sociais. Como recurso para

alcançar tais objetivos realizou-se entrevistas semi-estruturadas com os proprietários dos bares, pesquisa acerca do histórico da construção e consolidação de cada um desses locais e da própria cidade, além do uso de metodologia para investigação da vida pública. Por meio de visitas aos locais, tornou-se possível destacar: (a) a relevância da tradição histórica na permanência do bar Beirute enquanto único bar remanescente na quadra comercial hoje ocupada por um comércio especializado em venda de material elétrico, mas que já foi um importante local de encontro boêmio na década de 1980; (b) a relação que o zoneamento monofuncional da cidade estabelece com a atividade boêmia que acontece no bar Calaf; (c) o uso misto, comércio diversificado, proximidade da Universidade de Brasília e a presença de público variado (em termos de classe social, gênero e faixa etária) como elementos de consolidação da boemia nas quadras de Comércio Local Norte 408 e 409. O estudo, ao final, evidencia os diferentes pesos que atributos espaciais e a-espaciais trazem para a constituição de alguns lugares boêmios na realidade social de Brasília.

PALAVRAS-CHAVE: Boemia; Vida pública; Brasília; Lugar; Diversão noturna.

ABSTRACT: From the notion of place as spaces perceived as qualities holders, this study conducts an investigation of bohemians places in Brasilia (DF). The modernist city created by Lucio Costa is appropriated in different ways by individuals who seek the night fun activities, constituting what is called here bohemians places. The study seeks to show how the modernist design of the city influences the creation of different bohemians places selected as a case study: the bars Beirute (Comércio Local Sul 109) and Calaf (Setor Bancário Sul), beyond commercial blocks 408 and 409 North. They are observed in addition to configuration elements of each of them, the significance of historical and social aspects. As a resource to achieve these objectives was held semi-structured interviews with the owners of bars, research on the history of the construction and consolidation of each of these places and the city itself, in addition to the methodology used for research of public life. Through site visits, it became possible to emphasize: (a) the relevance of historical tradition in the permanence of Beirute Bar as the only remaining bar on the commercial court today invaded by a skilled trade in the sale of electrical material, but once a important meeting place for bohemian in the 1980s; (B) the importance of the city monofunctional zoning for bohemian activity that takes place in Calaf bar; (C) mixed use, diversified trade, proximity to the University of Brasilia and the presence of varied audience (in terms of social class, gender and age) as consolidating elements of bohemia in Comércio Local Norte 408 and 409. The study, ultimately, contributes to the understanding of different attributes that give the space its quality as propitious places bohemia, allowing you to see this in the social reality of the city of Brasilia.

KEYWORDS: Bohemian; Public life; Brasília; Place; Night Fun.

2.3 Trabalho 3 - O Lugar do Espaço Público de Propriedade Privada na Cidade Contemporânea

Fábio Bortoli

PROPAR / UFRGS

fabiobortoliarq@gmail.com

RESUMO: Este artigo discute um tipo específico de espaço público: o “Espaço Público de Propriedade Privada” (tradução de “Privately Owned Public Space” ou POPS), originado da revisão de 1961 da legislação urbana de Nova Iorque, que concede benefícios legais de área construída aos edifícios que garantem espaços térreos para uso público. Atualmente, POPS podem ser encontrados, com regras semelhantes, em cidades como São Francisco, Boston, Detroit, Santiago, Hong Kong e Tóquio. No Brasil, a partir de 2013, a cidade de São Paulo passou a adotar em seu Plano Diretor Estratégico o termo “Fruição Pública” para espaços privados de uso público. A discussão dos POPS se justifica pelas mudanças que as cidades têm passado nas últimas décadas, dadas pela reprodução de projetos urbanos de grande porte. Técnicas de ‘placemaking’ e ‘placemarketing’ têm criado lugares em regiões carentes de centralidade, “centros excêntricos”, como define Castello (2013), diluindo os limites entre público e privado. O artigo apresenta o contexto disciplinar da discussão dos Espaços Públicos de Propriedade Privada e discorre sobre experiências tipológicas. Os conflitos que ensejam na ordem urbana e o potencial de apropriação pública deste tipo de espaço são abordados na sequência. Conclui-se pela necessidade de um entendimento plural do que seja um sistema de espaços públicos, em atendimento à demanda crescente por lugares urbanos, já que a realidade das cidades conduz a que sejam aproveitadas todas as oportunidades para criação de espaços públicos qualificados. Talvez diante disto, autores como Ascher (2010), Carmona (2014) e Chung et al. (2001) definam novos parâmetros para a abordagem deste importante elemento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público. Espaço privado. Espaço Público de Propriedade Privada.

ABSTRACT: This article discusses a specific type of public space: the “Privately Owned Public Space” or POPS, originated from the New York Zoning Resolution Review of 1961, which granted Floor Area Ratio in exchange of spaces for public use. Currently, POPS can be found in cities like San Francisco, Boston, Detroit, Santiago, Hong Kong and Tokyo. In Brazil, from 2013, the city of São Paulo adopted in its zoning resolution the term “Public Fruition” to private spaces designated for public use. The discussion of POPS is justified by the changes that cities have experienced in recent decades, blurring the line between public and private, with the production of the city through large urban projects and the techniques of ‘placemaking’ and ‘placemarketing’ which have created places in regions without centrality, “eccentric centers”, as defined Castello (2013). This paper presents the disciplinary context of the discussion of Privately Owned Public Spaces and discusses typological experiences. Conflicts in the urban order and

the potential for publicness in this kind of space are addressed next. The paper shows the need for a plural understanding of a public space system in response to growing demand for urban places. The cities reality points to the use of every opportunity for creating qualified public spaces and perhaps in respect to this scenario, authors such as Ascher (2010), Carmona (2014) and Chung et al. (2001) define new parameters for addressing the public space.

KEYWORDS: Public space; Private space; Privately Owned Public Space

2.4 Trabalho 4 - Entre Linhas de Fuga: sobre lugaridades nos espaços de passagem

Andrei Mikhail Zaiatz Crestani; Maíra Cristo Daitx; Marília Reis Sé
Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP São Carlos
andreizaiatz@gmail.com

RESUMO: Considerando sob uma perspectiva topológica do espaço este trabalho retoma aspectos do “possível” no urbano, cujo caráter residual e fugidio resiste, vive e se recria no cotidiano como campo ativo e dinâmico das práticas sociais. Ao reconhecer a multiplicidade e o rizomático como condições de (re)produção da cidade contemporânea, o trabalho explora práticas que podem atuar como linhas de fuga e que carregam a capacidade de liberarem-se (ainda que momentaneamente) das relações segmentárias e normativas advindas da linha dura (no sentido Deleuze-Guattariano), que recorta a vida cotidiana em códigos binários como lazer-trabalho e partida-chegada. Para isto, questiona-se os espaços de passagem como mera superfície de deslocamento e sua associação à noção generalista de “não-lugar” de Augé. O trabalho consiste na abordagem desses espaços considerando perspectivas para além de sua condição primária do tráfego, destacando qualidades intermitentes e potenciais definidoras de “lugaridades”: como a manifestação de traços, rastros, vestígios de lugar que, no entanto, não se depositam ou se adensam em determinado recorte a ponto de definirem um lugar fixado. Evidenciam-se, assim, práticas que podem ativar tais espaços como linhas não neutras, terrenos possíveis de interações socioespaciais, inscrições e partilhas de significados - espaços da coalisão de temporalidades e espacialidades, formativas do espaço urbano. Algumas questões que motivam este trabalho são: Que “práticas de desvio” são estas, e como reconhecê-las nos espaços de passagens, projetados/pensados para os fluxos? De que modo essas práticas (re)tomam a abordagem do espaço urbano? De que modo as mesmas interrogam os conceitos de “lugar” com os quais tentamos explicar a materialidade e a sensibilidade presentes nas relações socioespaciais, e as diferentes maneiras pelas quais nos apropriamos do meio e de nossas relações?

PALAVRAS-CHAVE: Lugaridades; espaços de passagem; cidade contemporânea.

ABSTRACT: From a topological rationale of space, this study retakes the urban and its aspects of “the possible”, in which both residual and fleeting can resist, subsist and recreate itself in everyday life as an active and dynamic field of social practices. By

recognizing multiplicity and rizhomatic as conditions of (re)production of contemporary city, this paper explores practices that might act as lines of flight which are able (momentarily) to release reality from segmentary relationships based on a rigid line (based on Deleuze-Guattarian sense), which cuts our lives into binary codes such as leisure-work and departure-arrival. To do this, we question the transit spaces as a mere displacement surface and its generic association to Auge's "non-places" concept. The paper focuses on such spaces and surpasses their primary understanding as spaces of traffic to highlight their intermittent aspect as a potential quality to motivate "placeness": as a manifestation of elements, tracks, vestige of place that, however, do not condense themselves into a specific context as to constitute a specific place. Then we point out practices that can activate these (crossing) spaces as non-neutral but possible fields which are active manifesting different levels of sociospatial interactions and collective meanings: spaces of coalitions of formative temporalities and spacialities of urban space. Some of the questions we raise are: What "practices of diversion" are they and how can we recognise them in these transit spaces? How do these practices influence the way we approach the urban space? How do they destabilize concepts such as "place"? (which we use in trying to explain the materiality and the sensibility present in the sociospatial relationships and the different ways we appropriate the space).

KEYWORDS: Placeness; transit spaces; contemporary city

3 | CONCLUSÃO

Antes de encerrar este registro, é indispensável recordar que o acompanhamento de estudos sobre espaços públicos encontra-se atualmente no fulcro das preocupações globais.

A criação de lugares que busquem estratégias para atender à enorme demanda por urbanidade nas cidades contemporâneas adquire status de alarmante prioridade. Iniciativas, estudos e pesquisas, como os que vêm sendo conduzidos por grupos de pesquisa como o nosso, no PROPAR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, empenham-se em desbravar novas diretrizes a trilhar na busca de melhor qualidade de vida nas cidades brasileiras – caminho claramente associado à criação de lugares de urbanidade e, também claramente, praticável através das táticas de placemaking, placemarketing, placeleaking, usos alternativos de 'loose space', e muitas das outras investidas em germinação nos laboratórios de pesquisa acadêmica, como as que se vêm criando em Grupos de Pesquisa universitária como aquele ao qual nos filiamos.

REFERENCIAS

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CARMONA, Matthew. *Re-theorising contemporary public space: a new narrative and a new normative*. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, May, p. 1–33, 2014.

CASTELLO, Lineu. **A cidade dos centros excêntricos**. *Ciudades: Universidad de Valladolid*, v. 16, n. 1, p. 21–45, 2013.

CASTELLO, Lineu. *O lugar geneticamente modificado*. **ARQTEXTO (UFRGS)**, v. 9, p. 76-91, 2006.

CHUNG, C. J. et al. **Harvard Design School Guide to Shopping**. [s.l.] Harvard design School, 2001.

DERRIDA, Jacques. Architecture where the desire may live [interview with Eva Meyer]. 2003. **Architecture Where Design Can Live: Jacques Derrida Interviewed by Eva Meyer**, foi extraído de Domus n.671, abr.1986, PP.17-24.

RYBCZYNSKI, Witold. **CASA: História de uma Ideia**. Madri. Editora Nerea. 1985

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TSCHUMI, Bernard. **Architecture and Limits I** foi extraído de Artforum 19, n.4, dez.1980, p.36.

EXPERIÊNCIA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITATS DE REFORMA AGRÁRIA: UNIVERSIDADE, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

Amadja Henrique Borges

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

Cecília Marilaine Rego de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal - Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo apresenta as contribuições teórico-metodológicas do método “Desenho do Possível”, a partir do seu processo de formulação, através da experiência de assistência técnica da Universidade (UFRN) ao Movimento Social (MST) e ao Estado (INCRA). A parceria entre os três agentes acontece desde 1994, dirigida aos habitats dos assentamentos de reforma agrária. O caminho dessa análise incide sobre seu referencial teórico, baseado em Henri Lefebvre e Paulo Freire, que fundamentam seu enfoque participativo e educativo, buscando transformação e troca de conhecimentos. Aborda-se a trajetória desta metodologia, através dos seus principais momentos, desenvolvidos a partir do ensino, pesquisa e extensão e do envolvimento da teoria com a práxis dos participantes, avaliando-se as consequências para além da assessoria técnica e social. Para o MST, a atuação nesses processos

clareia sua compreensão do espaço construído e a importância para a sua organicidade. Para a Universidade, constitui a oportunidade para aprimorar o enfrentamento dos conflitos entre o saber técnico e o popular; entre o desejo de mudança e os vícios adquiridos no vivido; e possibilidades de contribuir com a autogestão para a qualificação do habitat no campo. Para o Estado, demonstra a possibilidade de efetivar os habitats do campo através de um processo participativo e multidisciplinar, além de apontar para a necessidade de uma política equânime para habitação de interesse social na cidade e no campo. Esta metodologia, com a universalização da Lei de Assistência Técnica, poderá contribuir com o incentivo à produção de habitats rurais e urbanos, através dos mutirões assistidos e autogeridos.

PALAVRAS-CHAVE: Habitat de Interesse Social. Assistência Técnica da Universidade. Assentamentos de Reforma Agrária.

ABSTRACT: The project has the purpose of explaining the theoretical and methodological contributions of the “Desenho do Possível” (design of possible) method, starting from the presentation of its formulation process, by the experience of university’s technical assistance to Social Movement (MST - Landless worker’s movement) and to State (INCRA). The partnership between those three agents happens

since 1994 and is directed to social interests scope of the countryside inhabitants, especially the land reform agricultural units. The path to this analysis focuses in its theoretical referencial, based in Henri Lefebvre and Paulo Freire ideas, that substantiate their participative, educative and changeable focus. The construction trajetory of this methodology is approached through its main moments, developed from the teaching, extension and research activities and the involvement of the theory with the participants praxis. Within more than 20 years of acting the consequences for people involved with the partnership are perceived for beyond a qualified technical and social assessor. For MST (Landless worker's movement), the acting in these processes clarifies its constructed space comprehension and its importance for the organicity. For the University the opportunity to improve the coping conflicts between the technical and the popular knowledge; between the desire of change and the addictions aquired in living; and in the possibilities of contributing with self-management for the improvement of the countryside social interest scope is built. For the State, the possibility of accomplishing conception, planning and execution of countryside habitats through a participative and multidisciplinary process and also the indication of the need of a equitable politics for social interest housing in city and in countryside, is demonstrated. This methodology, with the universalization of the Technical Assistance Law, will be able to contribute with urban and rural habitats creation, through assisted and self-managed free aid.

KEYWORDS: Social Interest Habitat. University's Technical Assistance. Land Reform Agricultural Units.

1 | INTRODUZINDO O DEBATE

A história da luta pela assistência técnica à habitação de interesse social em nosso País se faz recente. Na década de 1960 acontece o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, em Petrópolis/RJ. Iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil, tem como pauta as reformas sociais, como a questão da produção da cidade e da moradia.

Na década de 1970, ainda no contexto da Reforma Urbana, discute-se sobre a moradia popular. Em 1976 acontece uma das primeiras iniciativas voltada a garantir assistência técnica gratuita para as famílias de baixa renda, a partir da contratação de profissionais habilitados para a construção das moradias: Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME). Idealizada por Clóvis Ilgenfritz, foi viabilizada pelo Sindicato dos Arquitetos do RS em parceria com o então Conselho Regional de Engenharia de Arquitetura.

Destaca-se a década de 1980, com uma maior organicidade dos movimentos de Reforma Urbana e dos Sem Teto, assim como sua possibilidade de interlocução com as prefeituras eleitas por partidos e organizações progressistas ao final do período da Ditadura Militar. Segundo Cerqueira (2009), os movimentos pressionavam o Poder Estatal e buscavam assessoria técnica de profissionais para auxiliá-los em suas reivindicações, sobretudo o de ter acesso à moradia digna. Assim, em fins

dessa década, surgem as primeiras propostas elaboradas a partir dessas discussões: programas habitacionais, urbanização de favelas, compras de terrenos e construção de casas, com a participação dos usuários através do mutirão autogerido e assistência técnica.

No contexto dessas iniciativas, percebe-se o pioneirismo e o protagonismo das entidades de ensino e dos sindicatos. Escolas de Arquitetura e Urbanismo proliferam-se em quase todo o território nacional, comprometidas com o movimento sindical, institutos da categoria, entidades não governamentais e prefeituras envolvidas com os interesses da Reforma Urbana e da Reforma Agrária, permanecem atuando nessa perspectiva. Como exemplo tem-se a experiência do Departamento de Arquitetura (DARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): criado em 1973, desde a década de 1980 participa de experiências de assistência técnica no urbano e, a partir de 1994, de modo pioneiro, no campo, por meio do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH).

Em continuidade à luta pela assistência técnica, em 2001, por meio de emenda à Constituição de 1988, a moradia é tratada como um direito social dos brasileiros. Desse modo, gera-se no Poder Público o dever de oferecer à população de baixa renda habitação digna, potencializando-se a necessidade de meios legais para tal.

Em 2005, no âmbito do Fórum Mundial Social, discute-se sobre a universalização da assistência técnica gratuita. A partir desse evento, em 2006, as entidades envolvidas com a assistência técnica organizam seminários por todo o país com a intenção de ampliar a discussão e regulamentar a assistência técnica gratuita à habitação de interesse social, tendo como referência o projeto de Lei 6.981/2006. Após extensivo debate nacional, em 24 de dezembro de 2008 foi promulgada a Lei 11.888 (Lei de Assistência Técnica): assegura às famílias de baixa renda, residentes em áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social.

Desse modo, tem-se agora o instrumento legal para promover a tão necessária assistência técnica. A regulamentação da mesma nas diversas instâncias de governo deveria torná-la exequível. Se no urbano sua utilização se concretiza lentamente, no campo a situação é ainda mais grave. Pouco tem sido feito, especificamente, nos assentamentos rurais da chamada Reforma Agrária.

Como já mencionado, buscando contribuir para modificar essa realidade, desde 1994 o Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) do DARQ da UFRN vem realizando ações de assessoria técnica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Superintendência do Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária (INCRA) no Rio Grande do Norte (RN). Por meio do ensino, projetos de pesquisa e de extensão, vem imergindo no estudo do habitat do campo dos movimentos sociais e, mais recentemente, de comunidades tradicionais quilombolas. Envolvendo professores, pesquisadores, colaboradores externos e estudantes da graduação e da pós-graduação em suas ações, parte da Arquitetura e Urbanismo e se articula com

áreas do conhecimento correlatas. Sua atuação ocorre do planejamento à execução de diversas ações relativas à produção do espaço e habitat – e não somente a habitação – dos assentamentos rurais. Para tanto, utiliza-se da metodologia “O Desenho do Possível”, desenvolvida pelo próprio Grupo.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo buscar as características do “Desenho do Possível” discutidas através do seu processo de concepção via experiência de assessoria técnica do GERAH/DARQ/UFRN ao INCRA/RN e ao MST. Numa perspectiva crítica, pretende-se apreender o que pode ser transportado para outros contextos, com a introdução da Lei de Assistência Técnica, tanto na cidade como no campo.

O caminho de sua análise acontece a partir do referencial teórico, utilizando documentos e materiais elaborados pela parceria: produção técnica a trabalhos científicos; normativos governamentais; processos; mapas; registros fotográficos; e informações coletadas por meio de conversas com os agentes que estiveram envolvidos.

Assim, a abordagem a seguir se dá a partir da trajetória de um grupo de estudos através de seus principais momentos: Do Ensino à Extensão; Pesquisa; Extensão x Pesquisa x Ensino. Na sequência, são destacados os avanços e entraves produzidos nos agentes da parceria e as possibilidades de utilização da referida metodologia para a construção dos habitats após a apropriação dos movimentos sociais, de fato, da Lei de Assistência Técnica.

2 | O DESENHO DO POSSÍVEL

A metodologia formulada pelo GERAH apresenta como principal referência metodológica Henri Lefebvre, por meio do método regressivo-progressivo e parâmetros de intervenção concebidos enquanto reflexo do vivido, das expectativas e da organização do MST, considerando a valorização da vida cotidiana e dos momentos de ruptura (transgressões, festas e luto/transformação). Concebe-se, também, a indissociabilidade entre a teoria e a práxis e a vinculação entre o ensino, extensão e pesquisa. Com técnicas de planejamento participativo, são utilizadas ações educativas baseadas em Paulo Freire e Carlos Brandão, a partir de troca de conhecimentos e referências entre os mesmos, em perspectiva dialógica. A construção coletiva e horizontal acontece em todas as etapas.

Dentre as diversas linhas de pesquisa estão: os procedimentos específicos em equipes multidisciplinares para a elaboração do parcelamento do solo dos assentamentos; habitats; habitações (projetos novos e reformas/melhorias); áreas comunitárias e equipamentos.

As ações referentes à intervenção no espaço têm início com o conhecimento da situação presente no local. Assim, realizam-se estudos relativos à compreensão

da apropriação dos assentados da sua história recente, da realidade de seus últimos habitats - antes e após sua inserção no Movimento -, assim como sua organização interna, normativos e ações que interferem na vida cotidiana dos assentamentos.

Como segundo momento, tem-se a aproximação entre os segmentos envolvidos, de forma que compartilhem suas concepções e tomem as decisões em comum. São, também, planejadas oficinas, cursos, assembleias e demais ações, assim como definidos cronogramas de atuação. Considerando-se que existem diferenças entre as lideranças e bases políticas do Movimento, assim como entre os dirigentes e técnicos das instituições públicas envolvidas, busca-se adaptar instrumentos e técnicas a cada segmento, assim como às condições locais. Os conflitos fazem parte dos processos e ocorrem, na maioria das vezes, por despreparo de instâncias burocráticas para lidar com movimentos sociais, falta de infraestrutura ou mesmo por motivos externos ao objeto.

Assim, “O Desenho do Possível” vem sendo construído no decorrer desses mais de 20 anos de atuação. Ele formula e reformula os parâmetros utilizados, na medida em que suas experiências são avaliadas e sua fundamentação teórica realimentada. Na sequência, apresenta-se como esse processo vem se constituindo, quanto aos principais momentos da sua parceria com o MST e o INCRA.

Nessa parceria o GERAH/UFRN assume o papel de fornecer orientação técnica nas áreas da Arquitetura e Urbanismo e correlatas. Em alguns momentos, também atua na mediação dos conflitos existentes. O MST se faz responsável pela organicidade, orientação e direção das ações do coletivo, controle do processo organizativo e a administração dos conflitos. Aos assentados cabe a análise da situação presente e a decisão sobre o rumo do processo. Já o INCRA/RN tem a responsabilidade institucional de operacionalizar as políticas públicas: acompanhar as ações, fiscalizar e controlar os recursos públicos aplicados. No mesmo modo, em determinadas situações, também media os conflitos e participa das decisões.

2.1 Do ensino à extensão (1994 a 1996)

Em 1994, quatro anos após sua chegada ao RN, e um ano após a conquista de parte da Fazenda Zabelê, o MST busca o apoio da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN), Sessão Sindical do ANDES (Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). A então presidente da entidade e professora do CAU, Cristina Moraes, propõe a inclusão de seus assentamentos no campo empírico das disciplinas de assessoria aos movimentos sociais, ministradas pelos professores Amadja Henrique Borges e Rubenilson B. Teixeira. Surge a parceria, agregando-se o INCRA-RN, executor das políticas públicas para os assentamentos.

Pouco se sabia, então, das possibilidades de intervenção do arquiteto e urbanista em espaços agrários, muito menos em assentamentos humanos de dimensões semelhantes a muitas sedes de pequenos municípios, controvertidamente

consideradas “urbanas” pelo IBGE.

Para concretizar os caminhos metodológicos que os professores e estudantes deveriam seguir, foram muitas as descobertas e estudos: os assentamentos eram compostos de áreas de reserva legal (20%); de produção coletiva e familiar (lotes de trabalho; e a chamada “agrovila” - habitat, para o método -, formada por lotes de moradia, espaços livres públicos e equipamentos coletivos). Cabia ao poder municipal se responsabilizar pela infraestrutura, equipamentos e serviços. O acesso pelas estradas carroçáveis era precário, os serviços irrisórios, as exigências ambientais se limitavam à reserva de 20% da área, sem a preocupação com a preservação de espécies da fauna e da flora. A configuração espacial não contemplava, tão pouco, as necessidades da vida cotidiana dos seus moradores. Suas habitações seguiam um modelo com pouquíssimas variações e suas construções eram de péssima qualidade, quer construídas por empreiteiras ou por autoconstrução. A relação entre as áreas de trabalho, equipamentos e habitat também era realizada sem planejamento: sem considerar distâncias, segurança e acesso à infraestrutura. Alguns deles não tinham possibilidade de água dessalinizada.

Nesse período, atuou-se nos Assentamentos Zabelê (1994), Santa Terezinha (1995), Modelo e Terra Trabalho e Liberdade (1996) de forma propositiva. No primeiro, conseguiu-se diminuir as distâncias a serem percorridas diariamente pelas 320 famílias, distribuindo-as em três núcleos, influenciando o desenho dos mesmos: aproximando os moradores dos serviços e equipamentos; preservando-se parte da mata nativa; e evitando que as estradas vicinais passassem dentro do habitat.

No segundo, trabalhou-se no projeto do parcelamento à organização do processo construtivo. Aprovado por todos os parceiros, foi destruído por iniciativa de técnicos do INCRA, que persuadiram o então presidente da associação do assentamento contra o uso do solo-cimento, nos projetos de habitações adaptados ao tamanho das famílias, e à permanência da assessoria técnica. Porém, os assentados se apropriaram da orientação. Assim, o projeto final do habitat levou em consideração: à proteção contra os antigos proprietários; evitar áreas de inundação; e incorporar varandas ao projeto padrão.

No terceiro foi concebido o desenho participativo do habitat provisório. Verificou-se, posteriormente, que seus moradores seguiram a mesma orientação quando da escolher de seus dois habitats definitivos. Na quarta intervenção, o projeto do habitat foi executado, apesar dos modelos das casas permanecerem no padrão INCRA.

Além dessas 4 intervenções, fez-se o levantamento preliminar da situação dos habitats e de suas habitações nos demais assentamentos existentes no RN até 1996, a partir das variáveis formuladas pelo método em elaboração.

2.2 Pesquisa (1997 a 2002)

O enfoque de assessoria ao MST gerou duas teses tendo o rural como foco. Uma sobre a história das pequenas cidades do Estado e outra sobre a tipologia do habitat dos

assentamentos no RN e SP. Naquele momento buscava-se estudar aquele Movimento para que a forma de seus habitats pudesse contribuir para sua organicidade. Tendo conhecimento sobre os assentamentos do RN, todos concentrados, era intrigante que em São Paulo, onde estava, então, sua direção política, a maioria dos habitats fosse dispersa (moradia nos lotes de trabalho). Como podiam se organizar ou acessar a escola, por exemplo?

Assim, como consequência, desenvolve-se uma tese de Arquitetura e Urbanismo com mergulhos na Geografia Agrária e aprofundamento teórico sobre a vida cotidiana e a obra do filósofo Henri Lefebvre. O estudo desse autor possibilitou a compreensão de como o habitat pode ser apropriado por seus usuários; a importância da práxis para o pesquisador e o papel do professor nas possibilidades da transformação do cotidiano dos estudantes e dos movimentos sociais. Esse último, naquele momento, representado pelo MST que, segundo Gohn (1995), correspondia ao movimento social mais importante do século XX. Sobre os problemas agrários no País e sua história observou-se as contribuições de Oliveira (1990), Iani (1978), Martins (1993), dentre outros. Como campo empírico escolheu-se os assentamentos ocupados pelo MST no RN (10 unidades) e em SP (50 unidades), da sua criação à 1996, ano do primeiro Censo de Reforma Agrária.

Quanto à tipologia dos habitats, utilizou-se como referência Mendras (1978), que os classificava em dispersos ou concentrados. Para os assentamentos, foram incluídos os mistos, onde coexistem as duas tipologias: assentados vivendo nos lotes de trabalho e nos de moradia. Assim, foram utilizadas essas categorias para identificar os assentamentos estudados. Os do RN, todos concentrados, foram diferenciados pelo seu número de habitats: um (Marajó); dois (Modelo); ou três (Zabelê). Já em SP a maioria corresponde ao disperso. Contudo, quando havia cooperativas de produção (Agrovila Campinas) ou se tratava de reassentamentos (no caso de Itapeva/Itaberá), experiências específicas dos órgãos responsáveis (INCRA ou ITESP) ou do próprio grupo de origem, aconteciam os habitats concentrados e/ou mistos. Em 2001, o Movimento lança proposta de tipologias, todas baseadas na realidade das regiões Sul e do Sudeste e propõe estudar uma proposta para o Nordeste.

Partindo dos conceitos e processo metodológico utilizado por Lefebvre e sua equipe do Institut de Sociologie Urbaine (I.S.U.) foram estudados qualitativamente esses assentamentos, desde sua forma, seus habitats, sua dinâmica produtiva e de vida cotidiana, à palavra de seus habitantes. O que se pode apreender das tipologias concebidas pelo Movimento, INCRA ou ITESP (SP)? E o seu presente? Qual a relação entre a tipologia dos habitats e a participação dos moradores na organização do assentamento e no Movimento? O que eles traziam do vivido e os levavam a outras escolhas? O que a definia?

Os resultados da tese serviram para compreender que o óbvio para o concebido, inclusive o nosso, nem sempre corresponde às necessidades e sonhos dos usuários. Muitos destes eram gerados pela cultura, influências das referências do vivido e a

politização dos coletivos que definiam as opções estudadas. O conhecimento adquirido durante esse período é aplicado na atualização da metodologia de atuação nos assentamentos rurais assistidos pelo DARQ. A partir de então o GERAH é formalizado, dando continuidade às ações de assistência técnica, conforme apresentado a seguir.

2.3 Extensão X Pesquisa X Ensino (2002 A 2016)

Projetos novos de habitat e habitação (2002 a 2006)

Nesse período, a assessoria do GERAH se destaca por sua inserção no processo produtivo, com experiências concretas, que possibilitaram uma retroalimentação de seus primeiros procedimentos com projetos e, em seguida, formulações teóricas. O acordo de cooperação firmado com o INCRA em 2004 e a inclusão de militantes do MST na coordenação da parceria foram fundamentais para o desenvolvimento desta etapa.

A primeira assessoria pós tese ocorreu entre 2002 e 2004 no assentamento Maria da Paz, localizado no município de João Câmara-RN. Em 2002, durante seu acampamento, foram desenvolvidas propostas preliminares que antecederam o trabalho de extensão e pesquisa.

Estes contemplaram o planejamento em diversas escalas, incluindo o ambiental, com o apoio de vários especialistas, curso para pedreiros, além do acompanhamento frequente do processo construtivo das habitações, em regime de mutirão assistido pelo GERAH, Movimento e apoio do INCRA. Procurando atingir os aspectos plenos do habitat, foi desenvolvida uma experiência pioneira de esgotamento sanitário coletivo com reuso das águas residuais para irrigação.

No que se refere ao parcelamento do solo, pela primeira vez, procurava-se a interação entre parâmetros ambientais, organizativos, urbanísticos e populares, buscando alternativas para a produção, baseada numa abordagem agroecológica e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o projeto apresentava respostas às características do modo de vida das famílias do campo e das concepções políticas e organizativas do MST: distribuição dos lotes de habitação e de produção conforme os núcleos de organização; respeito às especificidades do campo: projeto para o caminho do gado ou ampliação da cozinha de dimensões compatíveis com o padrão de habitação social urbana, mas insuficientes para o rural.

O trabalho de concepção de todas as experiências desta etapa foi participativo, envolvendo assentados e militantes em todos os momentos.

Quanto à sistematização da produção habitacional, dava-se de forma didática, como a organização de almoxarifado; planejamento de compras (com redução de custos); controle de materiais; e possibilidade de participação das mulheres, por exemplo. Tinha-se como objetivo, a longo prazo, a autogestão, a partir da apropriação do saber técnico-científico, tanto nos cursos de pedreiro (primeira experiência com apoio do SENAR) ou de mutirantes (pelo GERAH), como na organização das equipes

de pedreiros, de almoxarifado, de compra de materiais, dentre outras. Quanto às equipes de produção das habitações, no Maria da Paz foram formadas em linha de balanço (quando se terminava uma etapa, passava-se para a seguinte em outra casa). No entanto, a partir do Resistência Potiguar I (2005-6), substituiu-se por etapas (com equipes permanentes), mais fácil de ser assimilada pelos mutirantes. Em momentos de conflito, em todas as experiências, foi adotada a cooperação entre amigos.



Figura 1 – Assessoria técnica ao MST para parcelamento do solo e planejamento e construção do habitat do assentamento Maria da Paz entre 2002 e 2006. Fonte: GERAH, 2018.

Projetos de melhorias e reformas de habitação (2008 a 2010)

Após várias experiências de assessoria técnica para concepção e execução de projetos de parcelamento do solo, do habitat e de habitações em assentamentos recém-criados, surge a necessidade de atender áreas antigas, cujas moradias haviam sido construídas por construtoras ou pelos próprios assentados, sem acompanhamento técnico ou preocupação com aspectos organizativos, culturais e de qualidade ambiental. A situação conjunta dessas habitações era, em sua maioria, precária.

Assim, a metodologia foi adaptada à autogestão e ações coletivas para os projetos de melhoria de habitações antigas, tendo o desafio de lidar com os conflitos entre as expectativas da base e das militâncias do MST; os condicionantes técnicos, ambientais, financeiros e políticos; além das diferenças individuais, dificultando o trabalho coletivo.

Entre 2007 e 2010, o GERAH desenvolveu assistência técnica ao projeto de melhoria/reforma das habitações antigas e acompanhamento do processo construtivo, alguns em mutirão e outros por autoconstrução. Em todas, com compra de materiais e almoxarifado coletivo.

Para o seu desenvolvimento, eram feitos levantamentos técnicos, sobre as condições de habitabilidade das moradias (segurança estrutural; salubridade; atendimento às necessidades das famílias), bem como entrevistas sobre os sonhos dos assentados para melhoria de suas casas. Após o desenvolvimento desses projetos, havia a avaliação pelas famílias e a elaboração de um parecer técnico para garantir o cumprimento das especificações e a apropriação da proposta pelos moradores. O dossiê era composto por: projetos técnicos de reforma/ampliação; planilhas de orçamento e quantitativos de materiais explicativos; memorial descritivo-justificativo. Colaborava com o acompanhamento e fiscalização da construção.

Projetos novos de habitat e habitação com a CEF (2008 a 2011)

A partir de 2008, a Caixa Econômica Federal (CEF) insere-se na parceria no papel de agente financiador. O crédito do INCRA destinado às habitações é repassado a essa instituição, que o complementa. A liberação desse montante fica condicionada aos normativos da CEF.



Figura 3 –Assessoria técnica para planejamento e construção do habitat de assentamentos financiados pela CEF entre 2008 e 2012. Fonte: GERAH, 2018.

Dada a demanda frenética das negociações dos movimentos (entre eles e dentro deles) com o Governo Federal pelo limitado número de unidades habitacionais a serem financiadas, a assessoria se restringe à concepção dos projetos do habitat, das habitações e acompanhamento da construção. Muitos dos projetos propostos são retirados pelos assentados devido à demora das decisões governamentais. A maioria é realizada sem o acompanhamento de seus autores, outros são modificados sem seu conhecimento. Perde-se o controle das etapas para além do projeto da casa, ganha-se na qualidade técnica exigida. No RN o MST conseguiu aprovação para dois assentamentos: Bernardo Marim (Pureza-RN) e Roseli Nunes (Ilmo Marinho-RN), ambos assessorados pelo GERAH. As demais aprovações de melhorias/ampliação, foram destinados a outros movimentos.

As especificidades dos normativos do novo agente exigiam a adaptação da metodologia do Grupo. Os ajustes iniciam com a obrigatoriedade de um trabalho social, formulado com o MST para reforçar o envolvimento das famílias na construção, através de curso de mutirão e formação de equipes para gestão do processo. Introduziu-se oficinas de embelezamento do assentamento, ocorrendo em dois momentos a demarcação de passeios e a construção de mobiliário coletivo nas áreas livres, com o uso de materiais não convencionais.

O GERAH adota novo papel no processo. Além da coordenação das atividades, orienta os profissionais por ele selecionados para acompanhamento técnico da construção das habitações. No mais, passa a mediar os conflitos e entraves entre assentados/MST e CEF, gerados, sobretudo, em decorrência das exigências ao cumprimento das normativas (pouco transparentes e dirigidas para outro público), que resultaram em diversas paralisações do processo e desmobilização do grupo. Assim, o GERAH também assume a “articulação social”, colaborando diretamente com o Movimento na busca por soluções e estratégias técnicas, organizativas e políticas.

Em diversos momentos foi necessário ampliar o debate e o número de reuniões entre a direção do MST e o GERAH para esclarecimento das responsabilidades de cada agente, bem como justificar algumas insistências feitas pela assessoria técnica, visando o cumprimento do cronograma de obra, consequências contratuais da CEF e não da aplicação da metodologia de trabalho em si.

O mutirão também sofreu adaptações durante o andamento das obras: adequação às necessidades técnicas e organizativas - configuração do canteiro; rearranjo entre etapas e de equipes de construção - para driblar os conflitos do processo, sobretudo entre os mutirantes e a CEF. Com o acréscimo do período da obra, o acompanhamento da assistência técnica e do movimento tornou-se onerosa, sendo assegurada devido o apoio da Universidade.

Projetos de espaços livres públicos (2011 a 2014)



Figura 3 – Assessoria técnica para projeto e construção do espaço livre do assentamento Rosário entre 2011 e 2014. Fonte: GERAH, 2018.

Em todos os projetos de habitats desenvolvidos com a assessoria do GERAH destacou-se a importância da qualificação dos espaços livres. No entanto, nenhum programa ou política destina recursos para essas áreas, sequer o MST considera fundamental, dada as necessidades de produção e moradia.

A partir da reflexão sobre as necessidades e potencialidades de desenvolvimento desses espaços em assentamentos, com a intenção de construir referências para outros assentamentos do Movimento, entre 2011 e 2013, o GERAH trabalhou com assessoria ao projeto e execução de um espaço público, no assentamento Rosário (Ceará Mirim/RN). A experiência pioneira foi realizada a partir de um programa de extensão, financiado pelo MEC, e teve a participação de professores e pesquisadores de diversas áreas. A proposta teve como norteadores o diálogo entre os saberes técnicos e populares e o direcionamento das ações da Universidade para a melhoria das condições de vida de comunidades rurais, atuando através das frentes cidadania,

gênero e geração, meio ambiente e planejamento e projeto de espaços públicos.

A realização do trabalho se deu a partir de uma gestão compartilhada e de oficinas multidisciplinares, onde foram elaborados, de forma participativa, além dos projetos de qualificação dos espaços livres e indicações de reforma e construção de equipamentos e mobiliário, também quatro oficinas de capacitação para apreensão e aplicação das técnicas não convencionais para construção. Tais oficinas aconteceram em dois momentos: o primeiro, quando os integrantes do GERAH apresentavam as propostas, expondo e adaptando tanto a técnica construtiva, como sua forma de apresentação, incorporando as sugestões e discutindo as dificuldades encontradas pelos assentados. E um segundo momento, quando se deu continuidade à construção com o acompanhamento de monitores do próprio assentamento, contribuindo para o engajamento da comunidade, sem distinção de idade e gênero, fortalecendo o sentimento de pertencimento à experiência como beneficiário/usuário e, principalmente, como agente efetivo do processo.

Metodologicamente, além da utilização do “Desenho do possível”, o programa incorporou a inserção de tecnologias não convencionais de baixo custo e fácil apropriação pelos usuários. Percebeu-se que a aceitação desse tipo de tecnologia para espaços, equipamentos e mobiliários coletivos foi maior que as propostas para as habitações.

Possibilidades e perspectivas (2014 a 2016)

A parceria entre o GERAH e o MST possibilitou a este autonomia para gerir os processos voltados à construção e/ou reforma de moradias em seus assentamentos. Apropriando-se do método, organiza equipes para fazer levantamento físico das habitações (no caso das reformas); contrata os projetos e orçamentos; faz a gestão da compra de materiais e organização da obra.

Atualmente, já reconhece a importância do papel técnico dos profissionais para projeção e acompanhamento da construção. Assim, contrata assessores e por meio de sua própria gestão, coordena a assistência técnica para a construção de 16 habitações no assentamento Maria das Graças II (Senador Elói de Souza-RN) e melhoria de 60 habitações do Complexo Arizona (João Câmara-RN). Como os profissionais contratados para prestar assistência técnica e social já tinham experiência com a metodologia do GERAH, o processo de desenvolvimento dos projetos e levantamento da situação das moradias antigas foi realizado de forma participativa, buscando a construção autogerida. No entanto, após discussões e avaliações sobre a força de trabalho qualificada para o processo de construção nesses assentamentos, presume-se que o melhor arranjo de gestão será na forma de administração direta. Esse modelo possibilita que seja formada uma equipe de mão de obra, gerida pelo Movimento e contratada no próprio assentamento. Possivelmente, parece ser o momento de viabilizar a proposta das “brigadas de construção” já idealizada em 2005.

3 | AVANÇOS E ENTRAVES

O decorrer da trajetória de construção e atuação da metodologia “O Desenho do Possível” possibilitou avanços, mas também entraves, a todos os agentes envolvidos nas experiências relatadas neste trabalho: INCRA/RN, MST e GERAH/UFRN.

A relação do GERAH com INCRA/RN variou conforme os princípios políticos e ideológicos do gestor que se encontrava à frente da instituição. Pela primeira vez demonstrou-se à autarquia a possibilidade de realizar o planejamento, concepção e execução do espaço físico do assentamento, de modo distinto às suas próprias práticas. Primeiro, partindo de um planejamento em três escalas: macro (assentamento como um todo), habitat e habitação. Segundo, pelas possibilidades de contribuições do arquiteto e urbanista no planejamento de seus assentamentos, inserindo novos parâmetros ambientais, produtivos, sociais e elementos específicos da Arquitetura e do Urbanismo, dos projetos participativos. Em terceiro, o processo educativo da organização da obra e a inserção do mutirão assistido como alternativa à prática tradicional de contratação de construtoras/empreiteiras. Como resultado, foram produzidos espaços físicos com qualidade arquitetônica e ambiental, conseqüentemente proporcionando melhores condições de vida e moradia aos assentados.

Ademais, realizou-se uma sistematização e adequação técnica do procedimento para as ações de reforma/melhoria das habitações, além da exigência do “registro de responsabilidade técnica” (RRT/ART) para todos os projetos (2007). Houve o aumento do valor financeiro destinado à construção da habitação (crédito implantação: aquisição de material de construção) e melhor detalhamento dos normativos que tratam da implantação dos assentamentos.

Em 1994, no início da assessoria técnica do GERAH/UFRN ao INCRA/RN, o normativo em vigor que tratava dessa matéria correspondia à Instrução INCRA/Nº 44/91, destinando R\$ 2.000,00 por família para a construção da habitação e nenhum detalhamento voltado para a questão técnica. Em 2005, no decorrer da assessoria ao assentamento Maria da Paz, demonstrou-se que o recurso destinado à construção das habitações (R\$3.000,00) era insuficiente. Como iniciativa do INCRA/RN, a apresentação daquela experiência conseguiu reajustar aqueles valores, passando para R\$ 5.000,00 reais/família (Instrução Normativa Nº 19/2005). Em 2007, já na assessoria à reforma/melhoria das habitações, a Direção de Desenvolvimento dos Assentamentos do INCRA Nacional enviou um assessor jurídico que viabilizou, pela primeira vez, a remuneração à assistência técnica, conforme os parâmetros propostos pela assessoria do GERAH. Como conseqüência, os normativos se tornaram mais detalhados, incorporando aspectos técnicos: recurso e “responsável técnico” ao projeto e execução da moradia.

Ainda em 2007 o INCRA nacional, com a consultoria do GERAH, realizou a “Oficina habitat do campo” para um Programa sobre a temática. No entanto, as medidas propostas nunca foram postas em prática. A falta de infraestrutura física e

humana do órgão dificulta a implementação de ações que melhorem as condições de vida em seus assentamentos, sobretudo nas questões referentes ao habitat e à habitação. Além disso, há uma dificuldade de compreensão dos seus técnicos das questões relativas à parceria.

No que diz respeito ao MST e sua base assentada, os avanços foram no sentido de vivenciar mais uma prática social emancipatória, como o mutirão. O processo buscou a capacitação dos assentados para a gestão e construção dos assentamentos para além da qualificação profissional na construção civil, com a proposta de cursos para mutirantes. Esse representou o caminho trilhado para a busca da autogestão. Atualmente, verifica-se que o Movimento formula suas possibilidades, contratando profissionais para suas próprias gestões, como complemento às ações de organicidade defendidas pelas suas lideranças.

Em relação aos princípios voltados à organização dos assentamentos do MST, contribuiu com novos parâmetros, especificamente para o desenho dos seus habitats concentrados e a reflexão sobre a importância do seu papel.

Por fim, para o GERAH/UFRN, significou uma oportunidade de atuação conjunta entre ensino, pesquisa e extensão, trazendo para o ensino novas perspectivas de conhecimento interdisciplinar. Já a relação entre a pesquisa e a extensão, formula e reformula, a cada experiência, parte de sua atuação. Além disso, um dos principais avanços constituiu a incessante busca pelo enfrentamento e administração dos conflitos gerados entre o saber técnico e o popular, entre o desejo de mudança e os vícios adquiridos no vivido, por disputas entre os interesses particulares em detrimento do coletivo.

4 | CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, percebe-se que “O Desenho do Possível” é uma metodologia com enfoque participativo, educativo e com perspectiva transformadora. Para além da assessoria técnica na área correlata da Arquitetura e Urbanismo, disponibiliza elementos para que os agentes utilizem os novos conhecimentos de forma articulada em busca de transformação.

Em relação aos movimentos sociais, almeja contribuir com a autogestão dos seus processos. Essa busca exige uma constante demanda por elementos e estratégias para tratar e compreender os conflitos, limitações e potencialidade das ações do movimento social. Há nesse processo uma importante troca de experiência entre o saber técnico e popular, onde, muitas vezes, se sobressaem as decisões dos assentados, como, por exemplo, a opção por materiais tradicionais, ao invés de alternativas tecnológicas. Todavia, reconhece-se que também há limites no saber popular, visto que suas referências culturais, por vezes, não correspondem aos requisitos técnicos mínimos, da mesma forma como alguns arranjos e soluções técnicas não são satisfatoriamente

assimiladas pelos assentados.

No que se refere à Lei de Assistência Técnica, entende-se ser um instrumento possível aos profissionais da Arquitetura e Urbanismo para atuação junto aos movimentos sociais, sobretudo no campo. Às instituições do poder público, um instrumento para viabilizar, não só a assistência técnica, como também procedimentos pedagógicos que permitam uma transformação social dos seus beneficiários. Contudo, tomando por base as experiências vivenciadas, algumas dificuldades ainda são notáveis: falta de infraestrutura de entidades organizadoras formadas por movimentos sociais; falta de interesse dos profissionais; contrato de risco; e baixa remuneração.

Percebe-se, assim, que a forma como a referida Lei foi viabilizada pelos agentes da política de habitação social, ainda não condiz com a capacidade de atuação dos movimentos. Assim, alguns aspectos podem ser levados à discussão: ainda que exista um programa destinado para trabalhadores rurais organizados de forma coletiva, por uma Entidade Organizadora, e recursos para a assistência técnica, de que forma os movimentos sociais e suas entidades organizadoras podem se estruturar e desenvolver a gestão com qualidade técnica e princípios políticos e transformadores? As dificuldades ainda continuam. Logo, até que ponto essas dificuldades não representam um favorecimento às entidades organizadoras da esfera privada? E como estas, por sua vez, podem suprir as reais necessidades dos assentados, de forma a considerar suas referências culturais, organizativas e ideológicas?

Por fim, é importante destacar que, além das experiências citadas, muitos foram os projetos de assentamentos assessorados pelo GERAH. Todos contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento de sua metodologia. Numa perspectiva participativa, abriu-se um campo de atuação de arquitetos e urbanistas, engenheiros e tecnólogos em áreas de assentamentos rurais coordenados por movimentos sociais do campo, quase até então inexistente.

No entanto, o tempo dedicado a essas ações e estudos requer incentivo por parte das universidades e do Estado que, na atualidade, é ínfimo. São também poucos os caminhos para que as novas gerações aprendam e possam utilizar seu saber técnico para transformar as periferias das cidades e as áreas improdutivas do campo em imensos canteiros de mutirões de assistentes técnicos comprometidos com as causas sociais pois, conforme as palavras de Lefebvre: *“As estrelas só brilharão à noite, enquanto o homem não houver transformado este dia e esta noite”*. (LEFEBVRE, 1961, p. 348, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

BORGES, Amadja. **A moradia enquanto instrumento de aproximação entre as bandeiras de lutas dos movimentos do campo e da cidade.** In LEAL, Suely. LACERDA, Norma (org.) Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil-França, org. Suely Leal, 415-434. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BORGES, Amadja Henrique. **O desenho do possível: A UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária.** In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org.). Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária, org. Ilza Araújo Leão, 57-71. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2006.

BORGES, Amadja Henrique. **MST: Habitats em movimento.** 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista.** 2009.217p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** SP, Hucitec, 1993.

MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. **Mutirão X Organicidade: Reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN.** 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para não entregar.** SP, EDUSP, Contexto, 1990.

O CORPO E A NARRATIVA DA CIDADE: DOS PRIMOS HOFFMANNIANOS A MARCOVALDO¹

Ricardo Luis Silva

Centro Universitário Senac, Bacharelado em
Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – SP

RESUMO: Este capítulo pretende experimentar uma aproximação crítica de dois pontos distintos de uma possível linha genealógica: as da Literatura urbana e da História da Cidade.

O objetivo dessa aproximação crítica é vislumbrar, constituir e colaborar com a formação de uma longa narrativa do corpo na Cidade, principalmente nos séculos XIX e XX. Um corpo que se aproxima timidamente, é instantaneamente sugado para um turbilhão de acontecimentos da modernização em curso acelerado dos centros urbanos, até se encontrar envolvido em uma crise de sua própria constituição psíquica, acarretando sofrimento, distanciamento, alienação e, até, repulsa perante a presença do outro nos espaços da vida cotidiana.

Tais aproximações se darão em dois momentos particulares, tanto na genealogia da Literatura urbana, quanto na da História da Cidade. A primeira delas será sobre um conto de E. T.

A. Hoffmann, de 1822, *A janela de esquina do meu primo*. A segunda será sobre uma série de micro contos, reunidos posteriormente em livro, de Italo Calvino, de 1963, *Marcovaldo ou as estações na cidade*.

A investigação que permeia todo este capítulo é ressaltar a capacidade que a Literatura apresenta para vislumbrar e “personalizar” as relações do homem com a Cidade, constituindo narrativas da vida cotidiana, além de potencializar uma História menor da Cidade. Uma potência que será catalisada aqui pela presença e permanência do corpo como elemento fundamental para a constituição da subjetividade do homem contemporâneo, tão permeado atualmente por ações e discursos anestésiantes, homogeneizantes e destruidores de experiências concretas da espacialidade e da alteridade urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Personagem Urbano; Literatura Urbana; Narrativas Urbanas; E.T.A. Hoffmann; Italo Calvino.

ABSTRACT: This chapter intends to experience a critical approach in two distinct points of a possible genealogical line: the genealogies of Urban Literature and the History of the City.

1. Este texto foi apresentado e publicado nos anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo em 2016, na cidade de São Carlos. Além disso, faz também parte da tese de doutorado do autor, produzida e defendida na Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação da Prof. Dra. Maria Isabel Villac. O título do trabalho é “Elogios à inutilidade: a incorporação do Trapeiro como possibilidade de apropriação e leitura da Cidade e sua alteridade urbana” e pode ser acessado no endereço eletrônico <<http://www.issuu.com/trapeirocontemporaneo>>

The purpose of these critical approaches is to glimpse, constitute and collaborate with the formation of a long body's narrative of the city, especially in the nineteenth and twentieth century. A body that approaches timidly, is instantly sucked into a whirlwind of events of accelerated modernization of urban centers, until be involved in a crisis of his own psyche, causing suffering, estrangement, alienation and even horror by the presence of the other in the everyday life spaces.

Such approaches will be done in two particular moments, as in the genealogy of urban literature, as in the history of the City. The first of these approaches will be on a short story by E. T. A. Hoffmann, 1822, My Cousin's Corner Window. The second will be on a series of micro stories, later collected in book by Italo Calvino, 1963, Marcovaldo or the Seasons in the City.

The investigation that permeates throughout this article is to emphasize the ability of the Literature to glimpse and "personalize" man's relations with the City, making narratives of everyday life, as well as enhance a minor History of the City. A power that is catalyzed here by the presence and permanence of the body as a fundamental element in the constitution of the subjectivity of modern man, so filled these days by actions and discourses of anaestheticization, homogenization and doom of concrete experiences of spatiality and urban otherness.

KEYWORDS: Urban character; Urban Literature; Urban narratives; E.T.A. Hoffmann; Italo Calvino.

1 | PREÂMBULO...

Antes de qualquer passo adentro, é necessário alguns esclarecimentos preliminares, especificamente quanto a forma que o texto apresentado a seguir possui. Houve uma certa indecisão, é verdade, no momento em que foi necessário escolher a forma desse texto, pois ele pertence a algo maior. Ele não tem exatamente um começo e um fim; ele é, de fato, meio, parte, componente. As palavras, frases, ideias aqui contidas fazem parte da investigação que constituiu uma tese de doutoramento. Uma tese que trata de encontrar, ou talvez, explicitar uma maneira, um modo, uma forma outra de apreensão do espaço urbano, tendo o corpo e as percepções sensíveis como mecanismos centrais para tal efetivação. Uma apreensão que desvia dos anestesiamentos, espetacularizações e homogeneizações do indivíduo, do espaço, do tempo, do outro e das relações entre todos estes. Uma apreensão que possa assumir a incompletude, a imperfeição, o sofrimento, a inutilidade, a alteridade.

Por isso, o texto aparentará fragmentado, pois foi descolado de algo. Mas, para constituir-se suficientemente como algo autônomo, a forma encontrada para tal ser apresentado, e compreendido, é como um ensaio experimental (não deixando de lado, obviamente, a cientificidade necessária); Um ensaio onde será experimentada uma aproximação de pontos de uma genealogia cruzada de leitores urbanos (ação entendida como leitura e escritura, simultaneamente), atravessando as histórias da literatura e da cidade. Naturalmente há riscos nessa escolha formal, mas esses são

esperados, mesmo desejáveis, no espaço laboratorial do ensaio.

Reforçando, não é intuito desse ensaio um desenho amplo de uma possível formação genealógica sobre os leitores urbanos “inventados” pela literatura. O que se experimentará a seguir é uma demarcação, uma desterritorialização e uma montagem. O que se espera desse ensaio é uma narrativa possível sobre os leitores urbanos. Uma narrativa não escrita, uma narrativa por existir. Uma narrativa a se estabelecer.

2 | DEMARCAÇÃO

Para iniciar a demarcação, é preciso situar o ensaio no tempo:

A multidão: nenhum tema se impôs com mais propriedade aos autores [de literatura] do século XIX. Nessa época, ela preparava-se para se estruturar como público em largas camadas sociais para as quais a leitura se havia tornado um hábito. Tornou-se cliente da literatura, queria ver-se retratada no romance contemporâneo, como os mecenas nas pinturas da Idade Média. O autor de maior sucesso do século correspondeu a essa exigência por uma imposição interior. Para ele, a multidão, num sentido quase antigo, era a multidão dos clientes, do público. (Benjamin, 2015: p. 117).

... e no espaço.

O escritor e poeta argentino Jorge Luis Borges, escreve, em seu livro de contos intitulado *Ficções*, na cidade de Mar del Plata, no ano de 1941, uma pequena história sobre uma grande biblioteca. *A Biblioteca de Babel*.

O Universo (que outros chamam a Biblioteca) constitui-se de um número indefinido, e quiçá infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados de varandas baixíssimas. De qualquer hexágono, veem-se os pisos inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte estantes, em cinco longas prateleiras por lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é a dos andares, excede apenas a de um bibliotecário normal. Uma das frentes livres leva a um saguão estreito, que desemboca em outra galeria, idêntica à primeira e a todas. À Esquerda e à direita do saguão, há dois sanitários minúsculos. Um permite dormir em pé; outro satisfazer as necessidades fecais. Por aí passa a escada espiral, que se abisma e se eleva para o longe. No saguão há um espelho, que duplica as aparências fielmente. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fôsse realmente, para que essa duplicação ilusória?); prefiro imaginar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito... A luz provém de algumas frutas esféricas que levam o nome de lâmpadas. Há duas em cada hexágono: transversais. A luz que emitem é insuficiente, incessante. (Borges, 1972: p. 84).

Caminho pela Biblioteca de Babel. Dentre os hexágonos mais familiares, aqueles por onde circulo mais constantemente, sempre separo um tempo e me detenho em alguns, mesmo que não esteja procurando algo em especial. Por experiência de outros tempos, sei que me perder por ali é sinônimo de encontrar algo precioso. Nem sempre útil, o que se encontra acaba, em algum sentido, sendo adequado para meus processos investigativos. São adequados justamente por dificilmente serem escritos para tal fim, ou para qualquer fim específico. São textos que vieram ao mundo como romance ou poesia e que sob meus olhos podem tomar outra forma, outro objetivo e

adequação. Leio relatos. Os interpreto. Faço-me intérprete.

Com o intuito de buscar exemplos, experiências, elogios de leitores urbanos, encontro-me agora exatamente num hexágono literário. Nele reconheço, pelas lombadas ilustradas, nomes próprios e lugares do mundo. Trata-se, portanto, de um, entre tantos, hexágono da Literatura urbana. Aqui encontro textos literários que têm a Cidade – não uma cidade - como cenário, como parte do enredo, ou mesmo como uma personagem. Não me detenho nos textos que têm uma cidade como cenário; estes apenas localizam espacialmente as tramas escolhidas. Os livros catalogados e distribuídos dentro deste hexágono têm a Cidade como elemento; A Cidade. Estas até podem ser cidades reais – Berlim, Paris, Praga – mas poderiam ser facilmente “desidentificadas”, pois a questão fundamental nessa presença é sua noção abstrata, sua “impessoalidade”, sua generalização narrativa, ou seja, a Cidade como entidade narrativa, onde o tempo marca mais que o espaço.

Ao olhar para as prateleiras abarrotadas desses livros “urbanizados”, alguns chamam mais a atenção que outros. O olhar fixa em suas posições provavelmente por afetos, memórias, experiências, familiaridades. O processo de seleção para a retirada e consulta a esses livros sofre interferências externas. Interferências do tempo, do acaso, do leitor que sou e autor que posso vir a ser. Interferências internas a mim.

Dois livros se destacam. Percebo neles uma possibilidade de tecer algumas reflexões que podem transformar, ou transportar tais textos em elogios ou em exemplos reconhecidos da tentativa de ler e habitar a Cidade de outra forma.

3 | DESTERRITORIALIZAÇÃO

Em uma das mãos tenho um livro escrito em 1822, em alemão. Na outra, seguro um livro em italiano, de 1963. De um lado *Des vetters eckfenstere*, no outro, *Marcovaldo ovvero le stagioni in città*. O primeiro escrito pelo Romântico, fantástico e sinistro Ernst Theodor Amadeus Hoffmann, ou simplesmente E. T. A. Hoffmann, e o segundo escrito pelo Neorealista, também fantástico, Oulipiano e irônico Italo Calvino.

Ao ler os dois textos, atribuo-lhes uma mesma genealogia, uma mesma raiz: os dois se estruturam como um testemunho da Cidade moderna, apresentam-na como elemento fundante da vida cotidiana. Suas personagens são apresentadas como leitoras urbanas. Certamente encontraríamos ambos textos em uma hipotética linha do tempo/genealógica dos textos literários que tratam a Cidade dessa forma.

É possível assumir, mesmo que historicamente não se comprove tal posição, que cada um deles foi pioneiro na maneira como colocaram seus protagonistas perante a Cidade, como essas personagens se relacionam e representam a Cidade que habitam, em tempos distintos.

Encontro nessa especulação hipotética – e genealógica – uma possibilidade de apropriação de ideias. Vejo nestes pioneirismos um vestígio que deve ser explicitado.

Não pretendo aqui resenhar os dois livros, mas pontuar pequenos e breves trechos que ajudem a justificar seus pioneirismos reconhecidos. Importante dizer, ladeado por comentários impróprios para uma profunda análise dos conteúdos literários dos textos, mas satisfatórios ao que se pretende nessa ensaio.

Mas antes, pioneiros em quê?

Hoffmann poderia ser colocado naquela linha do tempo/genealógica como o primeiro a apresentar uma personagem que observa a Cidade e seus personagens, uma observação que vai além da massa de multidão crescente e já não delienada.

Calvino poderia ser alocado também naquela linha, obviamente muito posterior a Hoffmann, depois de grandes como Hugo, Poe e Baudelaire, como um pioneiro na caracterização de uma personagem inserida na multidão da Cidade e que sofre e sobrevive aos traumas causados pelos choques da modernização já há muito em curso; uma personagem que se assemelha, fantasticamente, ao ser urbano nesse início de século XXI. Uma semelhança crítica, subliminar, anunciadora de uma possível postura.

Vamos, enfim, àquela longa e imbricada história prometida no início. Do observador curioso ao sofredor urbano, ambos da Cidade, ambos na literatura.

4 | MONTAGEM

Primeiro fragmento de aproximação:

E. T. A. Hoffmann apresenta no conto *A janela de esquina do meu primo*, uma animada conversa entre duas personagens, o eu-narrador e seu primo, um escritor-poeta que sofre de uma doença degenerativa que o impossibilita de se mover com facilidade, durante um dia qualquer na cidade de Berlim, enquanto miram, pela janela do apartamento, a multidão que circula pela feira livre que acontece na praça em frente ao prédio.

Segundo Marcus Mazzari (2010), que escreve o posfácio da edição brasileira do livro, o texto foi encomendado a Hoffmann, já consagrado como escritor Romântico, por Johann Daniel Symanski, editor da recém lançada revista literária *Der Zuschauer* [O Observador], em outubro de 1820. Por estar envolvido em outros projetos, Hoffmann adia sua participação por quase dois anos, prometendo ao editor que tal convite não seria esquecido, instigado, principalmente, pelo nome da revista, que se aproximava muito às suas experiências pessoais: “O senhor bem sabe o quanto eu gosto de observar e contemplar para depois exprimir com toda exatidão aquilo de que me apropriei mirando de maneira vívida”. Em 1822, escreveu o conto encomendado em poucos meses, concluindo-o em 14 de abril. O texto foi publicado na tal revista, nas edições de 23 de abril e 4 de maio daquele ano, algumas semanas antes da morte prematura de Hoffmann.

Ainda segundo Mazzari (2010), “Hoffmann terá então se lembrado de uma pequena ficção, *Scarron à janela* (1799), em que Karl Friedrich Kretschmann narra

observações feitas pelo escritor francês Paul Scarron, (...) do alto de seu apartamento parisiense defronte ao *Jardin des Tuileries*”.

Para compreender o posicionamento pioneiro das personagens de Hoffmann, será preciso antes apontar o estado da arte no que concerne ao olhar para a multidão no início do século XIX, momento em que a industrialização atinge intensamente a vida cotidiana das cidades europeias.

Friedrich Engels, em seu texto de 1845, onde trata da situação das classes operárias nas cidades industriais inglesas, apresenta o olhar hegemônico da sociedade perante a multidão na Cidade

Uma cidade como Londres, onde se pode vagar horas a fio sem chegar sequer ao início do fim, sem se encontrar com o mais ínfimo sinal que permitiria inferir a proximidade do campo, é algo realmente singular. Essa construção colossal, esse amontoado de dois milhões e meio de seres humanos num único ponto, centuplicou a força desses dois milhões e meio. Ela elevou Londres à capital comercial do mundo (...) Mas os sacrifícios que isto custou, só mais tarde se descobre. Quando se vagou alguns dias pelas calçadas das ruas principais, com muito custo teremos aberto passagem através da multidão, das filas sem fim de carros e carroças, depois de termos visitado os 'bairros de má reputação' desta metrópole, só então se percebe que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua humanidade para realizar todos os prodígios da civilização, com que fervilha sua cidade; que centenas de forças, neles adormecidas, permaneceram inativas, e foram reprimidas para que só algumas pudessem se desenvolver (...) O próprio tumulto das ruas tem algo de repugnante, algo que revolta a natureza humana. Essas centenas de milhões de todas as classes e posições, que se empurram umas às outras, não são todos seres humanos com as mesmas qualidades e aptidões, e com o mesmo interesse em serem felizes? (...) E, no entanto, passam correndo uns pelos outros, como se não tivessem absolutamente nada em comum, nada a ver uns com os outros; e, no entanto, o único acordo tácito entre eles é o de que cada um conserve o lado da calçada a sua direita. Para que ambas as correntes da multidão, de sentidos opostos, não se detenham mutuamente; e, no entanto, não ocorre a ninguém conceder ao outro um olhar sequer. Essa indiferença brutal, esse isolamento insensível de cada indivíduo em seus interesses privados, avultam tanto mais repugnante e ofensivo quanto mais indivíduos se comprimem num exíguo espaço. (Engels, 2008: p. 67-8).

Ou mesmo Victor Hugo, poetizando a vida em Paris nos anos 1830

Multidão sem nome! Caos! Vozes, olhos, passos. Aqueles que jamais se viram, aqueles que não se conhecem. Todos os vivos! – Cidades atordoantes para os ouvidos. Muito mais do que um bosque da América ou uma colmeia de abelhas. (Hugo, 1832: p. 244)

Este é justamente o ponto de partida que Hoffmann assume para o diálogo de suas personagens. De um lado o primo narrador, leigo na arte das narrativas, que reconhece a grandiosidade da Cidade, mas entende a multidão como uma única massa ruidosa e desclassificada, e do outro lado o primo doente, perito na arte de enxergar (e, claro, narrar), que encontra na observação curiosa e minuscularizada da multidão um último suspiro vital e intelectual.

Eu-narrador: Além disso, a morada do meu primo está localizada na região mais bonita da capital, ou seja, em frente à praça do mercado [Gendarmenmarkt], rodeada por construções suntuosas, em cujo centro se ergue o colossal edifício do teatro, genialmente concebido. É um prédio de esquina o que meu primo habita, e

da janela de um pequeno gabinete ele abarca num lance de olhos todo o panorama da grandiosa praça. (Hoffmann, 2010: p. 11).

Ainda nesse momento que antecede o encontro dos primos, a personagem narra, para si própria, a Cidade “grandiosa”, antecipando a enunciação de sua percepção interessada nos elementos extraordinários que compõem o espaço. Essa percepção é confirmada logo em seguida, quando a multidão (generalizaria aos elementos “infra-ordinários”² do cotidiano) é narrada:

Eu-narrador: Eu me sentei em frente do primo, num pequeno tamborete que mal cabia no espaço da janela. De fato, a visão era singular e surpreendente. Toda a feira parecia uma única massa humana, bem concentrada, de forma que se poderia pensar que uma maçã atirada do alto jamais conseguiria chegar ao chão. (...) Tive de confessar a mim mesmo que aquela visão era de fato bastante aprazível, mas cansativa depois de certo tempo, podendo até mesmo causar em pessoas mais suscetíveis uma leve vertigem, similar ao delírio não desagradável que antecede o sonho. (Hoffmann, 2010: p. 15).

Consideração rapidamente contra-argumentada pelo primo poeta:

Primo: Falta-lhe a disposição mais elementar para poder seguir os passos de seu primo digno e paralítico, ou seja, um olho! Um olho que realmente enxergue! Aquela feira do mercado não lhe oferece senão a visão de um colorido e alucinante amontoado de gente se movendo num afã insignificante. Há, há! Ao contrário de você, meu amigo, vejo desenrolar-se um cenário variado da vida burguesa (...) Preste atenção, primo! Vou tentar ensinar-lhe ainda que somente as primícias da arte de enxergar. Pegue minha luneta e olhe direto para baixo na direção da rua. (Hoffmann, 2010: p. 16-7).

Dá-se início aí a construção de um homem que observa a Cidade e sua multidão a partir dos seus pedaços, recortes ampliados e fragmentados pela visão artificializada do instrumento ótico empregado. Em cada fragmento de multidão, é possível reconhecer e especular sobre uma singularidade em meio à multidão sem rosto.

Relacionado à representação literária da cidade grande está ainda o fato de Hoffmann ter colocado como cenário exclusivo da narrativa o amplo comércio que se desenrola numa praça central de Berlim, ou seja, o mundo das mercadorias e de sua circulação. Passando em revista mais de duas dezenas de figuras que – comprando, vendendo, regateando, observando ou simplesmente flanando – povoam a feira, o descortina uma mirada para os seus mais variados aspectos. (Mazzari, 2010, p. 68).

Figuras estas que vão se convertendo também em personagens do conto, vão assumindo parte na história, não só dos primos, mas principalmente da Cidade. Neste momento, nasce a ideia de que a multidão urbana é formada por personagens. Personagens dignos de nota, que merecem um lugar nas narrativas urbanas. Personagens ordinárias que são agora do espaço urbano. Personagens urbanos.

A percepção e revelação desses novos, porém muito velhos personagens ao primo narrador, agora um novato observador das peculiaridades banais e, ao mesmo tempo, essenciais que compõem a vida cotidiana de sua própria Cidade, são declaradas

2. Termo experimentado por Georges Perec, escritor francês, nos livros *Espèces d'espaces*, *Tentative d'épuisement d'un lieu parisien*, e *L'Infra-ordinaire*, este último publicado postumamente.

em bom tom como um ato experimentado e ativo de olhar, ou melhor, enxergar. “Sinceramente, caro primo, você já me ensinou a enxergar melhor. Enquanto meus olhares erram pelo burburinho colorido da multidão ondulante, saltam-me à vista...” (Hoffmann, 2010: p. 22).

Vendedores de frutas e legumes, intermediários de tecidos, limpadores de rua, carregadores, filhas de burgueses e suas acompanhantes, ex-soldados cegos, policiais mal humorados, feirantes encenqueiros, comerciantes de antiguidades e inutilidades. **Personagens do cotidiano, da vida.**

Esse mercado, disse meu primo, é também agora uma imagem fiel da vida eternamente mutável. A atividade intensa, a necessidade momentânea leva as pessoas a se reunirem; alguns instantes mais tarde tudo está deserto, silenciam-se as vozes que se misturavam e confundiam num barulho desordenado, e cada posto abandonado pronuncia de maneira extremamente vívida: acabou! (Hoffmann, 2010: p. 57).

Além disso, tal ato ativo é reconhecido por Walter Benjamin (2015), leitor e crítico da obra de Hoffmann, como ato estético de leitura e representação da Cidade

Talvez a visão diária de uma multidão em movimento representasse, alguma vez, um espetáculo ao qual os olhos devessem primeiro se adaptar. Se admitíssemos essa hipótese, então não seria impossível supor que aos olhos teriam sido bem-vindas oportunidades de, uma vez dominada a tarefa, ratificarem a posse de suas novas faculdades. A técnica da pintura impressionista de captar a imagem no tumulto das manchas de tinta seria, então, reflexo das experiências tomadas familiares aos olhos do habitante das grandes cidades. (Benjamin, 2015: p. 126).

Mesmo que esta representação seja feita de fora, de longe da multidão. Feita por um homem doméstico, privado, ainda distante de ser entendido e assumido como parte da própria multidão.

O primo (...) está instalado em seu ambiente doméstico. O observador de Poe sofre uma atração que, finalmente, o arrasta no turbilhão da multidão. O primo de Hoffmann na janela é paralisado; não poderia seguir a corrente, nem mesmo se a sentisse na própria pessoa. Está, antes, acima desta multidão, como sugere seu posto de observação no apartamento. Dali ele examina a multidão; é dia de feira, e ela se sente em seu elemento. (Benjamin, 2015: p. 125).

Uma possibilidade que, de agora em diante, será profundamente experimentada e especulada por outras personagens, outros observadores urbanos, como por exemplo, e excelência, a personagem convalescente de Poe de 1840, em *O homem da multidão* e o *Flâneur* de Baudelaire de 1863, em *O pintor da Vida moderna*; personagens urbanos fecundados poeticamente nas duas grandes cidades modernas do final do século XIX: Londres e Paris, respectivamente.

Esse texto [conto de Hoffmann] pode ser considerado como uma tentativa cuja realização começava a ter contornos. É claro, porém, que essa tentativa foi empreendida em Berlim sob condições que frustraram seu completo êxito. Se algum dia Hoffmann houvesse conhecido Paris ou Londres, se houvesse visado à representação da massa como tal, não se teria fixado, então, em uma feira; não teria colocado mulheres em primeiro plano; teria, talvez, aproveitado os temas que Poe extrai da multidão movimentando-se à luz dos lampiões a gás. (Benjamin, 2015: p.126).

Segundo fragmento de aproximação:

Proponho, neste momento, um salto ao longo dessa longa história, dessa linha genealógica dos leitores da Cidade na literatura.

Durante o deslocamento temporal, vemos cidades se transformando, multidões se chocando, personagens urbanos desaparecendo, outras relações sociais se formando, personagens urbanos surgindo, sistemas produtivos predominando, sociedades espetacularizando-se, apropriações corporais dos espaços urbanos se fragilizando.

Na queda, ou aterrissagem após o salto dado, caímos sobre Marcovaldo. Nascido do realismo melancólico e desamparado, com pitadas de situações fantásticas, a personagem estabelecida e questionada por Italo Calvino.

Marcovaldo é uma personagem essencialmente urbana, da cidade contemporânea, mesmo surgida na década de 1960. Vemos na condição urbana de Marcovaldo muitas de nossas próprias. E nesse reconhecimento identifica-se também algumas atitudes e posturas perante a vida cotidiana e a Cidade. Interpreto-as, como leitor interessado daquela linha genealógica, como uma postura possível perante o mal-estar urbano presente na vida cotidiano do século XXI.

Marcovaldo é o protagonista de aventuras, e desventuras, contadas por Italo Calvino nos 20 contos de *Marcovaldo ou as estações na cidade*, escritos entre 1952 e 1963, e publicados inicialmente separados numa coleção de livros juvenis em novembro deste último ano, pela editora italiana Einaudi, mas reeditados em 1966 num único volume, para uso no ensino de primeiro grau, assumindo o formato que perdura até hoje.

O livro Marcovaldo ou as estações na cidade se compõe de vinte contos. Cada conto é dedicado a uma estação; o ciclo das quatro estações se repete, portanto, cinco vezes no livro. Todos os contos têm o mesmo protagonista, Marcovaldo, e seguem mais ou menos o mesmo esquema. (Calvino, 1994: p. 137).

Marcovaldo é, portanto, protagonista de experiências urbanas vinculadas à passagem do tempo na Cidade. Mas Marcovaldo, acompanhado de sua mulher e seus seis filhos, apesar da posição privilegiada no romance, são personagens ordinários de uma cidade industrial qualquer da segunda metade do século XX. Eles não apresentam nenhuma característica física relevante, muito menos algo que os diferencie de outros Marcovaldos e Domitilas que certamente habitam cidades mundo afora. Enfim, são uma família sem sobrenome.

O perfil do protagonista é apenas esboçado: (...) um João-Ninguém (...) exilado na cidade industrial. (...) De onde ele veio, de que lugar sente saudade, isso não é dito; poderiam defini-lo como um 'imigrado', embora essa palavra nunca apareça no texto; mas a definição talvez seja imprópria, porque todos nesses contos parecem 'imigrados' num mundo estranho do qual não se pode fugir. (Calvino, 1994: p. 138).

Vivem durante essas vinte estações na cidade, numa Cidade indeterminada, assim como eles. Ela não apresenta nenhuma característica suficiente que a coloque no mapa com propriedade.

A cidade não é nomeada nunca; por alguns aspectos poderia ser Milão, por outros (o rio, os morros) pode-se reconhecer Turim. Sem dúvida, essa indeterminação é procurada pelo autor para significar que não se trata de uma cidade, mas da cidade, uma metrópole industrial qualquer, abstrata e típica como abstratas e típicas são as histórias contadas. (Calvino, 1994: p. 139).

Um homem sem qualidades, condicionado a uma Cidade também sem qualidades: condições típicas em nossa sociedade global (*Bigness*), universal (*Generic*), espetacular (*Junkspace*)³.

Um homem qualquer, um carregador ordinário, de uma indústria qualquer, que se debate com uma Cidade que lhe é estranha, um espaço que isola seu corpo de qualquer apropriação concreta ou subjetiva, pois, diferente do *Flâneur*, seu corpo também está na Cidade, mas sem a liberdade da observação desinteressada, já que seu corpo está subordinado ao processo industrial das mercadorias. Para Calvino (1994: p. 137) “Dentro da cidade de concreto e asfalto, Marcovaldo vai em busca da Natureza. Mas ainda existe a Natureza? A que encontra é uma Natureza ardilosa, falsificada, comprometida com a vida artificial”. Natureza que interpreto e traduzo aqui como a condição de humanidade, pois a Cidade da produção e do consumo afastam homens desqualificados como Marcovaldo de sua aparente humanidade, a das mercadorias, deixando-o incompleto e sem assistência para sua real constituição humana, sua subjetividade.

Nessa incompletude Marcovaldo sofre, e no sofrimento ele encontra motivos para tentar buscar, por conta própria e toscamente, possibilidades de “Natureza”. Como único campo conhecido e experimentado pela memória e pelo corpo, Marcovaldo sai para a Cidade em busca de algo que o ajude a construir essa sua humanidade tão desejada.

A cada estação, a cada aventura, Marcovaldo se propõe, ingenuamente, a recolher fragmentos de humanidade, trapos de memórias que não são dele, restos de uma Cidade que não lhe pertence, e talvez nunca pertenceram.

Mas Marcovaldo, apesar de todas as derrotas, nunca é um pessimista; está sempre disposto a redescobrir, dentro do mundo que lhe é hostil, a fresta de um mundo feito à sua medida; ele nunca se rende, está sempre pronto a recomeçar. Sem dúvida, o livro não convida a uma postura de otimismo superficial: o homem contemporâneo perdeu a harmonia entre ele e o ambiente onde vive, e superar essa desarmonia é uma tarefa árdua; as esperanças fáceis demais, idílicas, sempre se revelam ilusórias. (Calvino, 1994: p. 140).

Tentando se distanciar de tais esperanças fáceis demais – traduziria como formas anestésicas dos sofrimentos da vida, típicas da sociedade homogeneizante do consumo – Marcovaldo lê (e escreve) a Cidade da sua vida cotidiana em busca de superação – diria alteridade.

O vento, vindo de longe para a cidade, oferece a ela dons insólitos, dos quais se dão conta somente poucas almas sensíveis, (...) Ninguém se deu conta disso, exceto

3. *Bigness*, *Generic City*, *Junkspace* - conceitos adotados pelo arquiteto holandês Rem Koolhaas para especular a condição humana, arquitetônica e urbana do final do século XX

o carregador Marcovaldo, que todas as manhãs pegava o bonde exatamente ali. Esse Marcovaldo tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar, que parecia perder-se nas areias do deserto. (Calvino, 1994: p. 07).

Nessas narrativas Marcovaldo deixa de lado o que é efeito da modernização e espetacularização da Cidade; ele prefere os resíduos, os restos – espaciais, memoriais, afetivos. Ele atravessa e é atravessado por diversos outros personagens urbanos, também ordinários, e lugares quaisquer da Cidade. Ele se depara com varredores de rua, guardas noturnos, recolhedores de lixo, operários da companhia de bondes, limpadores de neve, aposentados reumáticos, areeiros, farofeiros, gatos, pombos, insetos. Cruza e experimenta pontos de ônibus, bancos de praça, postes de luz, chafarizes, semáforos, vitrines, letreiros, outdoors, bosques, ruas, calçadas, sarjetas, canais.

E nesses processos alternativos empreendidos para estar na Cidade, tentando resgatar e reconstituir sua humanidade

Marcovaldo teve a impressão de que o mundo cinzento e miserável que o circundava se tornava de repente generoso em riquezas escondidas e que ainda se podia esperar alguma coisa da vida, além das horas pagas pelo salário contratual, da compensação de perdas, do salário-família e da carestia. (Calvino, 1994: p. 08).

5 | NARRATIVA POSSÍVEL

Se até aqui nos movemos, foi possível delinear por onde. Do desejo e prazer de se colocar perante a Cidade, a Multidão, e observá-la, visualizar efeitos e afetos e constituições do indivíduo moderno, ao sofrimento e afastamento do indivíduo no rastro da modernização da Cidade, da Civilização.

A questão é, para onde andaremos não está dado ou pronto. Uma narrativa possível, em aberto. Aberta aos ruídos da Cidade. Aos ruídos do outro tanto quanto possível a nós. Pois esta é uma apropriação que busca um reconhecimento e um pertencimento à Cidade. Uma apropriação que se mantém incompleta, mesmo reunida, mas ainda fragmentada, de uma experiência da alteridade. Uma experiência mais lenta, menos consumidora da Cidade e do outro, dos espaços e das relações humanas. Uma postura perante a condição estabelecida, assim como “tentou” Marcovaldo.

Mais do que uma experiência concreta, uma reflexão crítica sobre o estar na Cidade, sobre o viver na metrópole, sobreviver na metrópole.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. **Indústria cultural e sociedade**. Tradução Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Arantes, O. B. F. e VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Argan, G. C. **História da arte como história da cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Baudelaire, C. **O Pintor da Vida moderna**. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- Baudelaire, C. **Os paraísos artificiais**. Tradução José Saramago. Lisboa: Estampa, 2010.
- Benjamin, W. **Baudelaire e a modernidade**. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- Borges, J. L. **Ficções**. Tradução Carlos Nejar. Porto Alegre: Editora Abril Cultural, 1972.
- Bresciani, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Calvino, I. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DaMatta, R. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Engels, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Freud, S. "O mal-estar na civilização" IN Freud, S. **Obras Completas volume 18**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Hoffmann, E. T. A. **A janela de esquina do meu primo**. Tradução Maria Aparecida Barbosa. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- Hugo, V. Les Feuilles d'automne. Paris: Eugène Renduel Éditeur-Libraire, 1832.
- Jacques, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- Koolhaas, R. **Três textos sobre a Cidade: Grandeza, ou o problema do grande; A cidade genérica; Espaço-lixo**. Tradução Luís Santiago Baptista. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
- Lefebvre, H. **A Vida Cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- Mazzari, M. "Hoffmann e as primícias da arte de enxergar" IN Hoffmann, E. T. A. **A janela de esquina do meu primo**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- Perec, G. **Espèces d'espaces**. Paris: Galilée, 1974.
- Perec, G. **L'Infra-ordinaire**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

Perec, G. **Tentativa de esgotamento de um local parisiense**. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

Poe, E. A. “O homem da multidão” In Baudelaire, C. **O Pintor da Vida moderna**. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Simmel, G. “A metrópole e a vida mental” In Velho, O. G. (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

Warburg, A. **A renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu**. Tradução Markus Heidiger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PAISAGEM URBANA E ANÁLISE MORFOLÓGICA DE ANÁPOLIS A PARTIR DE TRÊS PARQUES PUBLICOS

Wilton de Araujo Medeiros

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Curso
de Arquitetura e Urbanismo
Anápolis (GO)

Jean Carlos Vieira Santos

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Curso
de Turismo
Caldas Novas (GO)

RESUMO: Fenômenos como dispersão, verticalização, segregação e adensamento conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX. Algumas dessas características aparecem inclusive em cidades médias e pequenas. A segregação urbana, por exemplo, resulta no casario ou espaço habitacional desigualmente construído, mas também expressa sistemas de espaços livres em que o investimento em infraestrutura verde é desigual. Podemos, portanto observar que o equilíbrio ambiental urbano é decorrente da forma como os elementos morfológicos se relacionam e como estes resultam do modo como os agentes produtores atuam e se relacionam nas esferas pública e privada. Investigando o sistema de espaços livres da cidade de Anápolis, sobretudo as transformações ocorridas em três parques: Parque da Liberdade; Parque da Cidade e Parque Ambiental Ipiranga. A presente

investigação pretende narrar o histórico desses parques, seu surgimento e transformações, e de modo comparativo relacioná-los a outros parques que fazem parte do sistema de espaços livres de Anápolis. Essa análise comparativa irá identificar as características de cada parque e aspectos da apropriação pelos usuários, bem como o papel dos agentes produtores.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços livres. Parques. Agentes produtores.

ABSTRACT: Phenomena such as dispersion, verticalization, segregation and densification conform functional and morphologically the brazilian city in the second half of the 20th century. Some of these features appear including in medium and small cities. Urban segregation, for example, results in the houses or housing space unevenly built, but also expresses systems of free spaces in which the investment in green infrastructure is uneven. We can therefore note that the urban environmental balance is due to the way the morphological elements relate and how these result from the way the producers agents act and relate in the public and private spheres. This research seeks to narrate the history of these parks, their emergence and transformation, and comparative way to relate them to other parks that are part of the open spaces system of Annapolis. This comparative analysis will identify the characteristics of each

park and aspects of ownership by users, as well as the role of producers agents.

KEYWORDS: Free spaces. Parks. Producer agents.

INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE TRÊS PARQUES EM ANÁPOLIS, APÓS OFICINA QUAPA/SEL

A paisagem urbana e o sistema de espaços livres começam a ser estudados pela metodologia do laboratório QUAPÁ – FAU/USP na Universidade Estadual de Goiás no primeiro semestre 2016, após a realização da Oficina QUAPA/SEL na cidade de Anápolis, em fevereiro deste ano.



Figuras 1a; b; c – Oficina QUAPA/SEL em Anápolis. 02/2016. Fonte: Acervo do autor.

Ainda durante a oficina, constatamos que os parques de Anápolis sobressaem dentre os espaços livres da cidade, tendo sido inaugurados três parques novos entre 2010 e 2014: Parque ambiental Ipiranga, Parque da Liberdade e Parque da cidade –, estando um quarto parque ainda em construção– Parque das Reboleiras.



Figura 2: Parque Ambiental Ipiranga. Fonte: Acervo QUAPÁ.



Figuras 3 e 4: Parque da Liberdade e Parque da Cidade. Fonte: Acervo do autor e Acervo QUAPÁ.

Importa ressaltar que o estudo bibliográfico desses parques, embora na fase inicial da pesquisa, corroboram para a compreensão de fenômenos como dispersão, verticalização, segregação e adensamento, os quais conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX – o quadro do paisagismo no Brasil.

A análise morfológica se dará inicialmente, de modo sintético e à luz de Panerai (2006) e Magalhães (2007) mostrando os processos morfológicos dos quais originaram a estrutura urbana de Anápolis, desde a sua origem em 1886 até 1976. Desde a Vila até a cidade agro-industrial. Sobre esta base morfológica consolidada é que serão localizados os três parques em estudo, a partir dos quais se discutirá a teoria das fragmentações nos processos de metropolizações e suas possíveis influências na cidade de Anápolis.

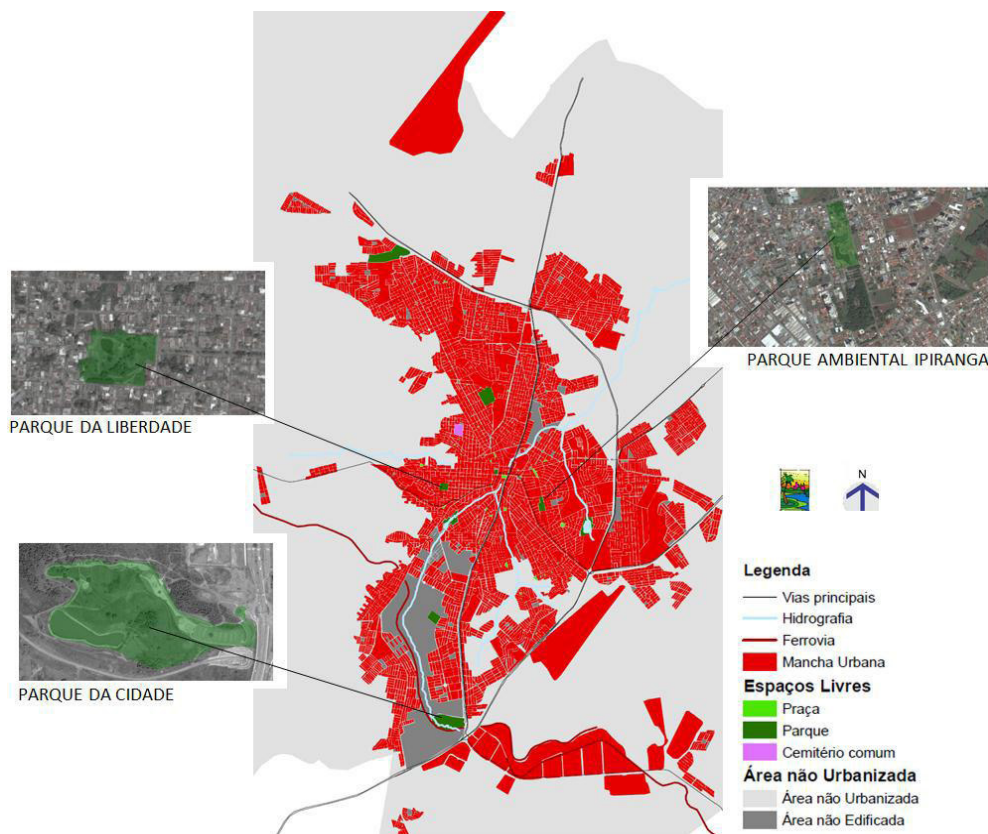


Figura 5 – Localização dos três parques em mapa desenvolvido durante Oficina QUAPA/SEL.
Fonte: Acervo QUAPÁ.

Tal pesquisa irá focalizar que, neste caso estudado em Anápolis, a morfologia urbana é interdependente a fenômenos regionais de urbanização. Assim sendo, embora se processe a expansão intraurbana tal como preconiza Villaça (1998), a mesma também está ligada a fluxos regionais e estes interrelacionados as linhas de crescimento da cidade.

A indagação feita é: quais foram os agentes produtores desses novos espaços públicos criados na cidade, como tem se dado a apropriação pelos usuários, e, em que medida o estudo desses parques poderia servir para a compreensão de análises mais abrangentes do processo de urbanização. Esses parques recém-inaugurados serviriam então como índices, ou parte representada em estudo para a compreensão de um todo. A partir dessas indagações iniciamos a pesquisa bibliográfica aqui apresentada, visando também contribuir para a pesquisa “QUAPA Sel 2 – Os sistemas de espaços livres e a constituição da forma urbana contemporânea brasileira” (FAUUSP/FAPESP/CNPq).

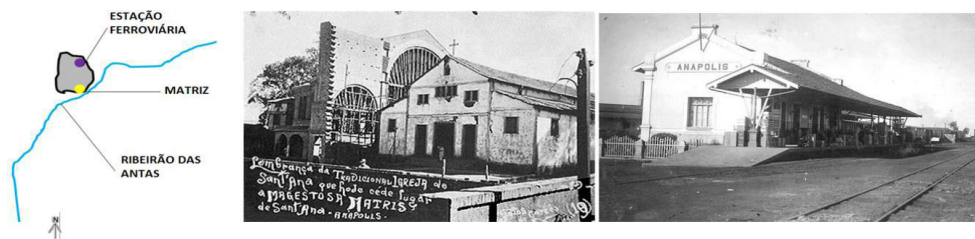
MORFOLOGIA E ESTRUTURA URBANA – 1886/1976

O processo de urbanização foi esparso no interior do Brasil no período colonial e, diversas aglomerações surgiram como lugar de passagem de tropeiros. Dessa forma remontamos a origem de Anápolis, no final do século XIX (1886), denominada Vila de Santana das Antas, local de passagem e pouso às margens do Ribeirão das Antas. Em

um período de cerca de trinta anos, após ter sido emancipada e elevada à categoria de cidade, os seus aspectos morfológicos não se diferenciavam dos demais núcleos urbanos da interlândia com a matriz se destacando e seu adro principal em torno, em forte ligação com o campo.

Nas três décadas seguintes, quatro fenômenos urbanos irão dinamizar o ritmo cidade/campo de estagnação populacional e econômica, e propiciar àquela aglomeração inicial o aspecto morfológico de “cidade compacta”. Trata-se da construção de Goiânia que surge em 1933; a chegada da Ferrovia em 1935; o início da construção da Colônia Agrícola Nacional (CANG) em 1940; e a construção de Brasília a partir de 1957. Todos esses fenômenos estimularam a migração e o desenvolvimento que consolidou a malha urbana do centro original da cidade. Interessante observar, que esses dinamizadores da expansão são externos à cidade.

Morfologicamente marcado no tecido como um lugar singular, de concentração e acumulação histórica, de valor comercial e força simbólica, a construção da Estação Ferroviária foi a precursora e indutora do núcleo central de Anápolis – a cidade compacta original –, estabelecendo a linha de crescimento inicial na direção norte-sul, sem, contudo estabelecer “relação de contiguidade com os aspectos morfológicos” (MAGALHÃES, 2007) da Vila, simbolizados pela Matriz e pelo largo. Segundo Magalhães (2007: 86) a contiguidade está referenciada à transformação da cidade; o seu fator gerador é a inserção de um elemento que a modifica, mas que o faz a partir do reconhecimento de preexistências ambientais e culturais, sem, contudo constituir-se como um estado contínuo de persistência e repetição das características inerentes ao contexto, outrossim, a sua reinterpretação segundo as condições que variam com o tempo.



Figuras 6a; b; c: Croquis do núcleo original de Anápolis; Matriz e estação ferroviária, na década de 40.

Fonte: arquivo do autor; <http://vivaanapolis.com.br/a-cidade/historia/>; <http://vivaanapolis.com.br/a-cidade/historia/>.

Ao passo que o núcleo urbano original foi se consolidando, os dinamizadores externos continuaram sendo decisivos ao longo dos anos para a conformação da configuração morfológica de Anápolis ao gerar os “polos de crescimento” em sequencia aos polos iniciais determinados pela matriz e estação ferroviária. Foram eles:

1. A expansão ao norte da cidade, marcado pelo surgimento da Companhia de Tecelagem Vicunha Têxtil S/A e sua Vila Operária na rodovia em direção a Ceres na Colônia Agrícola Nacional (CANG);



Figuras 7a; b: Rua principal da Vila e Tecelagem; Planta da Vila Jaira.

Fonte: Acervo fotográfico de <https://www.facebook.com/vilajaiara/>

2. A expansão ao sul da cidade, marcada pelo surgimento do Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA), em 1976, posicionado no acesso viário que liga Goiânia a Brasília.



Figuras 8a; b: Implantação do DAIA. Data: 1976.

Fonte: Revista Planeta Água nº 115. <http://www.revistaplanetaagua.com.br/materia/58135>

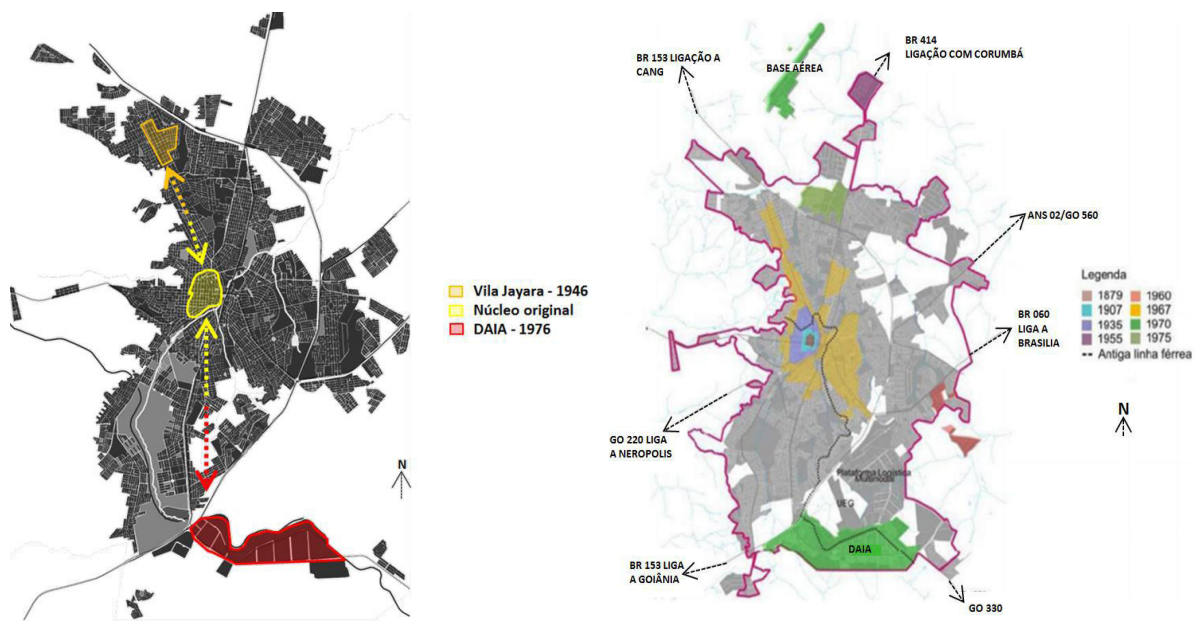
A linha de crescimento inicial na direção norte-sul – sentidos internos dinamizados pelos dois fatores externos acima mencionados –, é consolidada por esses dois polos de crescimento representados na figura 9a. Portanto, a partir do polo de crescimento inicial, contíguo, ocorreram os crescimentos secundários – “em geral, fragmentos de crescimentos lineares” (PANERAI, 2006: 62) –, que foram a formação de dois outros “polos de crescimento”.

Assim sendo, toda a morfologia urbana de Anápolis – inclusive a configuração dos seus espaços livres – é decorrente desses fenômenos morfológicos fundamentais, ambos ligados aos dinamizadores externos acima mencionados. As linhas de crescimento funcionam entre polos e, sob um ponto de vista orgânico (IDEM) não são limitadas ao estudo de traçados geométricos, mas resultam da tensão entre esses fragmentos.

Surgem esses dois polos de crescimento representados na figura acima, e mediados em tensão pelo núcleo original. Neste intervalo de trinta anos, de 1946 a 1976, o tecido urbano foi sendo ordenado na direção norte-sul e em suas laterais regulando os crescimentos secundários e os adensamentos, em resumo, provendo a estrutura.

A partir disso Anápolis foi se descentralizando e fragmentando as suas formas, sempre seguindo essa estrutura, também corroborada por outros elementos

reguladores tais como a rodovia enquanto limite de crescimento a Leste, e a topografia íngreme enquanto barreira de crescimento a Oeste.



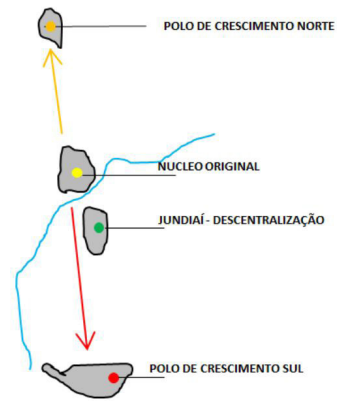
Figuras 9a; b: Polos e linhas de crescimento – a Norte, a vila Jaiara e a Sul, Distrito Agro Industrial (DAIA); Manchas de crescimento por períodos.

Fontes: Intervenção do autor sobre mapa do Acervo QUAPÁ; MATOS, 2011.

Sobre as descentralizações em Anápolis, Garcia (2012) observa que, peculiarmente, já nos anos 1960 e 1970 a Vila Jaiara ao norte da cidade desempenha certa autonomia e influência nos setores populares que a envolvem – fato que, se comparado com Goiânia, por ser muito mais jovem do que Anápolis, em 1950 e 1960 estava ainda consolidando seu centro tradicional, e em 1970 e 1980 concretizando a expansão da área central e a formação de novos subcentros e de centralidades.

A malha urbana continuamente foi se expandindo a norte e a sul. Ao norte, entre 1969 e 1972 houve a instalação da Base Aérea de Anápolis – que transformou a cidade em área de segurança nacional. Ao sul, inicia-se a consolidação de um bairro denominado Jundiáí, onde foram instalados modernos e diversificados serviços, os quais promoveram crescente deslocamento de pessoas para a sede do município, tanto para fixar residência, quanto para promover transações comerciais.

Interessante notar a aplicabilidade das análises de Villaça (1998) sobre o bairro Jundiáí, porque em decorrência da qualidade dos serviços oferecidos será vetor de crescimento intraurbano. Estando o local isolado do núcleo original da cidade pelo Ribeirão das Antas, esta expansão intraurbana também é importante para a nossa análise porque vai transpor o que era então uma “barreira natural”, por meio da canalização do curso d’água.



Figuras 10a; b: Bairro Jundiá, próximo ao Centro.

Fontes: Arquivo do autor; Acervo QUAPÁ.

O surgimento dos primeiros parques urbanos de Anápolis ocorre nesse período, e é um dos aspectos marcantes desse processo de expansão urbana, na medida em que insere na malha urbana espaços livres planejados para a fruição e lazer. E, cada vez mais a cidade ganha corpo de cidade média/intermediária, passando a se situar na intermediação entre a realidade metropolitana e a centralidade de cidade média exercida no centro-sul goiano. Esses primeiros parques urbanos, bem como os demais, foram posicionados às margens do Ribeirão das Antas ou dos afluentes que formam a sua bacia hidrográfica.

SURGIMENTO DOS PRIMEIROS PARQUES URBANOS

Os primeiros parques urbanos de Anápolis foram posicionados próximos ao núcleo original da cidade e a bacia hidrográfica do Ribeirão das Antas. Ao mesmo tempo na área consolidada, mas também reforçando a linha de crescimento que se formou na direção norte-sul. Primeiramente, posicionado um pouco mais ao Norte, foi criado o Parque Municipal de Anápolis. Posteriormente, ao sul do núcleo original, o parque Senador Onofre Quinan.

O Parque Municipal de Anápolis, que passou a ser popularmente chamado de “parque da matinha”, localizado às margens do Córrego João Cesário (Figuras 11a; b; c) foi criado pelo Decreto nº 746 em 21 de dezembro de 1971 pelo prefeito Henrique Santillo. Neste parque também foi instalado um zoológico que foi desativado cerca de dez anos depois. Posteriormente à desativação do zoológico, instalou-se no local um parque de diversões infantil, motivo pelo qual também é também atualmente denominado “parque da criança”.

Em 1976, foi criado o segundo parque municipal. Localizado às margens da represa feita com as águas do Ribeirão das Antas – com barragem de nível para captação de água potável – onde funcionou até ser desativada em 1967 a primeira estação que abasteceu a cidade de Anápolis. Este parque passou a ter dois nomes populares, “parque da juventude” – talvez como contraponto ao “parque da criança” –

e “Central Parque”, sendo que oficialmente recebe o nome de Parque Senador Onofre Quinan. Este parque localizado no Ribeirão das Antas, atualmente está em obras, em decorrência de assoreamento ocorrido na represa e em trecho à montante do ribeirão.

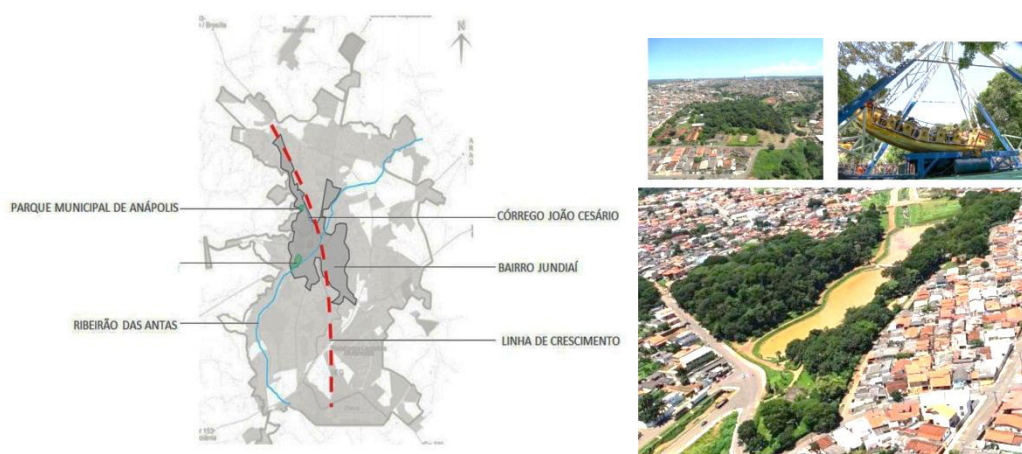


Figura 11a; b; c; d: Primeiros parques municipais, criados nos anos de 1970, localizados próximos ao centro da cidade.

Fonte: Arquivo do autor; Acervo QUAPÁ.

O que se observa é que criados anteriormente à associação da ideia de parque com preservação ao meio ambiente, tais parques tinham a finalidade de esportes, lazer ou contemplação. Eles configuram um determinado contexto histórico que expressa aquele período de expansão urbana, representando uma das maneiras de viabilizar nas áreas consolidadas acesso aos espaços públicos.

E esse é um contraponto importante a ser considerado ao se analisar os parques criados pela Prefeitura Municipal nos anos 2000, pois os mesmos continuarão tendo a conotação de espaço público e de lazer, porém serão acrescentados outros elementos que expressarão aspectos de maior complexidade como fragmentação urbana e diversificação de agentes produtores do espaço. Além disso, com o arranjo das forças econômicas que extrapolam o intraurbano, será preciso considerar aspectos regionais e até globais. A seguir uma breve análise de Anápolis como cidade pertencente ao eixo regional de cidades formado também por Goiânia e Brasília.

ANÁPOLIS, UMA CIDADE NO EIXO URBANO BRASÍLIA-GOIÂNIA: CONSEQUÊNCIAS MORFOLÓGICAS E RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM

Anápolis tem a história marcada por ter servido de ponto de apoio à construção de duas capitais: Goiânia, de 1933 a 1942, construída para ser a nova capital de Goiás; e Brasília, de 1955 a 1960, a nova capital federal. Como ponto final da estrada de ferro, posição que ocupou por muitos anos, era por Anápolis que chegavam as pessoas, as mercadorias e quase todo o material utilizado para construir essas novas cidades. Em suas olarias, por exemplo, se produziam os tijolos que ajudaram a erguer os prédios de Goiânia e Brasília. Como importante suporte, fornecia também diversos

serviços para os trabalhadores e especuladores que já habitavam a região do novo Distrito Federal, além de suprir com alimentos hortifrutigranjeiros.

Após a construção das BRs, o processo de urbanização influenciado pela construção da rede de comunicação que já havia ocorrido no Estado com as ferrovias no começo do século XX voltou a se intensificar com a construção das rodovias federais: BR-153, Brasília a Belém em todo o percurso; BR-020, Brasília a Fortaleza; BR-060, Brasília a Cuiabá, posteriormente surgiram BR-414, que conecta Niquelândia a Brasília, além das rodovias estaduais GO-222 ou GO-330.

Conforme a SEPLAN (2009), essa estrutura viária e as mais recentes estruturas logísticas implantadas, faz com que Anápolis seja denominada “trevo do Brasil2”, localização estratégica no sentido logístico, que veio a destaca-la economicamente como o principal dentre os municípios Goianos. Segundo o IPEA, Anápolis pertence a um eixo urbano dinâmico de elevado poder de polarização da rede urbana regional, o qual tem o poder de influência que se estende ao Centro-oeste, parte de Minas Gerais, Bahia e São Paulo alcançando inclusive a Região amazônica nas suas bordas sul: “é um espaço do agrobusiness de amplitude nacional e mesmo internacional”. (IPEA, 1999,159).



Figura 12: Localização do Eixo urbano Goiânia-Anápolis-Brasília.

Fonte: DIAS (2011).

Envolta a esse arranjo econômico, Anápolis replicará aspectos que conformam funcional e morfologicamente a cidade brasileira na segunda metade do século XX, tais como dispersão, verticalização, segregação e adensamento. Pois, como observa Maricato (2002) essas mudanças não significam que deixaram de existir questões estruturais arcaicas de seletividade do acesso ao solo, e conseqüente irregularidade fundiária que fragmentam o território e comprometem cada vez mais os recursos naturais.

As áreas verdes nos sistemas de espaços livres surgem como privilegiadas numa “morfologia de arquipélago”, cuja tendência à fragmentação socioespacial possibilita que sejam inseridas como estratégia competitiva, na medida em que a cidade possa se metamorfosear em um “modelo sustentável”. Como diz Aceselrad (1999) onde moram as pessoas com maior renda, potencializa-se a segregação por meio de espaços livres projetados.

Assim sendo, o discurso ambiental e sustentável não estaria realmente vinculado à disponibilidade de recursos naturais e energéticos, e sim à capacidade de criar e

intensificar sinergias entre agentes da sociedade (BORJA e CASTELLS, 1997; 1998). Nessa lógica, constrói-se uma imagem dominante com reprodução acrítica, pela qual as representações da paisagem que se impõem pela produção e apropriação dos espaços verdes nos sistemas de espaços livres, não absorvem a diversidade social e heterogeneidade dos agentes.

A figura 12 ilustra isso, onde há uma “morfologia de arquipélago” – termo empregado pelos pesquisadores (SILVA, MORAIS e NASCIMENTO: 2010) – no aproveitamento dos fragmentos de áreas verdes em parques e praças, sendo este desigual e fragmentado. Tais observações resultaram de cálculos feitos relacionando-se o índice de área verde (IAV = área verde total / n° de habitantes) dos bairros de Anápolis: as maiores e menores rendas coincidem também com maior ou menor percepção e desfrute dos espaços livres projetados, seguindo a segregação de renda dos moradores dos bairros onde estão localizados.

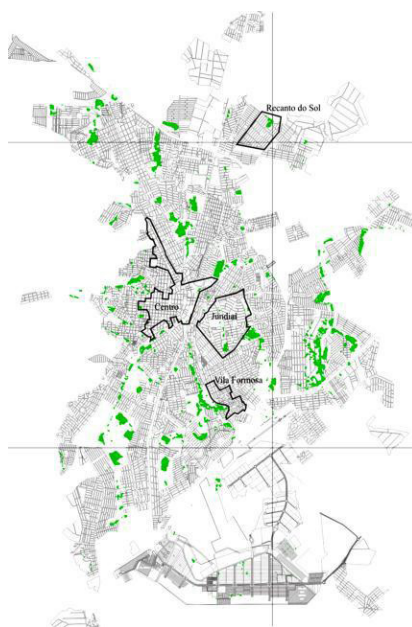


Figura 12: áreas verdes remanescentes fragmentadas.

Fonte: SILVA, MORAIS e NASCIMENTO, 2010

Após o esgotamento do modelo fordista de desenvolvimento, surgem no cenário de globalização financeira novos modelos de cidades como possíveis alternativas viáveis para “problemas” urbanos. Nestes, as áreas verdes nos sistemas de espaços livres, imersas em fragmentação social, tornam-se potencialidades na paisagem que podem vir a ser instrumentalizadas como prática, ou como discurso de gestão ambiental por meio de parques urbanos.

PARQUES AMBIENTAIS EM ANÁPOLIS

Conforme vista na figura 12, há uma “morfologia de arquipélago” das vegetações remanescentes. Essa vegetação é oriunda na maior parte de matas ciliares da bacia

hidrográfica do Ribeirão das Antas, mas há algumas áreas verdes ligadas a nascentes ou cursos d'água que abastecem o Ribeirão João Leite à Oeste³ da cidade.

Conforme vimos anteriormente, não houve em Anápolis um plano urbanístico de expansão, e sim linhas de crescimento correspondentes a diversos arranjos econômicos internos e externos à cidade. Não houve também preocupação em conservar espaços naturais cobertos de vegetação, embora a legislação federal exija a preservação das matas ciliares e nascentes.

Estudos feitos por Silva e Lacerda (2008) mostram que originalmente a região Sul de Anápolis – onde estão localizados o Parque Ambiental Ipiranga e o Parque da cidade – detinha 75% da área coberta por “cerrado ralo” e 25% recoberta por formações florestais, inclusas as Matas de Galeria. Segundo os autores, nesta região resta cerca de 7% da área recoberta por formações florestais, 15% por cerrado ralo e a fragmentação dos habitats.

A partir de 2010 a Prefeitura Municipal de Anápolis incorporou o lema de “cidade sustentável” – tendo por base o Plano Diretor de 2006 que afirma ser seu princípio norteador o disposto no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 que rege o direito a cidades sustentáveis. Conforme noticiou o Jornal Opção (4 a 11 de setembro de 2011), o Prefeito Antônio Gomide estaria dando um enfoque especial aos parques desde que assumira a Prefeitura em 2009, tendo revitalizado os parques existentes no primeiro ano de gestão, e, no decorrer do segundo ano construído o Parque Ambiental Ipiranga.



Figuras 13a; b; c; d: Projeto e construção do Parque Ambiental Ipiranga.

Fontes: FAGM Arquitetos; Acervo de *Anápolis na Rede*.

Conforme noticia ainda o jornal acima referido, em dezembro de 2010, a Prefeitura inaugurou o Parque Ambiental Ipiranga no Jundiáí, bairro nobre da cidade. E, em setembro de 2011 já era sentida a especulação imobiliária:

Na orla do Ipiranga, restaurantes e bares direcionados à classe A foram montados. Prédios de luxos, de quatro quartos com suítes, também estão sendo construídos no entorno do Parque. “Temos visto as construtoras de Anápolis e de fora [da cidade] comprando casas, inclusive de pessoas tradicionais, e demolindo-as para fazerem novas construções, o que é comum em torno de parques do porte do Ipiranga, afirma o secretário de Meio Ambiente e Agricultura.”

<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/anapolis/maior-parque-de-goias-tem-inspiracao-paulista>

Portanto, conforme já observado ao citarmos Villaça (2008), o Parque Ipiranga reforçou a consolidação intraurbana de serviços na região Sul de Anápolis, e mais especificamente no bairro Jundiáí, aumentando a valorização do solo, como se poder ver na fala do secretário supracitada. Desse modo, o lema visível no discurso ambiental das peças de propaganda, como na do Parque Ambiental Ipiranga, não abrange a sustentabilidade social. Atrelado apenas à implantação dos parques, tal discurso torna-se uma aplicação da crítica ao discurso da sustentabilidade feita por Acserald (2008).



Figura 14: peça de propaganda comemorativa aos 108 anos de Anápolis, tendo o Parque Ipiranga como mote principal.

Fonte: <http://7minutos.com.br/agenda-cultural-movimenta-anapolis-nos-seus-108-anos/>

Por outro lado, conforme pudemos observar *in loco*, o parque foi apropriado por frequentadores de todas as partes da cidade, atendendo desse modo a demanda por esporte, lazer, fruição e encontro. De modo análogo aos parques construídos nos anos de 1970, o novo parque passou a dar continuidade às antigas funções exercidas por aqueles parques. Embora não abranja toda a complexidade que o discurso ambiental demonstra, há sim alguns aspectos sociais que precisam ser considerados. Evidentemente, estes aspectos não resolvem os problemas sociais mais agudos e arcaicos levantados por Maricato (2003).

Em julho de 2011 foi iniciada a construção do Parque da cidade, o qual foi inaugurado em julho de 2014. Portanto, três anos depois. Nesse ínterim, em dezembro de 2012 foi inaugurado o Parque da Liberdade⁵. Localizado em uma área bem próxima ao Parque Senador Onofre Quinan, o Parque da Liberdade contudo, não pertence à bacia do Córrego das Antas e sim à Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite, por ter sido construído na área de abrangência que preconiza a lei para a proteção da nascente do Córrego Catingueiros.

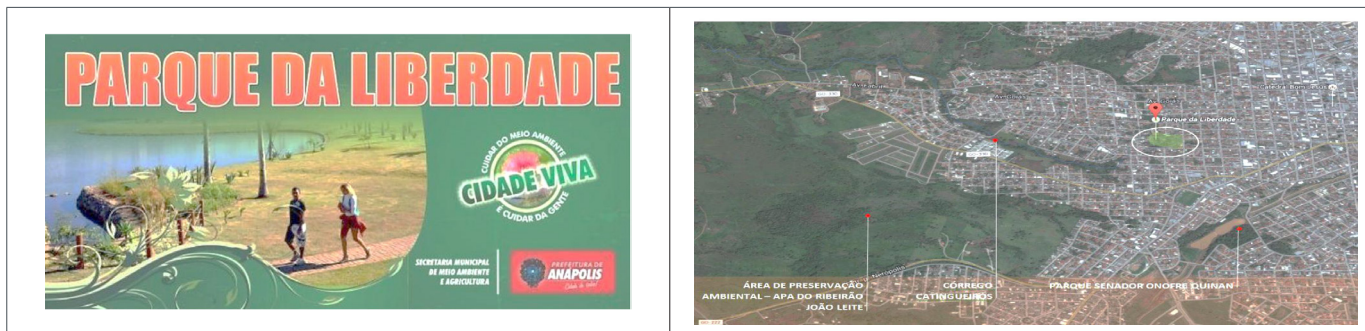


Figura 15a; b: Localização do Parque da Liberdade, próxima ao Parque Senador Onofre Quinan e a APA João Leite.

Fonte: arquivo do autor; Intervenção sobre *Google Earth*.

Curiosamente, a palavra “liberdade” nesse caso mais parece uma metáfora porque as suas características fogem por completo às análises feitas sobre o Parque Ambiental Ipiranga, muitas das quais também se aplicarão à análise do Parque da Cidade, a ser feita em seguida.

Situado em uma área próxima ao Centro da Cidade, é um local de alta densidade residencial e de renda mais baixa, comparativamente ao entorno do Parque Ipiranga. A ocupação residencial foi se sobrepondo à área bem próxima à nascente do córrego, não chegou a soterrá-la, contudo, o local passou a ser utilizado como “lixão” pelos moradores.

Então, nesse caso, a construção do parque de fato teve uma função de “serviço de ecossistemas” (TICKELL, 2001), tanto nos aspectos de recuperação dos recursos naturais porque recuperou e preservou a nascente que estava degradada – e com isso contribuiu para o “metabolismo da cidade” (VENDRAMINI et al, 2006) –, quanto social, porque não produziu fragmentações, ao contrário tem sido apropriado pelos moradores do entorno.



Figuras 16a; b: Parque da Liberdade.

Fonte: acervo QUAPÁ.

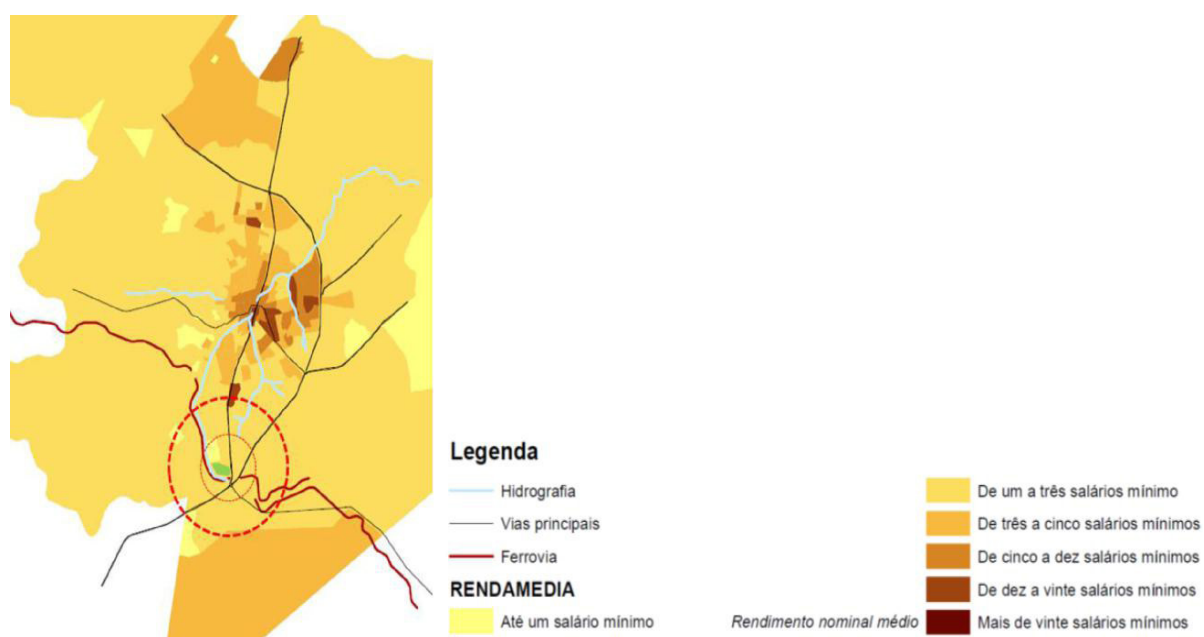
Portanto, podemos considerar que, embora não podendo resolver as questões as fragmentações urbanas acima discutidas, o Parque da Liberdade aprofunda bem mais as soluções ambientais, e atende em boa medida a “simbiose necessária entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social” (DEMANTOVA e RUTKOWSKI, 2007), e em alguma medida atende a crescente demanda por “metabolismo urbano”

(VENDRAMINI *et al*, 2005).

O Parque da Cidade está situado no extremo sul da Avenida Brasil, bem próximo ao cruzamento desta com a BR 153 onde está a rotatória que dá acesso ao Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA).

Provavelmente por causa de sua implantação mais afastada das áreas residenciais consolidadas, além da estrutura viária que neste caso funciona mais como barreira do que como acessibilidade ao fluxo de pedestres, esse parque, o mais recente entregue para o uso da população, tem baixíssima adesão de apropriação por parte dos moradores da cidade.

Seguindo o raciocínio de Silva, Morais e Nascimento (2010), este caso também ilustra “morfologia de arquipélago”, ou seja, o nível de aproveitamento e de percepção das áreas livres é vertiginosamente decrescente na medida em que decresce a renda dos moradores do entorno. Conforme podemos observar na figura abaixo, o Parque da Cidade está cercado por habitantes de mais baixa renda de Anápolis, pois circunscritos em um raio de 2,5 Km verificamos moradores com renda de até um salário mínimo, e de um a três salários mínimos.



Figuras 17a; b: O parque da cidade e os elementos que compõem o seu entorno; faixas de renda

Por outro lado, em um raio de 5 km encontram-se superiores a dez e até vinte

salários mínimos. É provável que a baixa acessibilidade ao Parque seja reforçada devido ao grande número de equipamentos e infraestrutura de grande escala que funcionam em relação ao parque como barreiras morfológicas. Tais como a Avenida Brasil, que na parte Sul tem três pistas de rolamentos de cada lado, e mais um grande canteiro central; a BR 153; o viaduto no cruzamento da Avenida Brasil com a BR; o Centro de Convenções cuja arquitetura não dialoga com o parque, dando à íngreme topografia um forte aspecto de segregação e fragmentação; além disso, há também o kartódromo que não integra com nenhum outro elemento urbanístico do entorno imediato, também configurando forte segregação em relação ao parque.

Em decorrência dessas questões apresentadas, o discurso ambiental sobre o Parque da Cidade fica ainda mais fragilizado. Embora este parque tenha sido construído com fundos federais pela empresa Valec – que estabeleceu em Anápolis o marco-zero da Ferrovia Norte-Sul – como compensação por ter aterrado uma das nascentes do Ribeirão das Antas, e durante a construção de modo similar ao Parque da Liberdade também houve revitalização da área de nascente fortemente degradada por despejo de lixo, é duvidoso afirmar que de fato houve compensação ambiental sob um olhar mais complexo, tal como exigiria a análise deste espaço livre nesta área de expansão sul da cidade, e de complexa configuração social e econômica.

CONSIDERAÇÕES

Esse trabalho foi o resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica feita após a realização da Oficina QUAPA/SEL em fevereiro do corrente ano. Pudemos observar que os parques existentes na cidade seguem basicamente dois modelos de parques urbanos. Como elementos morfológicos que seguem a linha de crescimento norte/sul, os primeiros parques surgem nos anos de 1970 como espaços de encontro, fruição e lazer, em uma mancha urbana consolidada até o período. Os demais parques surgem durante os anos 2.000, e em todos eles se observou a imagem e o discurso da sustentabilidade ambiental, embora na maior parte das vezes tenham opostamente servido para aprofundar as fragmentações urbanas em uma “morfologia de arquipélagos”, que se tornaram o conjunto das áreas verdes projetadas, dentre elas os parques.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. **Sentidos da sustentabilidade urbana**. In ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP7A, 2001.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local y global. La gestión de las ciudades em la era de la información**. Madri: Taurus, 1998.

DEMANTOVA, G. C.; RUTKOWSKI, E. **A sustentabilidade urbana: Simbiose necessária**. Vitruvius, set. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/210>>.

IPEA – **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil** IPEA/UNICAMP/NESUR/IBGE – Campinas/SP, UNICAMP. IE, 1999.

JANOSCHKA, M. **El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización.** Eure, Santiago, v. 28, n. 85, 2002.

MAGALHÃES, Sérgio. **A cidade na incerteza: ruptura e contiguidade em urbanismo.** Rio de Janeiro: Viana e Mosley: Ed. PROURB, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados n. 17(48). 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Editora UnB, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Plano diretor - 2006.**

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel, Fapesp, 1998.

SILVA, N, C.; MORAIS, R. P. de; NASCIMENTO, A. S. do. **Verificação das áreas verdes.** Anais do I Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. http://mestrado.unievangelica.edu.br/sncma/anais/anais/2010/2010_comunicacaooral_025.pdf

TICKELL, Crispin. “Introdução”. In: ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona, Gustavo Gili, 2001, p. VI.

VENDRAMINI, P. R. da R. J. *Et al* Fragilidade ambiental das áreas urbanas: o metabolismo das cidades. Vitruvius, abr. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/472>>.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE FRENTE AOS GRANDES PROJETOS URBANOS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS DE AUCKLAND E PORTO ALEGRE¹

César Wagner

UNITEC - Institute of Technology
Auckland – Nova Zelândia

Lúcia Camargos Melchiors

UNITEC - Institute of Technology
Auckland – Nova Zelândia

RESUMO: Nas últimas décadas as cidades contemporâneas têm sido marcadas por profundas transformações em seus centros históricos. A partir dos anos 80, tornou-se uma constante mundial a discussão em torno de políticas visando a reestruturação de áreas portuárias centrais que se encontravam em processo de deterioração e abandono. Essas áreas representam a possibilidade de construção de espaços que possibilitem não apenas o encontro e a sociabilidade na esfera pública, mas também o seu resgate enquanto patrimônio cultural e ambiental, restituindo o seu protagonismo referencial para a cidade. Buscando discutir a importância destes espaços na concertação e construção social da cidade contemporânea, e de que modo ações políticas podem influenciar, positivamente ou negativamente, este processo, o trabalho aqui exposto procura refletir sobre as diferentes formas de abordagens nas transformações

e reestruturações urbanas de dois projetos contemporâneos de intervenção portuária: o projeto Cais Mauá, em Porto Alegre, e o projeto Waterfront CBD, em Auckland. No caso de Auckland, vê-se que os espaços públicos são a ênfase da transformação, e observa-se também a participação ativa dos cidadãos neste processo. Porto Alegre, por sua vez, tem seu processo de transformação da orla portuária ainda em andamento, representando uma oportunidade para a discussão dos melhores caminhos para esta reformulação. A hipótese aqui discutida é de que a participação social nos processos de intervenção em áreas urbanas significativas, contribui para a construção de espaços que atendam e respeitem as necessidades locais, tornando-se espaços de forte urbanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos Urbanos; Reestruturação Portuária, Urbanidade.

ABSTRACT: In recent decades contemporary cities have been marked by a profound transformation in their historical centers. Starting in the 80s, it became a worldwide constant discussion around policies aimed at the redevelopment of central waterfront areas that were going through a process of decay and abandonment. These areas represent the possibility of building spaces that allow not

1. Esse texto é uma revisão do artigo publicado previamente nos anais do IV ENAMPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), 2016.

only the meeting and sociability in the public sphere, but also its recovery as cultural and environmental heritage, thus, restoring its benchmark role for the city. Seeking to discuss the importance of these spaces on the consultation and social construction of the contemporary city, and how the political actions can influence, positively or negatively, this process, the work here exposed tries to reflect on the different forms of approaches of urban redevelopment displayed by two contemporary waterfront design intervention: the Cais Mauá project, in Porto Alegre, and the Auckland CBD Waterfront project in Auckland. In the Auckland project it is possible to notice that public spaces are the emphasis of the transformation and it's possible to observe an active participation of the citizens in this process. Porto Alegre, in turn, has its process of transformation of its waterfront still as a work in progress, representing an opportunity to discuss the best ways for this redesign. The hypothesis here discussed is that social participation in intervention processes of a significant urban area, contributes to the construction of spaces that meet and satisfy local needs, becoming spaces of strong urbanity.

KEYWORDS: Urban Projects; Waterfront Redevelopment, Urbanity.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as cidades contemporâneas têm sido marcadas por uma profunda transformação nos seus centros históricos. A partir dos anos 80, tornou-se uma constante mundial a discussão em torno de políticas visando a reestruturação de áreas portuárias centrais que se encontravam em processo de deterioração e abandono (PORTAS, 2003). Essas áreas representam a possibilidade de construção de espaços que possibilitem não apenas o encontro e a sociabilidade na esfera pública, mas também o seu resgate enquanto patrimônio cultural e ambiental, restituindo assim o seu protagonismo referencial para a cidade e seus habitantes.

A pós-modernidade e a globalização econômica (SOJA, 1998) vêm acirrando a competição entre países e cidades na atração de investimentos e recursos. Buscando se inserir neste contexto e se posicionar no mercado global, as cidades buscam redescobrir e reinventar suas tradições e identidades nas práticas urbanísticas, como ressalta Vicente Del Rio (2001). Neste contexto, diversas cidades ligadas a rios, lagos e mar passaram a desenvolver projetos em suas áreas de margens e orlas, uma vez que estes espaços estão tradicionalmente cobertos de simbolismos, histórias e memórias, apresentando assim um grande potencial espacial, e econômico, a ser explorado.

Buscando discutir a importância destes espaços na concertação e construção social da cidade contemporânea, e de que modo as ações políticas podem influenciar, positivamente ou negativamente, este processo, o trabalho aqui exposto procura refletir sobre as diferentes formas de abordagens na transformação e reestruturação urbana de dois projetos contemporâneos de intervenção portuária: o projeto Cais Mauá, em Porto Alegre, Brasil, e o projeto Waterfront CBD, em Auckland, Nova Zelândia.

Duas cidades portuárias que apresentam processos bastante diferenciados

de reestruturação de suas áreas portuárias. Auckland representa um caso recente interessante. Embora apenas parte do projeto da orla tenha sido implementado, vê-se que os espaços públicos são a ênfase da transformação. Os espaços destinados ao lazer e a circulação pública já foram executados, estando já disponíveis para o uso e apropriação da população em geral, sem que as grandes intervenções privadas sequer tenham saído do papel. Além disso é possível observamos a participação ativa dos cidadãos neste processo, onde suas reivindicações e demandas por mais espaços públicos e parques, acarretaram em significativas mudanças no projeto inicial. Porto Alegre, por sua vez, tem seu processo de transformação da orla portuária ainda em andamento, o que representaria a oportunidade de uma ampla discussão dos melhores caminhos para esta reformulação, incluindo uma maior participação cidadã na construção do futuro da sua cidade.

A hipótese aqui discutida é de que uma maior participação da sociedade nos processos de intervenção urbana, contribuiria para a construção de espaços que atendessem e respeitassem as necessidades locais, gerando assim espaços de forte urbanidade a partir do dialogo participativo e do respeito aos valores patrimoniais.

2 | GRANDES PROJETOS URBANOS E A REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS CENTRAIS

Entende-se por Grandes Projetos Urbanos (GPU's), também conhecidos como Grandes Intervenções Urbanas ou Megaprojetos (ULTRAMARI; REZENDE, 2007) as iniciativas de renovação urbana de grandes dimensões técnicas e financeiras concentradas em determinados setores da cidade. Tais projetos combinam, em sua grande maioria, agentes públicos e privados, cujos investimentos e intervenções seguem um plano urbanístico pré-estabelecido, podendo se apoiar no redesenho do espaço urbano e arquitetônico, em normas legais específicas e em novas articulações institucionais e formas de gestão. (SOMEKH; CAMPOS NETO, 2005).

Sanchez et al (2004) comenta que fazem parte da combinação básica utilizada na implantação dos GPU's: a construção de equipamentos culturais e de serviços; a ampliação do número de ofertas habitacionais próximos aos centros financeiros e comerciais; e a criação de áreas públicas junto a orla, objetivando aumento das receitas com turismo, do índice de emprego, e a melhora na auto-estima dos habitantes.

Uma das linhagens dos GPU's que tem sido mais notabilizada nas ultimas décadas é a dos *waterfronts* – intervenções em áreas portuárias, frentes marítimas ou áreas ribeirinhas. Apresentando-se como “experiências inovadoras”, com o objetivo manifesto de reintegrar áreas “degradadas e vazias” ao espaço socioeconômico das cidades modernizadas (SANCHEZ, et al, 2004), atuam geralmente sobre espaços fragmentados do território urbano, onde predominam imagens paralelas de riqueza e decadência histórica.

A partir dos anos 80, tornou-se uma constante mundial a discussão em torno de políticas visando a transformação e a reestruturação destas áreas portuárias centrais que se encontravam em processo de deterioração e, em alguns casos, de completo abandono. Cidades em diversas partes do mundo “redescobriram” e “resgataram” a relação com sua orla através de projetos urbanos pontuais de renovação das áreas portuárias, que, com diferentes estratégias, resultaram no incremento da infraestrutura local, na melhoria da acessibilidade - sua conexão com a cidade consolidada e no acesso à água -, em ações para a despoluição de suas águas, e no reaproveitamento e resgate da paisagem e do patrimônio edificado existente.

Para que tais projetos se materializem em sua plenitude, tanto do ponto de vista econômico, funcional, social e ambiental, Haarhoff (2016) chama a atenção para alguns fatores que podem influenciar no seu sucesso: a necessidade de ações colaborativas entre os envolvidos; a transparência e o conhecimento de todos no processo e nas suas várias etapas; a existência de um projeto inclusivo que esteja alinhado com objetivos mais amplos de planejamento e desenvolvimento urbano da cidade; e, principalmente, a entrega de significativos benefícios públicos à cidade e seus habitantes. Segundo Harvey (1996) e Madanipour (2006), bons projetos não são apenas resultados estéticos, mas envolvem processos mais complexos e incluem muitos atores.

Madanipour (2006) chama também a atenção para a criação de áreas diversificadas, agradáveis aos pedestres, que atraiam e atendam à diferentes públicos: idades, gênero, renda, estilo de vida e nível educacional. Estas são características importantes a serem consideradas nestes projetos. O mesmo autor salienta ainda a relevância de se criarem espaços mais acessíveis fisicamente, inclusivos socialmente e focados no incremento da interação social.

A valorização das especificidades e dos atributos locais, a valorização dos espaços públicos e a inclusão da população nos processos decisórios são aspectos defendidos por vários autores como catalizadores dos anseios da população quando tratamos de grandes projetos urbanos (DEL RIO, 1996; PORTAS, 2003; MADANIPOUR, 2006; HAARHOFF, 2016). Acredita-se ainda, assim como ressalta Simões (1994), que tais projetos devam ser baseados no uso de referenciais humanos na escala dos espaços produzidos, na valorização dos marcos históricos e simbólicos existentes, no incremento das atividades de turismo e lazer, e, principalmente, na ampliação da uma consciência ecológica e sustentável de desenvolvimento urbano.

3 | IDENTIDADE PORTUÁRIA: O VALOR SIMBÓLICO DO LUGAR

Cidades são formadas pelo conjunto da sua materialidade, suas construções propriamente ditas, e de sociabilidades, visto que, são erigidas pela mão do homem (PESAVENTO, 2002). Para seus usuários, elas são percebidas, não como um todo, mas a partir de suas partes com as quais as pessoas se identificam ou estabelecem

vínculos (LYNCH, 1990; DEL RIO, 2001). Dessa percepção fragmentada surgem associações com marcos, monumentos, elementos e espaços da cidade que se destacam física e afetivamente do conjunto, funcionando como mediadores de referência e de ancoragem para a noção de identidade dos cidadãos, elementos “carregadores” da memória e da história da cidade.

As áreas portuárias são tradicionalmente repletas dessas memórias e histórias. Projetos de reestruturação urbana nesses locais representam a possibilidade de gerar espaços que permitam não apenas o encontro e a sociabilidade na esfera pública, mas também o resgate da relação dos seus habitantes com a sua história, preservando parte da sua memória e fortalecendo os laços sociais com o lugar.

No atual contexto globalizado, no qual há uma competição constante entre as cidades, projetos urbanos que se utilizam da preservação da história e da identidade, podem auxiliar na atração de investimentos, pois esses investimentos são baseados em atributos reais de um lugar, mas também no modo como os locais são percebidos e na sua capacidade de gerar imagens, como áreas diferenciais nas cidades que aproveitam características naturais e histórico-culturais presentes na vivência e no imaginário da população (DEL RIO, 2001).

Castello (2007), sustenta que o termo lugar representa um espaço qualificado da cidade que contem significados profundos para a população, sendo resultado de um somatório de fatores físicos e psicológicos. Assim, diversas cidades têm buscado produzir a valorização de suas áreas, a partir da percepção que as pessoas têm, ou virão a ter, daquele determinado espaço.

Projetos urbanos de qualidade devem buscar criar espaços com identidade, com sentido de lugar, e promover a diversidade e o convívio público de amplo espectro da população. Nesse sentido, entende-se que qualquer intervenção urbana deve buscar a construção da urbanidade. O conceito de urbanidade é constantemente abordado por diversos autores. Descrevemos urbanidade como o ato de ser urbano, o estilo de vida urbano, relacionado-o às atitudes ou refinamento das maneiras. Jane Jacobs (2000) atrelava o conceito à ideia de qualidade de vida urbana, à formação de lugares com intensidade de interações sociais, nos remetendo à vitalidade e à diversidade urbana. Jan Gehl (2010) considera-o como a dimensão humana na cidade. Para Aguiar (2012, p.1), o conceito de urbanidade “[...] se refere ao modo como espaços da cidade acolhem as pessoas”. Espaços hospitaleiros versus espaços inóspitos.

A reestruturação de áreas portuárias deve visar trazer urbanidade a estes espaços; uma nova vitalidade, tanto do ponto de vista econômico e funcional, quanto, especialmente, do ponto de vista ambiental e social. O restauro e a requalificação urbana de setores degradados, tenta relacionar-se à memória coletiva, utilizando contribuições significativas do passado, suscitando a tradição e a memória, sem inibir o avanço da modernidade (SIMÕES, 1994).

4 | A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço urbano envolve uma miríade de agentes. Esses, a partir de suas ações, individuais ou articuladas em redes, materializam a forma física das cidades buscando maximizar a satisfação de seus interesses, muitas vezes, diversos (BOTELHO, 2007; CORREA, 2012; MADANIPOUR, 2006). Assim, um projeto que envolva um processo de discussão realmente participativo pode ser usado como instrumento de redução das tensões existentes entre os diversos agentes da sociedade, uma vez que todos ganhem com a transformação do espaço urbano (MADANIPOUR, 2006). Intervenções nos espaços públicos são uma importante oportunidade para incorporar processos democrático de tomada de decisão, trazendo a essas áreas diferentes demandas e oportunizando o aumento da qualidade de vida da população (MADANIPOUR, 2006).

Na atual economia globalizada, o poder público perdeu grande parte do seu papel de produtor da cidade, mas mantém sua responsabilidade na definição do regramento que permitirá a construção do espaço urbano. Muitas vezes o poder público adota uma postura agindo como a iniciativa privada, tomando decisões semelhantes às do mercado que buscam ampliar principalmente o valor de troca, entretanto, cabe a esse prover o valor de uso à cidade, criando, assim, um balanço com o valor de troca, ao invés de ser regido principalmente por esse (MADANIPOUR, 2006). De tal modo, acredita-se que a atuação do poder público é fundamental no esforço constante de promover a coordenação e articulação entre os diversos agentes, incluindo especialmente a população nos processos de construção da cidade (HARVEY, 1996).

5 | UM CONTO DE DUAS CIDADES²

Aqui analisamos os processos de desenvolvimento dos projetos para o Cais Mauá, em Porto Alegre e o Waterfront CBD, em Auckland (Figura 1).



Figura 1 – Vista aérea do projeto Cais Mauá em Porto Alegre (esquerda) e do projeto Auckland CBD Waterfront em Auckland (direita).

Fonte: Google Earth (GeoEye 2016).

2. Em referência histórico ao romance de autoria de Charles Dickens: *A Tale of Two Cities*.

5.1 O caso de Auckland

Auckland representa um caso recente de reestruturação da sua área portuária bastante interessante e peculiar. Embora apenas parte da totalidade do projeto de transformação da orla tenha sido implementado até o momento, vê-se que os espaços públicos são a ênfase desta transformação, tendo sido, vários deles, executados antes das intervenções privadas, já estando os mesmos disponíveis para uso e apropriação da população.

O processo de abertura e transformação do porto de Auckland, para atividades residenciais, comerciais e de lazer, iniciou-se em 1996, com a reformulação de uma área conhecida como *Viaduct Basin* (hoje chamado de *Viaduct Harbour*). Esse processo foi impulsionado pelas mudanças locais nas atividades portuárias da cidade e pelas preparações para os campeonatos mundiais de iatismo (*America's Cup* e *Louis Vuitton Cup*) sediados em Auckland em 1999 e 2000, respectivamente (BOGUNOVICH; WAGNER, 2010; ROBERTS; DUGUID, 2011). Nos últimos anos, as áreas de *Westhaven* e *Wynyard Quarter* receberam intervenções, estando o último em processo de execução no momento (Figura 2).



Figura 2 - Wynyard Quarter: antes (esquerda) e após (direita) as intervenções propostas.

Fonte: Wynyard Quarter: Urban Design Framework (2007).

Durante as duas últimas décadas, uma série de planos e documentos foram desenvolvidos pelos conselhos de Auckland, tanto na esfera local (*City Council*) quanto na regional (*Auckland Council*)³, visando o planejamento e o desenvolvimento dos 4km que representam a área portuária central da cidade. Dentre eles destacam-se:

- *Auckland Waterfront Vision 2040*: publicado em 2005 - Auckland Council e City Council;
- *Wynyard Quarter: Urban Design Framework*: publicado em 2007 - City Cou-

3. Entre esses: Viaduct Basin – Towards 2000 (1996), Western Reclamation Area (1998), Harbour Edge/Waterfront - 2000 (1998), The Harbour Edge Report (1992), Auckland Waterfront Advisory Group – AWAG (2003), Auckland Waterfront Vision 2040 (nov 2005 - Auckland Regional Council and Auckland City Council), CBD Waterfront Master Plan (2009), Wynyard Quarter Urban Design Framework (Bogunovich; Wagner, 2010). Mais recentemente pode-se apontar também o Auckland City Centre Waterfront Masterplan (2012) e Auckland Plan (2012).

ncil;

- *Auckland City Centre Waterfront Masterplan*: publicado em 2009 - *City Council*;
- *The Waterfront Plan*: publicado em 2012 - *Auckland Council*.

Estes documentos, e suas visões, destacam-se pelos mecanismos de consulta popular que propiciaram a revisão e alteração de partes desses planos, a fim de incorporar os desejos da população para a transformação da orla. Como exemplo das alterações realizadas nestes documentos, fruto das demandas da população, pode-se citar o aumento significativo da área destinada a parques no plano *Wynyard Quarter*, entre a proposta de 2005 e a de 2007 (Figura 3). O *Auckland Waterfront Vision 2040* trouxe também, como importante contribuição, um planejamento global para toda a extensão da orla, estabelecendo princípios a serem seguidos nos projetos futuros.



Figura 3 - Aumento significativo das áreas destinadas a parques nas propostas para o Wynyard Quarter entre 2005 e 2007.

Fonte: Blue Book (2005) e Wynyard Quarter: Urban Design Framework (2007).

Após a publicação do *Auckland City Centre Waterfront Masterplan*, foi criada, em 2010, a *Auckland Waterfront Development Agency*, mais conhecida como *Waterfront Auckland*, uma agência de desenvolvimento destinada a planejar, conceber e executar projetos na área da orla de sua propriedade. Tal agência objetiva otimizar o desenvolvimento e a gestão dos ativos da orla, com a intenção de gerar retornos comerciais sustentáveis a longo prazo, e entregar projetos públicos não-comerciais permitindo que assim se alcance uma visão acordada para a orla. Assim, a *Waterfront Auckland* contribuiria com os objetivos do *Waterfront Masterplan*, de oferecer mais benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para Auckland.

Em 2012, foi apresentado o *Waterfront Plan*, documento atualmente em vigor para o planejamento da orla. Este plano, não estatutário, estabelece visões e metas

para o desenvolvimento à longo prazo da orla do centro da cidade. Foi elaborado de forma integrada e em conjunto com outros planos setoriais desenvolvidos com base no *Auckland Plan* (plano municipal que estabelece as estratégias de longo prazo para toda a cidade) (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

Ao longo do processo de planejamento houve uma forte demanda pela melhoria do acesso público à orla (acessibilidade e segurança), pela manutenção das características do lugar (incluindo indústrias marítimas e da pesca) e pela criação de novos parques e espaços abertos, eventos e atividades (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

Em complemento a esses documentos alguns projetos⁴, realizados nos últimos anos, demonstram a filosofia usada para a orla central de Auckland: intervenções que articulam diversas escalas do espaço urbano e um planejamento de desenvolvimento setorial de longo prazo, consolidando primeiro a ocupação de determinadas áreas e evitando assim intervenções fragmentadas e desconectas.

O *Waterfront Plan* introduziu cinco diretrizes para o desenvolvimento da orla:

- Diretriz Azul-verde: busca atender aspectos relacionados à resiliência e minimizando impactos sobre o ambiente natural;
- Diretriz Pública: busca criar e melhorar os espaços públicos e as oportunidades para recreação, facilidades e eventos, em ambiente natural qualificado;
- Diretriz Smart Working: busca atrair alto valor inovativo, negócios criativos e ecológicos, articulados à manutenção da indústria pesqueira, marinas, esportes náuticos e atividades portuárias;
- Diretriz Conectada: busca aumentar a acessibilidade à área, melhorar os percursos para pedestres e ciclovias e apoiar alternativas de transporte de passageiros de baixo impacto;
- Diretriz Habitável: busca criar diversidade e um mix de atividades integradas à espaços públicos, acesso à serviços e facilidades.

A elaboração do *Waterfront Plan* foi apoiada pela consulta da população em diversas instâncias que articularam diferentes mecanismos. O rascunho do plano, de setembro de 2011, foi alvo de consulta pública, que tinha como objetivo, além de informar a população sobre o plano e suas diretrizes, receber um retorno sobre as suas propostas⁵. O resultado dessa consulta apontou um retorno positivo para a maioria dos participantes (83% apoiava a direção geral do plano e 84% indicava que a orla seria um local para se orgulhar) (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

Os aspectos que mais se destacaram favoravelmente foram: a criação de uma orla mais amigável; o aumento da acessibilidade ao público e a previsão de mais espaços

4. Viaduct Events Centre/Halsey Street Wharf; North Wharf/Jellicoe Street/Jellicoe Plaza; ASB Bank Headquarters (BOGUNOVICH; WAGNER, 2010).

5. Foram realizadas diversas técnicas de consulta da população: comunicados de imprensa, sites, cópias do plano em bibliotecas e centros comunitários, formulário on-line e impresso de comentários, página no Facebook, apresentações públicas (*community roadshow*), reuniões públicas com as partes interessadas e o público na *Waterfront Auckland*, assembleias com comunidades tradicionais maori, engajamento com conselhos locais, conselhos consultivos e organizações (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

públicos com foco primordial em ciclovias e passeios de pedestres; o aumento dos serviços de transporte públicos e sua integração à outros modais (incluindo catamarãs e VLTs); a criação de uma orla mais ativa e atraente para os visitantes; o respeito à identidade do lugar; a manutenção da orla como uma “orla de trabalho” (mantendo a indústria pesqueira e atividades portuárias de pequena escala); e a qualidade dos projetos de lazer e espaços públicos implantados até aquele momento no *Wynyard Quarter* (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

Entre as preocupações apontadas estavam: os altos custos do projeto; a priorização de investimentos na área portuária em detrimento de outros setores da cidade; o excesso de áreas dedicadas ao pedestre em detrimento do acesso veicular privado e a falta de mais vagas para estacionamento; o possível impacto econômico sobre o comercial da área central da cidade; e de como o setor residencial e comercial se desenvolveria no futuro. (WATERFRONT AUCKLAND, 2012).

Além do retorno desta consulta popular, uma avaliação do plano, por especialistas internacionais, foi encomendada, sendo esta também, ao lado de outros trabalhos técnicos, incorporada ao documento final. Vê-se aqui um esforço de socialização do plano com a população, buscando que as transformações desses espaços urbanos sejam feitas a partir de uma construção coletiva.

Em relação ao projeto da área denominada *Wynyard Quarter*, apesar de ainda precisar de alguns anos para a totalidade da intervenção ser finalizada, os espaços públicos e algumas atividades comerciais (cafés, bares, restaurantes) já estão concluídos, sustentando um considerável interesse público. Observando os projetos já implementados nessa área, destacam-se: a manutenção do mercado de peixes e do patrimônio industrial existente (armazéns e silos antigos,); a valorização do pedestre e do espaço público (criação de novas áreas de recreação, adoção de estratégias de trânsito veicular controlado e de poucas vagas destinados à estacionamento de veículos privados); a valorização da paisagem e a criação de espaços de contato com a água (trapiches, decks de caminhada e arquibancada com acesso à água) (Figura 4). Alia-se a isso a implementação futura de edifícios culturais âncora (museu, teatro, galerias de arte) e um mix de atividades residenciais e comerciais. Na área do *Westhaven* merecem destaque as intervenções realizadas nos últimos dois anos implantando um circuito de caminhada e lazer através de decks que aproximam o pedestre à água (Figura 5).



Figura 4 - Viaduct Harbour e Wynyard Quarter: espaços públicos com armazéns e silos restaurados e amplamente utilizados pela população. Fonte: os autores (2016).

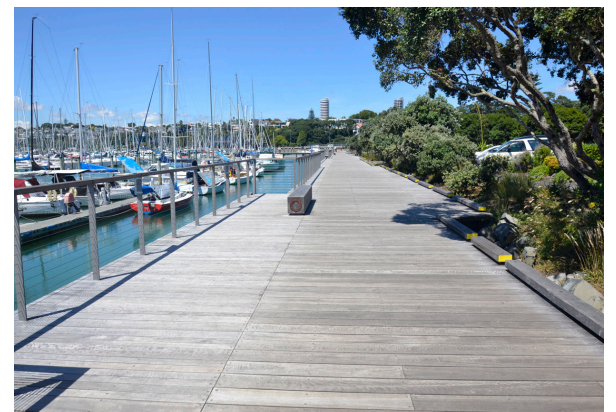


Figura 5 - Westhaven decks de lazer aproximam os usuários do contato com a água. Fonte: os autores (2016).

5.2 O caso de Porto Alegre

Porto Alegre, passa atualmente pelo processo de transformação da sua orla portuária. Representa, assim, uma oportunidade para a discussão dos melhores caminhos nesta reformulação, incluindo a participação da população nas decisões que influenciaram o futuro da sua cidade. Pelo menos assim seria de se esperar de uma cidade que tem “[...] o processo de participação popular [...] como um exemplo

bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil”⁶. Será? Veremos.

A origem e o desenvolvimento inicial de Porto Alegre estão estreitamente vinculados ao rio Guaíba. Entretanto, a partir da década de 1980, a área portuária da cidade perdeu importância e foi gradativamente sendo abandonada. Nos anos 1990, foram apresentados consecutivos projetos e concursos para a reformulação dessa área, sem que nenhum, até hoje, tenha sido implementado.

O primeiro concurso nacional de ideias, ‘Muro da Mauá’ (1994), explorava possibilidades de conexão da área portuária com o centro antigo da cidade sem a retirada do muro erguido na década de 70 com a finalidade de minimizar futuras enchentes do rio⁷. O famigerado Muro da Mauá, assim como a avenida de mesmo nome, que delimita a zona portuária, isola o antigo porto, Cais Mauá, do resto da cidade.

Outro concurso público, entre tantas outras propostas de reformulação para a área⁸, foi o ‘Porto dos Casais’ (1996) que propunha uma reformulação mais profunda do antigo porto com a construção de equipamentos e novos edifícios residenciais e comerciais. Esta proposta, e seu futuro plano de implementação de 1998, representaram o primeiro projeto de planejamento urbano integrado para toda a área do Cais Mauá. Apesar do grande interesse despertado na população e na mídia pela realização do projeto, divergências entre o governo municipal e estadual, reforçadas pelas mudanças na cena política local, levaram o projeto a ser completamente abandonado em 1999.

Após um hiato de quase 10 anos, o governo estadual divulgou, em 2007, seu ‘Plano de Negócios’ para intervenção no porto, propondo uma concessão de uso com a iniciativa privada onde esta teria o direito pleno de uso sobre a área durante 30 anos, expansíveis por mais 20 anos. Em 2010 foi lançado o Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de revitalização da área do Cais Mauá. O consórcio Cais Mauá do Brasil venceu a concorrência para a revitalização da área, amparada por estudos e projetos de dois escritórios contratados pelo consórcio: Jaime Lerner Arquitetos Associados e b720 Fermín Vázquez.

O projeto prevê o desenvolvimento do complexo Cais Mauá em etapas, dividindo-se a área em três trechos. O programa inclui a revitalização de antigos armazéns portuários, atividades culturais, hotel, edifícios comerciais, terminal de passageiros, áreas de gastronomia, design e decoração, pequenos comércios e um shopping center⁹ (Figura 6).

6. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1> Acessado em 27 de Maio de 2016.

7. A mais famosa e devastadora enchente do rio Guaíba ocorreu em 1941, deixando a área central da cidade inundada durante várias semanas.

8. Outras propostas para a área portuária envolveram ainda a criação de um Complexo Industrial Cais do Cinema, uma Marina Pública, um bar/restaurante (Dado Bier) e o Projeto Monumenta, que interviu também em outras partes da área central da cidade.

9. Ver: Viva Cais Mauá: <http://vivacaismaua.com.br/> (2016).

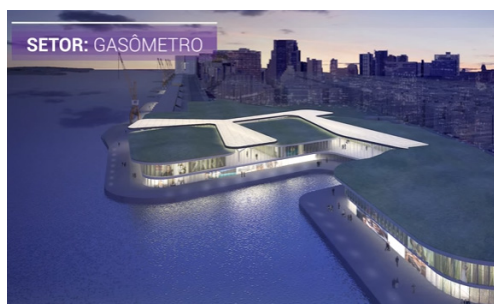
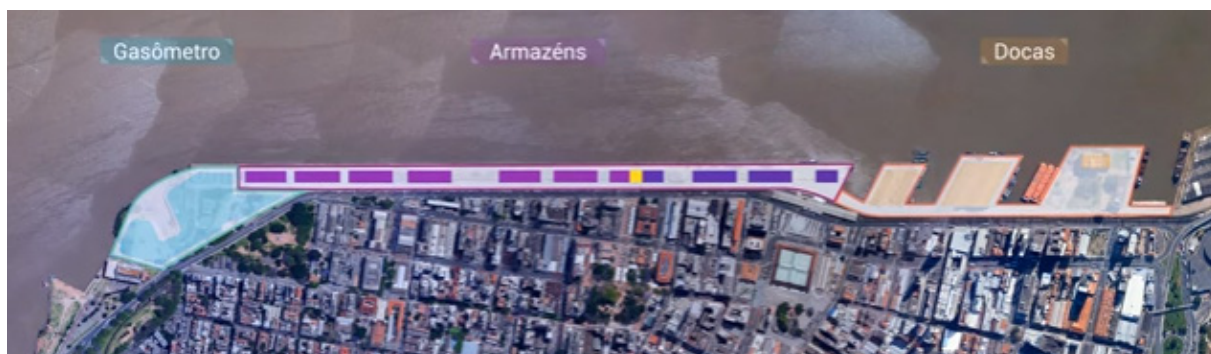


Figura 6 - Projeto Cais Mauá: Três setores de intervenção a) Gasômetro (novo shopping center); b) Armazéns (restaurados e reutilizados); c) Docas (novas torres comerciais e hotel).

Fonte: <http://vivacaismaua.com.br/> (2016).

Cabe salientar que os concursos e projetos propostos para a orla, desde os inicialmente propostos na década de 1990 até o atual, tratam-se de intervenções pontuais, que não estão integrados a planos mais amplos ou a ações de revitalização que incluam toda a área central. Perde-se assim a oportunidade de aliar o atual projeto a um planejamento integrado de cidade.

Além disso, algumas das principais críticas ao projeto atualmente em desenvolvimento para o Cais Mauá envolvem¹⁰:

- a falta de transparência do processo, onde os projetos não foram claramente apresentados a população e a sua consulta se deu basicamente através de dados apresentados em audiências públicas;
- demoras no esclarecimento dos questionamentos das entidades sobre questões relativas ao projeto;
- alterações significativas no projeto vencedor da licitação em relação ao projeto posteriormente divulgado como o que será executado;
- interferência na paisagem patrimonial (criação de torres mais altas que os edifícios existentes na área central e de um shopping center incompatível com os armazéns históricos existentes na área);
- priorização da construção de edifícios em detrimento da criação de espaços públicos (o projeto prevê a construção de um shopping center, em uma das

10. Ver: Cais Mauá de todos: <https://www.facebook.com/caismauadetodos>; Jornal Ja: <http://www.jornal-ja.com.br/exclusivo%C2%ADas%C2%ADrespostas%C2%ADdo%C2%ADcais%C2%ADmaua%C2%ADa-Daos%C2%ADquestionamentos%C2%ADda%C2%ADcidadania/>; Relatório Análise técnica EIA/RIMA - Revitalização do Cais Mauá: http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook_file/analise_caismaua.pdf; Jornal do Comércio: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/04/geral/494989criticos-domodeloderevitalizacaodocaismauapromovemabracaco.html; Sul 21: <http://www.sul21.com.br/jornal/manifesto-de-professores-da-ufrgs-em-defesa-do-cais-maua-sugerido-por-rafael-kruter-flores/>.

extremidades do porto, junto à água e em local de ampla visualização da paisagem das ilhas, do rio e pôr do sol);

- excesso de áreas de estacionamentos (previsão de cerca de 4.000 vagas de estacionamento) e falta de incentivos ao uso de transportes públicos e meios alternativos de locomoção.

As críticas levantadas salientam as dificuldades dos gestores públicos de socializar as discussões e decisões com a população. Perde-se, assim, oportunidades de atender as demandas de maiores porções de usuários e de integrá-los na transformação de uma das áreas de maior importância histórica da cidade.

Ao mesmo tempo, cabe salientar que concomitante à realização desses concursos e projetos, a área do cais do porto foi, durante muito anos, utilizada para diversos eventos ligados especialmente à cultura: Feira do Livro, Bienais de Arte do Mercosul, Fórum Social Mundial, Mix Bazaar, entre outros. Entretanto, desde 2013, o acesso ao Cais Mauá foi vetado para todo o público, independentemente de as obras estarem em andamento ou paralisadas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma nação se apoia na preservação e na continuidade de sua história e de sua memória. Conciliar o passado, possuidor das memórias, emoções e sentimentos de um povo, à uma ideia de futuro, e de mudança, com todas as suas incertezas e expectativas, é o grande desafio que nossas cidades enfrentam nos dias de hoje.

Desde a antiguidade, espaços públicos são carregados de valores simbólicos para seus usuários. Se bem concebidos, estes espaços representam poderosos instrumentos na geração de significado social para a população, fornecendo base para identidades sociais nas sociedades globalizadas (MADANIPOUR, 2006).

Buscou-se aqui discutir e refletir sobre as transformações urbanas ocorridas em dois contextos distintos: o Waterfront CBD Project, em Auckland, e o projeto Cais Mauá, em Porto Alegre, entendendo que a participação da população na construção desses processos contribui não só para a construção de espaços que atendam e respeitem as necessidades locais, tornando-os espaços de forte urbanidade, mas também para torná-los catalizadores da história e da memória coletiva da cidade.

O projeto do Waterfront CBD destacasse como um exemplo significativo devido as suas iniciativas de concertação entre os agentes, e por adotar o espaço público como diretriz principal nessa transformação. O projeto Cais Mauá, por sua vez, representa, até o momento, uma oportunidade perdida, se observarmos a falta de diálogo, transparência e participação da população na construção do projeto.

Entende-se que qualquer intervenção urbana deva ser baseada no atendimento das demandas de seus usuários, possibilitando transformações sólidas a partir da

valorização do diálogo participativo. Este diálogo deve incluir não apenas alguns grupos limitados de participantes, mas um amplo espectro da população. Vê-se, em exemplos como o de Auckland, a importância de projetos urbanos que possuam transparência e ações colaborativas fortes entre os diversos agentes envolvidos no processo, garantindo assim benefícios públicos a todos os que buscam a diversidade e a inclusão social.

Por fim, é importante salientar também que intervenções desta escala, e em locais tão significativos, devem estar alinhadas a estratégias de um planejamento integrado da cidade, evitando assim, que se tornem ações pontuais e fragmentadas.

REFERENCIAS

Aguiar, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 141.08, Vitruvius, mar. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>>.

Botelho, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapespe, 2007.

Bogunovich, Dushko; Wagner, Cesar. **Showcasing Green Urbanism on Waterfront: A Comparative Study of Porto Alegre and Auckland**. In: *54th International Federation for Housing and Planning (IFHP), World Congress 2010*. Porto Alegre, 2010.

Castello, Lineu. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

Correa, Roberto. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

Del Rio, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ. In: Del Rio, Vicente; Oliveira, Lívia de (org). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

Del Rio, Vicente; Iwatta, Nara. A Orla Marítima Carioca: Pós-Modernidade, Urbanismo e Representação Social da Realidade. In: **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro, Vol. 1, no 2, p.212 – 230. Novembro / 2001.

Gehl, Jan. **Cities for people**. Washington, Covelo, London, Island Press, 2010.

Haarhoff, Errol. Shaping Places: A Role of Urban Design. In: **Architecture New Zealand**, mar./ abr., p. 29-31, 2016.

Harvey, David. “Do gerenciamento ao empresariamento: transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. **Espaço & Debates**, n o 39, 1996.

Jacobs, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Lynch, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.

Madanipour, Ali. Roles and Challenges of Urban Design. **Journal of Urban Design**, jun, 11 (2), p. 173-193, 2006.

Pesavento, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: Lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**. Uberlândia_MG, vol.4 , nº 4, p.23-35, junho 2002.

Portas, Nuno. Opções de estratégia e forma urbanas. In: PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (orgs.). **Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. (Capítulo IV, p. 94-108).

Portas, Nuno. El surgimiento del proyecto urbano. In: **Perpectivas urbanas / Urban perspectives**, nº 3, 2003 [Barcelona], 13 p.

Roberts, Nick; Duguid, John. The Wynyard Quarter Project – Transforming Auckland’s Waterfront. In: **New Zealand Planning Institute Conference**. Wellington, 2011. http://www.planning.org.nz/Folder?Action=View%20File&Folder_id=217&File=ROBERTS_DUGUID_2011.pdf

Sanches, Fernanda; Bienenstein, Glauco; Canto, Bárbara; Benedicto, Danielle; Pcinatto, Leonardo. Produção de Sentido e Produção do Espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 107, p. 39-56, jul/dez. 2004

Simões, José Geraldo. **Revitalização de Centros Urbanos**. São Paulo: Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. 1994.

Soja, Edward. **Six Discourses on the postmetropolis** (Seis discursos sobre la postmetrópolis). Urban 2.03 (ETSAM Madrid). 1998. p. 31-50.

Somekh, Nadia; Campos Neto, Candido Malta. Desenvolvimento local e projetos urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, n. 059.01, Vitruvius, abr. 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>>.

Ultramari, Clóvis; Rezende, Denis. Grandes projetos urbanos: conceitos e referências. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.7-14, abr./jun. 2007.

Waterfront Auckland. **The Waterfront Plan 2012**, Auckland: Waterfront Auckland, 2012.

RIO PARAIBUNA: PAISAGEM, ESPAÇOS LIVRES E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO

Lívea Rocha Pereira Penna

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído – Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas gerais.

Antonio Ferreira Colchete Filho

Professor doutor do Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído – Universidade Federal de Juiz de Fora – Minas gerais.

RESUMO: Este trabalho busca analisar a formação da atual paisagem fluvial do rio Paraibuna, no trecho urbano de Juiz de Fora/ MG. O objetivo é analisar o território, através da cartografia e dos mapas vivenciais, de forma a compreender sua formação e características quantitativas e, principalmente, qualitativas e sutis, a fim de gerar uma avaliação das potencialidades e oportunidades projetuais nos espaços livres/verdes conformadores da paisagem fluvial voltada para as pessoas. Para isso foi necessário lançar mão de ferramentas que nos permitissem analisar e trabalhar em grande escala; foram produzidas cartografias alternativas temáticas, fotografias, entrevistas e realizadas visitas in loco. A produção cartográfica apresentada foi elaborada com o auxílio do software ArcGIS 10.3, por dados disponibilizados pela equipe de Planejamento Urbano da Prefeitura de Juiz de Fora, somada a observações e vivências no próprio local, tanto

dos autores quanto dos usuários do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem fluvial; Espaços livres; Cartografia.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the current formation of Paraibuna river landscape in the urban stretch of Juiz de Fora / MG. The objective is to analyze the territory, through cartography and living maps, in order to understand its formation and quantitative and, mainly, qualitative and subtle characteristics, in order to generate an evaluation of the potentialities and design opportunities in the free / green spaces that form the river landscape facing people. To do this, it was necessary to use tools that allowed us to analyze and work on a large scale; alternative thematic cartographies, photographs, interviews and on-site visits were produced. The cartographic production presented was elaborated with the help of *global information system (GIS)* software, by data provided by the City Planning team of the City of Juiz de Fora, together with observations and experiences on the site, both of authors and users of the space.

KEY WORDS: River landscape; Free spaces; Cartography.

1 | INTRODUÇÃO

O rio Paraibuna, assim como outros rios

urbanos das cidades brasileiras, apresenta-se ou já se apresentou como linhas de força do território, que geralmente tiveram sua área de várzea vinculada ao início de ocupação e formação dos municípios. Nestes casos, o processo de formação do território e de transformação da paisagem fluvial está, por muitas vezes, ligado aos processos hidrológicos, às cheias, enchentes e inundações, somados à busca de adaptação da sociedade a essas variações inerentes aos cursos hídricos. Buscando retomar o rio Paraibuna enquanto espaço livre e eixo estruturador do território, lançamos mão de análises que evidenciam as problemáticas envolvendo o rio e seu entorno, e que nos permite reestruturá-lo através da formação de um sistema de espaços livres voltado para as pessoas e para a preservação dos seus elementos naturais, baseadas nas metodologias adotadas por Papillaut, Chapel e Pere, (2012) e Tardin, (2008), que se compuseram como ferramentas complementares no processo de análise do objeto de estudo. Os demais espaços livres que formam este sistema são representados por espaços verdes de variadas dimensões, podendo ser pequenos jardins, matas, parques, zonas agrícolas. Estes espaços são fundamentais para a construção da permeabilidade urbana, que é, por si, fundamental para a construção de uma acessibilidade geral - em que, por sua vez, há uma importância crucial na formação de uma infraestrutura verde-azul para a cidade. A partir do reconhecimento da potencialidade das áreas naturais, pode-se contribuir para a construção de uma cidade permeável, consciente ambientalmente e responsável pela manutenção e desenvolvimento de seus recursos.

2 | METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo tem como base os métodos utilizados por Papillaut, et al., (2012), envolvendo as metodologias de análise do território, e Tardin, (2008) como metodologia de análise dos atributos perceptivos da paisagem. Para análise da Paisagem fluvial e formação do território Paraibuna foram produzidas cartografias temáticas ressaltando as características perceptíveis do território, bem como mapas vivenciais, além de fotografias, entrevistas e visitas in loco, somadas a pesquisas sobre sua história.

O uso da cartografia neste estudo veio vinculado a análise do objeto em grande escala. A cartografia convencional nos ajuda a compreender o território em seu aspecto quantitativo a partir de seus dados geográficos e regulamentares e, em alguns casos, é possível compreender até mesmo alguns aspectos qualitativos. Porém, para uma leitura mais clara e profunda da paisagem, utilizamos de uma cartografia que possibilitasse o reconhecimento das características mais sutis do território, fundamentada na vivência do espaço. Foram, ao total, trinta e um mapas produzidos e divididos em sete categorias: Dados geográficos; Dados Regulamentares; Acessos; Atividades; Temporalidades; Saneamento e Análises.

Para este tipo de cartografia, as representações devem estar baseadas necessariamente na vivência, na visão comparada e, a partir desta forma gráfica única, consegue-se compreender aspectos sensíveis do território. (Boudon, Guillaume, e Tabouret, 1976; Navarro, Rodriguez e Fernandez, 20[?]; Tardin, 2008) Com base em dados provenientes de uma cartografia prévia, a cartografia convencional apresentada nos planos diretores, acrescentamos informações vindas da percepção da paisagem e do levantamento destas informações. Para isso, trabalhamos tanto com a escala cartográfica quanto com a escala do pedestre, a partir do uso de fotografias, observações in loco e entrevistas com os usuários dos espaços às suas margens, de forma a identificar as percepções de um maior número de pessoas e suas vivências.

Aliada à produção cartográfica, foi utilizada metodologia de análise dos atributos perceptivos dos espaços livres, também elaborada por Tardin (2008), que nos permitiu identificar, pela perspectiva do usuário do espaço, os elementos singulares conformadores da paisagem fluvial. A partir das visitas, foram observadas características da paisagem, elementos que a compõem, marcos, ritmos e repetições, que destacamos como importantes elementos para a compreensão da paisagem fluvial do rio Paraibuna.

Entre esses elementos, destacamos a seguir alguns aspectos demarcados: representamos a orientação das edificações em relação ao rio, identificamos as edificações que trabalham de alguma forma com serviços voltados para veículos, como concessionárias, borracharias, autopeças, postos de gasolina, pois percebemos a formação de um setor ao longo do rio com atendimento a estes serviços, podendo estar vinculados às avenidas marginais voltadas para os veículos e sua importância enquanto prolongamento da BR-273 na área urbana de Juiz de Fora, conectando o município a outras cidades da região.

Foram representadas da mesma forma a acessibilidade do território - identificamos as travessias que unem as margens quanto ao tipo de acesso, travessias para pedestres, trens, veículos e mistas. Também foram identificadas a existência e a ausência de vias para pedestres ao longo do curso do rio, que costumam ser compartilhadas com as bicicletas e, por vezes, devido à inexistência de calçamento, bicicletas, pedestres e veículos compartilham a pista de rolamento das avenidas marginais.

Utilizando da metodologia de Tardin (2008), identificamos os espaços livres ao longo do rio e os atributos perceptivos da paisagem, como as áreas de emergência visual, os elementos cênicos, os fundos cênicos e os marcos históricos. Em seguida, sobrepusemos essas informações, de forma a integrar os elementos no plano e fazer sobressair bases para as estratégias de projeto. Segundo Vigano (20[?]), é preciso desenhar aquilo que representa a qualidade do espaço, suas linhas de força, estrutura, complexidade e sua permanência para ir mais longe (figura 1).

Desta forma, ao iniciar o trabalho cartográfico, observamos que, ao sobrepor informações, alguns elementos ganham destaque, as linhas de força nos saltam aos olhos, e assim observamos os elementos fundamentais do território. A partir de então

destacamos estas linhas de força da área urbana de Juiz de Fora e sua estrutura viária, representada na figura 1.

A partir desta identificação e observação da ocupação urbana, reconhecemos os vetores de crescimento urbano da cidade; em azul é representado o rio Paraibuna, em laranja a linha férrea, em vermelho as vias marginais e em verde uma das principais vias de Juiz de Fora. Sendo o rio Paraibuna uma importante linha de força do território e nosso objeto de estudo, devemos compreendê-lo em suas diversas formas e entender as peculiaridades das formações de suas paisagens.

Estudamos o rio Paraibuna na área urbana da cidade de Juiz de Fora-MG, em uma extensão longitudinal de 17 km lineares, compreendido entre as duas travessias da linha férrea sob o rio: a primeira ao norte da cidade e a segunda ao sudeste, que consideramos como as correias do território, por formarem uma figura de identidade forte, que o delimita fisicamente. Observamos como a cidade se desenvolveu ao redor do Rio Paraibuna e entre essas duas correias. O rio Paraibuna representa um dos elementos mais antigos desta localidade, e forma uma linha de força na área urbana. O Paraibuna já passou por diversas intervenções neste trecho; além da construção de vias marginais em ambas as margens, houve pontos de retificações, aterragens e alargamento de sua calha, com o intuito de solucionar os problemas das inundações recorrentes em épocas de cheia no século passado.

Nos dias de hoje, segundo o plano diretor de Juiz de Fora, apenas uma área urbanizada desse trecho ainda é inundada devido às cheias do rio Paraibuna, que corresponde à parte do bairro industrial, ao norte da cidade. Juiz de Fora é o maior município no curso deste rio, e também o que mais o polui. Segundo a CEIVAP (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul), a jusante do núcleo urbano de Juiz de Fora encontram-se elevados índices de coliformes fecais e elevada carga de DBO (demanda bioquímica de oxigênio), devido ao esgoto doméstico e os despejos industriais lançados em seu leito, o que contribui para o afastamento da população com o rio.

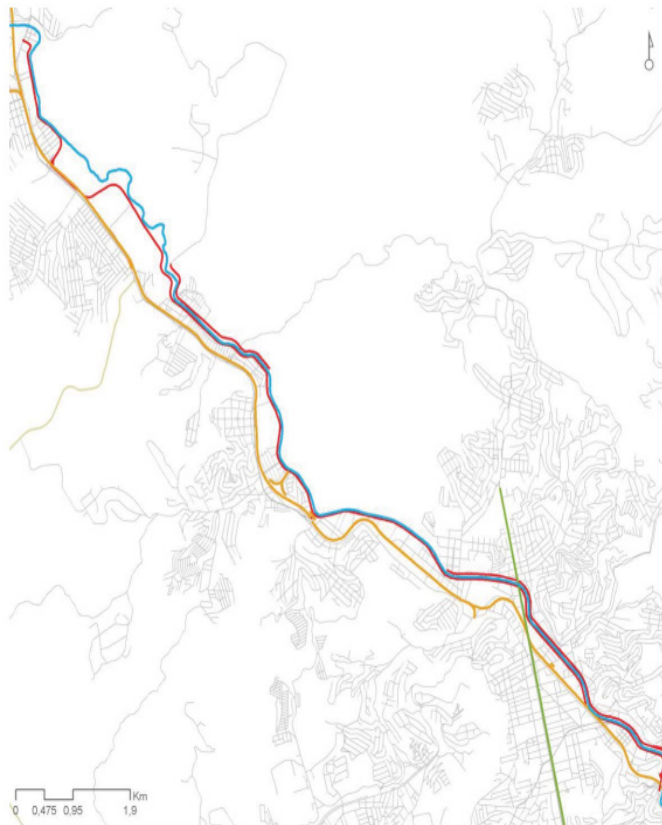


Figura 1: Linhas de força do território.

Fonte: Elaborador pelos autores.

Ao analisarmos uma paisagem fluvial, devemos considerar seus espaços transitórios e suas paisagens efêmeras, pois o rio, enquanto elemento plástico, apresenta variações constantes dos seus cursos d'água. Por isto, é preciso que consideremos seus movimentos de cheias, seu leito maior, leito menor e suas zonas inundáveis (Papillaut et al., 2012). Para melhor compreender seus espaços transitórios e zonas inundáveis, representamos sua planície fluvial (em azul) que, aliada às curvas de nível (em rosa), demonstra-nos as áreas de várzea e nos faz compreender parte da história do município e como se deu o ordenamento da ocupação urbana (em roxo) em seu território, como podemos observar na figura 2.

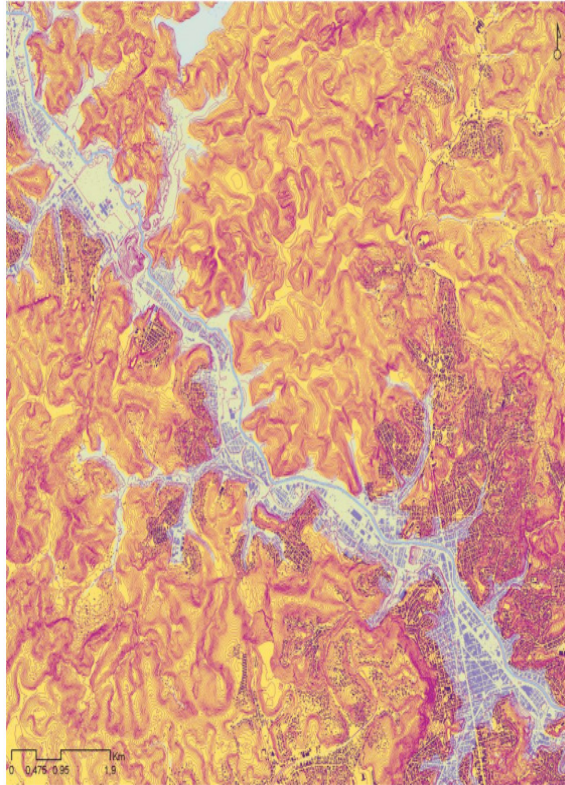


Figura 2: planície fluvial e topografia.

Fonte: Elaborado pelos autores com a base de dados disponível pela Prefeitura de Juiz de Fora.

Além disso, em um passo seguinte destacamos os espaços livres e as possibilidades de criação de um sistema de conexões entre estes espaços ao longo do eixo do rio Paraibuna, como se pode visualizar em vermelho na figura 3. Esse sistema ou conexões entre os espaços livres permite a integração com os tecidos urbanos e promove a criação de uma cidade permeável, acessível e 'porosa', como definem Secchi e Viganò (20[??]). Para melhor compreendermos o conceito de espaços livres e sistemas de espaços livres, Tardin (2008, p. 63) os define como elementos que apresentam grande qualidade visual e ecológica, são frágeis dentro do processo de ocupação urbana, como a ameaça da expansão urbana e os graves problemas ambientais, que abarcam desde a contaminação das águas até a erosão das encostas e a perda da cobertura vegetal.

Tanto o rio Paraibuna quanto as áreas de cobertura vegetal encontradas ao longo de seu curso formam espaços livres no território. Ainda segundo Tardin, os rios por si só apresentam-se como um sistema de espaços livres de valores próprios que possuem potencial de "(re)estruturar" o território urbano e ordenar sua ocupação. Ao tratarmos dos rios como espaços livres, devemos considerar outros elementos que compõem sua hidrografia, seus aquíferos, córregos, lagoas, seu subsolo, dado que "os fenômenos que ocorrem no subsolo afloram à superfície" e outros (Tardin, 2008, p.47).

2.1 Os grampos

Trabalhar com a cartografia em grande escala nos permite compreender muitos aspectos do território; porém, para uma leitura mais ampla e detalhada, fez-se também necessário sair da grande escala e fragmentar o território, de forma a tornar legível o que não se consegue ler em grande escala. Chamaremos estes fragmentos de grampos do território.

Podemos identificá-los na figura 3, representados por cinco traços coloridos que conectam as margens do rio. Segundo a metodologia adotada por Papillaut et al. (2012), os “grampos” surgem através de constatações após investigação in loco e, a partir de então, são identificadas diferentes características, similaridades ou peculiaridades dos trechos, que determinam os “grampos” do território, que conectam as margens do rio, e ressaltam as características locais de cada um deles, ressoando, assim, as características do território enquanto unidade.

Os grampos podem até ser inicialmente pensados a partir de uma observação cartográfica, mas eles se confirmam ou não somente depois de visitas in loco e de bastante observação ao longo do eixo. Após a identificação dos grampos, foram realizadas entrevistas com usuários do espaço em cada grampo, no intuito de descobrir quais são as percepções espaciais daqueles que os frequentam cotidianamente, além da identificação dos marcos das paisagens e levantamento fotográfico, buscando-se compreender as condições urbanas locais.

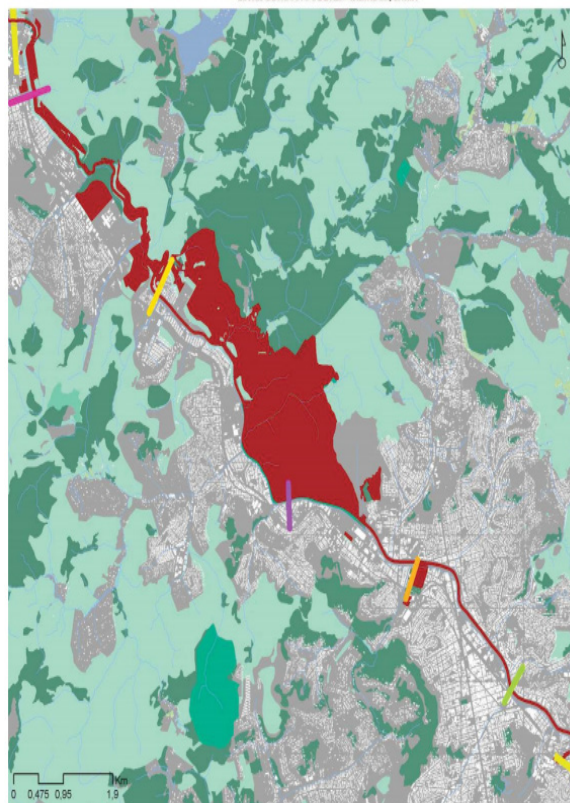


Figura 3: indicação de espaços livres ao longo do rio Paraibuna. Demarcação de grampos e correias.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Perceber a paisagem fluvial através de entrevistas é compreender parte da dinâmica e da complexidade do território. Assim, como definido por Berque (1994), podemos compreender que não existe somente uma imagem, ou uma concepção da paisagem, pois existem várias percepções que se complementam e se sobrepõem. É a partir deste conjunto de percepções que surgem as análises a seguir.

2.1.1 Grampo 2 - O conflito

Para exemplificar o estudo desenvolvido ao longo do rio, nos deteremos à análise de apenas 1 dos cinco grampos identificados ao longo do Rio Paraibuna. Trataremos neste artigo do grampo 2, o grampo conflito. Ao percorrermos os 17 km da área de estudo, este trecho se destacou por suas características singulares e por estar bastante relacionado ao rio, seja de maneira positiva ou negativa, mas podemos arriscar a dizer que talvez seja o grampo com maior relação atualmente com o rio Paraibuna na área urbana de Juiz de Fora. Este grampo é a conexão de dois bairros de baixa renda, cada um em uma margem do Paraibuna, e é marcado por uma relação de conflito estampada nos jornais e confirmada pelas entrevistas realizadas neste trecho.

Na figura 4, foram aglutinadas diversas informações sobre o grampo 2, identificado neste estudo por “o conflito”. Mesmo sem uma legenda, é possível compreender do que se tratam alguns elementos e, mesmo sem compreender todos, conseguimos perceber a repetição de alguns pontos e cores, o ritmo dos traços coloridos, uma mancha vermelha que se conecta. Esses elementos sobrepostos muito nos dizem sobre o território analisado.

Inicialmente foram demarcadas suas linhas de força, o rio e a linha férrea; em seguida, as vias e as habitações, os dados geográficos, os córregos e as curvas de nível, formando os elementos fundamentais da paisagem; em seguida, foram somados dados quantitativos, quantos e onde estão os pontos de ônibus, quantas e quais são as praças, os campinhos e quadras. Até aí temos um levantamento cartográfico usual, com informações básicas da nossa área de estudo; porém, não é somente disso que a metodologia se trata.

É preciso sentir o espaço, vivê-lo, fazer percursos, observar, conversar com pessoas e acrescentar aos mapas nossas vivências. Na margem esquerda temos o bairro Parque das Torres = o nome se refere às diversas torres de alta tensão encontradas nesta área, e que caracterizam a paisagem neste trecho. Essa margem é marcada por ser uma área de invasão: foi formada uma sequência de pequenos barracos à beira-rio, sem infraestrutura e saneamento, que despejam seus dejetos diretamente no leito do rio. É possível sentir o cheiro dessa atividade nessa área, e percebemos, de acordo com os relatos dos entrevistados, que o cheiro deste lugar é um dos marcos desta paisagem, assim como as várias torres que a cercam e a linearidade dos pequenos barracos instalados à margem do rio.

Devido a estas construções à margem do rio, observa-se uma longa faixa

de habitações com os fundos voltados para o rio, o que também caracteriza esta paisagem. Na margem direita temos o bairro Jóquei Clube III, localizado entre duas linhas de força do território, a linha férrea e o eixo do Paraibuna, dois eixos com grande potencial de reestruturação do território e da paisagem urbana. Nesse bairro encontra-se uma praça de frente para o rio Paraibuna, que estabelece um elo com o bairro PTD, conectado através de uma das duas travessias exclusivas para pedestres encontradas ao longo da área estudada. Já as fachadas das edificações próximas ao rio Paraibuna, nessa margem, se revezam entre as que dão fundos ao rio e as que são de frente para ele.



Figura 4: Identificação grupo 2 - o conflito e suas áreas de emergência visual.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Poderíamos chamar esse grampo também por descaso. Uma série de elementos singulares deste trecho nos remete a essa palavra. Seja por apresentar uma área de invasão há muitos anos e que permanece em área non aedificandi, pela falta de saneamento neste trecho, pelo lixo encontrado em suas margens e ruas, pela calçada de pedestres que segue ao longo do rio à margem direita e que termina pouco antes de chegar a este trecho. Uma área marcada pela violência, pelo tráfico de drogas e por homicídios, são os elementos que também compõem este trecho e constroem esta paisagem.

Outra representação sutil da paisagem por meio da cartografia foi através da identificação dos atributos perceptivos da paisagem. A partir da travessia de pedestres

que conecta fisicamente as duas margens do rio neste grampo, observamos três áreas de emergência visual, sinalizadas pelas setas pretas na figura 4, compreendidas no próprio rio Paraibuna e suas margens e no relevo coberto por mata à esquerda do rio. Ambos são espaços livres que compõem a paisagem fluvial do Paraibuna.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O auxílio de um software GIS na apreensão de informações sobre o território e a paisagem nos propicia conhecer, por muitas vezes, coisas que não são percebidas na escala do pedestre ou por fotografias, e que nos dá informações que vão além do nosso campo de visão. Em contrapartida, nossa vivência e percepção da paisagem nos traz outro tipo de informações, mais sutis, e que, unindo as duas fontes, temos informações complementares, conseguimos compreender melhor as condições urbanas locais e, conseqüentemente, enxergar potencialidades e oportunidades projetuais. Foi através das análises cartográficas e dos processos inerentes à sua produção, com base na metodologia adotada, que chegamos a resultados como a identificação dos espaços livres às margens do Paraibuna como áreas potenciais para a formação de um sistema de espaços livres.

Reconhecemos os marcos das paisagens em cada grampo analisado, identificamos os acessos existentes e as áreas de emergência visual que, segundo Tardin (2008), são os elementos singulares que compõem os espaços livres, especificamente o relevo e a hidrografia, e que podem ser percebidos a partir das vias. Vimos a importância da utilização de um software GIS como meio de conhecer de forma mais profunda a área estudada a partir de sobreposição de informações, e que muitas vezes nos encaminham para diversas observações e caminhos. Sem seguir convenções de cores e formas, pudemos representar o território de forma mais livre, independente de sua natureza.

Representamos como espaços livres, o que nos demonstrou exatamente o que buscávamos atingir: uma forma, uma imagem que demonstre as oportunidades para formar um sistema integrado. A análise do território fragmentada, através da identificação dos grampos, permitiu-nos reconhecer de forma aproximada as peculiaridades e relações estabelecidas em cinco trechos do rio Paraibuna e que, somadas, representam as características da área total estudada, e nos apresentam os atributos da paisagem fluvial do Paraibuna, suas potencialidades e oportunidades projetuais.

4 | CONCLUSÕES

Foi verificada a importância do Paraibuna e de sua paisagem enquanto conformadores da gênese da ocupação urbana e eixo potencial de estruturação do

território. Conclui-se que as grandes mudanças na paisagem fluvial surgiram como forma de resposta aos processos hidrológicos naturais aos rios, transformando um território a princípio próximo ao Paraibuna em uma cidade avessa a ele, ordenado por um urbanismo rodoviarista e desconectado da natureza. Conclui-se igualmente que, apesar de conectadas e formadas por um mesmo elemento, o rio Paraibuna, as paisagens formadas ao longo de seu curso apresentam conformações e usos bastante variados.

A heterogeneidade da paisagem fluvial do Paraibuna é confirmada através das análises dos cinco grampos identificados, que refletem a essência da paisagem fluvial de Juiz de Fora. Foram identificados como grampos do território: o verde vivenciado, o conflito em alta tensão, o âmago em movimento, hostilidade submersa e o saber oculto. Percebe-se da mesma forma que a relação entre população e o rio se estabelece de forma diversa em cada grampo constatado. Esta análise só foi possível a partir da base de produção cartográfica alternativa, baseada na vivência dos usuários e na percepção do espaço.

Observa-se igualmente a potencialidade do eixo através de sua paisagem fluvial, que possui uma função contemplativa e estética, mas também é um importante vetor para o desenvolvimento local pois, enquanto elemento natural, valoriza o território, a percepção do espaço e a identidade local. Desta forma, constata-se que se deve estimular o eixo Paraibuna como vetor de desenvolvimento de Juiz de Fora, ao fomentar uma alta qualidade visual e promover maior atratividade para suas margens, pois estas exercerão forte influência nas atividades praticadas às suas margens e em seu entorno sobre o tipo de ocupação urbana e influência na orientação das edificações, resultado, assim, em trechos mais seguros e atraentes para a cidade, integrando e respeitando as características e elementos singulares de cada trecho.

5 | AUTORIZAÇÃO / RECONHECIMENTO

Este artigo foi publicado originalmente nos anais do XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil – Salvador, agosto de 2016.

Os autores são responsáveis por todo conteúdo do trabalho e agradecem o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

REFERÊNCIAS

Berque, A. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. 1994 Editions Champ vallon Collection: Pays-paysages. França.

Boudon, P., Guillerme, J., Tabouret, R. **Figuration Graphique en Architecture**. 1976 A.R.E.A. França.

Navarro, J., Rodriguez, B., Fernandez, M. **Cartografías interesantes**: investigación en la producción del imaginario del territorio. Artigo, Universidade de Granada, Granada/Espanha.

Papillault, R., Chapel, E., Pere, A. **Toulouse Territoires Garonne**: Habiter en bord du fleuve. Toulouse, Collection Architectures Presses Universitaires du Mirail, 2012.

Secchi, B., Vigano, P. **Le diagnostic prospectif de l'agglomération parisienne: Consultation internationale de recherche et développement sur le grand pari de l'agglomération parisienne**. La ville « poreuse »: chantier 2. Disponível em: < <http://www.ateliergrandparis.fr/aigp/conseil/studio/STUDIOIc02.pdf>>, acesso em 20 dez. 2015.

Tardin, R. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

PAISAGEM CULTURAL FERROVIÁRIA, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO

Luciana Massami Inoue

Doutora pela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo –
Universidade de São Paulo (FAU-USP)

RESUMO: A partir do meu objeto de estudo do doutorado - as vilas ferroviárias da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, no estado de São Paulo - buscou-se aprofundar na problemática entre preservação e os órgãos de preservação. Analisando os órgãos de preservação em seus diversos níveis, observa-se que apesar dos esforços, ainda persiste a visão pouco sistêmica dada ao patrimônio ferroviário, bem como o patrimônio industrial em geral. O conceito de paisagem cultural pode conferir tal visão sistêmica, não sendo conflitante com o *corpus* teórico já bastante desenvolvido de patrimônio industrial.

O conceito de paisagem cultural apresenta vantagens e desvantagens, e sua aplicabilidade no contexto brasileiro ainda é incipiente. Além de discutir o conceito de paisagem cultural aplicado ao patrimônio ferroviário, gostaria de propor a discussão sobre uma alternativa de mescla de conceitos, que apesar de não serem novos, raramente se vêm utilizados juntos na bibliografia pesquisada. A proposta seria mesclar o conceito de paisagem cultural a de áreas de conservação, semelhantes às

definidas pelo *Planning (Listed Buildings and Conservation Areas) Act* inglês de 1990.

Assim, esta apresentação busca discutir o estado de preservação do patrimônio ferroviário paulista, a aplicabilidade do conceito de paisagem cultural ao patrimônio ferroviário e discutir as vantagens e limites do conceito de paisagem cultural e como vem sendo aplicado no contexto brasileiro e discutir caminhos para a preservação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem cultural
1. Patrimônio industrial ferroviário
2. Vilas ferroviárias
3.

ABSTRACT: Regarding with my study object – the railway worker villages of Companhia Paulista de Estradas de Ferro – it was pursued a study about relationship between preservation and the public preservation institutes. Analysing the public preservation institutes in different levels, it was observed that despite of the efforts, there is a few systemic view given to the railway heritage, even the industrial heritage in general. The concept of cultural landscape could give this systemic view, and it is not being conflicted with the theoretical *corpus* already developed of industrial heritage.

The concept of cultural landscape shows advantages and disadvantages, and its applicability in the Brazilian context is incipient yet. Besides discussing the concept of cultural

landscape concept applied to the railway heritage, I would like to propose the discussion of an alternative of mixed concepts, that even they are not news, they are barely being used together in the bibliography researched. The proposal is to mix the concept of cultural landscape and the conservation areas, similarly those are defined by the British *Planning (Listed Buildings and Conservation Areas) Act* of 1990.

Thus, this presentation seeks to discuss the railway heritage preservation status, the applicability of the cultural landscape concept to the railway heritage and discussing the advantages and limits of the cultural landscape as it was being applied in the Brazilian context and discussing ways to the Brazilian preservation.

KEYWORDS: Cultural landscape 1. Industrial railway heritage 2. Railway worker village 3.

1 | PATRIMÔNIO INDUSTRIAL FERROVIÁRIO E ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO

O presente artigo faz parte do objeto de estudo do doutorado que são as vilas ferroviárias da Companhia Paulista, e fazem parte da amostra 6(seis) vilas ferroviárias da Companhia¹. Segundo MORAIS (2002), a Companhia Paulista construiu seus complexos ferroviários em 62 municípios. A partir da pesquisa, foi verificado que tanto na bibliografia como na preservação, as estações são os objetos de destaque, e as vilas ferroviárias muitas vezes esquecidas. A história social dos ferroviários e todos envolvidos na construção das mesmas, é que dá pistas para uma rica e significativa leitura e compreensão destes espaços. A partir das visitas técnicas foi constatado o estado de abandono de muito deste patrimônio ferroviário, e procurou-se verificar se eram tombadas ou estavam contempladas em algum tipo de proteção. A partir disso, procurou-se verificar como estão inseridas as vilas ferroviárias nos órgãos de preservação em seus três níveis: federal, estadual e municipal. Os dados foram reunidos de modo esquemático na tabela a seguir. Antes uma explicação acerca da tabela: além de procurar entre os órgãos, bens do patrimônio industrial e ferroviário, incluiu-se os conjuntos urbanos ou vilas, excluindo-se os centros históricos. A explicação é que no processo de questionamento, as vilas ferroviárias, sendo um conjunto ou parte do tecido urbano, não sendo tombadas como estações, poderiam estar em alguns destes tombamentos. Contudo, como se verá a seguir, também estão ausentes nesta classificação.

1. São as vilas ferroviárias de São Carlos, Rincão, Itirapina, Brotas, Dois Córregos e Jaú



Figura 1 – Casa em madeira, vila ferroviária de São Carlos.

Fonte: INOUE, 2013.



Figura 2 – Casas geminadas, vila ferroviária de Itirapina.

Fonte: INOUE, 2013

IPHAN			ANO	LIVRO DE TOMBO
conjuntos urbanos e/ou vilas	1	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	1940	H/Arq, etn, psg
	2	Remanescentes da Antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas de São Vicente	1955	H
	3	Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape	2011	H/Arq, etn, psg
patrimônio industrial e ferroviário	1	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ipanema	1964	H
	2	Estação da Luz	1996	BA/H
	3	Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Jundiaí	2004	BA
	4	Estação Ferroviária de Mayrink	2004	BA
	5	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	2008	H

FONTE: Lista de bens inscritos no Livro do Tombo (1938-2012) in <https://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em 06/04/2015 16:35

*considerou-se apenas os bens tombados pelo IPHAN no estado de São Paulo

Figura 3 –Bens tombados relacionados a conjuntos urbanos/vilas e ao patrimônio industrial ferroviário - IPHAN.

Fonte: tabela a partir dos dados coletados no site do IPHAN

CONDEPHAAT			ANO	LIVRO DE TOMBO
conjuntos urbanos e/ou vilas*	1	Aldeia de Carapicuíba e Igreja de S. João Batista (tomb. <i>Ex-officio</i>)	1974	H
	2	Remanescentes da Vila Colonial e Porto de Naus (São Vicente)	1982	H
	3	Vila Economizadora	1981	H
	4	Vila Maria Zélia	1983	H
	5	Bairros dos Jardins (São Paulo)	1986	Arq, etn e psg
	6	Unidades Habitacionais de Picinguaba - Vila caçara (Ubatuba)	1990	psg
	7	Bairro do Cafundó (Salto de Pirapora)	1990	Arq, etn e psg
	8	Bairro do Pacaembú (São Paulo)	1991	Arq, etn e psg
	9	Vila Itororó	2005	H
patrimônio industrial	1	Real Fábrica de São João de Ipanema (Iperó)	1974	H
	2	Usina Hidrelétrica de Corumbataí (Rio Claro)	1982	H
	3	Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís (Itu)	1983	H
	4	Indústrias Reunidas Matarazzo (São Paulo)	1987	H
	5	Edifício de Manufaturas de Tapetes Santa Helena (Jacareí)	1991	H
	6	Indústrias Reunidas Matarazzo (Marília)	1993	H
	7	Cervejaria Paulista (Ribeirão Preto)	2007	H
	8	Fábrica Santa Adélia (Tatuí)	2008	H
	9	Fábrica Swift/Armour (São José do Rio Preto)	2008	H
	10	Indústrias Têxteis São Martinho (Tatuí)	2008	H
	11	Complexo do gasômetro e Casa das Retortas (São Paulo)	2010	H
	12	Complexo industrial Carioba	2013	H
patrimônio industrial ferroviário	1	Estação de Bananal	1974	H
	2	Estação de Santa Rita do Passa Quatro (CP)	1981	H
	3	Estação da Luz (São Paulo - SPRailway)	1982	H
	4	Estação do Brás (São Paulo - SPRailway)	1982	H
	5	Estação Barracão em Ribeirão Preto (CM)	1982	H
	6	Estação de Guaratinguetá (EFCB)	1982	H
	7	Estação de Cachoeira Paulista (EFCB)	1982	H
	8	Estação de Campinas (CP)	1982	H
	9	Estação de Descalvado (CP)	1987	H
	10	Estação de Mairinque (EFS - projeto de Victor Bubugras)	1987	H
	11	Estação de Rio Claro (CM)	1987	H
	12	Complexo Ferroviário de Paranaipacaba (SPRailway)	1988	H
	13	Rotunda do município de Cruzeiro (Rede Sul Mineira de EF)	1989	H
patrimônio industrial ferroviário	14	Estação Júlio Prestes (EFS)	2000	H
	15	Conjunto da Estação Ferroviária Franco da Rocha (São Paulo - SPRailway)	2011	H
	16	Conjunto da Estação Ferroviária de Jaraguá (São Paulo - SPRailway)	2011	H
	17	Conjunto da Estação Ferroviária de Rio Grande da Serra (SPRailway)	2011	H
	18	Conjunto da Estação Ferroviária de Caieiras (São Paulo - SPRailway)	2012	H
	19	Conjunto da Estação Ferroviária de Perus (São Paulo - SPRailway)	2012	H
	20	Conjunto da Estação Ferroviária de Ribeirão Pires (SPRailway)	2012	H
	21	Conjunto da Estação Ferroviária de Andradina (EFNOB)	2012	H
	22	Conjunto da Estação Ferroviária de Louveira (CP)	2012	H
	23	Conjunto da Estação Ferroviária de Piraju (EFS - Projeto de Ramos de Azevedo)	2013	H
	24	Conjunto da Estação Ferroviária de Piratininga (CP)	2013	H

FONTE: <https://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>. Acesso em 06/04/2015 16:35

* não incluímos nesta lista os centros históricos de Bananal, Cananéia, Iguape, Iporanga, Itu, Santana do Parnaíba, São Luís do Paraitinga e São Sebastião.

**O Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade (Rio Claro) pertencente à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foi tombada em 1979, inscrito no Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico.

Figura 4 – Bens tombados relacionados a conjuntos urbanos/vilas e ao patrimônio industrial ferroviário – CONDEPHAAT.

Fonte: tabela a partir dos dados coletados no site do CONDEPHAAT.

		CONPRES P	ANO	LIVRO DE TOMBO
conjuntos urbanos e/ou vilas*	1	Vila Economizadora		
			1991	
Patrimônio industrial	1	Indústrias Reunidas Matarazzo		1991
	2	Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus		1991
	3	Moinho Matarazzo		1992
	4	Tecelagem Mariângela		1992
	5	Antiga Fábrica Maria Zélia - Companhia Goodyear		1992
	6	Galpões da antiga fábrica UNILABOR		1992
	7	Tendal da Lapa		2007
	8	Antigas Oficinas da Sociedade Anônima Vanorden		2007
	9	Antigo Conjunto de Depósitos para café (CEAGESP)		2007
	10	Antigo Conjunto Grandes Moinhos Minetti Gamba		2007
	11	Antigo Conjunto Sociedade Técnica Bremensis e Schnidt Trost		2007
	12	Antiga Cooperativa de Cotia		2009
	13	Fábrica de Vidraria Santa Marina		2009
	14	Galpão fabril da Antiga Metalúrgica Martins Ferreira		2009
	15	Antiga fábrica de Tubos de Barro		2009
	16	Companhia Melhoramentos de São Paulo (Administração)		2009
	17	Estação Ciência		2009
	18	Antiga Companhia de Refinadores União - chaminé		2010
patrimônio industrial ferroviário	1	Estação da Estrada de Ferro Perus Pirapora (SPRailway)		1991
	2	Estação do Brás (São Paulo - SPRailway)		1991
	3	Estação da Luz (São Paulo - SPRailway)		1991
	4	Conjunto de Armazéns da antiga SPRailway		2007

* Sobre a lista de bens tombados, como a busca pelo site da CONPRES P não é muito prática, utilizamos como fonte RODRIGUES (2011:101). A lista tem como data limite o ano de 2010. Na ocasião, havia 10 lugares relacionados ao patrimônio industrial com abertura de processo de tombamento (APT), entre eles a Estação Júlio Prestes, cujo processo foi aberto em 1992. Também nesta

**Há que se considerar para a cidade de São Paulo, as antigas Z8-200 (das leis de zoneamento de 1975, 1978 e 1984), como também as ZEPEC (Zonas Especiais de Preservação) estabelecidas pelos Planos Diretores Estratégicos de 2002 e 2014, que podem abarcar zonas que incluem bens relacionados ao patrimônio industrial

Figura 5 –Bens tombados relacionados a conjuntos urbanos/vilas e ao patrimônio industrial ferroviário - CONPRES P.

Fonte: tabela a partir dos dados coletados no site do CONPRES P.

Várias observações podem ser inferidas das tabelas acima. Com exceção da Real Fábrica de Ipanema, cujo tombamento é de 1964 no IPHAN, e 1974 no CONDEPHAAT, a maior parte dos bens que integram o patrimônio industrial foram reconhecidos primeiro no CONDEPHAAT e depois no IPHAN e no CONPRES P, o exemplo é a estação de Bananal (1974). Há um maior número de bens tombados nos órgãos estadual e municipal, além da inclusão da preservação nos planos diretores municipais.

A maior parte dos tombamentos do patrimônio industrial ferroviário referem-se a bens isolados, especificamente estações, com exceção do tombamento recente do conjunto das edificações da Companhia Paulista em Jundiaí, que foi incluída no livro de tomo de Belas Artes somente em 2004 e, recentemente a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, também considerada sítio urbano, incluída no livro de tomo do IPHAN em 2008. No CONDEPHAAT, os complexos ferroviários, com exceção da Vila de Paranapiacaba cujo tombamento é de 1988, são vistos como tais, isto é, com a inclusão além das estações, os armazéns e as vilas ferroviárias apenas em 2011, data dos primeiros tombamentos que levam o nome “conjunto da estação ferroviária”.

Na tabela referente ao IPHAN, pode-se observar que, em São Paulo, com

exceção da aldeia de Carapicuíba, que provavelmente, guarda relação com o período colonial e os remanescentes da Vila colonial de São Vicente, o tombamento de Iguape é recente. O tombamento da Estação da Luz pelo IPHAN é recente, provavelmente para integrar o projeto de revitalização do bairro. Com respeito aos bens relacionados à habitação, as casas tombadas, geralmente pertencem a um personagem ilustre, não se faz menção a nenhuma outra vila ferroviária, além da Paranapiacaba, nem mesmo a uma vila operária, quando se sabe que há alguns tombamentos em nível estadual e municipal. Pode-se questionar outros aspectos desta pequena amostragem: o que leva um bem ser inscrito em um livro e não em outro? Quais são os critérios de valores (histórico e artístico) utilizados?

Com abordagem do patrimônio industrial no órgão de preservação federal, temos o trabalho de KEMPTER (2010: 277). Segundo o levantamento realizado pela autora, dos 1051 bens tombados pelo IPHAN desde seus inícios até 2010, incluindo-se os bens móveis e integrados, imóveis e arqueológicos (nas suas diversas classificações sítios urbanos, edificações, equipamentos urbanos e infraestrutura, jardins históricos e parques, paisagens naturais, ruínas, etc.), tem-se apenas 36 bens considerados patrimônio industrial. Destes, 11 bens pertencem ao patrimônio ferroviário. Do total do patrimônio industrial, 7 estão localizados no estado de São Paulo, e 4 deles são patrimônio ferroviário. O que se tem a dizer é que são muito poucos se comparados aos bens listados de outros países e mesmo o que poderia ser incluído nesta lista.

Na tabela do CONDEPHAAT, pode-se ver que a estação de Bananal foi uma das primeiras a serem tombadas juntamente com a Real Fábrica São João de Ipanema, em 1974. Contudo ainda como edifício isolado, e seguem-se a ela outros tombamentos de estações na década de 1980. O tombamento de conjuntos ferroviários só irá ocorrer a partir de 2011. Ainda que tenha havido tombamentos de vilas operárias, como Vila Economizadora e Vila Maria Zélia desde a década de 1980, assim como outros tombamentos de bairros na mesma década, como o Bairro dos Jardins (1986), em São Paulo; a Vila Caiçara de Picinguaba em Ubatuba, em 1990; e o Bairro do Pacaembú, em São Paulo em 1991. A partir das tabelas, pode-se indagar porque estas estações foram tombadas e não outras, ou porque tais complexos e não outros, quais foram os critérios utilizados?

Em nível municipal, tem-se o CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, criado em 1985 e fundação oficializada em 1988. E ainda há o DPH - Departamento do Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria Municipal da Cultura, criado em 1975. O CONPRESP e DPH são órgãos autônomos, interdependentes e responsáveis pela preservação, e trabalham em conjunto instruindo e deliberando sobre os processos de tombamento. A relação que citamos acima dos bens tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT, em geral, são ratificados pelo CONPRESP, através do tombamento que eles chamam de *ex-officio* (TEO). Há também o que no CONPRESP chama-se de APT, Abertura de Processo de Tombamento.

A pesquisa dos bens tombados no site do CONPRES P não é muito fácil, pois a busca não é por nome ou rua, mas por inscrição municipal. Contudo pela legislação, especificamente entre as Resoluções é possível ver a relação de bens tombados ou com abertura de processos de tombamento. Dentre aquelas vilas tombadas pelo CONDEPHAAT, temos a Vila Economizadora, que sofreu um tombamento *ex-officio* (TEO) em 1991, junto com vários outros bens imóveis; e em 1992 é tombada a Vila Maria Zélia, que depois sofre algumas alterações em 1995. Além destas vilas operárias, pode-se talvez encontrar vilas dentro dos complexos industriais tombados pelo CONPRES P: por exemplo, Cia Brasileira de Cimento Portland (1992), moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela (1992); Companhia Antártica (ainda não tombada, apenas APT – Abertura de Processo de Tombamento – 2007); Vidraçaria Santa Marina (2009), juntamente com outros imóveis na Lapa; Complexo da Cia Nitroquímica (apenas APT, 2012) e Complexo Industrial do Gasômetro do Brás (2012). As vilas operárias também podem ser encontradas em sua área envoltória, contudo, este tema merece um estudo aprofundado. Há ainda outros complexos industriais citados por RODRIGUES (2011), porém, além da maior quantidade de bens tombados em relação aos órgãos estaduais e federais, não vemos diferenças qualitativas no que diz respeito ao tratamento dado aos bens do patrimônio ferroviário e de conjuntos urbanos. Sobre o patrimônio ferroviário, encontram-se tombados apenas os bens da São Paulo Railway: três estações e um conjunto de armazéns. Não se fala em complexo ferroviário, incluindo linhas, equipamentos, vilas ferroviárias.

Estes bens tombados nos diversos níveis, são relativamente poucos se comparados ao que foi a Rede Ferroviária Federal em São Paulo (vide mapa a seguir). Vale lembrar que apenas no estado de São Paulo, existiram sete grandes empresas ferroviárias, além da Companhia Paulista. Os bens preservados também parecem ser poucos se comparados com os dados que temos de MORAIS (2002), que fez um levantamento de cinco companhias ferroviárias paulistas.



Figura 6 – Rede Ferroviária brasileira. Fonte: SANTOS, Rubens, 1961, p.24 *apud* MINAMI, 1994, Mapa 13.

Além disso, nota-se uma discrepância de bens tombados, que ora figura em uma lista, porém não figura em outra. Evidentemente não há um tratamento sistêmico dos bens que pertencem ao patrimônio ferroviário, como também industrial, em geral. Nota-se ainda uma indefinição dos papéis dos diferentes órgãos. No final da década de 1960, houve uma “descentralização” do órgão federal, com a criação de órgãos estaduais e municipais, porém não houve uma definição clara das funções de cada órgão, o que acaba criando conflito de competências, desperdício de profissionais, com sobreposição de funções, nas diferentes esferas. Além do subaproveitamento e falta de coordenação, a falta de técnicos é sentida desde o início dos vários órgãos até os dias atuais. Um exemplo a ser apontado é o inventário do patrimônio ferroviário, tratado simultaneamente pelos três órgãos, sem haver delegação, ou divisão de tarefas. O procedimento de inventário é o mesmo, e os critérios de tombamento indefinidos. Se ainda estamos na fase de inventário, o que dizer da gestão dos imóveis? Nota-se que o patrimônio ferroviário não está sendo tratado de maneira sistêmica e ordenada. Pelo quadro de tombamentos ferroviários, ainda ficam pendentes questões: Por que apenas estações, sendo a indústria ferroviária um verdadeiro complexo? O tombamento de complexos ferroviários é recente, no CONDEPHAAT são de 2011. Por que tais estações e não outras? Enquanto não houver um alinhamento entre os órgãos de preservação nas três esferas, federal, estadual e municipal, e a divisão de tarefas, assim como equipes técnicas em trabalho multidisciplinar, fica difícil preservar o patrimônio. Sobram burocracia, desgaste, desperdício e ineficiência. São problemas, portanto, de governança e gestão, e da definição de uma política de preservação clara

e eficaz.

No tratamento das vilas ferroviárias poderíamos propor o aprofundamento de seu estudo e o questionamento de sua preservação através do conceito de “arquitetura menor” ou “arquitetura modesta”, ou pelo caminho do patrimônio industrial. Acredito que os dois caminhos sejam viáveis. No campo teórico, a questão da “arquitetura menor” ou “arquitetura modesta” é já anunciada por Ruskin, e depois absorvida ao falar do ambiente nos escritos de Gustavo Giovannoni, e nas cartas patrimoniais. Na Carta de Veneza, em seu primeiro artigo, ela é mencionada: “*art. 1 - A noção de monumento histórico (...) Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural.*” Noções como de vizinhança aos monumentos históricos, já se encontram presentes na Carta de Restauro de Atenas de 1931, cuja elaboração contou com a participação de Gustavo Giovannoni, e as palavras “sítios urbanos” e “paisagens” também se encontram na Recomendação de Paris, de 1962.

Na década de 1960, com o surgimento concomitante dos “novos patrimônios”, a arqueologia aproxima-se do patrimônio industrial, resultado da aproximação da história com a arqueologia, que, por sua vez, são resultados dos movimentos da Nova História, ligada da Escola dos *Annales* e da Nova Arqueologia. (POZZER, 2007:246). O autor citado enumera outros dois grandes marcos do patrimônio industrial: um em 1968, quando foi construído o primeiro museu de arqueologia industrial no Reino Unido, o *Ironbridge Museum*, cujo nome refere-se a primeira ponte construída em ferro, em 1779. Outro marco importante para o patrimônio industrial, foi 1978, por ocasião do III Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais em Estocolmo, foi criado o The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH), que é a organização internacional responsável por promover a preservação, conservação, investigação, documentação, pesquisa e interpretação do patrimônio industrial. Foi em uma destas reuniões do TICCIH, em 2003, na Rússia, na cidade de Nizhny Tagil, que foi redigida uma carta, considerada a “Carta do Patrimônio Industrial”, na qual são apresentadas a definição, os valores, a importância da identificação, da proteção, da manutenção e conservação dos bens ligados ao patrimônio industrial. Tal carta é complementar e em consonância às cartas patrimoniais internacionais, e dá a definição de patrimônio industrial:

“O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com as indústrias, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” (Carta de Patrimônio Industrial TICCHI, 2003. Grifo nosso.)

Assim, com esta carta, ficam contempladas todas as vilas operárias, e obviamente as vilas ferroviárias, objeto de nosso estudo. Trata-se, portanto, de um complexo

industrial, nem sempre assim tratado pelos órgãos de preservação.

Apesar do exposto sobre o patrimônio industrial e ferroviário, justamente pela existência de múltiplas e variadas formas de patrimônio e pela questão de valoração, pode-se levantar ainda a seguinte pergunta: será possível uma outra entrada que não o patrimônio industrial para o caso das vilas ferroviárias? Como por exemplo: memória dos trabalhadores, paisagem urbana, história habitacional? Ainda que houvesse, dado o *corpus teórico* bastante consolidado, a representatividade da linha de pesquisa, e inclusive o caráter interdisciplinar do patrimônio industrial, esta é uma linha bastante adequada para a pesquisa das vilas ferroviárias dentro do patrimônio industrial ferroviário. Quanto à questão da “arquitetura modesta”, esta permanece ao tratar-se juntamente a questão do patrimônio industrial no âmbito do patrimônio urbano, como o fez RUFINONI (2009). Talvez uma outra forma de tratar a questão seria dentro de um conceito bastante em voga que é o de paisagem cultural, como veremos adiante.



Figura 7 – Estação de Brotas.
Fonte: INOUE, 2013



Figura 8 – Casas geminadas, vila ferroviária de Brotas.
Fonte: INOUE, 2013



Figura 9 – Casas em linha, vila ferroviária de Itirapina.
Fonte: INOUE, 2013



Figura 10 – Casa isolada no lote, vila ferroviária de Jaú.
Fonte: INOUE, 2013

Apesar dos esforços e iniciativas do IPHAN e do CONDEPHAAT, a preservação ainda é limitada e insuficiente. Além das limitações já mencionadas, talvez outro problema que merece ser enfrentado seja a legislação, que separa os bens imóveis e os bens móveis. No caso do patrimônio ferroviário, não se fala ainda de bens móveis integrados, como por exemplo, as locomotivas e os vagões, os relógios das estações, como se fala dos bens móveis integrados para a arquitetura religiosa. Não é necessário lembrar que há muito trabalho a ser realizado, não apenas com relação ao patrimônio

ferroviário, que até tem merecido ações do IPHAN.

O patrimônio industrial ferroviário, e de uma maneira geral, o patrimônio industrial, ainda é tratado de forma pouco sistêmica dentro dos órgãos de preservação. Recordase que o patrimônio ferroviário é apenas um subsistema do patrimônio industrial. Há ainda outros bens industriais, que estão sendo pouco contemplados: minas, portos, fábricas de bens de consumo, etc. Analisadas de várias maneiras, como arquitetura modesta ou memória ferroviária, dado o *corpus teórico* consolidado do patrimônio industrial, acredita-se que as vilas ferroviárias devem ser analisadas dentro desta última classificação. A entrada de análise “arquitetura modesta” justifica-se por tratarem-se de vilas e fazerem parte do tecido urbano. Portanto, podem ser também analisadas através do que se chama patrimônio urbano, o que não as incompatibilizam com a classificação patrimônio industrial ferroviário, que seria a principal. Desse modo, as vilas ferroviárias poderiam ser contempladas e vistas sistemicamente dentro do patrimônio industrial, porém gostaríamos de discutir ainda um outro conceito que pode auxiliar na preservação.

2 | PAISAGEM CULTURAL FERROVIÁRIA E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Para uma política de preservação, gostaríamos de comentar o conceito de “paisagem cultural”. A utilização deste parece não se chocar com o de patrimônio industrial ferroviário, e permite uma nova abordagem. O conceito de paisagem cultural, possui vantagens e desvantagens, como veremos a seguir.

A grande vantagem do conceito “paisagem cultural” é o potencial de conferir a visão sistêmica aos diversos bens do patrimônio ferroviário, pois *“seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas”* (RIBEIRO, 2007: 111) e a valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural. Tal antinomia entre material e imaterial, é criticada por MENESES (2010), pois:

“o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.”. (MENESES, 2010, p. 31)

Além disso, pelo fato das ferrovias paulistas terem contribuído grandemente para o desenho do território paulista, parece bastante compatível esta nova abordagem. Se tomadas isoladamente, parecem que as vilas ferroviárias são insignificantes. As vilas ferroviárias teriam mais sentido se tomadas em conjunto e conectadas à história da Companhia Paulista, e ao conjunto do patrimônio industrial ferroviário. A história mostra a importância das ferrovias na economia brasileira, e principalmente na configuração do território paulista, a estreita ligação das ferrovias e do café, da riqueza de uma única ferrovia, que foi a Companhia Paulista (objeto de meu estudo, imaginem-se as

outras companhias que não fazem parte deste estudo), seus engenheiros, diretores e ferroviários. Comenta-se ainda a relação das vilas operárias e das ferroviárias, toda a transformação da legislação trabalhista, e a relação das teorias de organização científica com a educação e a moradia dos trabalhadores. Por toda esta história social, somada a presença ainda hoje de atores sociais, tais como moradores, ex-ferroviários, pesquisadores, associações de ferroviários, apaixonados por ferrovias, acredita-se que as vilas ferroviárias sejam um lugar de memória bastante forte. Desse modo, o conceito de “paisagem cultural” poderia ser aplicado a outras ferrovias que cruzaram e ajudaram a construir a história do estado de São Paulo.

Contudo, apesar do caráter agregador do conceito, o IPHAN ainda parece operar dividindo o patrimônio material e imaterial, a começar pelos diferentes livros de tombo, e separando os bens imateriais em Registros. Não necessariamente deveria operar assim pois, por exemplo, há países que operam com uma lista única de bens tombados, o que facilita a proteção, e evita questionamentos sobre a jurisdição de proteção, se federal, estadual ou municipal. Além disso, abre caminho para unificação de critérios de gestão e intervenção, o que hoje não ocorre na situação brasileira. Se há no IPHAN uma vontade de introduzir um novo conceito², talvez seria necessário repensar mais a fundo os instrumentos, incluídos a legislação e procedimentos de gestão, que até hoje vem operando.

Apesar da vantagem do conceito, a “paisagem cultural” aplicada ao “patrimônio” apresenta problemas e questões em aberto, e poderia ser questionada a compatibilidade entre eles. Serão compatíveis se o conceito de patrimônio, respeitar àquela dimensão contemporânea, e adentrar em uma lógica de ordenamento do território, nos moldes da Convenção Européia, mais do que uma mera lista indicativa da UNESCO. Como nos lembra RIBEIRO (2007:59): *“Não devemos esquecer o processo vivo e perpétuo que está na base de elaboração de paisagens, porque ele condiciona fortemente as atuais escolhas econômicas, produtivas, culturais e sociais.”* O conceito de “paisagem cultural” pode funcionar como metodologia de análise e estudo, porém sua operacionalidade deve ser melhor refletida, se aplicada a uma política de patrimônio. Além disso, unir o conceito de paisagem cultural ao de patrimônio, seria considerar a paisagem como valor cultural. E novamente, quanto mais se alarga o conceito do patrimônio, inclusive territorialmente, maior o embate de forças e o jogo de valoração aí envolvido. Segundo MENESES (2010) há outros valores envolvidos no valor cultural: formais, afetivos, pragmáticos, que não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos. O grande dilema e desafio, para os órgãos de preservação, numa sociedade contemporânea, está em mediar, equilibrar, estes vários desígnios e valores, e transformá-los em uma política de preservação.

A segunda questão é: ao se fazer um recorte de uma paisagem, uma questão

2. Não tão novo, pois o conceito existe na UNESCO desde 1992, e no IPHAN apenas trabalhado a partir de 2009, através da “chancela da paisagem cultural.”

é o estudo, a análise, e outra questão é a “preservação” ou a “patrimonialização” desta paisagem. Sem querer, não se está priorizando uma das camadas do tempo (uma de suas “rugosidades”) em detrimento das demais? Para a intervenção e gestão do edifício isolado, já existem linhas teóricas que definem critérios para isso, ainda que tais linhas teóricas se embatam, e que possam ser inclusive desconhecidas, mas que estão definidas, existem e são utilizadas. Contudo, as camadas de tempo e as “rugosidades” da paisagem, estão em constante interação e transformação. Conforme lembra RIBEIRO (2007):

“Igualmente, o território é um palimpsesto, isto é, um documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação.”
(RIBEIRO, 2007, p. 58):

Quando o patrimônio abarca não apenas o edifício isolado, mas outras áreas, ainda existem poucos critérios e instrumentos definidos, pelo menos no Brasil. Um deles está em como definir os limites destas áreas de paisagens. Uma vez delimitadas, posto que cobrem grandes áreas (*vide* os dossiês produzidos pelo IPHAN³), a segunda questão é como gerir tais áreas, pois no Brasil, acredito que não se dispõem ainda de mecanismos e procedimentos eficazes para a manutenção e monitoramento contínuos e documentação precisa e atualizada (ainda que recomendada há tempos por Cartas Patrimoniais e inclusive para a inscrição de Paisagens na Lista Mundial da UNESCO) para monumentos isolados, imaginem-se extensas paisagens. Com relação a priorização ou não de uma parte da paisagem cultural em detrimento das demais, o que acaba invariavelmente acontecendo. Talvez uma saída seria operacionalizar através de circuitos coexistentes, como existem roteiros turísticos temáticos diversos em algumas cidades. A aplicabilidade desta operação em circuitos merece ser estudada.

Para os problemas de gestão, propõe-se aqui aliar o conceito de paisagem cultural ao de áreas de conservação. Novamente volta-se a recordar que não são conceitos novos, porém através da bibliografia brasileira estudada, raramente são vistos em conjunto. Tal ideia de utilizar as áreas de conservação surgiu a partir das recentes visitas técnicas realizadas para este projeto de doutorado no ano de 2014, onde foram visitadas algumas vilas operárias e ferroviárias inglesas. De maneira geral, muitas vilas ferroviárias inglesas foram demolidas durante a década de 1960, e muitos esforços de conservação deram-se a partir de 1970, através de delimitações de áreas de conservação e movimentos preservacionistas. As três principais vilas ferroviárias inglesas visitadas - Swindon, Derby e Crewe – encontram-se bastante preservadas ou possuem esforços no sentido de preservação, como Crewe, e com exceção desta, todas possuem planos de áreas de conservação estabelecidos. As áreas de conservação muitas vezes partem da demanda de alguma associação de preservação, realizadas

3. Cananéia (NASCIMENTO&SCIFONE, 2010); as minas de ouro nas capitânicas do sul (REIS FILHO, 2013), e imigração de Santa Catarina (VIEIRA FILHO, 2011).

por um escritório de arquitetura, e registradas nas municipalidades (*councils*). Além da delimitação de área, os planos apresentam detalhados inventários com descrições das áreas, histórico dos edifícios e principalmente um plano de gestão. As áreas de conservação incluem também os edifícios listados (*listed building*), como são chamados os edifícios tombados.⁴ Além disso, tais planos estão disponíveis para consulta pública (pela internet), e são revistos a cada dez anos.

Sobre a origem das áreas de conservação, esta guarda relação ao que se chama de princípios do restauro urbano contidos no livro de Giovannoni, mais tarde divulgados e conhecidos, nas áreas protegidas ou setores preservados (*secteurs sauvgardés*) franceses da lei Malraux, de 1962 e no que se chama de “conservação integrada”, na Declaração de Amsterdã, de 1975 (CHOAY, 2006: 203), ou ainda as “*conservation areas*” inglesas, criadas pelas *Civic Amenities Act* em 1967, “*que estipulava a designação, a ser realizada pelas autoridades locais responsáveis pelo planejamento urbano (...) Em tais áreas seriam preservadas tanto as edificações quanto as suas características arquitetônicas e paisagísticas.*” (RUFINONI, 2009: 145). Tais “*conservation areas*” foram ratificadas pelo *Planning (Listed Buildings and Conservation Areas) Act* inglês de 1990. Tais princípios de áreas protegidas e de conservação integrada, isto é, considerar áreas de preservação nos planos diretores também foram introduzidos em alguns órgãos de preservação municipais brasileiros, sendo um dos exemplos a cidade de São Paulo. Inspirada nos “setores preservados franceses” e no Plano Regulador de Bolonha (1964)⁵, estabeleceu áreas incluindo bens culturais e as classificaram como Z8-200, no plano diretor de 1975. Tais áreas foram depois transformadas nas ZEPECs, Zonas Especiais de Preservação Cultural, no plano diretor de 2004. As ZEPECs estão contempladas agora no novo Plano Diretor Estratégico, de 2014. Seria necessária uma análise profunda no que dispõem as leis das Z8-200 e ZEPECs e, sobretudo as suas práticas, procurando descobrir as semelhanças e diferenças com relação às áreas de conservação inglesas, porém isso mereceria um estudo à parte. Contudo, pode-se aqui apontar brevemente alguns aspectos: a legislação que estabelecem as Z8-200 e as ZEPEC, estabelecem apenas as áreas e os conjuntos de edifícios a serem preservados, e as diretrizes são bastante gerais, não tão específicas e não há planos detalhados de descrição e de gestão para as áreas como as inglesas. E arrisca-se a dizer, que a grande diferença e onde reside a eficácia das áreas de conservação inglesas, é que esta não são um instrumento isolado, mas ligado a outros elementos que constituem a base do modelo anglo-saxão de preservação, que são: a sociedade civil organizada e os *trusts*.

Dentro desta perspectiva e dos conceitos expostos com relação à paisagem, acredita-se que o patrimônio ferroviário pode ser analisado como uma paisagem cultural, àquele definido pela geografia, como produto e vetor das intervenções humanas,

4. Na Inglaterra os graus de proteção são três: graus I, II* e II; sendo o I, o mais restritivo, não podendo ser modificado anteriormente, e o grau II, aplica-se apenas ao exterior do edifício. Na Escócia, há apenas dois graus: A e B, sendo o primeiro mais restritivo.

5. Ver CERVELATTI, Pier Luigi. *Bolonia: política y metodología de la restauración de centros históricos*. Barcelona: Gili, 1976.

recordando-se que se trata de apenas umas das camadas do tempo, sem esquecer das diversidades rugosidades do espaço. Concorde-se com seu caráter integrador, entre os bens materiais e imateriais do patrimônio ferroviário, inclusive ao considerar como patrimônio não apenas edifícios isolados como as estações ferroviárias, mas todo seu complexo, considerando o que se chama de arquitetura modesta e pertencente ao mundo do trabalho, como as vilas ferroviárias, as oficinas, as “casas de turma”, etc., como definidas pela Carta do Patrimônio Industrial. Contudo, para operacionalizar tal conceito, e transformá-lo em uma efetiva política de preservação, é necessário um maior aprofundamento e definição de critérios para estabelecer limites da paisagem cultural e para facilitar a gestão de tais áreas. Vemos assim a necessidade da subdivisão em unidades menores, no que chamamos de áreas de conservação.

Tal mescla de conceitos poderia funcionar da seguinte forma: tomando-se o conceito de Paisagem Cultural, o Complexo Ferroviário da Companhia Paulista poderia ser tombado em nível federal, porém em nível municipal, as estações e vilas ferroviárias, bem como outros equipamentos relacionados a ferrovia, poderiam ser protegidos através de “áreas de conservação”. Ou ainda, mesmo que não fossem protegidas em nível federal ou estadual, poderiam ser protegidas em nível municipal e/ou local, através de tais áreas de conservação. Tal estabelecimento das áreas de conservação deveria ser confiado aos poderes locais, juntamente com a participação da sociedade civil local, em uma espécie de inventário participativo, que poderia ser feito conjuntamente pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT, ou melhor, sob a supervisão destes, que atuariam como consultores dos municípios que desejassem ver suas estações e vilas ferroviárias preservadas e restauradas. Para tal estabelecimento, além da demarcação de áreas, um estudo sobre a estrutura, morfologia (materiais, cores e detalhes do lugar), tipologias, etc, como definidos na Declaração do Québec em 2008, e ratificados nos Princípios de Valleta (2011), ambos documentos do ICOMOS, que falam de “spiritus loci”, “espírito do lugar”, ou ao caráter do lugar a que se referem muitos autores, para estabelecer um guia de transformação para os futuros projetos na área. Tais guias de transformação devem ser revistos de tempos em tempos, como são revistas as áreas de conservação inglesas, pois as sociedades mudam, como também as suas necessidades. Volta-se a sublinhar que o sentido da junção de conceitos justifica-se, pois a re-significação destes lugares do patrimônio ferroviário, ficará melhor apoiada no contexto maior de paisagem cultural, porém a gestão será melhor garantida, se dividida e compartilhada em unidades menores: as áreas de conservação. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de tais áreas, deve ser auxiliada pelos órgãos de preservação estadual e, se for o caso, federal, restando apenas uma definição clara dos papéis de cada órgão.

BREVE CONCLUSÃO

Ainda que se proponha algo, a mescla de conceitos não tão novos - paisagem

cultural e áreas de conservação - porém na bibliografia e discussões são pouco tratados conjuntamente, o objetivo deste trabalho não é uma solução definitiva e fechada. O objetivo deste artigo é abrir espaço para a reflexão e a discussão. E como se dizia ao início, esta apresentação busca principalmente discutir o estado de preservação do patrimônio ferroviário paulista, a aplicabilidade do conceito de paisagem cultural ao patrimônio ferroviário e discutir as vantagens e limites do conceito de paisagem cultural e como vem sendo aplicado no contexto brasileiro e discutir caminhos para a preservação brasileira. Pois afinal, a paisagem, o patrimônio e sua preservação são construções coletivas e um projeto inconcluso.

REFERÊNCIAS

Choay, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, UNESP, 2001.

Kempter, Eloísa Dezen. *O lugar do patrimônio industrial*. Tese (doutorado), Unicamp – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. “O campo do Patrimônio cultural”. Conferência Magna. In: *I Fórum do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2010. P. 25-39.

Minami, Issao. *Vila Martin Smith, no Alto da Serra, em São Paulo, um exemplo típico de ‘Model Company Town’*. Tese de doutorado. São Paulo, FAU-USP, 1994.

Morais, Marcelo de. *Arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários*. Dissertação de mestrado. São Carlos, ESSC/USP, 2002.

Nascimento, Flávia Brito & Scifone, Simone. “A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP”. In *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

Pozzer, Guilherme Pinheiro. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)*. Dissertação (mestrado), Unicamp, 2007.

Reis, Nestor G. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

Riberiro, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

Rodrigues, Ângela R. *Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado), FAU-USP, 2011.

Rufinoni, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano. Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural*. Tese (doutorado). FAU-USP, 2009.

Segnini, Liliana R. Petrili. *Ferrovia e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1982.

Vieira Filho, Dalmo. *O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina*. Brasília: IPHAN, 2011, pp. 130-191.

CARTAS PATRIMONIAIS

Carta de Veneza 1964

Carta de Burra 1980

Declaração de Québec 2008

Princípios de Valleta 2011

Carta de Niznny Tagil – PATRIMÔNIO INDUSTRIAL -TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, Julho 2003

CIDADE E ESPORTE: PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO EM CENA

Karliane Massari Fonseca

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Rio de
Janeiro, RJ

Marcelo Ribeiro Tavares

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Educação Física e Desportos – Rio
de Janeiro, RJ

Lucia Maria Sá Antunes Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Rio de
Janeiro, RJ

Antonio Colchete Filho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo – Minas Gerais, MG

RESUMO: Desde os tempos antigos que as cidades são predominantes em seus atributos espaciais e simbólicos para abrigar a população em atividades recreativas e esportivas. Depois dos Jogos Olímpicos na contemporaneidade, tanto os esportes quanto as cidades aumentaram suas chances de sucesso na vida coletiva, seja através de grandes eventos esportivos globais, seja no cotidiano das pessoas. Temas como vida saudável e sustentabilidade são recorrentes para selar a qualidade urbana de uma cidade. Neste artigo, apresentamos as características atuais da presença do esporte nas ruas, praças, parques e praias em duas cidades brasileiras,

Rio de Janeiro (litoral) e Juiz de Fora (montanha) com ênfase em caminhadas e corridas de rua. A conclusão é que, a cada vez, há mais uma atividade empreendedora que ocorre no espaço público. Se isso implica um maior leque de atividades para a população, é também uma apropriação de espaços e paisagens por estratégias setoriais que movimentam pessoas, moedas, mas nem sempre trazem benefícios para o espaço onde se instalam.

PALAVRAS-CHAVE: Esportes; Cidades; Espaço público; Panorama; Brasil.

ABSTRACT: Since ancient times that cities are prevalent in their spatial and symbolic attributes to shelter the population in recreational and sports activities. After the Olympic Games in contemporaneity, both, sports and cities only increased their chances to succeed in the collective life, either through major global sporting events, either in the daily lives of people. Topics such as healthy living and sustainability are recurring to seal to the urban quality of a city. In this article, we present the current characteristics of the presence of the sport in the streets, squares, parks and beaches in two Brazilian cities, Rio de Janeiro (coast) and Juiz de Fora (mountain) with an emphasis on walking and street running. The conclusion is that every time there is one more entrepreneurship activities that take place in public space. If this

implies a greater range of activities for the population, it is also an appropriation of spaces and landscape by sector strategies that move people, currencies, but not always bring benefits to the space where they settle.

KEYWORDS: Sports; Cities; Public space; Landscape; Brazil.

1 | INTRODUÇÃO: A ASCENSÃO DAS CIDADES ESPORTIVAS NO BRASIL

Desde a Grécia Antiga, em 776 a.C, com os primeiros Jogos Olímpicos a cidade e o esporte se conectam simbolizando a festividade, a mitologia ou a religião nos espaços demarcados na cidade para tais atividades (MAIORAL, 2014). Hoje, as cidades se configuram cada vez mais como o centro das atividades esportivas e do lazer, onde para Mascarenhas (1999), os lugares das atividades esportivas acabam gerando uma forte simbologia e afetam a dinâmica urbana, segundo sua localização e forma espacial que são próprias de cada modalidade esportiva. Assim, o território urbano é considerado, na contemporaneidade, como o teatro para essas manifestações, principalmente as maratonas e meias maratonas, onde três quartos dessas modalidades são realizadas nos centros das cidades (BLIN, 2012).

A partir do *running boom* (fenômeno de difusão da corrida de rua que surgiu na década de 1980), os espaços públicos passaram a ser apropriados pelo usuário local, do bairro, onde segundo Waser (1998) os cidadãos se tornaram atores e espectadores dos espaços públicos, que se caracterizam como sendo novas formas de sociabilidade no espaço. E devido essa crescente apropriação, diversas modalidades de atividades esportivas emergiram no território urbano, através dos esportes ao ar livre. Para Augustin (2002), essa diversificação dos territórios segundo suas modalidades esportivas é chamada de multiterritorialidade, que possuem um papel fundamental no que concerne o planejamento do território urbano e se dão a partir da inscrição socioesportiva de cada praticante.

Como forma de solidificação dessas práticas, os eventos esportivos se fundem nas cidades, concretizando essas apropriações espaciais como manifestações efêmeras, mas marcante no cotidiano das cidades, que para Dallari (2009) os eventos de corrida de rua são caracterizados como um fenômeno sociocultural contemporâneo, traduzidos como uma prática que está sendo disseminada em todo o mundo. As corridas de rua, portanto, são incorporadas pelos eventos esportivos e se impõem no território, refletindo com uma espécie de modelo, segundo Blin (2012), de lazer-saúde para os praticantes.

Na cidade do Rio de Janeiro, com suas megaestruturas por se constituir em uma grande metrópole urbana, essa vocação da prática da corrida de rua se dá através da sua ampla paisagem natural, encontrados na orla, nos parques, lagoa e ruas arborizadas, presentes na cidade. Já na cidade de Juiz de Fora, compreendida como uma cidade de interior e cheia de aclives, a partir da sua topografia montanhosa, essas atividades se conformam nos lugares favoráveis para tal prática, como os parques,

beira do rio e áreas verdes existentes nas cidades.

A metodologia utilizada se dá a partir de uma revisão de literatura e de pesquisa de observação em campo, onde se verificou a legitimidade da procura cada vez maior pela população por eventos dessa magnitude e, também, os conflitos de interesse gerados, a partir da utilização privada do espaço público e da paisagem locais sem contrapartida econômica direta, que reverta para os lugares onde acontecem os eventos. Desta maneira, os estudos de caso denotam que diferentes configurações espaciais como é o caso do Rio e de Juiz de Fora, podem se constituir como espaços de amplos investimentos, impactos e espectro para a geração de lazer e sociabilidade.

2 | METRÓPOLE, PAISAGEM CULTURAL E DIVERSIDADE: RIO DE JANEIRO

O Rio possui uma população de 6 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 5.265,82 hab/km², mas sua população ultrapassa os 12 milhões de habitantes se considerarmos toda a área metropolitana, que tem a cidade como polo (IBGE, 2016a). Do ponto de vista da estrutura da cidade para os esportes pode-se considerar como atrativo: a orla com 14 quilômetros de extensão, as lagoas, os parques, praças e ruas arborizadas, que se destacam, em geral, na zona sul da cidade, possuindo em conjunto com a região oeste espaços urbanos com maiores infraestruturas para eventos esportivos. Como é o caso da figura 1, que representa o percurso da Meia Maratona do Rio de Janeiro, com um trajeto que serpenteia toda a orla da zona sul, dando destaque a sua potencial paisagem natural e retificando sua identidade como o lugar propício para a prática esportista e de lazer.



Figura 1 -XXI Meia Maratona do Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: Elaborada por Fonseca, K. (2017) em base QGIS.

As corridas de rua no município do Rio de Janeiro trazem competições e circuitos internacionais, onde este ano foram previstas 75 provas que caracteriza, basicamente, uma corrida a cada final de semana o ano inteiro, o que gera um valor surpreendente quando somamos as corridas que ocorrem em todo Estado, que tem um quantitativo

total previsto de 147 corridas (CORRIDAS, 2018). Dados apontam que o setor movimentou, anualmente, cerca de 3 bilhões de reais (CORPORE, 2009) no Brasil. É um exemplo dessa magnitude, na cidade do Rio de Janeiro é 15ª edição da Maratona do Rio, que no ano de 2017 teve mais de 33 mil inscritos, oriundos de 47 países e movimentou 200 milhões de reais na economia do município (KÜNSCH, 2017). Como metrópole de grande visibilidade, o Rio de Janeiro, confirma a vocação da cidade para o marketing esportivo e urbano, onde os eventos são cada vez mais procurados pelas pessoas e turistas.

Na escala da megacidade, da paisagem que é patrimônio mundial, a diversidade de esportes e oportunidades gratuitas parece de certa forma garantida. Mas cabe, aqui, se questionar sobre o que fica de concreto para o espaço público e essa mesma paisagem após a exploração comercial desses eventos. O retorno para o ambiente construído como um todo e para o espaço público em particular é pequeno, visto que há problemas como: engarrafamentos, depredação e violência nos espaços de realização dos eventos.

3 | CIDADE MÉDIA, PAISAGEM URBANA E INVENÇÃO: JUIZ DE FORA

A cidade de Juiz de Fora possui uma população de 560 mil habitantes (IBGE, 2016b), e uma densidade demográfica de 359,59 hab/km². Mas sua população ultrapassa 2 175 254 milhões de habitantes se considerarmos toda a área da chamada zona da mata, que tem a cidade como polo, que recebe uma população flutuante diária nos dias de semana, sobretudo, na ordem de 50 mil a 55 mil pessoas, em busca de trabalho, educação e também lazer (COSTA, 2011). E sobre o ponto de vista da estrutura da cidade para os esportes pode-se considerar como atrativo: o espaço beira-rio, os parques e o campus da universidade, praças e ruas arborizadas em geral. Com destaque para três áreas da cidade, onde acontecem a grande maioria das práticas cotidianas de corrida e caminhada, que são: o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, as calçadas no entorno da avenida Brasil e o museu Mariano Procópio (COLCHETE et al., 2014).

Além desses lugares, já citados, Fonseca (2017) aponta, também, a Av. Barão do Rio Branco e a Via São Pedro, que se interliga com a BR-040, como locais importantes para a ocorrência dos eventos de corrida de rua na cidade. Um exemplo é a Meia maratona de Juiz de Fora (figura 2), que teve parte do trajeto na Av. Brasil, uma avenida que corta por inteiro a cidade e tem forte papel de interligação entre os bairros, além de permear toda a área do Rio Paraibuna, dando destaque a sua principal paisagem natural na cidade e, conseqüentemente, um valor para o marketing esportivo e o lazer através desses eventos que se consolidam no território.

As corridas de rua na cidade, mesmo que se restrinjam a um público local, apresenta um mercado promissor. A partir dos dados indicados pelo relatório final do Ranking (2012), as corridas de rua, no ano de 2012, tiveram uma média 1075

corredores por prova e um total de 3.755 corredores cadastrados em eventos dessa natureza na cidade. Um exemplo desse aumento de praticantes está na quantidade de inscritos na 70ª edição da Corrida da Fogueira (figura 3), uma das mais famosas e antigas corridas da cidade, que teve mais de 1,8mil (GLOBOESPORTE, 2017) em 2017, e no ano de 2012 teve 1.369 participantes (RANKING, 2012). E ainda que a cidade não tenha um apelo da paisagem tão forte como no caso do Rio de Janeiro, a cidade conta com onze corridas pertencentes ao calendário oficial (RANKING, 2017) com um total de vinte corridas organizadas no ano de 2017.

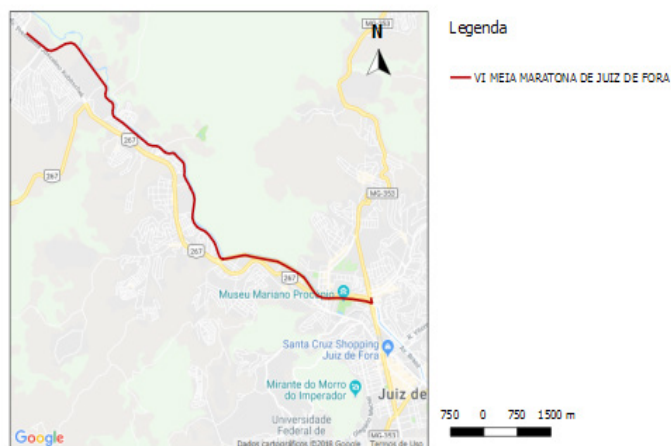


Figura 2- VI Meia Maratona de Juiz de Fora, MG.

Fonte: Elaborada por Fonseca, K.(2017) em base QGIS.

A partir da categoria de cidade do interior, e configuração de sua paisagem, a diversidade de esportes é menor, mas é perceptível o aumento da prática de esportes na cidade, visto o aumento de organizações de grupos por academias locais ou de iniciativa de profissionais da saúde que organizam o treino de atletas ou de grupos de praticantes em praças e áreas verdes. Vale salientar o retorno desses investimentos para o ambiente construído da cidade e os espaços públicos, que requerem um maior planejamento diante dos engarrafamentos causados e depredações nos lugares que são realizados tais eventos.



Figura 3 - 70° Corrida da fogueira em Juiz de Fora.

Fonte: Elaborada por Fonseca, K., 2017.

4 | DISCUSSÃO

É interessante destacar alguns pontos de reflexão desse contraponto e ascensão dos eventos de corridas nas respectivas cidades analisadas, pois segundo Fonseca (2017) os eventos de corrida de rua como sendo práticas privadas nos espaços públicos das cidades acabam gerando contradições nos espaços públicos tanto espacialmente, quanto socialmente. E existem algumas questões necessárias nas estruturas desses lugares dos esportes, que as pessoas demandam para poder participar, tanto como espectadores, quanto como praticantes (AUGUSTIN, 1997).

Através das análises feitas é possível identificar, nas duas cidades de estudo, que os eventos de corrida de rua demarcam cada vez mais o território e revelam progressivamente as desigualdades de infraestrutura e equipamentos propícios para ocorrência dos eventos e a prática de esporte e lazer. Na cidade do Rio de Janeiro, devido à diferença de paisagens entre os bairros, a zona sul da cidade se destaca como principal lugar de realização dos eventos de corrida de rua, que evidencia ainda mais o desequilíbrio de investimentos em infraestruturas e espaços de lazer em contraposição com a zona norte da cidade, que apresenta certa carência em áreas verdes e, igualmente, a realização de eventos de corrida de rua. O mesmo acontece com a cidade de Juiz de Fora que apresenta uma discrepância em relação aos locais dos eventos de corrida de rua, que só confirmam espacialmente as áreas favoráveis à prática de esportes, lazer e áreas mais bem infraestruturadas na cidade, onde a zona norte apresenta o desprovimento dessas características.

Outro ponto em comum nos estudos feitos retrata o crescente papel do marketing esportivo, demonstrando sua importância para a disseminação desses eventos de corrida, bem como, para a promoção das cidades e seus respectivos espaços públicos. Para Augustin (1997) essa característica é proveniente dos agentes econômicos, que

através dos discursos midiáticos promovem os lugares e produtos.

A partir dessa multiterritorialidade esportiva, verificada não só no Rio e Juiz de Fora, mas nas cidades do mundo todo, deve-se questionar sobre as formas e formatos de realizações desses eventos de corrida de rua que contribuam positivamente para as paisagens e espaços urbanos e socialmente para a mitigação das desigualdades sociais, a excessiva expressão do marketing esportivo e suas consequências econômicas e o incentivo ao crescimento do lazer para melhoria da qualidade de vida e saúde. Augustin (2002) revela que o questionamento sobre os aparatos e formas de ações públicas e planejamento nas geografias dos esportes contribuem para o próprio desenvolvimento da cultura do esporte, seja qual for a sua modalidade.

Os eventos de corrida de rua introduzem, assim, a partir das suas configurações, aspectos sensoriais e experiências diversas no território urbano que se caracteriza como palco para uma multidão de atletas amadores e cidadãos (TORRES, 2016), independentemente das cenas das paisagens e espaços públicos para sua conformação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a parceria esporte e cidade dinamiza os lugares e congrega as populações às práticas de vida mais saudáveis, onde para Blin (2012), as corridas de rua são verdadeiros eventos festivos, que tem o papel de animação e promoção territorial. E segundo os estudos de caso denotam que a corrida movimenta divisas, em que prevalece a institucionalização da prática esportiva, do marketing urbano e esportivo, que conclama os usuários a aderirem aos eventos que movimentam cotidianamente mais pessoas para a modalidade. No Rio verifica-se que a população é adepta enormemente a prática da corrida de rua, seja pelo clima, pela diversidade de opções ou pela atratividade da paisagem natural. Já em Juiz de Fora se verifica que a população vem aderindo cada vez mais à prática esportiva, através da massificação de eventos promovidos com melhor infraestrutura.

Portanto, o esporte e o lazer, compreendidos como manifestações culturais significativas da contemporaneidade, podem promover espaços públicos e paisagens mais qualificadas, inclusivas e democráticas, valorizando os usos e os lugares da cidade para práticas urbanas que traduzem cada vez mais a ideia de cidade hoje. Além de demarcar a paisagem como uma identidade que territorializa essa pluralidade de atividades da sociedade, o esporte nos espaços públicos das cidades transformam, também, o percurso para a contemplação da paisagem urbana, mesmo que o acesso às corridas seja mediado. Na união exponencial entre esporte e cidade, os cidadãos podem requerer espaços públicos mais bem conservados em prol do equilíbrio de sua saúde e da vitalidade da sua cidade.

6 | OBSERVAÇÕES / RECONHECIMENTO

Este artigo foi selecionado para apresentação oral no VI Seminário Internacional Cidade, Comércio e Consumo, realizado em Portugal, em setembro de 2017.

Os autores agradecem o apoio da Capes à pesquisa e a concessão de bolsa de doutorado, bem como as bolsas de mestrado pela UFJF e pós-doutorado (PDS) e produtividade (PQ) ao CNPq.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, Jean P. La diversification territoriale des activités sportives. **L'Année sociologique**, vol. 52, p. 417-435, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-l-annee-sociologique-2002-2-page-417.htm>> Acesso em: 03 set. 2017.

_____. Les territoires incertains du sport. **Cahiers de géographie du Québec**, vol.41, n. 114, p. 405-411, 1997. Disponível em:<<https://www.erudit.org/fr/revues/cgq/1997-v41-n114-cgq2686/022679ar/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BLIN, Éric. Sport et événement festif. La ville à l'heure des marathons et des semimarathons. **Annales de géographie**, n. 685, p. 266-286, 2012. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2012-3-page-266.htm>> Acesso em: 03 set. 2017.

COLCHETE FILHO, Antonio; ZAMBRANO, Leticia. M. A.; FONSECA, Fabio. L.; CARDOSO, Carina. F. A caminhada na cidade: análise dos atributos físico-sociais do espaço urbano. In: NOVO, Jose Marques Junior. **Atividade física e fatores relacionados**: uma abordagem multiprofissional. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

CORPORE. **A corrida dos lucros**, 2009. Disponível em: <http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral_2933.asp>. Acessado em: 24, nov, 2017.

CORRIDAS. **Corridas no Rio de Janeiro**, 2018. Disponível em: <<http://www.corridasbr.com.br/rj/Calendario.asp>>. Acessado em: 24, abr, 2018.

COSTA, Luciano. **População 'invisível' supera 1,5 milhão em Juiz de Fora**, 2011. Disponível em: <<http://comgraca.blogspot.com.br/2011/04/populacao-invisivel-supera-15-milhao-em.html>>. Acessado em: 24, nov, 2017.

DALLARI, Martha Maria. **Corrida de rua**: um fenômeno sociocultural contemporâneo. 2009. 129 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FONSECA, Karliane Massari. **Lazer e cidade**: a corrida de rua em Juiz de Fora –MG. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído)– Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GLOBOESPORTE. **Edição 2017 da Corrida da Fogueira tem 1,8 mil inscritos em Juiz de Fora**, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/mg/zona-da-mata-centro-oeste/noticia/edicao-2017-da-corrida-da-fogueira-tem-18-mil-inscritos-em-juiz-de-fora.ghtml>>.Acessado em: 24, nov, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acessado em 24, nov, 2017.

_____. **Cidades**: Juiz de Fora, 2016b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/juiz->

de-fora/panorama>. Acessado em: 24, nov, 2017.

KÜNSCH, Daniela. **Maratona do Rio vai reunir 33 mil corredores de 47 países no dia 18 de junho**, 2017. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/esportes/blogs/corridaderua/2017/06/05/maratona-rio-vai-reunir-33-mil-corredores-de-47-paises-no-dia-18-de-junho/>>. Acessado em 24, nov, 2017.

MAIORAL, Rafael Franzoni. **Identificação e avaliação dos atributos que influenciam a decisão de participação em eventos de corrida pedestre no Brasil**. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. **Revista Conexões**, Campinas, v. 1, n. 2 p. 47-61, dez. 1999.

Ranking. **Regulamento geral: 31º Ranking Prefeitura de Juiz de Fora de Corridas de Rua 2017** Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de fora, 2017. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sel/corridas/ranking_pjf/arquivos/regulamento_geral_2017.pdf>. Acessado em: 24, nov, 2017.

_____. **Relatório final. 26º Ranking Prefeitura de Juiz de Fora de Corridas de Rua**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de fora, 2012. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/Relatorio%20Final%20Ranking.pdf>>. Acessado em: 24, nov, 2017.

TORRES, Yuri Queiroz Abreu. **Cadarços urbanos**. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Urbanismo)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WASER, Anne M. Du stade à la ville: réinvention de la course à pied. **Les annales de la recherche urbaine**, n. 79, set. 58-68, 1998. Disponível em: <<http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/du-stade-a-la-ville-reinvention-de-la-course-a-a314.html>>. Acesso em: 07 set. 2017.

A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS NO MAPEAMENTO E INFORMAÇÃO DO TURISMO NO RIO DE JANEIRO

Núbia França de Oliveira Nemezio

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Fernanda Gomes de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

RESUMO: Para Antoine Picon “mapear uma cidade vai além de fazer uma representação da mesma, é dar-lhe sentido” (2010:191). Uma vez que a ausência das favelas nos mapas oficiais é questionada também no seu sentido social (MARICATO,2013) o presente trabalho discute os significados da exclusão nos sistemas de informação, nas representações cartográficas oficiais da cidade e sua relação com a dificuldade de acesso aos direitos urbanísticos. Assim, procura-se investigar os dados produzidos pelo Instituto Pereira Passos (centro de referência de dados sobre o Rio) bem como iniciativas populares de representação e inclusão das favelas nos mapas da cidade. O artigo também buscou estabelecer uma interface entre a representação das favelas nos mapas urbanos e o turismo na cidade do Rio de Janeiro, campo pouco explorado pelas áreas de estudo tanto do turismo quanto do urbanismo. Assim, a subjetividade das representações da cidade

bem como os significados sociais de “estar no mapa” são discutidos aqui através de mapas e guias turísticos da cidade do Rio de Janeiro e a interpretação de seu conteúdo no que diz respeito ao espaço das favelas, porções expressivas da cidade e que têm sido objeto de interesse de turistas de todo o mundo (Freire-Medeiros, 2009). Este trabalho visa contribuir para a discussão em torno da importância e dos significados da visibilidade e representação das favelas nos mapas da cidade e seu sentido social.

PALAVRAS-CHAVE: Favela. Mapas urbanos. Turismo.

ABSTRACT: For Antoine Picon “map a city goes beyond making a representation thereof, to give it meaning” (2010: 191) Once that the absence of slums in official maps is also questioned in its social sense (Maricato, 2013) this paper discusses the meaning of the exclusion in the information systems, the official cartographical representations of the city and its relation to the difficulty of access to urban rights. Thus, we try to investigate the data produced by Pereira Passos Intitution (Information on the city department) and also by popular initiatives about digital inclusion and representation are presented. The article also sought to establish an interface between the representation of slums in urban maps and tourism in the city of

Rio de Janeiro, field not so explored by the study areas both tourism as urbanism. Thus, the subjectivity of city representation as well as the social meanings of “being on the map,” are discussed here through the maps and tour guides of the city of Rio de Janeiro and the interpretation of its content with regard to the space of the favelas, significant portions of the city and have been the subject of interest of tourists from around the world (Freire-Medeiros, 2009). Investigating how the slums are represented by the official promotion agency of the city’s tourism, recent projects of the City Hall and the popular initiatives mapping and information, this work aims to contribute to the discussion about the importance and meaning of visibility and representation of favelas the maps of the city and its social meaning.

KEYWORDS: Slum. City maps. Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

Mapear uma cidade vai além de fazer uma representação da mesma, é dar-lhe sentido. O mapa de uma cidade não é uma representação do que ela é, mas, de maneira implícita ou não, é a representação do que é importante para quem a produz, do que deve ser mantido, do que deve ser transformado na cidade e ainda, de que maneira esta transformação deve ocorrer (PICON, 2010:191, tradução do autor).

Como definiu Picon (2010:191) os mapas urbanos dão sentido à cidade que se vê pelo filtro de seu autor, e demonstra àquelas características que lhes são importantes em detrimento de outras. Essa subjetividade nas representações das cidades será discutida neste trabalho sob o ponto de vista de suas implicações sociais e culturais. Tem como estudo de caso os mapeamentos da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes omitem determinadas porções da cidade, como no caso das favelas.

Este trabalho tem origem na união de duas pesquisas distintas, cada uma com ênfase na formação de suas autoras: o urbano e o turismo. A ausência das favelas sentida tantos nos mapas de intenção turística (mesmo com o crescente interesse pelo turismo desse tipo) como daqueles de representação oficial da cidade suscitou algumas questões: desde a possível falta de informação sobre esses locais à ação intencional de “esconder” as contradições e a diversidade da cidade.

Diante do exposto objetiva-se, num primeiro momento, discutir os significados dessa ausência nas representações cartográficas, dentro e fora do âmbito turístico. Num segundo momento, apresenta-se uma pesquisa sobre os avanços na representação dos mapas das favelas na cidade, dentro das duas disciplinas e discute-se como a motivação do turismo em favelas, bem como outros contextos de mercado tem motivado o aprimoramento das informações sobre esses locais, bem como sua difusão.

Foram levantadas as iniciativas de mapeamento e informação de favelas realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Instituto Pereira Passos, bem como as iniciativas populares que propõem a inclusão desses territórios em cartografia. Por fim, são analisados os mapas e guias turísticos atuais fornecidos nos principais

centros de atendimento ao turista da cidade, bem como a página digital oficial do Rio de Janeiro no Brasil e no exterior, o visit.rio, no intuito de verificar em que medida o turismo contribui para geração de informações e para a melhoria da representação das favelas, procurando discutir a dicotomia entre os benefícios que atividade pode oferecer às comunidades e, por outro lado, a intensificação das diferenças.

2 | A DISTINÇÃO FAVELA-CIDADE NOS MAPAS URBANOS

A ausência das favelas na representação dos mapas da cidade do Rio de Janeiro há muito é questionada e analisada sob os diferentes aspectos: sociais, técnicos e políticos. Como afirma Maricato (2013:152), os esforços para perceber as favelas como parte integrante da cidade, ainda são ignorados pelo urbanismo oficial e pela sociedade brasileira. A ausência da gigantesca ocupação ilegal do solo urbano ignorada na representação da cidade oficial representa o comprometimento do urbanismo brasileiro com uma ordem que diz respeito a apenas uma parte da cidade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios.

Na visão da autora, para a cidade ilegal não há planos nem ordem, não sendo conhecida em suas características e dimensões, uma ilegalidade funcional do ponto de vista das políticas arcaicas, do mercado imobiliário especulativo e para a própria flexibilidade da lei. Não cabendo nas categorias do planejamento modernista/funcionalista e ao mesmo tempo, no contexto do mercado imobiliário formal, que corresponde ao urbanismo moderno: “Esses espaços urbanos não cabem sequer, rigorosamente, nos procedimentos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a maior agência de pesquisas de dados do país” (Maricato 2013:122).

E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência (MARICATO, 2013:122).

Segundo Valladares (2005), a diferenciação entre o espaço formal-informal da cidade resulta na interpretação da favela como uma unidade, que ignora sua relação intencional com a cidade em que se insere e ainda sua própria diversidade e heterogeneidade. A autora explica que a visão simplista da favela como “locus da pobreza”, faz dela campo de estudo para todos os fenômenos ligados a essa condição: violência, saúde, religião, entre tantos outros, ocorrendo uma associação físico-territorial diretamente relacionada ao seu tecido social, afirmando uma “unidade da favela” no campo político ou na análise científica, construindo um campo aberto para que esta unidade justifique uma série de ausências e especificidades de ações por parte do governo.

A favela da Maré, por exemplo, mesmo depois de ser reconhecida como bairro em 1994 a partir do rearranjo dos limites dos bairros de Olaria, Bonsucesso, Ramos e

Manguinhos ainda convive com os reflexos dessa dicotomia. Na prática, os moradores ainda não possuem acesso aos mesmos serviços e direitos dos bairros vizinhos e parte dessa depreciação passa pelo não reconhecimento de sua realidade física e social bastante diversa dentre suas 17 comunidades integrantes:

A Maré foi reconhecida oficialmente como bairro desde aquela década. O fato não significou grande coisa, pois os moradores locais e do conjunto da cidade continuaram a perceber o território como favela. De qualquer forma, foi inegável o investimento seletivo feito pelo poder estatal na região, expresso na construção de equipamentos educacionais, de saúde e esportivos. O mesmo, infelizmente, não pode ser dito na área de segurança pública, pois os moradores ainda não são reconhecidos como sujeito de direitos nesse campo. Do mesmo modo, o mesmo não pode ser dito sobre a qualidade desses serviços, marcados pela precariedade dos materiais e de sua manutenção (Guia de Ruas Maré 2014, 2014, p.10).

Em busca de seu reconhecimento, foi realizado o primeiro *Censo Maré* em 2014 por iniciativa da instituição Redes da Maré e do Observatório de Favelas com o apoio das associações de moradores do bairro e algumas organizações (Fundação Ford, Instituto Pereira Passos e Action Aid). O Censo teve como objetivo fazer um diagnóstico da realidade social, econômica e cultural do bairro, entendendo a origem geográfica dos moradores, a composição familiar, formação étnica, condições de habitação, saúde, identificar práticas religiosas, situações de violência, organização social do território, entre outros dados.

O que se destaca aqui é que este reconhecimento passa também pela necessidade de incluir um território há muito oficializado na cartografia oficial. Por isso, o projeto realizou um levantamento de todas as ruas do bairro com nome e localização, uma atualização da base cartográfica do bairro feita por um profissional de cartografia com o objetivo de oficializar todas as ruas da Maré. A sistematização dos dados foi entregue ao IPP para que fosse incluído na cartografia oficial da cidade.

Este trabalho originou o Guia de Ruas Maré 2014, onde estão listados os nomes dos logradouros e seu Código de Endereçamento Postal.

Os autores do projeto acreditam que este instrumento facilitará a reivindicação junto à prefeitura da formalização das ruas que ainda não possuem endereçamento postal e de maneira geral, fortalecer os processos de reconhecimento do território, sua cultura, suas demandas e pluralidades junto à cidade em que se insere. As pessoas que residem em logradouros sem nome, mesmo em áreas reconhecidas juridicamente pela municipalidade não tem sequer endereço e por isso têm dificuldades de obter acesso aos serviços públicos (como o recebimento de correspondências) e de manutenção dos mesmos.



Figura 1 – Mapa da favela da Maré.

Fonte: Guia de Ruas Maré 2014, 2014, p. 115.

O Guia apresenta uma importante reflexão sobre o significado social de “estar no mapa”, e sobre a existência de um “perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade” (VALLADARES, 2005). Os autores do guia entendem que, não fazendo parte da cartografia ficam ignoradas as desigualdades sociais da “cidade maravilhosa”, dificultando o reconhecimento de seus direitos, levando ao desconhecimento e sobre seus modos de vida.

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas [...] e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido com integrante do mundo da vida (Guia de Ruas Maré 2014, 2014, p.13).

O documentário *Todo mapa tem um discurso* da Rede Jovem do Rio de Janeiro apresenta outras experiências dessa natureza que discutem na visão de moradores, pesquisadores e colaboradores locais os significados da exclusão das favelas nas cidades nos sistemas de informação, nas representações cartográficas oficiais da cidade e no acesso a uma série de serviços em comparação com outros bairros e locais da cidade. O filme mostra depoimentos pessoais de moradores do Complexo do Alemão, Maré, Rocinha, Cidade de Deus, Santa Marta, Morro Agudo e Complexo da Penha no Rio de Janeiro e Capão Redondo em São Paulo. Michel da Silva, jornalista

comunitário e morador da rocinha também questiona:

Aqui na Rocinha tem outro caso, na Rocinha a gente é considerado um bairro desde 1993, só que quando você olha no Google não tem nenhuma rua, no caso registrada, só aquelas ruas lá da entrada. Não tem a rua, a rua do Laboriaux, não tem a rua da Caxopa, são ruas tradicionais que todo mundo conhece. A Rocinha é conhecida internacionalmente e não tem nada no Google? (SILVA, informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

O filme cita ainda o fato de que as favelas teriam sido removidas do aplicativo Google Maps no mapa digital da cidade. Em abril de 2013, o *site* do Comitê popular Rio denunciou a remoção virtual do nome das favelas, que teria ocorrido a pedido da prefeitura. O Comitê entendeu que a atitude se tratava de uma tentativa de “invisibilizar a pobreza e os pobres, tanto em ambientes virtuais como na realidade, com as remoções forçadas”. Segundo a notícia, a palavra “favela” foi praticamente excluída do mapa e substituída por “morro” sendo retiradas as legendas de algumas comunidades.

No mesmo mês, o jornal O Estadão (em 8 de abril de 2013) publicou sobre a supressão do termo “favela” do mapa digital e divulgou tratar-se de um pedido da Prefeitura do Rio por meio da Riotur. O jornal citou ainda uma polêmica ocorrida em 2009, quando foi solicitada oficialmente ao Google a inclusão de pontos turísticos e a diferenciação de favelas e bairros. O Comitê Popular publicou uma imagem do Google mostrando a comparação na região do Rio Comprido em 2011 e 2013, já sem informações no mapa, como se pode ver nas imagens a seguir:



Figura 2 - Mapa da Região do Rio Comprido em 2011 e 2013, já sem a denominação das favelas da área.

Fonte: O Estadão, 2013.

A ausência do reconhecimento das favelas no âmbito da cartografia oficial como no mapeamento de aplicativos e sites de grande visitação como o Google Earth podem revelar, por um lado, o desejo de não demonstrar e encarar as desigualdades sociais em nossas cidades, por outro, é sabido que o fortalecimento da visão do exótico, da pobreza, do “diferente”, tem fortalecido ainda mais a relação desses espaços com a economia de mercado, entre outros fatores, a descoberta da favela pelo turismo profissional é um sinal da integração desses espaços à modernidade como explica Valladares:

A rocinha é visitada por cerca de 2 mil turistas/mês. (...). As iniciativas [comerciais] se multiplicam e a lista poderia se estender bastante. O fato é que as favelas não podem ser reduzidas, simplesmente, ao habitat da população pobre do Rio de Janeiro. Tornaram-se também um grande mercado, sendo para alguns dos seus atores sociais, sinônimo de “negócio”. O solo e as moradias estão entre os primeiros bens que dão lugar ao forte desenvolvimento de uma atividade de produção e comércio. (2005:156).

3 | O TURISMO E A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS

Segundo estudos de Freire-Medeiros (2009), o turismo em favelas no Rio de Janeiro tem início a partir da Eco-92. Este desenvolvimento acontece primeiramente na Rocinha e, posteriormente, vai se expandindo para outras favelas cariocas. O fenômeno está atrelado ao crescimento da popularidade dos chamados *reality tours*¹ e do consumo, em nível global, da favela como uma marca que “condensa predicados contraditórios” (Freire-Medeiros, 2007:64).

A popularização da “favela turística”, desde a década de 1990, provocou e provoca diversos debates sobre a comercialização destes espaços: se por um lado questiona-se a ética da pobreza como mercadoria, por outro lado, o turismo pode gerar renda às comunidades.

Esta questão também suscita um outro debate importante: quem protagoniza o processo de venda e consumo da favela como destino turístico. Há bastante crítica em relação aos agentes externos, os quais não possuem relação com o espaço. Em contrapartida, o turismo em favelas pode ser considerado um vetor de desenvolvimento local e gerar benefícios financeiros quando detentor da própria comunidade.

Existe um interesse claro pela visitação, por parte dos turistas, do “outro” Rio de Janeiro, além do centro e da zona sul da cidade, e dos tradicionais cartões postais como o Morros Corcovado e Pão de Açúcar. A favela, neste sentido, representa o contraste em relação aos locais tradicionalmente turísticos da cidade. Contudo, apesar do crescimento do turismo nas favelas, a ausência de sua representação também é sentida nos mapas dessa orientação, como pode-se observar no exemplo que segue.

1. Segundo Freire-Medeiros (2006), termo em inglês que representa a experiência do autêntico, do exótico e do risco em um único lugar.

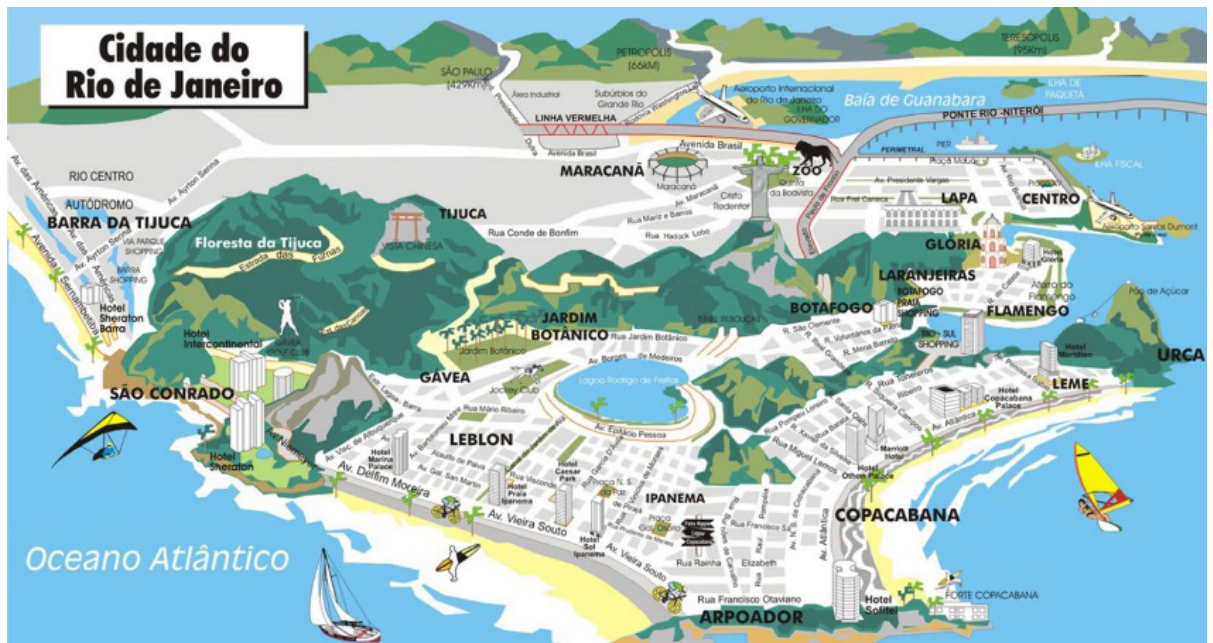


Figura 3 - Mapa Turístico da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br>, 2015.

No mapa turístico oficial de 2016 da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR), as favelas são representadas por grandes áreas verdes nomeadas por “morros” (mesmo quando planas). O mapa destaca áreas do centro, zona sul e parte da zona norte da cidade, onde se encontra o estádio do Maracanã. De maneira geral, o mapa sinaliza atrativos históricos, culturais e de lazer, como, por exemplo, museus, centros culturais, igrejas e praias. Os únicos atrativos das favelas sinalizados são os mirantes, como o mirante Dona Marta, localizado na favela Santa Marta. Os mirantes seriam os locais de maior interesse turístico, ao menos os mais enaltecidos pelas propagandas dos *tours* em favelas, por suas vistas privilegiadas da cidade.



Figura 4 – Mapa turístico oficial da Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Riotur, 2016.

No material de divulgação impresso da Riotur, ou seja, na revista Guia do Rio, as favelas aparecem em um apartado específico, os “Tours Especiais”. Nesta parte, são divulgados passeios de agências de viagens externas, e aqueles desenvolvidos pelas comunidades. Em algumas edições do guia, a favela como atrativo ganha

destaque especial, como a Edição de novembro de 2015, que traz uma reportagem sobre trilhas na favela da Babilônia no apartado “Não deixe de ver”.

Já na página oficial da internet da Riotur, as favelas aparecem na seção de atrativos turísticos “O que fazer”, na parte determinada “Ao ar livre”, destacando informações de algumas trilhas e da estátua do artista Michael Jackson em Santa Marta. É importante pontuar que as favelas não são mencionadas na parte “Cultura e Arte”. No apartado “Rio Especial”, onde são enaltecidos aspectos da cultura da cidade como o samba, a feijoada e os blocos de rua, as favelas aparecem como coadjuvantes quando são citados os bailes funk, já que são divulgados bailes itinerantes e voltados para o público de classe média e alta como o Baile da Favorita e a festa Eu Amo Baile Funk. As favelas também não são mencionadas no “Rio Imperdível” onde aparecem locais tradicionais do turismo carioca como Corcovado, Pão de Açúcar, Jardim Botânico e Maracanã.

De maneira específica para o turismo em favelas, a Riotur juntamente com o Sebrae, desenvolveu o Guia de Bolso das Favelas – Rio, onde apresentam as comunidades da cidade como uma opção turística fora dos aspectos comumente procurados pelos turistas:

Constantemente associado às praias de areias claras, o Cristo Redentor ou o Pão de Açúcar, o Rio mostra que tem muito mais para oferecer. Entre montanhas e o mar, este belo casamento único do Rio, podemos ver as comunidades: grandes aglomerados de casas feitas de tijolos e pessoas. (Guia de Bolso das Favelas – Rio, 4)

O Guia apresenta onze comunidades e ainda o complexo da tijuca. No geral, os temas abordados para todas as comunidades são: guias e condutores; o que ver; o que comer; onde se hospedar; os eventos e atividades de cada comunidade. Estes últimos apresentados por um mapa onde aparecem também os pontos de visitação, numerados e listados. O mapa de cada favela acompanha um QR Code, que encaminha o usuário para mais informações em ambiente virtual.



Figuras 5– Imagens da Favela Babilônia – Chapéu Mangueira.

Fonte: Guia de Bolso de Favelas Rio, 2014., p. 07 e 08.

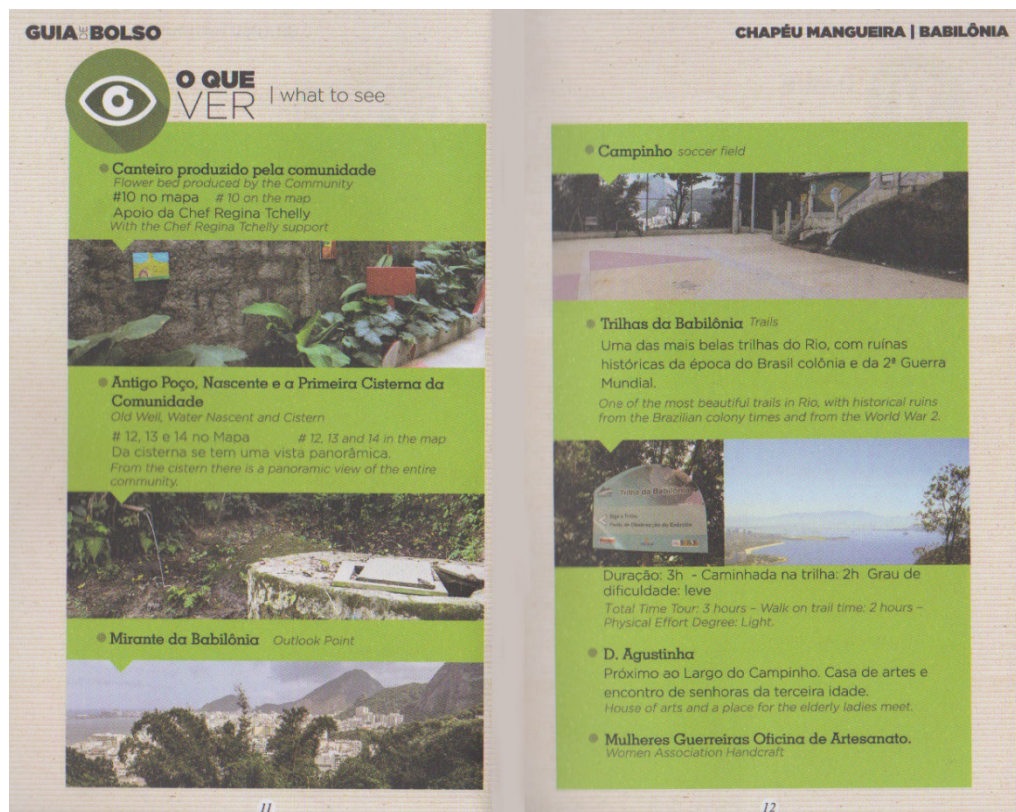


Figura 6 – Pontos turísticos da Favela da Babilônia – Chapéu Mangueira.

Fonte: Guia de Bolso de Favelas Rio, 2014, p. 11 e 12.

Acredita-se que o crescimento do turismo em favelas cariocas nos últimos anos, assim como a busca pela localização e mapeamento de seus pontos de interesse, em certa medida, contribui para a representação desses espaços da cidade. Nesse caso, a atividade turística pode colaborar com a geração de informações. A criação do Guia de Bolso das comunidades reforça um interesse por parte da Riotur em divulgar as favelas.

No entanto, nota-se que no site da instituição, quando mencionados todos os atrativos turísticos da cidade, as favelas são, em certa medida, preteridas. Em linhas gerais, as favelas ainda são comercializadas a partir de uma referência ao exótico, “diferente”, reforçando, ainda, a polarização asfalto e favela, formalidade e informalidade.

Como incluir e como validar essas informações que são obtidas através de mapeamento colaborativo nas informações oficiais? Tem uma preocupação muito grande. Daqui a pouco a cartografia feita pelas pessoas vai estar muito mais atualizada que a cartografia dos órgãos públicos, porque é assim mesmo, as pessoas têm esse poder na mão agora de ter um smartphone com GPS e sair mapeando a sua própria realidade (Eduardo Freitas engenheiro cartógrafo na MundoGeo. Informação verbal. Todo Mapa tem um discurso, 2014).

4 | AVANÇOS NO MAPEAMENTO DAS FAVELAS CARIOCAS

É interessante apresentar que existem iniciativas populares e oficiais de mapeamento e informação de favelas em curso na cidade. Alguns dos exemplos

pesquisados procuram reunir os dados de maneira colaborativa, com a participação direta dos cidadãos. No Rio, o centro de referência de dados e conhecimento da cidade é o Instituto Pereira Passos (IPP), que atualmente assume as atividades de planejamento urbano, produção cartográfica e estatística da cidade.

O Catálogo de Programas de Inclusão da Prefeitura do IPP apresenta os programas, projetos e ações implementados pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar a inclusão social, política, econômica e cultural principalmente das parcelas mais vulneráveis da cidade.

O Mapa participativo da cidade do Rio de Janeiro é um aplicativo desenvolvido pela própria Diretoria de Informações da Cidade (DIC) do IPP, que possibilita aos cidadãos em geral informar a localização de estabelecimentos, equipamentos urbanos e rádios comunitárias. O usuário encontra no mapa digital o local onde deseja incluir um equipamento e descreve algumas informações básicas como endereço, o horário de funcionamento.

Com o objetivo de ampliar a participação das favelas no Mapa Participativo da cidade, o IPP iniciou um trabalho que abrange inicialmente as chamadas “favelas pacificadas” e iniciou este processo em agosto de 2014 em Manguinhos (por iniciativa de seu Conselho Comunitário) com a expectativa de incluir todas as favelas pacificadas até 2016.

No entanto, nas áreas delimitadas como favela, os logradouros e lotes não aparecem delimitados com a mesma qualidade como em outras áreas da cidade e têm assinaladas apenas algumas das ruas principais de seu interior. Não foi possível encontrar atualmente nenhum equipamento assinalado dentro das delimitações das favelas, mas apenas no seu entorno imediato, como se pode observar na imagem a seguir que apresenta em rosa as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira.

Mapa Participativo da Cidade do Rio de Janeiro

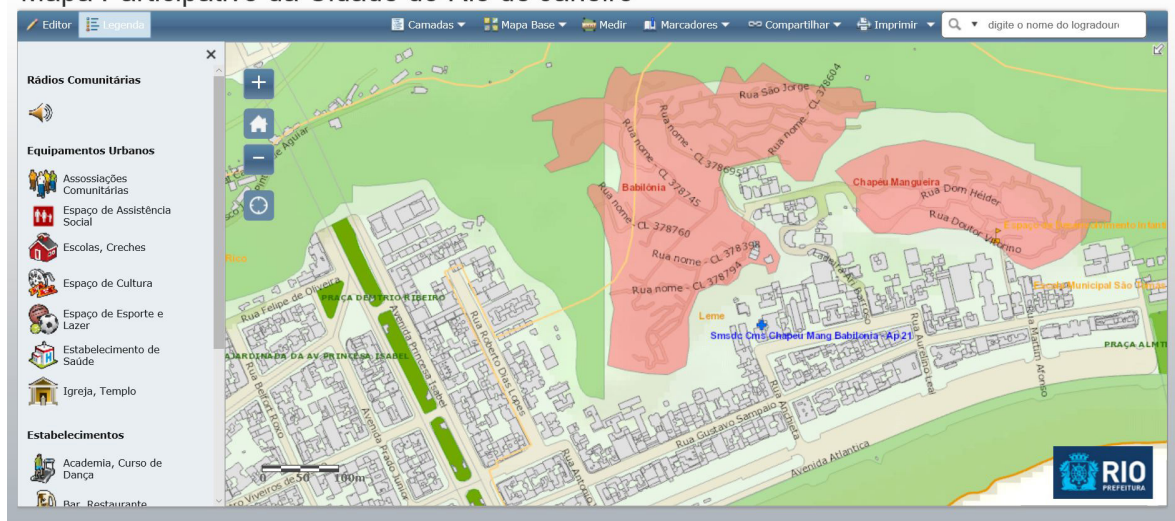


Figura 7 - Mapa participativo da Cidade do Rio de Janeiro. Em destaque as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, zona sul do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.arcgis.com/home/item.html?id=64b54cbc5a76401d977f14ecc863fa31>, 2016.

Outro projeto do IPP é o Mapeamento de logradouros de Favelas, em parceria com o Rio+Social. Iniciado em 2012, tem como objetivo mapear e incluir os logradouros das favelas na cartografia oficial da cidade. Através do georreferenciamento dos logradouros, estes passam a ser incluídos nas bases de pesquisa da prefeitura através do portal de informação Armazém de Dados, desenvolvido igualmente pelo IPP. Para o Instituto esse trabalho é uma iniciativa importante não somente para a gestão da informação desses espaços e para o planejamento de novas políticas públicas, mas também como instrumento de reconhecimento de seus moradores como parte integrante da cidade.

Fora do âmbito oficial, existem outras iniciativas de reconhecimento desses espaços como a do grupo AfroReggae que em parceria com o *Google* criou uma plataforma social denominada *Tá no Mapa*. Seu objetivo é mapear as favelas que não aparecem assinaladas no *Google Maps* ampliando o acesso às funções da cidade para os moradores.

Mais do que inserir as comunidades no mundo digital e nos mapas oficiais da cidade, queremos promover a cidadania, o crescimento do mercado local e o acesso a serviços públicos. Parada de Lucas, Caju, Vidigal, Rocinha e Vigário Geral já foram mapeadas. Babilônia, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Tabajaras e Cabritos estão sendo mapeadas. Mas esse é só o começo. A ideia é levar o Tá no Mapa para todas as regiões em que o AfroReggae tem sede e, até mesmo, para outras cidades. (tanomapa.org, 2014)

Uma outra ação é a plataforma colaborativa *Wikimapa*. A Geógrafa e diretora executiva Natália Aiserngart Santos explica que o projeto consiste num mapa colaborativo de pontos de interesse público em áreas marginalizadas. Idealizado pela Rede Jovem, o projeto iniciou-se em 2009 e envolveu cinco comunidades cariocas chegando até São Paulo, no Capão Redondo. Segundo os idealizadores do projeto, um dos objetivos era criar outros mapas para além dos mapas da violência e da criminalidade, aspectos frequentemente analisados na periferia e favelas das cidades (VALLADARES, 2005). Segundo Natália Santos, a intenção era produzir inclusão social através do mapa: “A ideia não é fazer um mapa da favela, mas inserir a favela no mapa”.

5 | CONSIDERAÇÕES

A ausência das favelas nos mapas de interesse urbanístico, como nos casos da Maré e Rocinha que estão fora da cartografia oficial mesmo tendo seus territórios oficializados, explica em parte a invisibilização desses territórios, o desconhecimento de suas realidades, cultura e modo de vida. Afinal, a inclusão de espaços culturais como o próprio Museu da Maré, dependem de sua oficialização cartográfica.

Pode-se dizer que as representações das favelas para finalidade turística aparecem como uma forma de progresso inicial no que diz respeito à oficialização da existência e importância de certos espaços para a cidade, porém ficou clara a distinção

desses espaços, que aparecem em material específico, trazendo a ideia de um outro” Rio de Janeiro, já que nos mapas de cunho geral, elas não aparecem assinaladas, ou tem sido paulatinamente apagadas, como nos aplicativos do *Google Maps*.

Por outro lado, existem claros avanços em relação à geração de informações e novos mapeamentos desses espaços através de iniciativas que tem como mérito recorrer às comunidades para gerar informações e construir seus dados. Uma vez que elas são capazes de apontar detalhes específicos do território e reconhecer àqueles que são representativos para a cultura e história local, esses mapas podem ir além do simples levantamento de seu ambiente construído, dando a ele novos significados e interpretações.

No Guia de Bolso de Favelas, por exemplo, aparecem informações como o mapeamento e localização de pontos como a caixa d’água e hortas comunitárias. Espaços dentro da favela de interesse e uso local, que falam dos pontos de encontro ou contam a história do início da ocupação na região, aspectos que podem não ser valorizados por um olhar externo.

Outra questão interessante percebida no Guia é que as informações adicionais a serem vistas via QR Code, leva o usuário a um mapa do Google Maps distinto da plataforma oficial, com uma riqueza de dados bastante superior ao Maps tradicional no que diz respeito às áreas informais. Assim, o turista que tem acesso ao Guia, possui uma quantidade/qualidade superior de informações em relação àquele sem acesso a esse material específico, ou seja, pelos meios usuais de pesquisa e referência. Pode-se concluir que as informações sobre esses territórios têm crescido principalmente em formato virtual e muitas vezes demoram a chegar ou não existem nas mídias impressas.

Assim, apesar do Guia representar um claro avanço em termos de mapeamento, a representação das favelas ainda assim é incipiente, pois limita-se ao âmbito do turismo. A iniciativa beneficia a atividade turística em favelas, no sentido de ampliar o reconhecimento e auxílio do visitante nesses espaços, mas em certa medida, essa especificidade da informação que representa um segmento de mercado do turismo reforça o sentido de exótico, de “diferente”.

É importante ressaltar, no entanto, que a presença do turismo nestes espaços, quando nas mãos da própria comunidade, na interação turista-morador, poderia representar um auxílio à reafirmação de sua cultura e resistência sob diferentes olhares, como coloca Freire-Medeiros:

As “zonas de contato” são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, de onde paradoxalmente emergem possibilidades outras de representação de si e do outro. Pensar a favela que o turismo inventa como uma zona de contato permite-nos entendê-la como território físico e simbólico no qual camadas discursivas se acomodam em múltiplas representações: representações sobre a favela e seus habitantes formuladas pelos turistas, representações dos turistas formuladas pelos moradores, representações da favela formuladas pelos moradores para os turistas – numa espiral contínua de representações (Freire-Medeiros, 2007, 69).

Nesse sentido, fica clara a importância das iniciativas recentes da representação da favela nos mapas urbanos de interesse turístico não somente como forma reconhecimento destes espaços como territórios pertencentes à cidade, mas também como instrumento de transformação da memória coletiva de seus moradores, de dentro e fora das favelas, ressaltando a sensação de pertencimento e desfazendo os ideais de favela como unidades de pobreza.

Eu acho que quando o morador ele conta a sua história, ele passa a se reconhecer enquanto morador dessa região e passa a valorizar sua identidade e quando quem vem de fora vê e escuta, também passa a ter um novo olhar para a região, passa a ter um olhar mais manso, não um olhar de discriminação. (João Batista, morador da Maré. Informação verbal. Documentário Todo Mapa tem um discurso, 2014)

REFERÊNCIAS

Freire-Medeiros, Bianca. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo na favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. **A favela que se vê e se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, nº 65, 2007.

_____. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR). **Revista Guia do Rio**. Rio de Janeiro, Edição 29, 2015.

_____. **Guia de Bolso das Favelas**. Rio de Janeiro, 2014. Visit Rio. www.visit.rio. Acesso em 29/05/2016.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. in ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2013.

PICON, Antoine. **Digital Culture in Architecture, an introduction for design professions**. Basel: BIRKHAUSER, 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos. **Catálogo de Programas de Inclusão**. Rio de Janeiro, 2012.

Todo mapa tem um discurso. Realização do Programa Rede Jovem. Direção Francine Albernaz e Thaís Inácio. Rio de Janeiro, 2014.

VALADARES, Lícia do Prado. **A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

A MEDIDA DE CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A FORMA URBANA

Daniel Trindade Paim

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina

Ana Paula Neto de Faria

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este estudo pretende verificar se o padrão distributivo estatístico da medida de Centralidade por Proximidade consegue descrever aspectos como compactação/fragmentação da forma da cidade e irregularidade da rede urbana. Foram selecionadas 29 cidades brasileiras de porte semelhante com padrões de vias e mancha urbana variados. Para se obter uma amostra consistente capaz de auxiliar na compreensão das implicações do padrão de distribuição estatística da medida, ao se utilizar em estudos urbanos, foram selecionadas 29 cidades brasileiras de porte semelhante entre 200 a 350 mil habitantes, com padrões morfológicos de vias e de conformação da mancha urbana bastante distintos. Os sistemas urbanos foram descritos por seus centros de vias representados por meio de grafos, a fim de analisar as correlações entre a medida e os aspectos urbanos descritos. Observou-se que o padrão distributivo da medida é fortemente influenciado pela compactidade da forma urbana e diretamente relacionado à maior ou

menor presença de vazios urbanos. Também apresentou relações com a irregularidade da rede, entendida como o nível hierárquico do traçado viário em termos conectivos. Cidades mais compactas e mais irregulares (enquanto redes) possuem melhores índices gerais com a medida. Os resultados alcançados até o momento sugerem que o uso de descritores do comportamento agregado da medida Centralidade por Proximidade pode ser um bom indicador de características mais globais da estrutura morfológica urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Centralidade por Proximidade; Compactidade; Irregularidade.

ABSTRACT: **The measure of Closeness Centrality and its relations whit the urban form:** This study verifies if the statistical distributive pattern of the measure of Closeness Centrality can describe aspects such as compaction/fragmentation of the form of the city and irregularity of the urban network. To obtain a consistent sample capable of assisting in the understanding of the implications statistical distribution of measure, to be used in urban studies, are selected from 29 cities of similar size between 200 to 350 thousand inhabitants, with morphological patterns of road and conformation of the urban area quite distinct. The urban systems were described by their road center lines represented by means of graphs, in order

to analyze the correlations between the measure and the urban aspects described. It was observed that the distributive pattern of the measure is strongly influenced by the compactness of the urban form and directly related to the greater or lesser presence of urban voids. It also presented relations with the irregularity of the urban network, understood as the hierarchical level of the road layout in connective terms. More compact and more irregular cities (as networks) have better general overall indices with the measure. The results achieved so far suggest demonstrating that the use of descriptors of the aggregate behavior of the measure of Closeness Centrality can be a good indicator of more global characteristics of the urban morphological structure.

KEYWORDS: Closeness Centrality; Compactness; Irregularity.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se na área da morfologia urbana, com ênfase nos estudos configuracionais urbanos, que entendem as cidades como sistemas e investigam os aspectos estruturais das relações mantidas entre espaços urbanos, ou desses com as edificações. Nesses estudos, as análises que se baseiam na representação espacial com base em um grafo utilizam um conjunto restrito de medidas com o intuito de descrever a estrutura urbana a partir das características de cada componente dentro do todo. Tal descrição caracteriza-se pelo modo em como os valores da medida distribuem-se ao longo do sistema, sendo o comportamento do sistema compreendido através de uma análise visual ou por meio de correlações de ranking dos componentes com aspectos não morfológicos do sistema urbano.

Em outras áreas de estudo, as quais também utilizam os grafos para entender o comportamento de sistemas através de descrições da estrutura configuracional, são utilizados procedimentos que procuram descrever o sistema como um todo ao se considerar o comportamento agregado das partes (Watts e Strogatz, 1998; Barabási e Albert, 1999; Gastner e Newman, 2006). Essas abordagens empregam técnicas estatísticas para a definição de valores, medidas ou índices que representam o comportamento agregado dos componentes do sistema. Tais procedimentos têm se mostrado úteis em estabelecer classes gerais de comportamento em sistemas complexos. No entanto, este tipo de abordagem ainda é pouco comum nos estudos urbanos.

Esta pesquisa investiga se esse tipo de procedimento também é capaz de caracterizar aspectos gerais dos sistemas urbanos ao se analisar o comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade (conhecida genericamente por medida de Acessibilidade), seu conceito geral é muito utilizado nos estudos urbanos. Mais particularmente, pretende-se verificar se o comportamento agregado dessa medida, enquanto descritora do sistema urbano como um todo, consegue refletir aspectos gerais da forma urbana, como a compacidade da forma da cidade e a irregularidade da rede urbana.

2 | CONCEITUAÇÃO

2.1 Medida de Centralidade por Proximidade

A medida de Centralidade por Proximidade é uma das medidas de diferenciação espacial, as quais definem critérios de ordenação para os espaços a partir de sua diferenciação em termos de posição relativa dentro do sistema. A medida define o quão facilmente um espaço urbano pode ser alcançado, a partir de qualquer outro na rede. Partindo desse princípio, os espaços privilegiados são aqueles que estão mais próximos aos demais topologicamente, ou seja, aquele que estiver, em média, mais perto de todos os outros possui uma maior “acessibilidade” dentro do sistema.

A medida de Centralidade por Proximidade ou Acessibilidade (A) é uma variante da medida de Integração, que pode ser demonstrada pela equação um (1), sendo o cálculo da acessibilidade o inverso da distância topológica entre i e j , sendo $i \neq j$. Conforme Faria (2010), os valores absolutos da medida apresentam algumas dificuldades para realizar certas comparações no comportamento de grafos com número de componentes diferentes, portanto, a medida tem uma versão normalizada com base no valor máximo que um vértice pode possuir em um grafo completo de mesma ordem. A acessibilidade normalizada é descrita pela Equação dois (2), onde i é todo o vértice da rede diferente do vértice i e d_{ij} é a distância topológica entre i e j , o número de vértices do grafo.

$$A_i = \sum_{\substack{j \in G \\ i \neq j}}^n \frac{1}{d_{ij}}$$

Equação 1: Medida de Acessibilidade

$$A_{Ri} = \frac{\sum_{\substack{j \in G \\ i \neq j}} \frac{1}{d_{ij}}}{N - 1}$$

Equação 2: Acessibilidade normalizada

As medidas de diferenciação espacial, de maneira geral, podem apresentar diversos padrões de distribuição estatística para os sistemas urbanos, podendo depender do critério de representação espacial, como também da própria natureza da medida. Para a medida de Centralidade por Proximidade, independente das características do sistema representado, o padrão estatístico é aproximadamente uma distribuição Gaussiana, também conhecida por distribuição de Gauss ou distribuição Normal.

A distribuição Normal é uma distribuição de frequências em que a maioria dos valores das informações se concentra em torno da média e diminuem simétrica e gradativamente no sentido dos extremos, podendo ser descrita por dois parâmetros: a média (μ) que determina o centro de distribuição, e o desvio padrão (σ) definido pela raiz quadrada positiva da variância e expresso pela mesma unidade de medida dos dados. O valor de tendência da rede é descrito pela média, enquanto que o nível de concentração junto a essa média é representado pelo desvio padrão.

2.2 Discretização do espaço urbano

O espaço é infinito e contínuo, portanto, para se fazer uma análise da morfologia urbana é preciso defini-lo em termos de porções finitas. A discretização do espaço urbano consiste no processo de se dividir o espaço urbano em unidades finitas e delimitáveis. Na morfologia urbana tradicional tem-se a delimitação dessas divisões como lotes, quadras e o espaço público. No entanto, na modelagem computacional, esses critérios precisam ser rígidos e específicos, de acordo com o objeto de estudo e passíveis de replicação em outras cidades. Segundo Faria (2010), nos estudos intraurbanos são identificados três critérios de discretização do espaço urbano:

- a. a manutenção da natureza geográfica do sistema: por ser essencialmente uma estrutura imersa em um plano o espaço urbano pode ser representado por um grafo, mesmo que seus limites não se atenham a bidimensionalidade da superfície terrestre.
- b. a descrição por unidades morfológicas mínimas: descritas como trechos de vias, unidades de espaço definidas como o trecho de espaço público contido entre intersecções de vias, onde existe a possibilidade de mudar de direção no sistema urbano;
- c. a descrição por unidades morfológicas máximas: podem ser linhas de máxima continuidade ou linhas axiais.

Adotado neste estudo, tem-se os centros de via, uma variante das linhas axiais, que também cobrem todo o sistema de espaços abertos utilizando-se da menor quantidade das maiores linhas retas, porém diferentemente dos mapas axiais, representam todas as ruas, intersecções, rótulas e outros caminhos, tendo como base os centros de cada via e seguindo sua angulação, assim, representam todo o sistema viário de uma cidade e facilitam a representação espacial a ser estudada.

2.3 Compacidade da forma urbana

A compacidade da forma urbana é determinada pela distribuição geográfica da conformação do território da cidade, pois as cidades podem estar espalhadas no território de maneira mais ou menos contínua, estando mais concentradas/compactadas ou mais dispersas (Hillier, 2002). A compacidade da forma urbana pode ser descrita pela relação entre a área ocupada pela urbanização e seu perímetro. Existem diferentes formas de definir essa relação entre área e perímetro.

Polidori e Krafta (2003) não consideram a fragmentação urbana nem um problema nem uma qualidade, pois o nível de compacidade/fragmentação das cidades pode ser entendido como um processo dinâmico que tem garantido a continuidade do espaço urbano ao longo dos anos. Dentro do entendimento de que o nível de compacidade/fragmentação da cidade é um processo dinâmico relacionado com a continuidade do sistema urbano por um lado e, com a questão das distâncias internas da cidade

por outro, é provável que a mesma apresente uma relação com o padrão geral de Centralidade por Proximidade apresentado pelo sistema urbano.

2.4 Irregularidade da rede urbana

Um grafo é chamado de regular quando todos os seus vértices obtiverem o mesmo *grau do vértice*, que é caracterizado pelo número de arestas incidentes em cada vértice, ou similarmente é o número de vértices adjacentes a ele. O grafo é dito irregular quando não existe o mesmo *grau do vértice* em todos os vértices do sistema (Chartrand et al., 1988).

Inicialmente, o conceito que obteve mais atenção foi o de *grafo altamente irregular*, representado por um grafo cujos vértices possuem todos os graus dos vértices diferentes (Alavi et al., 1987; Dimitrov et al., 2014). Posteriormente, os trabalhos de Collatz and Sinogowitz (1957), Bell (1992), Albertson (1997), Nikiforov (2006) e Abdo e Dimitrov (2012) destacaram-se por propor definições de medidas de irregularidade, embora ainda hoje não se tenha clareza de qual método é mais adequado para medir a irregularidade dos grafos.

Dentre esses estudos, o que mais se caracterizou como adequado para medir a irregularidade da rede urbana é o método de Nikiforov (2006), por ser uma das medidas de mais fácil aplicabilidade. Para o sistema urbano, descrito por unidades morfológicas máximas, a medida de irregularidade de Nikiforov (2006) pode ser considerada uma indicadora do grau de hierarquização presente na estrutura viária, pois mede a irregularidade de um grafo por meio da variação do número de conexões que cada vértice do sistema tem em relação à média da rede.

3 | METODOLOGIA

Os estudos de Hillier (2002) e de Medeiros (2006) indicam que determinadas características da forma urbana podem influenciar no comportamento da medida de Integração e afetar seus resultados, por isso, para este estudo, são selecionadas cidades de porte semelhante a fim de reduzir a influência exercida pelo tamanho das cidades nas características de conformação de seu sistema viário e, conseqüentemente, nas avaliações do comportamento da medida.

A amostra das cidades brasileiras para o estudo baseou-se no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Dentre as cidades selecionadas, estão as que possuem população entre 200.000 e 350.000 habitantes, porém, foram retiradas da pesquisa todas aquelas pertencentes a regiões metropolitanas ou conurbações, uma vez que se torna inviável representar separadamente estruturas urbanas de cidades que estão fisicamente unidas a outra(s) cidade(s), o que prejudicaria a avaliação do comportamento de cada sistema. Por fim, são mantidas 29 cidades, listadas a seguir: Anápolis - GO; Arapiraca - AL; Bauru - SP; Boa Vista - RR; Camaçari

- BA; Caruaru - PE; Cascavel - PR; Divinópolis - MG; Foz do Iguaçu - PR; Franca - SP; Governador Valadares - MG; Guarujá - SP; Imperatriz - MA; Itabuna - BA; Limeira - SP; Marabá - PA; Marília - SP; Mossoró - RN; Palmas - TO; Pelotas - RS; Petrolina - PE; Ponta Grossa - PR; Rio Branco - AC; Santa Maria - RS; Santarém - PA; São Carlos - SP; Sete Lagoas - MG; Uberaba - MG e Vitória da Conquista - BA.

Para a representação das cidades utilizou-se imagens de satélite georreferenciadas, sendo essas imagens datadas do final de 2013 até meados de 2014, isto é, caracterizando o estado de cada cidade num dado momento no tempo. Com base nessas imagens são definidos os perímetros das áreas ocupadas por cada cidade, seus vazios urbanos e a representação de seu sistema de vias de circulação. Como também são definidos os indicadores quantitativos capazes de ordenar as cidades em mais ou menos compactas e irregulares.

3.1 Definição dos perímetros e vazios urbanos

Os perímetros das áreas ocupadas por cada cidade são definidos com base nos seguintes critérios:

- a. os núcleos urbanos afastados que possuem mais de 150 edificações ou mais de 10 quarteirões, independentemente da distância, são acrescidos ao perímetro do núcleo urbano principal, assim como as vias que dão acesso a esses núcleos;
- b. os núcleos urbanos afastados que possuem de 50 a 150 edificações ou de cinco a 10 quarteirões, somente são somados ao perímetro, quando não ultrapassam a distância de dois quilômetros e 500 metros do núcleo urbano principal;
- c. o perímetro acompanha os eixos de via que saem dos núcleos urbanos até 500 metros caso não se perpetue nenhuma das duas situações descritas acima. A exceção ocorre quando esses eixos de via se conectam com outras partes distantes da cidade;
- d. todas as ruas com construções são demarcadas, bem como vias particulares suburbanas com edificações adjacentes. Contudo, as vias particulares suburbanas são desconsideradas quando não atendem nenhum dos critérios anteriores;

Para efeitos deste estudo são considerados como vazios urbanos as áreas desocupadas, rodeadas de vias e/ou áreas efetivamente urbanizadas, toda vez que essas áreas ultrapassam 500 metros em uma de suas dimensões. Como exemplo tem-se a Figura um (1):



Figura 1 – Delimitação do perímetro das áreas ocupadas por cada cidade em verde e marcação dos vazios urbanos em laranja, exemplo: Santa Maria - RS.

Fonte: Paim (2015), p. 234.

3.2 Definição dos mapas urbanos

Os desenhos dos sistemas de vias de circulação por segmentos de retas são realizados usando como critério os centros de via. Assim, são desenhadas todas as ruas, bem como suas intersecções, rótulas e outros caminhos conforme os critérios utilizados nas representações dos mapas, destacados a seguir:

- a. nas vias que possuem canteiro central, os leitos carroçáveis são desenhados separadamente, ou seja, por linhas duplas;
- b. todos os eixos são representados por segmentos de retas, mesmo as linhas curvas;
- c. quando houver cruzamentos de vias (como túneis, viadutos e outros) que não se conectam na realidade e, em menos de 300 metros, houver uma ou mais conexões, as linhas cruzadas são mantidas, porque existe uma conexão real nas imediações de modo a simplificar a representação do sistema sem distorcer em excesso os resultados globais;
- d. quando não houver em menos de 300 metros essas conexões são feitas adaptações no sistema de modo a manter as conexões existentes e não desfazer o cruzamento daquelas que na realidade não estão conectadas, ou seja, estão apenas sobrepostas;
- e. os calçadões que possuem importância na malha viária são desenhados, enquanto que os largos, as praças e os calçadões de orla de praia (paralelos a vias) não são representados, pois funcionam mais como espaços convexos, de maneira a pouco acrescentar às ruas já existentes características em termos de movimentação;

- f. todo o sistema viário contido dentro do perímetro urbano é representado;
- g. as vias particulares urbanas ou suburbanas são desconsideradas quando não possuem edificações adjacentes e quando fora do perímetro urbano, porém são mantidas todas as ruas em conjuntos habitacionais, loteamentos e condomínios fechados e abertos.

A Figura dois (2) apresenta o sistema de vias de uma das cidades da amostra:



Figura 2 – Mapa axial da cidade de Petrolina - PE

Fonte: Paim (2015), p. 223.

3.3 Compacidade da forma urbana

Para definir o grau de compacidade da forma urbana são adotados três indicadores: Indicador de Continuidade, Índice de Compacidade e Medida de Compacidade Urbana.

O Indicador de Continuidade define a compacidade por meio da comparação do perímetro do assentamento urbano ($2P_u$) com o perímetro do polígono convexo mínimo ($2P_{conv}$) que o contém, considerando os vazios urbanos. A medida varia de 0 a 1, o limite superior indica que a cidade coincide com seu polígono convexo mínimo, sem reentrâncias ou vazios internos, já o limite inferior significa, hipoteticamente, uma máxima fragmentação. Quanto maior o valor do indicador, menos fragmentado é o assentamento urbano (Krafta, 2014). Expresso pela Equação três (3):

$$I_{cont}(U) = \frac{2p_{conv}}{2p_u}$$

Equação 3: Indicador de Continuidade.

O segundo indicador é o Índice de Compacidade, definido pela relação do perímetro da área ocupada pelo elemento em evidência e pelo perímetro de um círculo de mesma área (Christofolletti, 1980). Quanto mais próximo de um círculo for a forma do elemento, que é o formato geométrico mais compacto, mais próximo da unidade é o

índice de compactidade, que é uma medida adimensional e que varia independente do tamanho, isto é, varia apenas de acordo com a forma. Conforme Equação quatro (4):

$$K_c \cong 0,282 \frac{P}{\sqrt{A}}$$

Equação 4: Índice de Compactidade.

A terceira medida é uma adaptação do segundo indicador, criada para contemplar a presença de vazios urbanos não contemplados pelo anterior. Sua definição também relaciona o perímetro da área ocupada pelo elemento de estudo com o perímetro de círculo de mesma área, porém os valores dos perímetros dos vazios urbanos são somados ao valor do perímetro externo da forma urbana e as áreas desses vazios são subtraídas da área da forma urbana. Semelhante à medida anterior, as cidades mais compactas são aquelas que possuem o valor mais próximo de um (Paim, 2015). A seguir, a Equação da Medida de Compactidade Urbana:

$$M_c = 0,282 \frac{(P + \sum P_{vu})}{\sqrt{(A - \sum A_{vu})}}$$

Equação 5: Medida de Compactidade Urbana.

3.4 Irregularidade da rede espacial urbana

A medida de irregularidade da rede urbana é definida pelo método de Nikiforov (2006), que mede o grau de irregularidade de um grafo através da variação do número de conexões que cada vértice do sistema tem em relação à média da rede. A medida de Nikiforov (2006) é definida como a *medida de desvio dos graus* e é representada pela soma do valor absoluto das diferenças entre o grau dos vértices e a média dos graus do sistema G . Descrita pela Equação seis (6) seguinte:

$$s(G) = \sum_i |d_i - \bar{d}|$$

Equação 6: Medida de Irregularidade da rede urbana.

Onde d_i se refere ao Grau do Vértice do vértice i e \bar{d} é a média do Grau do Vértice do vértice G , sendo $\bar{d} = \frac{2m}{n}$ a média dos graus de G . Sendo m o número de arestas e n o número de vértices. Essa fórmula está expressa em módulo, por isso, seu valor é sempre absoluto, ou seja, se for positivo, é o próprio número; contudo, se for negativo, é o seu número simétrico positivo.

A medida descreve a irregularidade da rede de espaços urbanos através das diferenças de conexões entre os componentes do sistema, assim, não consegue capturar efetivamente a regularidade morfológica do traçado urbano numa representação por centros de via. De certa forma, essa medida consegue refletir indiretamente as variações de comprimento dos centros de vias juntamente com suas

variações de granulometria dos quarteirões.

Na Tabela um (1) podem ser visualizados os valores das medidas de compacidade juntamente com os valores da medida de irregularidade da rede urbana para todas as 29 cidades em análise.

Cidades	Indicador de Continuidade	Índice de Compacidade	Medida de Compacidade Urbana	Irregularidade da rede Urbana
Anápolis - GO	0,11848	5,0287	14,4344	1,884318
Arapiraca - AL	0,14218	2,4320	11,4942	1,522021
Bauru - SP	0,13721	6,5651	13,0697	2,060724
Boa Vista - RR	0,28604	3,2754	5,1389	3,155695
Camaçari - BA	0,09934	4,9156	25,2662	1,133147
Caruaru - PE	0,14882	6,1890	11,4504	1,733271
Cascavel - PR	0,28719	3,6796	4,9862	2,982678
Divinópolis - MG	0,08898	7,6081	24,5244	1,758466
Foz do Iguaçu - PR	0,14889	4,5456	11,0665	1,920693
Franca - SP	0,14215	6,1702	13,0613	2,044190
Governador Valadares - MG	0,26549	9,9635	16,3702	1,479622
Guarujá - SP	0,14616	7,4810	15,7936	1,840535
Imperatriz - MA	0,19860	5,3093	9,0286	1,891222
Itabuna - BA	0,13711	7,9728	15,8961	1,268376
Limeira - SP	0,09713	4,8809	16,4788	1,493607
Marabá - PA	0,21497	14,4523	16,4664	1,642024
Marília - SP	0,17927	9,3316	13,0118	1,856119
Mossoró - RN	0,19676	5,1840	10,3703	2,322294
Palmas - TO	0,10577	6,4669	18,3564	1,506301
Pelotas - RS	0,19527	3,7403	11,0554	2,038728
Petrolina - PE	0,12604	5,4204	15,6702	1,794278
Ponta Grossa - PR	0,15991	6,1545	11,0572	2,185643
Rio Branco - AC	0,09694	8,5795	20,4106	1,344347
Santa Maria - RS	0,13715	5,8403	15,2903	1,509814
Santarém - PA	0,26572	4,5389	8,0392	2,608856
São Carlos - SP	0,13708	5,2996	16,3565	1,619487
Sete Lagoas - MG	0,10220	6,7071	23,6600	1,494063
Uberaba - MG	0,11733	6,8851	13,9926	1,861525
Vitória da Conquista - BA	0,13719	3,3452	14,7707	1,673148

Tabela 1: Indicador de Continuidade, Índice de Compacidade, Medida de Compacidade Urbana e Medida de Irregularidade da Rede Urbana de todas as cidades em análise.

Fonte: Paim (2015), p. 65 e 68.

4 | ANÁLISES E RESULTADOS

A medida de Centralidade por Proximidade apresenta sempre uma distribuição estatística aproximadamente Gaussiana, independentemente das características morfológicas e configuracionais do sistema urbano sendo analisado. Portanto, o comportamento agregado do sistema pode ser descrito pela média e o desvio padrão.

O Comportamento estatístico da medida de Centralidade por Proximidade

é avaliado quanto às suas relações com as características de fragmentação/compactação da forma urbana e a irregularidade da rede do sistema urbano observado. Essas relações são determinadas pelas comparações entre os três indicadores da compactidade da forma urbana e a medida de irregularidade da rede urbana com a média e o com o desvio padrão da medida de Centralidade por Proximidade.

A correlação observada entre as variáveis analisadas foi linear, a qual ocorre quando a interpolação dos pontos do diagrama de dispersão se aproxima de uma linha reta. Tal correlação pode ser descrita pelo coeficiente linear de Pearson (r), que mede o grau de associação linear entre variáveis. Nesse coeficiente os valores variam de 1 a -1 , quanto mais próximos desses extremos, maior é o grau de intensidade de correlação entre as variáveis (Sicsú e Dana, 2012). Para determinar a qualidade de ajuste da regressão linear é utilizado o coeficiente de determinação (R^2), que é capaz de avaliar a dispersão dos dados em relação à reta. Esse coeficiente indica, em porcentagem, qual é a precisão da regressão linear à reta do modelo de ajuste (Sharpe et al., 2011).

Ainda é possível determinar a probabilidade de acerto na associação entre as variáveis, definida pelo parâmetro que estima o intervalo de confiança. Quando os valores desse intervalo forem menores que $0,01$, significa que há 99% de confiabilidade de que a associação entre os dados provavelmente não ocorra ao acaso, logo, quanto maior for esse valor estimado, menos confiável será a probabilidade de correlação entre as variáveis (Sicsú e Dana, 2012).

4.1 Relações da medida de Centralidade por Proximidade com a Compactidade da forma urbana

Na análise da correlação entre a média da medida de Centralidade por Proximidade e os três indicadores da compactidade da forma urbana, os resultados obtidos apontam para uma correlação linear entre dois dos três indicadores de compactidade, conforme Figura três *a*, *b* e *c* (3a, 3b e 3c):

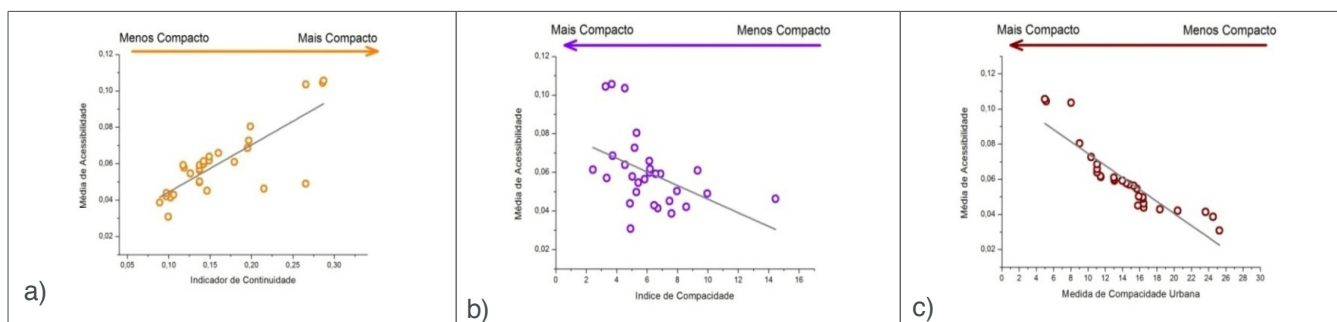


Figura 3: Gráfico de correlação entre a média da medida de Centralidade por Proximidade e: a) o Indicador de Continuidade b) o Índice de Compactidade e c) a Medida de Compactidade Urbana.

Fonte: Paim (2015), p. 105.

Os valores do coeficiente linear de Pearson (r) para o Indicador de Continuidade, o Índice de Compacidade e a Medida de Compacidade Urbana são, respectivamente: +0,7923; -0,4505 e -0,9026. Nessa mesma ordem, os intervalos de confiança são 0,01; 0,05 e 0,01 e sua regressão linear é de 62,8%; 20,3% e 81,5%.

As correlações mais fortes e significativas são as relações obtidas entre a medida de Centralidade por Proximidade com o Indicador de Continuidade e com a Medida de Compacidade Urbana, indicando que os melhores encaixes obtidos são com esses dois indicadores de compacidade, os quais consideram os vazios urbanos.

Sugerindo que, dentro das dimensões empregadas neste trabalho, a presença de vazios urbanos é capaz de influenciar no modo como a Centralidade por Proximidade se distribui no sistema. Quanto mais compacta, ou menos fragmentada, for a cidade, maior a média da medida de Centralidade por Proximidade, isto é, o sistema como um todo é mais “acessível”. Assim, evidencia-se que a descrição agregada da medida de Centralidade por Proximidade, por meio de sua média, pode ser capaz de refletir o nível de compacidade da forma urbana.

Também foi feita a análise da relação entre os valores do desvio padrão da Centralidade por Proximidade e os três indicadores de compacidade. Essa análise teve como objetivo verificar se a variável compacidade também é capaz de interferir na maior ou menor homogeneização dos valores da Centralidade por Proximidade no sistema. Os resultados obtidos também apontam para uma correlação linear entre dois dos três indicadores de compacidade, conforme Figura quatro *a*, *b* e *c* (4a, 4b e 4c):

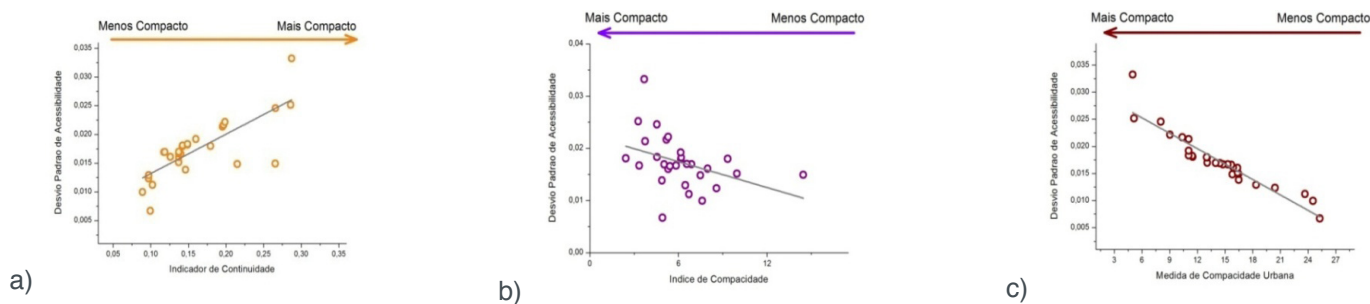


Figura 4: Gráfico de correlação entre o desvio padrão da medida de Centralidade por Proximidade e a) o Indicador de Continuidade b) o Índice de Compacidade e c) a Medida de Compacidade Urbana.

Fonte: Paim (2015), p. 107 e 108.

Os valores do coeficiente linear de Pearson (r) para o Indicador de Continuidade, o Índice de Compacidade e a Medida de Compacidade Urbana são, respectivamente: +0,7714; -0,3936 e -0,9365. Seguindo nessa mesma ordem, os intervalos de confiança são 0,01; 0,05 e 0,01 e sua regressão linear é de 59,5%; 15,5% e 86,9%.

Tais correlações também indicam que os melhores encaixes obtidos são com os dois indicadores de compacidade que consideram os vazios urbanos: Indicador de Continuidade e com a Medida de Compacidade Urbana. Novamente verifica-se

a influência dos vazios urbanos na maneira como se dá a distribuição estatística da medida de Centralidade por Proximidade.

4.2 Relações da medida de Centralidade por Proximidade com a Irregularidade da rede espacial urbana

A análise da relação da medida de Centralidade por Proximidade e o nível de irregularidade da rede urbana (pelo método de Nikiforov) obteve uma correlação efetiva tanto com a média, quanto com o desvio padrão da Centralidade por Proximidade, nesse aspecto, os resultados indicam uma correlação linear. Conforme Figura cinco a e b (5a e 5b):

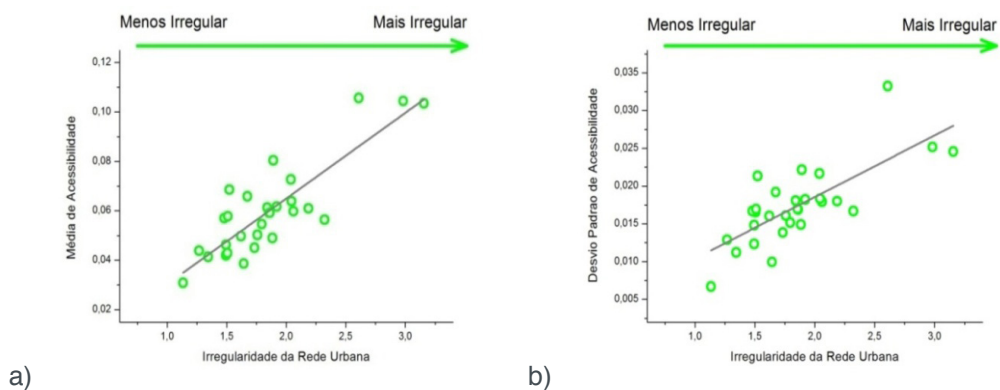


Figura 5: Gráfico de correlação entre a medida de Irregularidade da Rede Urbana e: a) a média da medida de Centralidade por Proximidade e b) o desvio padrão da medida de Centralidade por Proximidade.

Fonte: Paim (2015), p. 116 e 117.

Os valores do coeficiente linear de Pearson (r) para a Irregularidade da rede Urbana com a média da medida de Centralidade por Proximidade é de +0,8515, enquanto que a relação com o desvio padrão é de +0,7474. Os intervalos de confiança dos dois gráficos são de 0,01 (99% significativos) e a regressão linear das retas é de, respectivamente: 72,5% e 55,9%. Em ambos os casos, obteve-se bons encaixes, sugerindo que a irregularidade da rede urbana pode influenciar no comportamento da medida de Centralidade por Proximidade, no sentido de que quanto mais irregular for a rede da cidade, maior é a média e o desvio padrão da Centralidade por Proximidade.

A medida de irregularidade capta diferenças de conectividades, de maneira que quanto mais irregular a rede da cidade, maiores são as diferenças entre os graus dos vértices, ou seja, a cidade possui grande quantidade de ruas com diferentes números de conexões. Mais precisamente, essa medida mede a realidade da estrutura configuracional urbana, em termos de conexões, de modo a demonstrar a existência de uma correlação razoável da medida com cidades que possuem extensas vias.

Quanto à morfologia, parte das cidades consideradas mais irregulares parece ter um traçado da malha viária mais regular, entretanto não é possível medir esse tipo de aspecto em um grafo sem levar em consideração outros elementos da rede. Por

isso, a descrição morfológica das cidades representadas por centros de via merece um estudo mais aprofundado, pois até o momento não se tem outra medida capaz de medir a irregularidade.

5 | CONCLUSÃO

A compreensão do comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade e suas relações com aspectos da morfologia urbana ampliam a visão do significado dessa medida e trazem novas possibilidades referentes à análise configuracional urbana. Um exemplo disso é a confirmação do pressuposto inicial de que essa medida, enquanto descritora do sistema como um todo, pode definir classes gerais de configurações urbanas, além de caracterizar o sistema urbano. Os dados e as análises estatísticas realizadas sugerem que existem relações entre o comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade e o nível de fragmentação/compactação da forma urbana e a irregularidade da rede urbana.

Dois dos três indicadores de compacidade utilizados demonstram uma relação direta da forma urbana com a média e o desvio padrão da medida de Centralidade por Proximidade. Também é evidente a influência dos vazios urbanos no comportamento da medida, pois os dois indicadores (Indicador de Continuidade e Medida de Compacidade Urbana) que obtiveram a maior correlação agregam os vazios urbanos em seus parâmetros. Tais resultados indicam que quanto mais compacta for a cidade, maiores serão os valores da média e do desvio padrão da medida de Centralidade por Proximidade.

Ainda é possível supor a influência da irregularidade da rede urbana sobre o comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade. Cabe ressaltar que, a medida de irregularidade não capta efetivamente a regularidade morfológica do traçado urbano em uma representação por centros de via, pois as cidades que parecem ter um traçado viário mais regular são aquelas que possuem os maiores valores de irregularidade da rede. De certa maneira, ela capta indiretamente as variações de comprimento dos centros de via associadas com variações de granulometria dos quarteirões; demonstrando, assim, que quanto maior é o valor da irregularidade da rede, maior é a média e o desvio padrão junto à média da medida de Centralidade por Proximidade.

Portanto, o comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade, definido enquanto média e desvio padrão, parece ter uma correlação significativa com a forma da cidade, de tal maneira que os melhores índices da medida são consequência de uma rede urbana mais irregular e de uma forma urbana mais compacta, além de ficar evidente que os vazios urbanos influenciam significativamente no comportamento distributivo da medida de Centralidade por Proximidade.

Cabe ressaltar que os resultados encontrados estão condicionados pelo modo de representação adotado, podendo não ser válidos para outro meio representativo do

sistema urbano. Além disso, foram utilizadas cidades de porte semelhante, dentro de um determinado padrão, significando que os resultados obtidos não abrangem todo o tipo de cidade.

Esta pesquisa incorporou novos processos às análises urbanas com modelos baseados em grafos pelo critério de centros de via. Procurou-se uma melhor compreensão do comportamento agregado da medida de Centralidade por Proximidade quando relacionada a determinados aspectos espaciais urbanos, aprimorando os procedimentos de análise estatística e melhor compreendendo as implicações do padrão de distribuição dessa medida. Além de perceber novas implicações acerca da medida ao se analisar seu comportamento estatístico quando comparada a aspectos relativos aos espaços urbanos, podendo ser de grande importância para a elaboração de trabalhos futuros dentro da abrangência deste tipo de estudo e, ainda, auxiliando nos processos de planejamento preocupados em como melhorar a acessibilidade global e a conectividade entre os espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

Abdo, H.; & Dimitrov, D. **The total irregularity of a graph**. arXiv:1207.5267v1 [csDM], 2012.

Albertson, P. The irregularity of a graph. **Ars Combinatoria**, v. 46, pp. 219-225, 1997.

Alavi, Y.; Chartrand, G.; Chung, F. R. K.; Erdős, P.; Graham, R. L.; & Oellermann, O. R. Highly Irregular Graphs. In: **Journal of Graph Theory**, v. 11, n. 2, pp. 235-249, 1987.

Barabási, A. L.; & Albert, R. Emergence of scaling in random networks. In: **Science**, 286, pp. 509-512, 1999.

Bell, F. K. A note on the irregularity of graphs. **Linear Algebra and its Applications**. v 161, p. 45-54, 1992.

Chartrand, G.; Erdős, P.; & Oellermann, O. R. How to Define an Irregular Graph. **The College Mathematical Journal** 19, v. 1, p. 36-42, 1988.

Christofoletti, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2ª ed., 1980.

Collatz, L.; & Sinogowitz, U. Spektren endlicher Graphen. Abh. **Math. Sem. Univ. Hamburg**, v. 21, pp. 63-77, 1957.

Dimitrov, D.; Brandt, S.; & Abdo, H. The total irregularity of a graph. **Discrete Mathematics and Theoretical Computer Science**. v. 16:1, 2-14, p. 201-06, 2014.

Faria, A. P. N. de. **Análise configuracional da forma urbana e sua estrutura cognitiva**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2010.

Gastner, M. T.; & Newman, M. E. J. The spatial structure of networks. In: **The European Physical Journal B**, v. 49, pp. 247-252, 2006.

Hillier, B. A Theory of the City as Object: or, spatial laws mediate the social construction of urban space. In: **Urban Design International**, v. 7, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, 2010. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 23 de fevereiro de 2014, 22:15.

Krafta, R. **Notas de aula de Morfologia Urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

Medeiros, V. A. S. de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2006.

Nikiforov, V. Eigen values and degree deviation in graphs. In: **Linear Algebra and its Applications**, 414, pp. 347-360, 2006.

Paim, D. T. **Comportamento agregado da medida de Acessibilidade na descrição da morfologia urbana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, 2015.

Polidori, M. C.; & Krafta, R. Crescimento urbano - fragmentação e sustentabilidade. **Anais X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte, MG, Brasil, maio de 2003.

Sicsú, A. L.; & Dana, S. **Estatística aplicada: análise exploratória de dados**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

Sharpe, N. R.; Veaux, R. D. De; & Velleman, P. F. **Estatística aplicada: administração, economia e negócios**. (Traduzido por Lori Viali). Porto Alegre: Bookman, 2011.

Watts, D. J., & Strogatz, S. H. Collective dynamics of "small-world" networks. In: **Nature**, n. 393. pp. 440-442, 1998.

AVALIAÇÃO “PORÇÃO NOROESTE” EM RELAÇÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO EM GOIÁS: ESTUDO DE CASO

Antônio Henrique Capuzzo Martins

Docente do Instituto Federal de Goiás. E-mail de contato: capuzzoifg@gmail.com. Goiânia/GO

Beatriz Ribeiro Soares

Docente da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail de contato: Brsoares@ufu.br. Uberlândia/MG

João Dib Filho

Docente do Instituto Federal de Goiás. E-mail de contato: joao.dib.f@gmail.com. Goiânia/GO

RESUMO: O texto relata um estudo de caso em relação aos “vazios urbanos” identificados dentro de uma porção, área delimitada, no município de Senador Canedo, sendo observado no espaço de tempo de 10 anos de transformação do município. Salienta-se, ainda, uma verdade da necessidade de alerta sobre a implantação de loteamentos urbanos, sem considerar a real necessidade e diretrizes reais de ordenamento urbano, a fim de disciplinar tal crescimento.

PALAVRAS-CHAVE: Vazios Urbanos; Expansão Urbana.

ABSTRACT: The paper reports a study case in regarding the “urban voids” identified within a portion, enclosed area, in the municipality of Senador Canedo, being observed in the gap of 10 years of municipal transformation.

It's also emphasized a real need of warning about the implantation of urban settlements without considering the actual necessity, and without regarding the actual guidelines of urban planning, in order to discipline such growth.

KEY-WORDS: Urban Voids; Urban Sprawl.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento da cidade de Goiânia há muito ultrapassou os limites municipais, compondo uma mancha urbana que inclui várias cidades, fazendo com que, hoje, nela se inclua o segundo maior município do Estado de Goiás, o município de Aparecida de Goiânia. No todo, Goiânia e seu entorno concentram uma população urbana.

Essa expansão urbana fez com que antigos distritos se tornassem municípios autônomos, ou bairros e municípios autônomos se tornassem cidades dormitórios ou, ainda, literalmente, bairros, configurando um processo parecido com aquele observado pelo arquiteto Flávio Vilaça na cidade de São Paulo, de que ela é devoradora de cidades e uma produtora de bairros (VERGARA; ACCORSI, 1999).

Ao final do século, Goiânia e seu entorno concentram uma população de, aproximadamente, 1,5 milhão de habitantes e o que se afigurava como um aglomerado

urbano, toma, agora, a forma conurbada, eliminando-se os vazios urbanos. O que não significa o fim da expansão da periferia, mas a sua redefinição dada pelo surgimento dos enclaves. Provocando o seu deslocamento além dos núcleos urbanos conurbados ou a sua recriação nas fímbrias da cidade-metrópole, como se verifica na região sul de Goiânia, onde se desenvolveram vários bairros sob a influência do processo de ocupação acelerada da capital e completamente inseridos na sua dinâmica.

O crescimento demográfico – decorrente da migração de pessoas de outras Regiões brasileiras –, a fragmentação sócio espacial e a necessidade da reforma urbana – como pré-requisito para democratização da cidade –, fazem da região metropolitana de Goiânia um rico objeto de pesquisa.

Este crescimento transforma as cidades, em potencial, em grandes objetos de riqueza das incorporadoras / imobiliárias onde, através de influências políticas, acabam se favorecendo as leis aprovadas, inclusas nos planos diretores, principalmente no quesito limite de expansão urbana.

A origem de Senador Canedo está relacionada à Goiânia, com a estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal. O crescimento da cidade ocorreu na trilha aberta na construção da ferrovia, e as primeiras famílias trabalhadoras eram oriundas do estado de Minas Gerais e Bahia.

O nome da cidade é uma homenagem ao senador Antônio Amaro da Silva Canedo, primeiro representante do estado de Goiás em cenário nacional. Em 1953, o povoado foi elevado à condição de distrito de Goiânia e em 1988, a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a emancipação do município. Foi sancionada como Lei 10.435 de 09 de janeiro de 1988 pelo então governador Henrique Santillo.

Destaca-se também, atualmente, o polo petroquímico, com diversas empresas do setor situadas na proximidade da cidade, entre outras está a Petrobrás.

2 | ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

A especulação imobiliária, portanto, caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias. Essas melhorias que acabam valorizando os terrenos podem dar-se de muitas formas; as mais comuns referem-se à provisão de infraestrutura (água, esgoto, energia), serviços urbanos (creches, escolas, grandes equipamentos urbanos) e às melhorias realizadas nas condições de acessibilidade (abertura de vias, pavimentação, sistema de transporte, etc.).

Tais melhorias, quando realizadas no entorno de um terreno, acabam agregando-lhe maior valor. Terrenos com boa infraestrutura são mais caros que terrenos sem nenhuma infraestrutura. O mesmo vale para a pavimentação das vias. Outro caso relativamente comum é o de terrenos que não são muito bem localizados, até que uma nova avenida ou rua importante é aberta, melhorando suas condições de acessibilidade.

Seu preço, por consequência, aumenta quase que instantaneamente.

Outra forma de melhoria da localização acontece pelo simples acréscimo de novas edificações no seu entorno, o que por si só torna sua acessibilidade melhor em relação ao conjunto da cidade. Em outras palavras, a ocupação por atividades (residenciais, comerciais, etc.) ao redor de um terreno torna-o mais próximo – e portanto com maior acessibilidade – a uma nova gama de possibilidades de interação com o resto da cidade. Essa possibilidade de interação, por sua vez, é um aspecto valorizado pelas pessoas no momento de escolher um determinado local e, por isso, acaba também contribuindo para o aumento do preço do solo.

Observa-se que “melhoria” de uma localização é o processo através do qual a qualidade da localização de um terreno em relação à disponibilidade de infraestrutura e a outros terrenos (e, portanto a outras atividades e centros de interesse) é aumentada. Dessa forma, os terrenos chamados “de engorda” ficam vazios, à espera que o desenvolvimento da cidade se encarregue de valorizá-los, sem que nenhum investimento tenha sido feito pelo proprietário (a não ser, é claro, o IPTU, que, no entanto é irrisório comparado à valorização da terra). Todo o investimento foi feito pelo Poder Público, principalmente no caso das infraestruturas, e por outros proprietários privados.

Para entender esse ponto de vista, é interessante fazer uma comparação: imagine um empreendedor qualquer, que queira ter lucro através da realização de uma determinada atividade. Para conseguir isso, ele tem que investir uma certa quantia de capital e correr um risco, proporcional à probabilidade de o negócio dar certo ou não. Os ganhos, por sua vez, também serão proporcionais ao risco corrido. Ele presta um serviço que, de uma maneira ou de outra, é útil à coletividade e, em troca desse serviço prestado, recebe sua compensação financeira. Nesse processo, ele gera empregos e movimentação a economia.

Por outro lado, o especulador imobiliário que investir a mesma quantia de capital em um terreno ocioso não está contribuindo em nada para a sociedade. Não gera empregos, não presta nenhum tipo de serviço, e pior: ainda traz inúmeros prejuízos para a coletividade, conforme será visto mais adiante. Ainda assim, por causa da valorização imobiliária conseguida através de investimentos feitos por outros setores da sociedade, alcança lucros muitas vezes bastante grandes.

Outra maneira de “melhorar” a localização de uma área é melhorar a qualidade dessa localização em relação ao resto das áreas disponíveis no mercado, através do acréscimo de novas áreas que sejam piores que elas. Assim, às vezes o preço de um determinado terreno sobe sem que haja nenhuma modificação no seu entorno. Isso acontece porque loteamentos são criados nas piores localizações, normalmente na periferia, isolados do tecido urbano e em condições precárias de infraestrutura. Entretanto, mesmo esses loteamentos têm que, no mínimo, cobrir seus gastos de produção e conferir algum lucro ao empreendedor, definindo, portanto, os menores preços do mercado de terras.

Com isso, o “ranking” de localizações é rearranjado, pela introdução, na sua base, de uma nova “pior” localização. As outras localizações, por consequência, passam a ser mais valorizadas, por estarem agora mais “distantes” da pior localização e mais próximas das áreas mais interessantes da cidade, ao menos em comparação com essas novas áreas que agora passaram a fazer parte do tecido urbano. Quando um terreno deixa de ser uma das piores localizações, pela adição de novas piores localizações, seu preço sobe automaticamente.

Na maioria das vezes, esse mecanismo está associado também à forma mais básica da especulação imobiliária, uma vez que deve ser feita provisão de infraestrutura para atender a essas piores localizações, e que essa infraestrutura acaba passando pelos terrenos mais bem localizados, valorizando-os ainda mais.

As dificuldades de deslocamento da população de mais baixa renda, especialmente nas grandes cidades, também é, em grande parte, decorrente dessa lógica especulativa, que aumenta as distâncias entre habitação e empregos. A urbanização de “piores” localizações empurra a ocupação para lugares cada vez mais distantes, e com isso as distâncias que os novos moradores têm que percorrer acaba aumentando.

Diante da constatação desses problemas advindos da especulação imobiliária, alguns instrumentos urbanísticos vêm sendo utilizados para tentar coibi-la, com destaque especial para aqueles regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

O IPTU progressivo no tempo, por exemplo, permite ao poder público sobretaxar aqueles imóveis que não estiverem cumprindo sua função social, isto é, que estiverem sendo subaproveitados em áreas que possuam infraestrutura.

A outorga onerosa do direito de construir busca recuperar parte dos investimentos do poder público em infraestrutura decorrentes do aumento de densidade acarretado por aquelas edificações cuja área ultrapasse a área do terreno (coeficiente 1).

A contribuição de melhoria permite que o poder público cobre dos proprietários beneficiados por obras de melhoria urbana o valor do investimento.

Entretanto, a aplicação de tais instrumentos nem sempre são implementadas, mesmo com a nova leva de planos diretores participativos, principalmente por causa de hábitos e crenças há muito tempo arraigados na cultura do brasileiro. Como explicar a alguém que sempre viu seus pais e avós segurando a venda de terras para esperar os melhores preços que agora ele não poderá mais fazer isso, sob pena de pagar mais impostos? Tarefa difícil, mas que deve ser levada a cabo paulatina e constantemente, para que seja possível modificar essa mentalidade e criar cidades mais justas para todos.

3 | O OLHAR DAS OPORTUNIDADES DE ESPECULAÇÃO SOBRE MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO – GO

O surgimento do Estatuto das Cidades, que delineava diretrizes para elaboração de Plano Diretores, tendo como conceito sendo um instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteador a ação dos agentes públicos e privados (ABNT, 1991).

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Para grande maioria dos municípios do país, tinha como grande objetivo também a questão social, que é colocar em condições, famílias de classe baixa, de adquirir seu terreno e por consequência construir sua habitação. Zonas de interesses sociais foram criadas em planos diretores, onde são empregados em novos loteamentos terrenos com áreas entre 200 e 250m², que teoricamente teriam valores mais acessíveis. Com implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), partir de março 2008, houve um verdadeiro estouro no mercado imobiliário e por consequência no ramo da construção civil. As facilidades que o programa, veio que inflacionar o mercado imobiliário, tornando um efeito cascata em valorização. Assim surgiram várias oportunidades de novos loteamentos, principalmente em regiões metropolitanas.

No caso de Senador Canedo houve oportunidades novas de implantação de loteamentos, partir da dos novos marcos de expansão urbana, implantados no Plano Diretor do município, através da lei municipal nº 1317 de 28 de dezembro de 2007 (Figura 1). Estes novos limites permitiram que novos loteamentos pudessem serem aprovados, sem que tivessem o cuidado de observar a real necessidade de implantação em determinadas regiões do município e também sem que houvesse uma leitura de não se criar novos vazios urbanos.

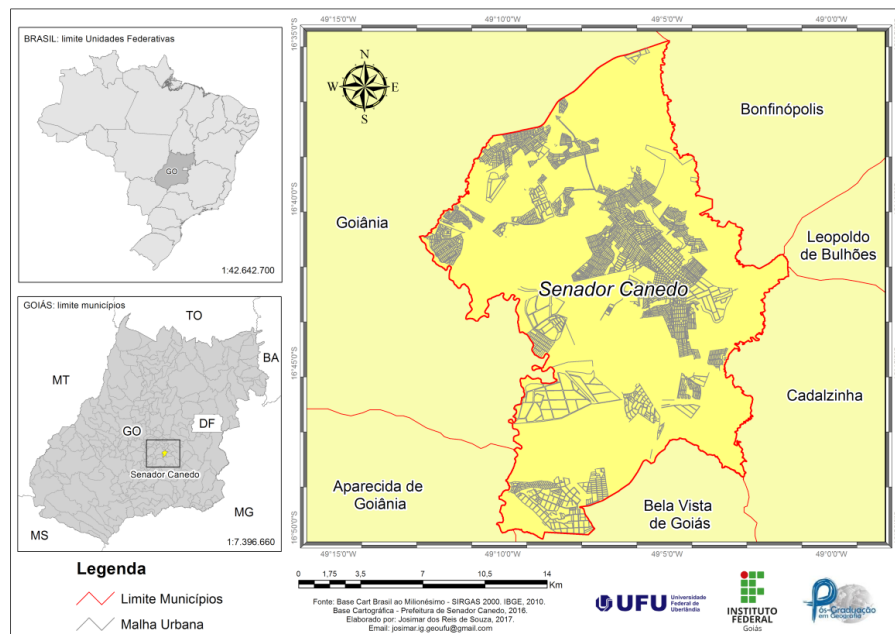


Figura 1 – Localização do Município de Senador Canedo - GO.

Fonte: Prefeitura Municipal de Senador Canedo - GO, 2016.

A supervalorização do preço da terra, tendo em vista processos especulativos, em decorrência do superaquecimento da demanda é a questão mais preocupante: o aporte de subsídios federais para a construção de 1 milhão de casas (PAC 1) e mais 2 milhões de casas (PAC 2) pela iniciativa privada provocou uma verdadeira corrida a terrenos, o que fez sumir os espaços ainda vazios para construção e o preço do metro quadrado disparar, principalmente nas periferias dos grandes centros (FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – FNSH DU, 2010).

Segundo alguns autores, “Vazios urbanos constituem-se normalmente de espaços não construídos e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano de uma cidade. A definição, no entanto, varia entre diferentes autores: espaços como parques podem eventualmente ser considerados “vazios urbanos” em algumas definições e noutras não, visto que constituem-se de espaços urbanos com função social. Da mesma forma, também podem ser considerados “vazios urbanos” grandes vazios demográficos em áreas urbanas densamente construídas - o que rompe que a ideia de que “vazio urbano” seja um espaço sem construção alguma. Processos como os de gentrificação, degradação e abandono do Estado de algumas regiões urbanas levam à sua desocupação parcial ou total, ou à substituição do perfil populacional, reduzindo as densidades locais. Desta forma, áreas que antes eram densamente ocupadas podem vir a se transformar em vazios populacionais no interior das cidades. Grandes espaços efetivamente vazios também podem ser resultado da transformação de usos urbanos, como os de antigas áreas ferroviárias, portuárias e fabris. Em cidades que passaram por alteração do perfil econômico nas últimas décadas do século XX (especialmente naquelas de perfil industrial que passaram a apresentar caráter predominantemente terciário), notam-se normalmente grandes espaços abandonados

e estruturas construídas vazias, como galpões, pátios de manobra e logística, docas, entre outros, que agora não mais possuem função e encontram-se ociosos.”

Tentando fazer parte de grupos de autores, em definir vazios urbanos, sem nenhuma pretensão de provocar uma discussão maior, tenho como conceito a interpretação de que qualquer lote que em determinado tempo, desde o surgimento do loteamento no qual ele foi empregado, considero como vazio urbano, pelo fato de que área de regiões metropolitanas estão cada vez mais valorizadas, e observando que no período de 2008 até recentemente, houvesse um super aquecimento de valores, em função do cenário político-econômico no qual empregado.

Em 2002 o município de Senador Canedo começou um processo de transformação, tendo novos olhares principalmente das grandes imobiliárias/incorporadoras, buscando novos negócios neste município, iniciando assim a partir daí um processo de ocupação maior. Assim, principalmente em determinada região do município, onde podemos nomear de porção Noroeste do município houvesse um processo de ocupação da mesma principalmente a partir de 2005, em crescente maior a partir de 2009 e demonstrado em 2014.

Nesta avaliação podem ser observados um processo crescente de surgimento de “novos vazios urbanos”, que em determinado processo de avaliação de quantificação desde então, podem-se ser determinado em termos percentuais, em relação a cada área delimitada (conforme Figura 4 e Tabela 1).

Identificamos dentro da área delimitada em linha amarela na figura 6, cinco áreas que forma enumeradas de I a V, onde foram interpretados em percentual a quantidade de lotes vagos, considerados dentro de um conceito, como vazio urbano.

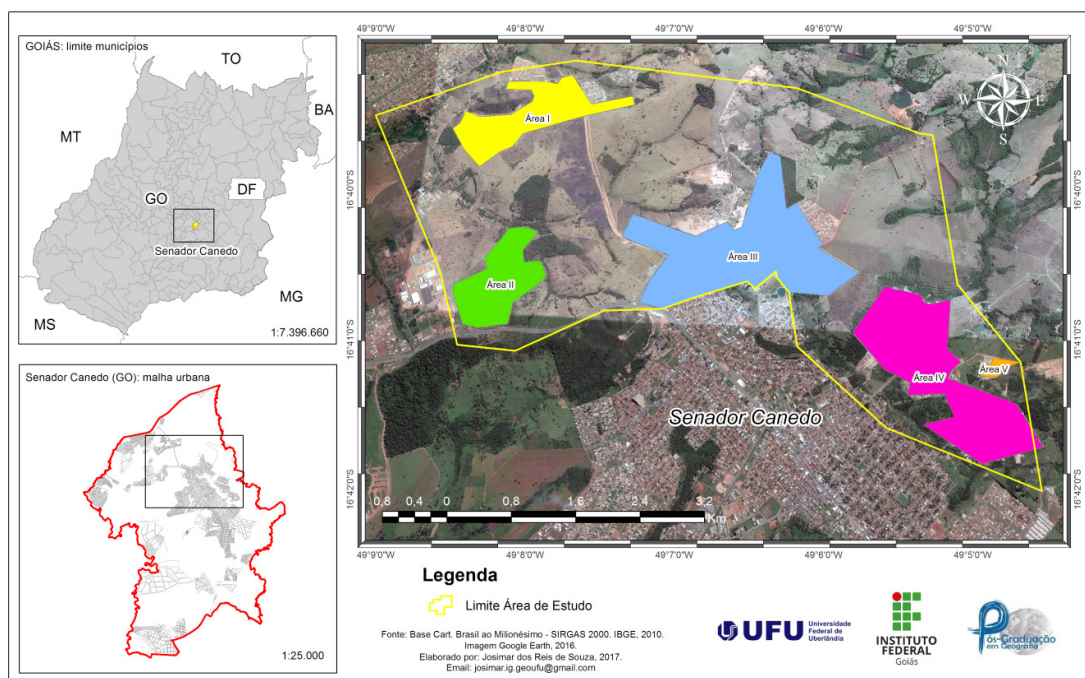


Figura 4 – Imagem de 2014 de Senador Canedo – GO.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2015.

ÁREA	TOTAL DA ÁREA (Km ²)	TOTAL ÁREA URBANIZÁVEL (Nº LOTES DE 250m ²)	% ANALISADO EM VAZIOS	QUANTIDADE DE LOTES NÃO OCUPADOS (LOTES DE 250m ²)
ÁREA I	1,19	2.285	40,00	914
ÁREA II	0,65	1.248	97,00	1.211
ÁREA III	2,68	5.146	25,00	1.286
ÁREA IV	1,68	3.226	15,00	484
ÁREA V	0,14	269	100,00	269
Total / MÉDIA	6,34	12.173	-	4.164

Tabela 1 – Quantificação de “Vazios Urbanos”.

Fonte: Martins, 2015.

Analisando os resultados apresentados na Tabela 1, ressalta-se que cada área observada, corresponde mais de um loteamento. Todas áreas foram medidas em escala, utilizando software apropriado, e quantificados em áreas urbanizável, considerando um índice de aproveitamento de 48% em relação a área total e transformado em número de lotes, com área de 250m² cada. A partir daí é realizado uma análise em cima da imagem de satélite, quantificando os vazios em relação a cada área, e também transformado em número de lotes não ocupados(vazios). Observando os resultados, vale ressaltar que de um total de 12.173 de possíveis lotes serem criados no total das áreas de I a V, foi encontrado 4.164 lotes não ocupados (“vazios urbanos”), que representa 34,20% em relação ao total.

Vale ressaltar que dentro desta análise, pelo menos 1 em cada 3 lotes lançados torna-se em um lote não ocupado (vazio urbano), tendo um peso de qualquer forma, na otimização operacional por parte do município.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale compreender que embora pareça ideal ter espaço de sobra quando tantas cidades enfrentam o “inchaço” urbano, os lotes vazios gerados pela especulação imobiliária e lançamentos desnecessários custam caro para a população. Nós temos muito mais infraestrutura do que seria necessário e isso torna os serviços de energia, água, asfalto, coleta de lixo e transporte coletivo muito mais caros. É como uma família que tivesse que arcar com despesas de uma área de 250 m², mesmo que utilizasse apenas 30% dela. Devemos ainda considerar que o município de Senador de Canedo, tem ainda um peso maior na observação de custos operacionais, pois o mesmo é responsável pelo sistema de tratamento de água e esgoto (SANESC), sendo dentro da região metropolitana o único que não pertence a empresa de responsabilidade do estado, que é SANEAGO. Para o município em análise, vale ressaltar que ter responsabilidade em administrar sistema de tratamento de água e esgoto, torna-se um peso maior para o mesmo, simplesmente pela falta de investimentos ao longo do mesmo período em análise, e que poderiam ter pelo menos igualar em condições de

obter tal expansão. Isso é mesurado, principalmente em época de seca, notícias de falta de água em parte considerável do município, em especial na mesma “porção noroeste” do município, ou ao mesmo tempo retirando água de alguns loteamentos, com sistema independente, como é o caso dos Residenciais Paraíso e Paraíso II, que em determinada época através caminhões pipa, fornecem água pra outros bairros que estão em falta.

Ainda no campo de infraestrutura o município de certa forma organizou-se, de forma planejada, para investir no sistema de tratamento de esgoto, já que o mesmo possui ainda 0% de tratamento de esgoto. Ao longo do mesmo tempo em análise, foram realizados projetos, identificado áreas para implantação das ETE’S, delineado diretrizes para aprovação de projetos de loteamentos, com exigências de redes de esgotos, mesmo que “seca”, pois não possuem condições de serem ligadas, mesmo assim, foram insuficientes para tal demanda de aprovação realizada e implantada. Tal ritmo de aprovação tornou-se um problema analisado pelo próprio Ministério Público do estado, determinado junto a prefeitura que a mesma interrompesse durante 2 anos, aprovação de novos loteamentos, que foi dentro do período em análise.

Seria Lemos insiste ainda interessante que houvesse a importância de impedir a expansão do perímetro urbano nos próximos dez anos, mas vale lembrar que são necessários mecanismos que forcem o uso dos lotes ociosos.

A expansão desenfreada, tendo como propósito ao atendimento do interesse do capital e também do grande empreendedor, obriga o ente público a estender suas infraestruturas, tipo água, luz, esgoto, coleta de lixo, segurança pública, postos de saúde, creches e escolas, transporte público nas quais o dono do capital investido nestes loteamentos praticamente se isentam de responsabilidades e até mesmo dos custos na implantação destes, e em alguns empreendimentos atuais, os mesmos doam pequenas áreas para algumas execuções de postos, que ainda sim, repetindo, não são de responsabilidades destes. Mas a implementação destes serviços e postos de atendimento, valorizam ainda mais o empreendimento dos incorporadores e até mesmo os lotes e ou áreas adquiridas pelos especuladores. Tem-se ainda o interesse e a necessidade de empresas privadas de investirem para atenderem estes empreendimentos, como por exemplo as empresas de telefonia e bancos.

Surge ainda, as questões ligadas ao transporte, seja ele público ou por meios próprios, como os realizados por motos e carros, onde desencadeiam variáveis que impactam os indicadores de acidentes, volume de tráfego que desembocam nas vias principais de acesso, seja rumo aos centros comerciais de Senador Canedo, seja os de Goiânia.

Nisto tudo, percebe-se de forma direta que os custos de toda esta engrenagem do capital, impactará num sobrepreço dos impostos IPTU IPVA Taxas de água, esgoto iluminação, contas de telefonia, dentre outros, e estas práticas de estado e do capital de repassarem os custos e aumentarem os lucros, sobre cairá na sociedade, seja ela a de consumo seja ela a sociedade comum.

Assim, distanciara ainda mais o cidadão necessitado e trabalhador, da aquisição e da manutenção de um lote, seja ele para um possível investimento seja ele para um futuro recente empreendimento imobiliário, e por consequência, a efetiva e tão sonhada casa própria.

REFERÊNCIAS

AMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 143 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NB 1350 – Normas para elaboração de plano diretor**. Rio de Janeiro: ABNT, 1991.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

MOYSÉS, Aristides; BORGES, Elceni. **A retomada dos financiamentos públicos imobiliários e a produção para os setores populares: impactos na reconfiguração espacial da RM de Goiânia**. Rio de Janeiro: ANAPUR, 2011. p. 1-23.

SABOYA, Renato. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. **O que é especulação imobiliária?**. In: Urbanidades, Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores, 2008. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria>. Acessado em: maio de 2017.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995. 476 p.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999. p. 237-247.

VAZIOS URBANOS E SEUS NOVOS USOS: REFLEXÕES PARA A FORMA URBANA DE FORTALEZA (CE)

Emanuel Ramos Cavalcanti

Doutorando da Universidade Presbiteriana
Mackenzie (UPM)
São Paulo, SP

RESUMO: O artigo discute algumas características da transformação recente de vazios urbanos em áreas de expansão urbana de Fortaleza, Ceará. As linhas principais de abordagem são considerações de ordem morfológica e a análise de processos e atores envolvidos na transformação. São dois objetos de investigação: “produtos imobiliários” para os bairros Papicu e Presidente Kennedy. Estes projetos possuem características semelhantes por se localizarem em glebas anteriormente ocupadas por atividade industrial e por possuírem o mesmo programa arquitetônico: *shopping center* com torres residenciais e empresariais. O argumento central relaciona o resultado formal desses empreendimentos à transformação do traçado urbano da cidade, evidenciando aspectos que impactam no meio físico e social, mas também processos e atores envolvidos nos casos, destacando-se promotores imobiliários e o poder público. Foram utilizados alguns conceitos da Morfologia Urbana e, principalmente, procedimentos metodológicos de análise presentes na “escola” de morfologia urbana portuguesa (COELHO,

2013). Interessou-nos, essencialmente, identificar se essas enormes glebas ociosas e barreiras físicas são reincorporadas ao traçado urbano da cidade, qualificando-o, e a relação entre as duas iniciativas privadas e o planejamento e os projetos urbanos oficiais. A questão central é uma indagação sobre se os espaços resultantes têm um impacto socioespacial positivo ou se produzem segregação, seja pela valorização do solo, seja pela preferência de usos no espaço privado do lote. A reflexão voltou-se para questões que envolviam os novos espaços que são gerados por esses “produtos imobiliários”, no sentido de discutir sobre a transformação de áreas de vazios urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Forma Urbana. Vazios Urbanos. Planejamento Urbano.

ABSTRACT: The article discusses some recent transformation characteristics of urban voids in urban expansion areas of Fortaleza, Ceará, Brazil. There are two main lines of approach: considerations of morphological order and analysis of the processes and actors involved in the transformation. There are two research objects: “real estate products” for the neighborhoods of Papicu and Presidente Kennedy. These projects have similar characteristics for they are located on plots of land previously occupied by industrial activity and

have the same architectural program: shopping mall with residential and office towers. The central argument of the article relates the formal result of these developments with the transformation of the urban fabric, highlighting aspects that impact on the physical and social environment, but also processes and actors involved in the cases, highlighting property developers and public authorities. We use some concepts of Urban Morphology specially methodological procedures analysis from the Portuguese “school” of Urban Morphology (Coelho, 2013). It interested to us essentially to identify whether these huge urban voids and physical barriers are reincorporated into the urban fabric, improving it, and the relationship between the two private initiatives and the general planning for the city. The central question lied on whether the resulting space has a positive socio impact or produces segregation, by the increasing of land prices, or by the privatization of the public uses. The reflection turned to issues involving the new spaces that are generated by those “real estate products” in order to discuss the transformation of urban voids.

KEYWORDS: Urban Form. Urban voids. Urban Planning.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo da forma urbana ganhou vulto a partir da segunda metade do século XX e, no início de século XXI, se configurou como corpo teórico e metodológico de destaque no meio científico concernente. Desde ainda os trabalhos pioneiros de J. Stübben e C. Sitte – “A construção de cidades” (1890) e a “Construção da cidade segundo seus princípios artísticos” (1901), respectivamente – vimos, ao longo do século passado, a consolidação desse campo temático a partir da formação de importantes “escolas”, como a italiana, a francesa e a catalã – as mais importantes – sendo hoje campo disciplinar disseminado pelos mais diversos países, incluso o Brasil.

Esses estudos, centrados na compreensão dos aspectos físicos da cidade, buscam desvelar processos, transformações ao longo do tempo, apontando para compreensões possíveis do fenômeno urbano em dado tempo histórico. Esse campo teórico e, em especial, as ferramentas que disponibiliza serão os recursos utilizados para a argumentação do presente artigo que foi desenvolvido como atividade final da disciplina “Forma urbana e desenho ambiental” no âmbito do doutoramento do autor no primeiro semestre de 2015 e originalmente publicado nos Anais do IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IV ENANPARQ) realizado na cidade de Porto Alegre (RS) em julho de 2016.

Tomamos como base Coelho (2013), que desenvolveu extensos estudos morfológicos para as cidades portuguesas. Interessou-nos, especialmente, o percurso metodológico utilizado, ou seja, aquele que partiu do entendimento que a totalidade da cidade conforma uma série de tecidos homogêneos, articulados das mais variadas maneiras, e que esses tecidos, tomados como amostras de partes da cidade ainda

podem ser decompostos em diversas categorias morfológicas, como por exemplo, o elemento “quarteirão”, que vai ser utilizado na abordagem do objeto do presente artigo.

Nosso recorte espacial é a cidade de Fortaleza, também entendida como o palimpsesto acima apontado, mais especificamente, duas amostras de seu tecido urbano, em dois bairros bem distintos um do outro, mas contemplados por “produtos imobiliários” - residenciais e comerciais - semelhantes, compreendendo a construção do produto “*shopping center*-torres comerciais e condomínios”, produzidos pelas mesmas empresas incorporadoras e construtoras.

Dentro desse recorte no nível do bairro um outro foi produzido, correspondendo ao elemento “quarteirão” já que os projetos supracitados acontecem em duas grandes glebas até então ociosas, instigando a discussão da relação entre os espaços público e privado, apontando para a necessidade da investigação desses processos de modificação das estruturas urbanas, especialmente os vazios urbanos, recentemente.

Fizemos também a relação do campo teórico da Morfologia Urbana com a discussão sobre a formação de vazios urbanos na cidade contemporânea (cidade pós-industrial). Os quarteirões recortados como exposto acima se configuraram exatamente, no caso do recorte para Fortaleza, como vazios urbanos, imensas glebas residuais de atividades industriais finalizadas que foram revalorizados recentemente e que, por conta disso, surgiram como potenciais espaços para os empreendimentos que foram analisados.

O trabalho foi estruturado em duas partes, contando com algumas considerações finais. Na primeira parte, segundo capítulo, apresentamos e discutimos o referencial teórico que foi fundamentado nos estudos da forma urbana e na discussão dos vazios urbanos, relacionando as interfaces entre esses dois campos teóricos.

Na segunda parte, terceiro capítulo, descrevemos os projetos selecionados, situando-os no contexto dos bairros e no tecido urbano da cidade de Fortaleza, identificando as suas características de intervenção nas glebas-objeto dos projetos. Em seguida, ainda no mesmo terceiro capítulo, apresentamos uma discussão, relacionando teoria e aspectos de legislação urbana com o objeto de estudo.

2 | FORMA URBANA: CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A RELAÇÃO COM OS VAZIOS URBANOS

Antonucci (2005) resgatou os condicionantes e desdobramentos dos estudos da forma urbana que ganharam força em momento de crítica ao Movimento Moderno nas décadas de 1950 e 1960. Delineou a genealogia desse movimento de crítica, destacando autores fundadores, além do surgimento de “escolas nacionais” a partir do ideário proposto, chegando, dessa forma, a montar um panorama desses estudos no Brasil.

Apoiada no trabalho de Moudon (1997) identificou os pioneiros dos estudos da

forma urbana em Cozen e Muratori, o primeiro alemão, o último italiano, que, no início do século XX, nas suas respectivas áreas – geografia e arquitetura – desenvolveram conceitos que influenciaram as diversas gerações posteriores. Assim, foi possível surgir, especialmente na Itália, na França e na Espanha, as principais “escolas” de Morfologia Urbana, destacando-se, ao longo da segunda metade do século XX, autores como Aymonino, Rossi, Castex, Panerai, Bohigas, Solà-Morales dentre outros. No Brasil, de forma tardia, somente a partir dos anos 1980, destacou-se Vicente del Rio e seus trabalhos centrados em metodologias de leitura da cidade e ferramentas de desenho urbano.

Para não ficar apenas nas genealogias de autores, como os supracitados, podemos enunciar, a partir do que Antonucci (2005) utilizou como definição para o conceito de Morfologia Urbana – apoiada principalmente em autores como Moudon, Lamas e del Rio – uma versão resumida que acreditamos ser uma boa introdução ao assunto, suficiente para o escopo do presente artigo.

Assim, podemos afirmar que a Morfologia Urbana tem como objeto o estudo da cidade, especificamente, de seu tecido e elementos básicos (praças, edifícios etc.), considerando os processos transformadores ao longo do tempo, frutos das diferentes conformações sociais, servindo como instrumento importante de balizamento da atuação profissional do arquiteto urbanista, ou seja, da sua intervenção na cidade através do projeto urbano (ANTONUCCI, 2005).

Nesse universo extenso e complexo, de conceitos e metodologias, nos fundamentamos em Coelho (2013), livro-texto da disciplina cujo exercício final foi o presente artigo, onde encontramos o reflexo da tradição dos estudos da forma urbana apontado por Antonucci e de onde extraímos os recursos metodológicos para a análise dos projetos que escolhemos como casos.

Coelho (2013) desenvolveu estudos morfológicos para a realidade da cidade portuguesa. Fundamentamo-nos nos procedimentos metodológicos utilizados nestes estudos, ou seja, aquilo que pode ser replicado para outros contextos, para a análise de nosso recorte espacial, Fortaleza, Ceará.

Para Coelho (2013), o tecido urbano é a cidade física e condensa todo um processo evolutivo. Entretanto, a análise morfológica “[...] deve ir para além dos tecidos consolidados e que mais facilmente compreendemos. Pode e deve ser realizada nos fenômenos emergentes, ajudando à compreensão de tecidos não estabilizados”. (COELHO, 2013, p. 14). Dessa forma, ao ampliar o escopo de atuação dos estudos, nos foi permitido, neste artigo, a análise, mais adiante, dos fenômenos escolhidos.

Coelho (2013) apresenta recursos metodológicos, portanto, que partem do todo (o tecido urbano), para as partes, ou seja, os elementos componentes do tecido (praça, rua, edifício etc.), voltando ao final da análise para o todo, conformando uma compreensão possível da cidade. Esta análise, primeiramente, partiu da consideração de que a cidade é formada por um conjunto de tecidos homogêneos (Figura 1) que estão articulados de variadas formas, uns mais sedimentados, outros transformados

por intervenções recentes, modernistas, por exemplo, o que não excluiu trabalhar com intervenções mais recentes, contemporâneas.



Figura 1 – Os tecidos homogêneos de Lisboa (Baixa Pombalina ao centro da figura) e seus elementos articuladores (em cores, vias e logradouros, principalmente).

Fonte: COELHO, 2013, p.30.

Em seguida, Coelho (2013) definiu as categorias de decomposição dos tecidos, que são: rua e praça, os componentes públicos; quarteirão, parcela, edifício comum e edifício singular, os componentes privados. São, portanto, os elementos da decomposição elementar pretendida (Figura 2).

Desses elementos, nos utilizaremos do “quarteirão” como ferramenta de análise para nosso caso, já que a análise completa, com todos os elementos, não coube no escopo desse artigo, e porque Coelho (2013) considera que as análises podem ser feitas a partir de um elemento apenas. O elemento quarteirão tem lugar na concepção da cidade e, ao mesmo tempo, é escala de intermediação; liga-se ao grande traçado e à vida doméstica ao mesmo tempo. “Cabe, pois, ao quarteirão dar sentido à cidade na relação entre as escalas do urbano e do arquitetônico”. (COELHO, 2013, p. 124).

Coelho (2013) buscou requalificar a função do quarteirão no universo do tecido urbano. Assim, mostrou que este deixa de ser um mero negativo do grande traçado ou objeto de uso ideológico pelo Movimento Moderno, por exemplo, e passou a ser o lugar por excelência, na cidade contemporânea, da experimentação. Dessa forma, inverteu essa relação, passando da condição de gerado para a de gerador da forma urbana.

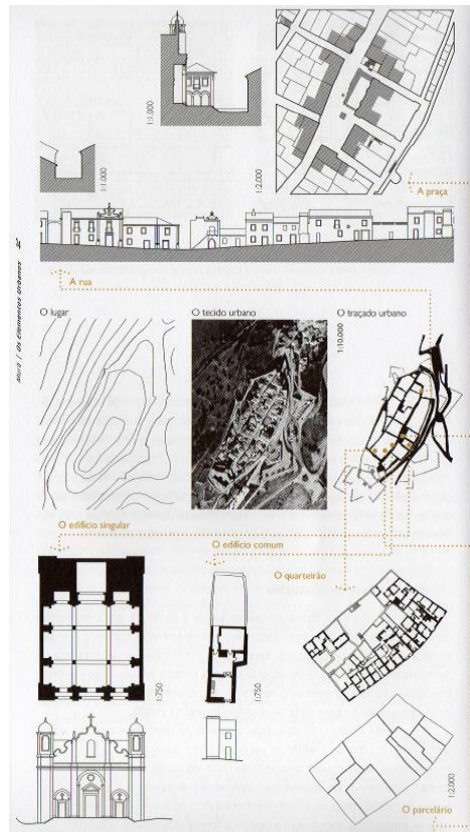


Figura 2 – Exemplo de decomposição elementar para a cidade de Monsaraz, Portugal.

Fonte: COELHO, 2013, p.34.

Para o presente artigo foi fundamental a afirmação acima de que o quarteirão é esse elemento de experimentação por excelência. Isto porque os casos aqui analisados foram dois projetos do setor imobiliário propostos para áreas diferentes da cidade de Fortaleza, a serem realizados em grandes glebas – quarteirões – consideradas vazios urbanos, portanto, espaços propícios a experimentação por causa da ausência de uso.

Como proposta deste capítulo, coube ainda relacionarmos o campo teórico dos estudos da forma urbana acima discutido com a discussão acerca dos vazios urbanos, apontando, para estes, definições possíveis e implicações nos estudos urbanos. O tema dos vazios urbanos é recente, porém já bastante explorado dado o progressivo interesse acadêmico das últimas décadas.

A discussão sobre os vazios urbanos remonta ao acirramento da crise mundial do capitalismo nos anos 1970, que produziu processos significativos de desindustrialização nos países mais desenvolvidos – Estado Unidos, Inglaterra, França etc. – que, por sua vez, trouxe obsolescência a partes consideráveis dos tecidos urbanos das principais cidades industriais destes países. Essa obsolescência foi marcada pela ruína de complexos industriais e áreas portuárias associadas a estes, geradores de efeitos negativos importantes como desemprego e encolhimento populacional.

O interesse pelos vazios urbanos, em especial, pelas possibilidades de sua transformação – que vão ter como protagonista a figura do projeto urbano, categoria de intervenção que desponta na Europa e Estados Unidos a partir dos anos 1970 – ganhou vulto a partir dos anos 1980, principalmente na Europa (MARTINS, 2012).

Atualmente, o tema é discutido a partir de conceitos como “*brownfields*” e “*wastelands*”, que compreendem terrenos contaminados pela presença anterior de uso industrial e que são encarados, hoje, nos termos do desenvolvimento e do urbanismo sustentável, como possíveis áreas de recuperação para usos tanto rurais como urbanos.

Também há a discussão sobre a regeneração urbana daquelas antigas áreas industriais que a partir dos anos 1970 entram em obsolescência, o que tem envolvido grandes iniciativas na forma de projetos urbanos. Nesses casos são priorizadas, em especial na Europa, as áreas das *friches industrielles* (MENDONÇA, 2001) e periferias industriais (MARTINS, 2012), significativas porções territoriais localizadas próximo às áreas centrais das principais cidades e cidades médias europeias, abrindo caminho para intervenções no tecido urbano consolidado em oposição ao espraiamento urbano.

Outra categoria recente de análise dos vazios urbanos, de grande repercussão na comunidade acadêmica remete a Solà-Morales (2002, p. 187. Tradução Nossa), quando este propõe entender os vazios urbanos a partir da consideração de que:

A relação entre a ausência de uso, de atividade e o sentido de liberdade, de expectativa é fundamental para entender toda a potência evocativa que os terrain vague das cidades têm na percepção da mesma nos últimos anos. Vazio, portanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectativa.

Por fim, entendemos que a partir da discussão acima, tivemos uma oportunidade de aproximação entre o instrumental da morfologia urbana e a discussão dos vazios urbanos, principalmente no que se refere às possibilidades de transformação desses espaços (expectativa) e à discussão sobre a qualificação possível desses espaços ociosos quando transformados, se resultam ou não em espaços renovados do tecido urbano.

Colocamo-nos, como ponto de partida para a discussão seguinte, uma questão articulada com o campo teórico escolhido que fundamentou nossa argumentação ao longo do artigo: se o quarteirão é o lugar por excelência da experimentação do desenho urbano na cidade contemporânea, como ficam espaços como os que selecionamos que são ações de projeto arquitetônico desvinculados de um agenciamento do quarteirão e deste com a cidade?

Portanto, discutimos para os casos analisados se os quarteirões que sofreram ou estão sofrendo as intervenções poderiam cumprir, a partir dos conteúdos teóricos utilizados neste artigo, sua função de lugar da experimentação, contribuindo, através do (re)desenho urbano, para alguma qualificação da forma urbana de Fortaleza.

3 | TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA FORMA URBANA DE FORTALEZA: DOIS CASOS

3.1 Antecedentes

A formação das primeiras periferias industriais de Fortaleza (Figura 3) remonta aos fins do século XIX quando a linha férrea começou a ser instalada a partir dos anos 1870. Ao longo dos três primeiros quartos do século XX, configuraram-se ao longo dos ramais ferroviários da cidade – um a sul e outro a oeste – bairros proletários, compostos por vilas operárias, loteamentos oficiais e, principalmente, por ocupações irregulares, notadamente pelo fato do intenso fluxo migratório sertão-capital que aconteceu nesse mesmo período de desenvolvimento industrial da cidade.

Com os processos de desconcentração industrial das últimas décadas do século XX – que incentivaram a instalação das indústrias na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e no interior do estado e a construção de um novo porto também na RMF – as orlas ferroviárias da cidade presenciaram, sistematicamente, o fechamento/deslocamento de plantas industriais, dando origem aos primeiros vazios urbanos nessas regiões, que eram, normalmente, grandes glebas de indústrias desativadas, mas também áreas pertencentes à ferrovia que ficaram subutilizadas, como oficinas, galpões ou estações desativadas.



Figura 3 – Antigas periferias industriais de Fortaleza ao longo dos ramais ferroviários.

Fonte: imagem *Google Earth Pro* modificada pelo autor.

Os próprios ramais ferroviários (Figura 4), após a desconcentração industrial de fins do século XX, receberam novas configurações. O ramal sul, o mais antigo, hoje funciona como a linha sul do Metrô de Fortaleza (METROFOR). O ramal oeste hoje funciona como a linha oeste do METROFOR, provisoriamente, com maquinário

do tipo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Por fim, o ramal Parangaba-Mucuripe está sendo adaptado também para VLT, obra programada para a Copa FIFA 2014 mas não finalizada, sendo recentemente reiniciada.

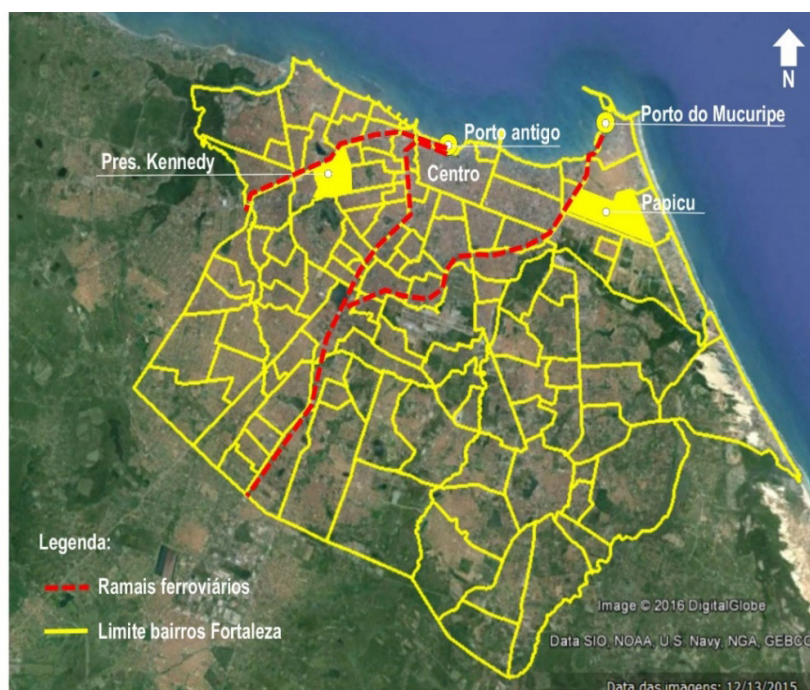


Figura 4 – Bairros Papicu e Presidente Kennedy no contexto de Fortaleza.

Fonte: imagem *Google Earth Pro* modificada pelo autor.

Destacamos também, por último, as mudanças, ao longo do século XX, da localização das áreas portuárias da cidade: do porto antigo, que funcionava desde o século XIX, ao Porto do Mucuripe, que começou a funcionar a partir dos anos 1940 e, por fim, ao Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, RMF, distante cerca de 60km da capital.

Essas mudanças tiveram impacto imediato nas áreas de entorno dos portos, gerando também a formação de vazios urbanos pela desativação da atividade portuária, no caso do porto antigo, já que o Porto do Mucuripe, apesar do novo porto no Pecém, ainda apresenta atividades de armazenagem de grãos e insumos petrolíferos e de gás liquefeito.

Os projetos escolhidos como objeto de análise do presente artigo têm lugar nos bairros do Papicu e Presidente Kennedy (Figura 4) e estão sendo executados em grandes glebas ociosas, vazios urbanos devido ao fim de seus usos industriais, processo também relacionado com a desconcentração industrial acima mencionada.

No primeiro caso (Figura 5), projeto quase concluído, o terreno foi resultado da desativação da fábrica de bebidas Astra, do grupo empresarial local J. Macedo, posteriormente absorvida pela Brahma.



Figura 5 – Bairro Papicu e a área do empreendimento.

Fonte: imagem *Google Earth Pro* modificada pelo autor.

O segundo terreno (Figura 6), com obras em fase inicial de construção, o terreno foi resultado da desativação de antigas indústrias do ramo têxtil, a Tomaz Pompeu, de grupo homônimo, e a Esplanord, pertencente aos grupos empresariais locais Otoch/Esplanada. Ambas as glebas, portanto, se configuravam, antes das obras dos dois empreendimentos, como imensos vazios urbanos.



Figura 6 – Bairro Presidente Kennedy e a área do empreendimento.

Fonte: imagem *Google Earth Pro* modificada pelo autor.

3.2 Os bairros papicu e Presidente Kennedy

Os bairros onde os projetos foram inseridos apresentam importantes diferenças entre si. O Papicu, ao longo da expansão urbana da cidade no século XX, não possui destaque para a ocorrência de lotes destinados ao uso industrial, embora o terreno em questão, localizado de forma central ao bairro, esteja a cerca de 1km do ramal ferroviário de cargas “Parangaba-Mucuripe” e a cerca de 3km do Porto do Mucuripe. O lote da fábrica Astra e sua atividade correlata, portanto, é uma exceção no bairro.

Este bairro, pelo contrário, concentra forte uso residencial, tanto de médio como

de médio-alto padrão – um metro quadrado equivalente a R\$ 4.643,00 em números de 2016, sendo o preço médio de Fortaleza de R\$ 4.849,00, apresentando variação positiva de 244,5% de outubro de 2008 a abril de 2016 (Figura 7). Isso atestou o que ocorreu em parte dos últimos dez anos quando, aproveitando tendência nacional, o bairro experimentou intenso desenvolvimento imobiliário, principalmente residencial de médio e alto padrão, mas também da construção de grandes equipamentos, como o que está em questão. O metro quadrado dos bairros vizinhos como o Cocó (R\$ 6.269,00), De Lourdes (R\$ 5.295,00) e Aldeota (R\$ 6.127,00) chegam a ser ainda mais altos, confirmando a tendência recente e progressiva de valorização da área de entorno do Papicu.



Figura 7 – Variação do preço do metro quadrado para o bairro Papicu, 2008-2016.

Fonte: FIPE.

Em contraste com a valorização do solo no bairro, o Papicu concentra áreas de pobreza, possuindo várias favelas. Podemos falar, com destaque para a presença da Lagoa/Morro do Gengibre e do Pau Fininho, favelas parcialmente em área de preservação permanente, a da Lagoa do Gengibre e da Lagoa do Papicu, esta última, recurso hídrico vizinho ao empreendimento do Riomar Fortaleza.

O bairro Presidente Kennedy, ao contrário, pertencente à região oeste da cidade, tradicionalmente marcada pela presença de plantas industriais, pois nessa área se consolidou, ao longo do século XX, o primeiro e mais importante distrito industrial da cidade, desenvolvido ao longo da linha férrea, pelos ramais Fortaleza-Sobral (oeste) e Fortaleza-Baturité (sul) e da Av. Francisco Sá (Figura 8).

O padrão urbano aí conformado é de médias e baixas rendas, com numerosas áreas de favelas em seu entorno, parcialmente em área de preservação permanente, como é o caso dos assentamentos precários na Lagoa do Urubu e ao longo do riacho Alagadiço.

Entretanto, o mesmo *boom* imobiliário na cidade antes mencionado impactou na região – Presidente Kennedy e bairros de entorno, como Pici, Parquelândia e São

Gerardo - com a realização, bem mais modesta do que no Papicu, mas digna de nota, de condomínios de médio padrão e até torres comerciais (Pici e São Gerardo).



Figura 8 – Área oeste de Fortaleza e a conformação dos bairros ao longo da linha férrea e Av. Francisco Sá.

Fonte: imagem *Google Earth Pro* modificada pelo autor.

Essa verticalização ainda é incipiente. Entretanto, no Presidente Kennedy o valor do metro quadrado já alcançou R\$ 4.295,00 com variação de 329,5% de maio de 2010 a abril de 2016, o que aproximou esse valor daquele do Papicu (Figura 9), embora os bairros apresentem situação estruturais urbanas e perfis socioeconômicos tão diferentes. A própria verticalização incipiente antes mencionada tem ocorrido, a partir dos anos 2000, de forma mais frequente em bairros vizinhos como Pici, Parquelândia, São Gerardo e Vila Ellery, mais do que no próprio Presidente Kennedy.



apartamento à venda, todos os quartos, no ZAP Imóveis

abr/2016

	Valor médio do metro quadrado	Tamanho da amostra
PAPICU	R\$ 4.643	173
PRESID KENNEDY	R\$ 4.295	13

Figura 9 – Variação do preço do metro quadrado, comparativo entre os bairros Papicu e Pres. Kennedy, 2010-2016.

Fonte: FIPE.

Destacamos que parte desse interesse imobiliário recente se relacionou à boa localização viária – principalmente próxima ao eixo comercial-serviços da Av. Bezerra de Menezes – e oferta de transportes nessa região, bem como pela presença de equipamentos importantes para as classes contempladas com a recente valorização imobiliária como rede de supermercados, escolas e *shopping center* como o North Shopping, o primeiro a ser construído na região, funcionando há vinte e quatro anos.

3.3 Os “produtos imobiliários” escolhidos

Com relação aos projetos, as características mais marcantes são três: I) do ponto de vista tipológico – ambos conformam áreas de torres residenciais e de uso comercial/empresarial, com possibilidade de hotel no caso do projeto do RioMar Fortaleza no Papicu (Figura 10), associadas a implantação de *shopping center*; II) pertencem a mesma associação de empresas incorporadoras – grupos João Carlos Paes Mendonça (JCPM) e Moura Dubeux; III) estão sendo executados com diferença reduzida de tempo de um empreendimento para outro, sendo o empreendimento do Papicu inaugurado parcialmente (2014) ao tempo que as obras do empreendimento do Presidente Kennedy (Figura 11) já estavam se iniciando em setembro de 2014 com previsão de inauguração em 2 anos.



Figura 10 – Complexo imobiliário no Papicu com o Shopping Riomar Fortaleza em destaque.

Fonte: G1. Disponível em: <<http://s2.glbimg.com/eFVqKV785zGrY4bKFBvwAV1DXU=/620x465/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2014/10/28/riomar.jpg>>. Acesso em: mai. 2016.



Figura 11 – Complexo imobiliário no Presidente Kennedy com Shopping Riomar Kennedy em destaque.

Fonte: Grupo JCPM. Disponível em: <https://dialogopoliticos.files.wordpress.com/2016/10/1416935305_large.jpg?w=816&h=9999>. Acesso em: mai. 2016.

O projeto para o Papicu foi realizado mediante a Operação Urbana Consorciada (OUC) Lagoa do Papicu, Lei N.º. 9857/11, que contemplou algumas intervenções no entorno, porém de impacto discreto: alargamento das vias lindeiras a gleba do lote, alça por viaduto construída como acesso, remoção de algumas casas para abertura de via ao longo de um quarteirão – outro acesso ao *shopping* - dentre outras. Indagamo-nos se essa intervenção, de cunho quase exclusivamente viário, já não estaria contemplada pelos estudos realizados para o Relatório de Impacto no Sistema de Trânsito (RIST) do empreendimento, evitando a realização de uma OUC que deve ser algo bem mais criterioso, abrangente e complexo do que o realizado, para além da escala do lote.

3.4 Forma urbana e vazios urbanos: algumas reflexões sobre os casos descritos

No caso dos projetos selecionados para Fortaleza não existiu predefinição de desenho urbano onde o quarteirão pudesse ser trabalhado como elemento de experimentação e os vazios urbanos recebessem novas funções, atendendo às exigências do Estatuto da Cidade, Lei N.º 10.257/01. Embora o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), Lei Complementar N.º 062/09, tenha inserido em seu texto os instrumentos de inibição da especulação imobiliária e de promoção do redenho de partes da cidade, com participação da iniciativa privada, como as OUCs e as Zonas Especiais de Interesse Social 3 (ZEIS-3), de vazio, esses instrumentos até então não foram regulamentados.

No lugar de novas configurações que qualifiquem, em especial, o espaço público, a especulação imobiliária tem prevalecido, sem combate da Prefeitura, sendo os terrenos em questão finalmente negociados entre grupos empresariais interessados quando as possibilidades de lucro de empreendimentos, dada a valorização progressiva recente dos preços do solo naqueles bairros, parecem atrativas.

Essa valorização progressiva vem ao encontro da legislação pertinente, pois ambos os terrenos estão em Zona de Ocupação Prioritária (ZOP). No caso do Papicu,

do tipo 2, no caso do Presidente Kennedy, do tipo 1 (FORTALEZA, 2009). Essas zonas são as que estabelecem os melhores índices para a intensificação dos usos do solo urbano, embora essa intensificação acabe entrando em conflito com áreas de pobreza, como as favelas existentes apontadas acima, que acabam sendo, ao longo do tempo, pressionadas pelas novas construções de médio e alto valor.

Esse conflito fica ainda mais premente no caso do Presidente Kennedy porque o bairro está inserido na ZOP1, como acima falado, mas também está inserido em uma Zona de Requalificação Urbana do tipo 1 (ZRU1) que, ao contrário da ZOP, incentiva a requalificação urbana, em primeiro lugar, e secundariza a ação intensificadora do uso do solo (FORTALEZA, 2009).

Nessas ações de requalificação é que deveriam ter sido contempladas, mas não o foram, a garantia da preservação e recuperação de ativos ambientais associada à contemplação de ações de cunho socioeconômicos associadas à habitação e ao emprego.

Dessa forma, prevalece o projeto arquitetônico limitado a escala do lote, o que reforça a característica privatizante dos novos empreendimentos, *shopping* voltado ao acesso do automóvel e torres residenciais com enormes áreas de uso comum (Figuras 12 e 13), internas ao próprio lote, embora no empreendimento do Papicu tenha sido projetada uma praça pública entre as torres propostas (Figura 12).



Figura 12 – Implantação RioMar Fortaleza e torres.

Fonte: Organização de Corretores de Imóveis (OCI). Disponível em: <http://static.wixstatic.com/media/108c69_54219957cbaace80835d271b3cfa3624.png/v1/fill/w_784,h_562,al_c,usm_0.66_1.00_0.01/108c69_54219957cbaace80835d271b3cfa3624.png>. Acesso em: mai. 2016.

Nesses casos, o que antes se configurou, por décadas, como enormes barreiras

inibidoras da fruição do traçado urbano, seja no nível do pedestre, seja no deslocamento dos fluxos de trânsito, se reconfiguraram como novas barreiras.

Entretanto, com um poder de segregação ainda maior do que antes: além de selecionarem os usos e acessos com relação aos lotes, de conformarem usos e atividades desarticuladas com aqueles preexistentes no bairro, são fatores de reconfiguração de preços do solo, o que poderá, em um horizonte não muito distante, dificultar ou até inviabilizar o acesso à terra, seja comprada seja alugada nesses locais.

Parece-nos uma oportunidade perdida para, ao dar novos usos a esses vazios urbanos reconciliá-los com a cidade, qualificando a sua forma urbana. Essa qualificação deveria fazer valer a função social da cidade e da propriedade, avaliando inclusive a participação dos setores privados – utilizando instrumentos como as OUCs, a Transferência do Direito de Construir, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, Direito de Preempção dentre outros – entretanto, com o protagonismo da Prefeitura, vinculado ao planejamento da cidade e tendo como ferramenta de intervenção, o desenho urbano.



Figura 13 – Implantação RioMar Kennedy e torres.

Fonte: Imóveis Ceará. Disponível em: <https://www.imoveisceara.com/wp-content/gallery/acacias/01Bosque_das_acacias-Implantacao.jpg>. Acesso em: mai. 2016.

Além disso, em ambos os bairros, tem-se se perdido, a partir desse tipo de condução omissa do planejamento municipal, a oportunidade de diminuição do déficit habitacional e da salvaguarda das populações em áreas de risco e/ou em áreas de preservação permanente com a possibilidade de utilização dos vazios para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS).

No lugar desses aspectos positivos, surgem outros, seletivos e segregatórios. Embora saibamos que não há necessariamente irregularidade no que está sendo construído, questionamos a inserção na cidade de espaços privatizantes – condomínios e *shoppings* – voltados para circulação via automóvel particular e totalmente desvinculados da realidade do bairro onde estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o quarteirão é o lugar por excelência da experimentação e esta vem acompanhada do essencial instrumento do desenho urbano, as áreas estudadas, passam ao largo dessa consideração. Ao contrário do que vem acontecendo principalmente na Europa, como no caso das Zones d'Aménagement Concerté (ZACs) na França, por exemplo, quando os vazios urbanos têm sido reconfigurados através do (re)desenho do quarteirão em espaços onde a qualificação do espaço público prevalece e a ação estatal é protagonista, no caso do Brasil, Fortaleza especificamente, a situação é bem diferente.

Na capital cearense, a presença de um planejamento que raramente sai do papel, às vezes apenas contempladas algumas abstratas diretrizes, espaços semelhantes que configuram vazios urbanos são mais bem aproveitados – no sentido mesmo de empreendimento – pelos setores imobiliários que veem nesses espaços grandes glebas com preços mais acessíveis e pertencentes a um ou poucos donos, oportunidades de bons lucros, o que pode até desencadear um efeito multiplicador, nos bairros onde se inserem, já que esses produtos imobiliários trazem valorização do solo de seu entorno.

Dessa forma, tendemos a perder a oportunidade da transformação desses vazios urbanos com o protagonismo do poder público e, claro, com a participação dos setores imobiliários, importante para o compartilhamento do ônus da urbanização. Ao contrário, em perspectiva de tempo não muito distante, a expansão urbana de Fortaleza continuará no sentido da dispersão da urbanização e da ampliação da “cidade ilegal”, reservando, perversamente, as áreas mais centrais ao acesso de poucos.

REFERÊNCIAS

ANTONUCCI, D. **Morfologia urbana e legislação urbanística: estudo de setores de bairros na cidade de São Paulo no período de 1972-2002**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2001.

COELHO, C. D. (coord.). **Os elementos urbanos**. Lisboa: ARGUMENTUM, 2013.

FORTALEZA. Lei nº 9.857, de 22 de dezembro de 2011. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, ano LVIII, nº 14.701, p. 1-4, 29 dez. 2011.

_____. Lei Complementar Nº 062, de 2 de fevereiro de 2009. Plano Diretor Participativo. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, ano LVI, nº 14.020, p. 1-520, 13 mar. 2009.

MARTINS, A. de A. C. **Transformação urbana: projetando novos bairros em antigas periferias**. Brasília: Thesaurus, 2012.

MENDONÇA, A. da M. Vazios e ruínas industriais: ensaios sobre friches urbaines. **Arquitextos**,

São Paulo, ano 2, n. 014.06, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: mai. 2016.

MOUDON, A. V. Morfologia Urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**, ano 3, p. 41-49, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/nostr/Downloads/RMU%203.1_Moudon.pdf>. Acesso em: mai. 2016.

SOLÀ-MORALES, I. de. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.

URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

José Almir Farias Filho

Universidade Federal do Ceará, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo
Fortaleza – CE
josealmirfarias@gmail.com

Denise Barcellos Pinheiro Machado

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro - RJ
denisepm10@gmail.com

RESUMO: Nos últimos anos, o “Urbanismo Sustentável” vem se desenhando em pesquisas e experimentações realizadas por teóricos e profissionais de diferentes campos do conhecimento, articulando um diálogo entre as ciências naturais e sociais com as artes e humanidades. Este cruzamento de saberes tem conduzido a, pelo menos, duas grandes vertentes de atuação: a do planejamento urbano, que investiga padrões de urbanização em sinergia com a dinâmica ecológica; e a do desenho urbano, que investe na concepção de projetos resilientes e socialmente mais justos. Compreender o contexto em que se inserem os estudos e casos práticos é o objetivo central deste artigo. Neste sentido, o texto que se segue faz uma súmula de seis estudos que, embora não abarquem todas as nuances dessa questão complexa, oferecem uma amostra

do atual debate acadêmico brasileiro sobre o urbanismo sustentável, revelando parte de nossos dilemas teórico-conceituais e anseios por respostas mais consistentes. Ao considerar o conjunto dessas contribuições, o texto que se segue não se restringe a uma resenha crítica, mas propõe um outro percurso interpretativo a partir de uma reflexão sobre aqueles conteúdos e passagens mais provocativos. Como se pode deduzir, tal expediente demanda ao leitor um esforço extra de se lançar sobre os resultados de outras pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo sustentável. Política urbana. Ecologia urbana.

ABSTRACT: In recent years, the “Sustainable Urbanism” has been drawing on research and experiments carried out by theorists and practitioners from different fields of knowledge, articulating a dialogue between the natural and social sciences with the arts and humanities. This combination of knowledge has led to at least two major strands of work: the urban planning, investigating urbanization patterns in synergy with the ecological dynamics; and the urban design, that focus on the design of resilient and more socially fair projects. Understand the context in which are inserted the studies and practical cases, is the central objective of this paper. The six articles presented here, even though they do not cover all the nuances of this

complex issue, offer a sample of the current Brazilian academic debate on sustainable urbanism, revealing part of our theoretical and conceptual dilemmas and yearnings for more consistent responses. This text considers all these contributions but is not restricted to a critical review. It proposes an interpretive issue from a reflection on those contents and more provocative passages. As can be deduced, it demands from the reader an extra effort to launch on other researches.

KEYWORDS: Sustainable urbanism. Urban policy. Urban ecology.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o “Urbanismo Sustentável” vem se desenhando em pesquisas e experimentações realizadas por teóricos e profissionais de diferentes campos do conhecimento, articulando um diálogo entre as ciências naturais e sociais com as artes e humanidades. Este cruzamento de saberes tem conduzido a, pelo menos, duas grandes vertentes de atuação: a do planejamento urbano, que investiga padrões de urbanização em sinergia com a dinâmica ecológica; e a do desenho urbano, que investe na concepção de projetos resilientes e socialmente mais justos.

Compreender o contexto em que se inserem os estudos e casos práticos é peça fundamental para o aprimoramento de abordagens futuras, quer em forma de políticas urbanas, planos de conjunto, projetos parciais ou diretrizes normativas. Considerando essa premissa, este artigo tem por objetivo refletir sobre o atual estágio de desenvolvimento dessa área de conhecimento entre nós. O cenário nacional incita diversos questionamentos que podem ser desdobrados em três grandes tópicos: o teórico-conceitual; as experimentações e práticas; os impasses e desafios.

Sobre a problemática teórico-conceitual pairam posicionamentos discordantes. Qual o status científico do urbanismo sustentável? Trata-se de um inovador sistema doutrinário ou um conjunto de teorias independentes, mas complementares? Um modelo original ou simplesmente uma coleção de manuais e guias práticos que relacionam problemas e soluções técnicas? Refere-se a uma nova utopia ou a uma política de conscientização? Representa o mais recente tratado urbanístico ou estaríamos uma vez mais diante de uma proposta de cidade ideal?

Sobre as experimentações e práticas, é preciso averiguar qual a contribuição do urbanismo na formatação de políticas públicas e arranjos de governança que levantam a bandeira da “sustentabilidade urbana”. Também cabe discutir a circulação e difusão de ideias nos meios acadêmicos e profissionais. Seja como transposições ou transferências de modelos, seja como repetições em contextos particulares, essas ideias têm o poder de desenhar e alterar a atuação profissional e se traduzem em inquietações que envolvem as agendas de pesquisa.

Sobre os impasses e desafios, sabe-se que o acirramento dos conflitos socioeconômicos entre interesses especulativos e patrimonialistas intensificam os riscos e neutralizam serviços e mecanismos de proteção ao ambiente. Pode-se

questionar qual seria o papel do urbanismo sustentável frente à ação estatal. Teria ele a tendência de ser um complemento da livre ação do mercado e das tendências de desregulação? A eficiência, eficácia e efetividade de suas ações dependeriam fundamentalmente de um retorno a um Estado centralizador e tecnocrático?

Há também o problema dos arquitetos-urbanistas que se mostram menos preparados para lidar com o tema e parecem ter perdido o protagonismo da iniciativa para especialistas científicos, organizações internacionais e associações ecológicas. Complementarmente, tem-se o desafio da compartimentação do conhecimento técnico-científico. Como tratar assuntos complexos como desigualdades e vulnerabilidades no ambiente construído sem associar abordagens pluri, inter e transdisciplinares? As divergências são evidentes diante da heterogeneidade de análises e experiências que pulverizam noções e juízos.

Este artigo é um compilado de seis artigos apresentados do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), realizado na cidade de Porto Alegre-RS, em julho de 2016. Esses artigos, mesmo que não abarquem todas as nuances dessa questão complexa, oferecem uma amostra do atual debate acadêmico brasileiro sobre o urbanismo sustentável, revelando parte de nossos dilemas teórico-conceituais e anseios por respostas mais consistentes. Ao considerar o conjunto dessas contribuições, o texto que se segue não se restringe a uma resenha crítica, mas propõe um outro percurso interpretativo a partir de uma reflexão sobre aqueles conteúdos e passagens mais provocativos.

2 | CONDENADOS A INVENTAR...O URBANO E O AMBIENTAL

A questão do urbanismo sustentável, ainda recente no Brasil, traz consigo a necessidade de se reportar aos conceitos, modelos e experiências formalizados nos países centrais. Neste ponto não há novidade, na medida em que sempre fizemos uso das traduções e transferências. O que importa mesmo é encontrar respostas consistentes não apenas para os problemas herdados da cidade industrial e das mutações pós-fordistas, mas sobretudo, enfrentar os desafios de nossa condição histórica e que já não cabem mais na fórmula “cidade partida”. No Brasil, para além das tradicionais injustiças do espaço urbano – habitação precária, segregação e ausência de infraestrutura – surgem novas formas de pobreza e desigualdade: feminização da pobreza, idosos vulneráveis, juventude em perigo, degradação ambiental acelerada, etc.

Ao que parece torna-se indispensável a construção de uma matriz comparativa onde constam precisões conceituais sobre as principais abordagens de desenvolvimento urbano sustentável. Nicolas Tão et al (2016) evidenciam a necessidade de distinção entre ‘urbanismo sustentável’ e ‘urbanismo ecológico’ como uma real diferenciação em termos do conhecimento prático e científico. O urbanismo sustentável consistiria

em uma abordagem, digamos mais pragmática, que trata das questões como o crescimento urbano inteligente (*smart growth*), o bom design do Novo Urbanismo e as certificações de alto desempenho ambiental para edifícios. O urbanismo ecológico, ao convergir os campos da ecologia e do urbanismo, representaria um avanço teórico e prático em relação ao anterior, abrindo a possibilidade para a interdisciplinaridade e participação comunitária, resultando em soluções mais consistentes.

Tomadas individualmente as diferentes ações propostas por uma abordagem ou outra, não seriam capazes de atacar o vasto leque de problemas e desafios que se colocam no espaço urbano. Mas, por certo, o contrário disso não se tornaria verdadeiro. O distúrbio não se restringe à ausência de articulação sincronizada de determinadas ações, por mais que elas sejam reconhecidamente aceitáveis. É forçoso admitir que a cidade é fruto de uma relação complexa entre suas formas físicas e as diferentes forças que a atravessam e inevitavelmente desembocam em vínculos de dominação e de sujeição.

Por isso é que, no plano político, construir uma urbanidade a partir de ações de sustentabilidade exige o desafio de uma ampla reforma ao mesmo tempo social e ambiental, condição que exige como pré-requisito um poder urbano (gestores e comunidade organizada) com a maior autonomia possível. O inconveniente é que, historicamente, todo desejo de reforma e autonomia da cidade esbarra nos condicionantes externos – um complexo de determinações políticas, técnicas, financeiras e culturais – que em geral reagem em ações de contrarreforma. Como afirma Sachs (2010), qualquer iniciativa de reforma urbana, ou a retomada do planejamento em novas bases, é vítima da reação de contrarreformas neoliberais, mesmo que essas busquem enfrentar as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

O problema das abordagens urbanísticas sustentáveis talvez seja o de não saber incorporar consistentemente as ações de igualdade e equidade no espaço urbano, pois tradicionalmente essas são vistas como subproduto do desenvolvimento econômico. A igualdade designa o fato de usufruir o mesmo status em todos os aspectos da vida, inclusive o de renda. A equidade é derivada da noção de igualdade moral segundo a qual os indivíduos deveriam ser tratados como iguais. Em termos do exercício efetivo dos direitos humanos, a igualdade comporta alguns componentes fundamentais como a indivisibilidade desses direitos, a não-discriminação e a coesão social, a prioridade às categorias vulneráveis e marginalizadas. A equidade faz referência à distribuição das oportunidades.

No que concerne as condições de existência na cidade, trata-se de igualar as oportunidades, e isso toma a forma de acesso aos serviços de saúde, à instrução e aos bens públicos de maneira imparcial e justa. Como lembra Jones (2009), esta carência se deve às dificuldades em lhes dar valor operatório e de traduzi-las em intervenções que se inscrevem em políticas públicas de grande repercussão. As posições ideológicas e as abordagens convencionais do desenvolvimento herdado do Consenso de Washington ainda predominam nos espíritos e nos governos.

3 | O RETORNO (IMPROVÁVEL?) DA UTOPIA

Por mais que muitos analistas insistem na condição utópica de certos princípios e diretrizes do urbanismo sustentável, é pouco provável que estejamos vivenciando um retorno da utopia. Os relatos historiográficos nos ensinam que a década de 1960 foi o último grande sopro da utopia. Raja (1993, p.29) lembra que aquele foi um “momento de conjunção de inspirações múltiplas e contraditórias visando exaltar os componentes mais modernos da sociedade e representar um hipotético mundo futuro através de visões oníricas e hipertecnologizadas”. Certamente o mundo mudou e anda mais impaciente e sombrio. No lugar das digressões delirantes do Archigram ou da orgulhosa autoafirmação dos metabolistas, o imperativo tecnicista significa, no momento atual, a expressão maior de um devir techno-cósmico, em que a cidade se torna uma “megamáquina” (HOTTOIS, 2002).

Consciente dessa nova realidade, as concepções de urbanismo sustentável pertencem a um tipo de formulação que não atualiza nem hibridiza os modelos urbanísticos utópicos anteriores. O desafio agora é preservar e planejar, com o auxílio cauteloso das soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental, e do uso dos recursos através de um agir “responsável”. Assim, não há um modelo espacial ideal a ser replicado, pois a ideia é melhorar a cidade existente. Na maioria das proposições, a intenção é partir da cidade tal como ela é (a cidade já está lá), e para a qual se busca um “equilíbrio”.

Mas, de modo indireto e não formalizado, a dimensão imaginária está presente, por meio de normas de ação e instrumentos técnicos que expõem uma visão de “vida partilhada”. Neste caso, as referências à utopia são mais complexas, mais próximas da contradição. Esse teor pode ser observado, por exemplo, em contextualizações como os princípios da *smart city* e o advento das “comunidades alternativas”. Em concepções como estas, é possível encontrar elementos utópicos atrelados a novas formas de cidade e de vida comunitária. As justificativas admitem que o campo está livre de qualquer referência relevante e usa a estrutura demonstrativa das utopias em três etapas: a denúncia dos males contemporâneos da sociedade urbana, a crítica das tradicionais ferramentas de gestão e a possibilidade de um estilo de vida alternativo.

Figueiredo (2016) levanta dúvidas acerca do modelo urbanístico *smart city* e de sua implementação no contexto brasileiro, destacando sua convergência com o figurino da gestão empresarial que adota soluções padronizadas objetivando um ganho de eficiência, em geral se referindo à provisão de serviços e ao uso de recursos naturais, financeiros e energéticos. Não se especificam perspectivas de como, quando, onde e para quem se dará essa melhoria. Com isso ignora os processos e conflitos sociais reproduzidos em seu território, sinalizando uma desassistência às camadas mais vulneráveis da população.

O autor observa, também, o predomínio de soluções desequilibradas com urgência em melhorias urbanas, em detrimento de uma estratégia de planejamento a médio e

longo prazo. Tudo se passa pela expectativa de que esses esforços particularizados convergiriam naturalmente para gerar uma *smart city*, como se ela não passasse de uma hiper-somatória de *smart projects*. Essa ideia, ingênua em sua simplificação, é fortalecida pelo modelo neoliberal e empresarial de gestão das cidades, em que se tornar “smart” é praticamente um esforço de *branding*, visando a conquista de uma certificação que traz maior competitividade frente a outras cidades.

Outras investigações, como as de Rocha (2016) e Diório (2016), discorrem sobre as práticas alternativas ao sistema hegemônico. O pressuposto teórico adotado nesses trabalhos considera a utopia como sendo o inverso da hegemonia. Nessa interpretação, a utopia enquadra-se em tudo aquilo que o sistema não acolhe como prevalente para a concentração de riquezas. Assim, as propostas de reformulação urbana e social, praticadas desde o final do século XX, correspondem a uma resposta não-hegemônica através da implantação de comunidades intencionais de base autogestionária e assentadas em aspirações socioculturais ambientalistas e em escolhas pessoais de mudança de modo de vida.

A ideia de *smart city* é próxima da ideia de *smart growth*, termos que revelam uma reação bem específica ao exagero e desperdício do modelo norte-americano de consumo do espaço. Segundo D. Farr (2013), quatro fatores parecem ter favorecido essa emergência: as mutações demográficas, como o envelhecimento da população que obriga a repensar as infraestruturas urbanas; o desenvolvimento de uma ética ambiental; a inflação da carga fiscal do ambiente construído; e uma visão mais nuançada do desenvolvimento. Na tradução brasileira, o “inteligente” incomoda, pois deixa a impressão de que tudo o que foi feito antes saiu da firme determinação de um bando de incompetentes. Mas será que estamos sendo inteligentes em “comprar” esses pacotes inteligentes? Apesar da correção e boa intenção dessas soluções, pode-se duvidar de sua predisposição para mudar a fórmula do desenvolvimento urbano contemporâneo.

O ressurgimento das práticas urbanísticas alternativas (expressas agora em ecobairros, ecovilas, etc.) se deve ao fenômeno mais recente de empoderamento dos coletivos cidadãos (NUNES, 2014): atores engajados da economia solidária; empreendedores sociais adeptos das trocas de bens e das trocas de saberes; atores da rede de cidades em transição; membros de alianças cidadãs de todos os gêneros, fóruns sociais de diversos horizontes, pactos de associações e de cidadãos, criativos culturais, etc. Da convergência de interesses individuais e coletivos surgem soluções para além daquelas tecnicistas e unidirecionais, exemplificando com perfeição que a esfera pública já não é o único lugar de participação racional a partir da qual se determina a ordem social. Como lembra Canclini (1997), a hibridação cultural decorrente da expansão urbana estimulou novos modos de habitar as cidades, onde cada pessoa ou grupo pode almejar isolar um espaço próprio. Todavia, resta-nos duvidar se os agenciamentos sociais derivados das comunidades alternativas avançariam para além das fronteiras de suas estruturas microssociais da urbanidade.

4 | O URBANISMO SUSTENTÁVEL É UM URBANISMO DE GESTÃO?

Uma das interpretações mais recorrentes é aquela que julga as ações do urbanismo sustentável como filiadas a uma “ideologia de conotação cientificista e tecnocrática”, tendo como objetivo supremo alcançar um “urbanismo de gestão” (LEVY, 2009, p.148). Nesse modo de ver, a finalidade não é mais transformar radicalmente a sociedade. De modo mais modesto, busca-se reduzir as desigualdades e enfatizar a solidariedade, distanciando-se de uma ideologia espacialista, entendida como a crença de que a ação sobre o espaço reforma o indivíduo e o social.

O espaço não apareceria mais como o principal veículo para a ação sobre a cidade, uma vez que muitas das ações propostas são de ordem imaterial e lidam com as práticas diárias, como o consumo. Mais importante seria a racionalização da gestão dos recursos naturais, em especial a análise da totalidade do ciclo de vida dos materiais, o desenvolvimento de matérias-primas e energias renováveis, e a redução da quantidade de materiais e energia utilizados. Mas, vistas dessa forma, as ferramentas e técnicas tendem a exceder o seu papel como auxiliares de decisão simples para conter em si o sentido e a finalidade da ação sobre a cidade, em risco de perder o espírito de alguma reforma social.

É nesta perspectiva que o recurso à técnica de aferição torna-se onipresente, estimulando a adoção de múltiplos indicadores, normas, índices e outras referências destinadas a equipar a gestão urbana. As ações urbanísticas ficam sujeitas às avaliações de performance, de modo a reduzir os desperdícios, reduzir os custos de funcionamento e de exploração dos recursos, além de melhorar a gestão dos riscos. Essa determinação aproxima mais uma vez o planejamento urbano das estratégias das corporações capitalistas.

Barroso e Resende (2016) e Figueiredo (2016) trazem luz sobre a “certificação ambiental”, uma das ações mais festejadas em se tratando de políticas urbanas sustentáveis. A certificação ambiental depende da adoção de indicadores, metas, boas práticas e rankings. Cria-se bancos de dados, difunde-se os casos exemplares e as referências nacionais e internacionais de excelência para a melhoria integrada dos indicadores urbanos. O objetivo é inspirar as ações de gestores públicos, empresas e outras instituições para a construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Mas uma leitura crítica e objetiva (de informações dispersas em relatórios, livros, sítios digitais e outros meios de comunicação), revela um cenário com as mais diversas métricas geradas por diferentes organizações públicas e privadas. Há um embate entre métricas verificáveis e jogos de palavras para a quantificação dos indicadores que podem servir a manobras e manipulações. Os procedimentos são questionáveis e carecem de revisão ou novas metodologias. No que pese toda essa desconfiança, não seria o caso de admitir que, mesmo assim, se trata de um avanço, um ponto a favor no terreno da transparência de gestão urbana?

O problema das certificações ambientais é que o expediente não ambiciona definir uma nova economia que não se baseie no crescimento ilimitado ou que se fundamente em valores subjetivos como a felicidade. De fato, essas ações não desconstruem o pressuposto do desenvolvimento (econômico, social ou humano) e o uso de termos como “investimento” e “capital” sobre a natureza evidencia fortemente esse aspecto. Elas sinalizam um “compromisso”, a meio caminho entre uma concepção da história como um processo sem fim e um procedimento de conscientização de seus limites. É possível questionar, neste caso, se o urbanismo sustentável pode ser o suporte de novas crenças de melhoria da condição humana. Seria ele um urbanismo de desilusão?

5 | GOVERNANÇA, CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO.

Os arquitetos-urbanistas perderam o protagonismo da iniciativa e se mostram menos preparados para lidar com o tema do urbanismo sustentável? Coelho e d'Oliveira (2016) relatam as experiências de participação popular no planejamento urbano após a criação do Ministério das Cidades, em 2003, os autores argumentam que, diante da complexidade dos problemas urbanos atuais, o urbanista demiurgo, onipresente, cuja imagem remonta ao século XIX, já não é mais o protagonista. Ele perde sua influência decisiva para iniciativas emergentes da sociedade civil, dos coletivos cidadãos que atuam no espaço público por direitos e melhorias da qualidade de vida, das instituições engajadas em processos de cooperação a serviço de comunidades vulneráveis, ou dos processos de autogestão comunitária.

Os autores defendem a tese de que a conceituação do urbanismo sustentável não pode se limitar à produção e gestão de saberes técnicos, pois envolve também a ação dos atores sociais que formulam e decidem sobre suas formas de implementação. Ao destacar o caráter inovador do processo de institucionalização de duas instâncias participativas – as Conferências das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades –, eles enfatizam a viabilidade de uma prática urbanística sustentável através da construção de amplos fóruns de debates onde se manifestam os conflitos, circulam as ideias e difundem-se as experiências. Nestas instâncias de negociação haveria o reconhecimento e o fortalecimento das arenas heterogêneas da gestão participativa como lugar central da política urbana.

A proposição da governança participativa não é estranha aos textos fundadores do urbanismo sustentável. Em verdade, eles colocam em destaque as questões e desafios da governança, admitindo que as autoridades locais e cidadãos possuem um novo papel: o da ação coletiva tomada a nível local, com uma forte ênfase na dimensão participativa. Chalas (1998, p.205) já reconhecia que, abordar a prática do urbanismo na contemporaneidade, e de modo mais amplo a governança urbana, é primeiramente constatar o surgimento de novos elementos que interferem nesta prática ou que a determinam ou a orientam, e que, em qualquer caso, a transformam. Esses novos

elementos são assim enumerados pelo autor:

- A diminuição da ação decisiva e voluntarista dos poderes públicos;
- A descentralização e, com ela, um modo de ação pública não só menos centralizada, mas menos tecnocrática e menos rígida;
- A perda dos modelos de referência e o refluxo de utopias;
- O declínio do planejamento e, em contrapartida, o avanço da abordagem de projeto inseparável da ideia de programação aberta;
- A multiplicação dos atores e das instâncias presentes no campo do urbano e correlativamente a emergência deste mesmo campo de novas capacidades de especialização;
- A compartimentação das competências e, acompanhando este movimento, a construção de saberes novos, transversais, que se cruzam ou integram diferentes abordagens e partem de setores ou de domínios anteriormente herméticos uns em relação aos outros, tal como o social e o ambiental, o emprego e a cidade, ou ainda a mobilidade e a cidade, etc.;
- O aumento de litígios e das recusas de todo tipo que emanam da vida em comunidade.

O problema é que, na experiência brasileira, os postulados desandam. Ermínia Maricato (2012) lembra que “nunca fomos tão participativos” mas, contraditoriamente, a possibilidade de debater temas estruturais é remota para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs guiados pela hegemonia do “participacionismo”. Isso porque:

“...aparentemente nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo... desistimos de fazê-lo” (MARICATO, 2012, p.90).

Segundo Maricato, esse esvaziamento se deve ao fato de que os movimentos sociais urbanos não dão importância à informação enquanto estratégia essencial para sua organização. Não se discute a renovação ou ampliação de lideranças, nem o surgimento de novos movimentos. Os processos pedagógicos sobre identidade, compreensão científica e ideológica do mundo foram relegados ao esquecimento. Ocorre uma atração muito forte pelo espaço institucional ou institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si.

Sem deixar de reconhecer a extraordinária relação de iniciativas impulsionadas pelo Ministério das Cidades, o fato é que a questão ambiental se mostra, no horizonte atual, como a via mais promissora de enfrentamento ao capitalismo. Mas, neste caso, não haveria necessidade de distinção entre urbanismo sustentável e movimento ambientalista? O primeiro, como já sabemos, faz das comunidades locais e urbanas a base da sua abordagem e oferece ao *locus* uma grande liberdade de ação. O segundo ambiciona ser uma força política nacional e, em boa parte, é refratário a propostas urbanísticas mais progressistas como aquelas defendidas pelos movimentos ligados à Reforma Urbana.

Consideremos, por um instante, que a prática do urbanismo sustentável seja uma variante desse modo de pensar. Na impossibilidade de se alcançar o ótimo, uma saída seria, de maneira mais modesta, definir e comparar os caminhos de desenvolvimento alternativo em condições de selecionar com racionalidade os objetivos e evitar o desperdício na utilização dos recursos, superando a atual distribuição de bens operacionalizada pelo mercado. Tanto melhor se o planejamento for conduzido em um ambiente democrático, por meio de uma negociação entre os quatro grandes grupos de atores: o Estado, os empresários, os trabalhadores e os representantes da sociedade civil organizada. Essa via *soft* (?), como diz Morin (2010), empenha-se mais na metamorfose que na revolução, já que a crise planetária desperta tanto a regressão e a desintegração quanto a emergência de forças criativas.

6 | CONCLUSÃO

Como consideração final, não custa lembrar que há um drama urbano em curso e que ele se aprofunda, embora esse seja apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana. Para citar Guattari (1992), não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica não deverá se contentar com a preocupação com fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto as devastações ecológicas no campo do social e no domínio mental. Sem a transformação das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material.

Ironicamente, o urbanismo sustentável, para ser efetivo, não poderá se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. O problema urbano é um problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A construção da cidade sustentável traz uma função subjetiva que é ignorada por muitos especialistas, e que não poderia ser abandonada ao sabor do mercado imobiliário, das programações tecnocráticas e ao gosto médio dos consumidores. A “gentrificação verde” (GOULD & LEWIS, 2016), esse mais novo subproduto de iniciativas bem-intencionadas, mostra os perigos do desvirtuamento incessante a que estamos submetidos.

A ruptura que se exige, como ensina mais uma vez Guattari, não pode ser assumida através de simples procedimentos consensuais e democráticos. Trata-se, em suma, de uma transferência de singularidade das ações criadoras para a subjetividade coletiva. Isso porque todos nós nos encontramos imprensados, de um lado, pelo nomadismo caótico da urbanização descontrolada ou unicamente regulada por instâncias tecnocráticas e, por outro lado, pelo próprio nomadismo mental se manifestando através de uma multiplicidade de personas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discurso da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR. Nº 1, maio, p.79-90, 1999.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. **Arquitextos** 042.02, ano 04, nov. 2003.
- BARROSO, Letícia e REZENDE, Vera Lúcia F. O diálogo da sustentabilidade com a cidade. In **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.
- BURBAGE, Frank. **Philosophie du développement durable**. Paris: PUF, 2013.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CHALAS, Yves. L'urbanisme comme pensée pratique. Pensée faible et débat public. **Annales de la Recherche Urbaine**, nº 80-81, 1998, p.205-214.
- COELHO, Will Robson e d' OLIVEIRA, Sônia Azevedo Le Cocq. A governança participativa no planejamento urbano: uma direção do urbanismo sustentável. In **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.
- DÓRIO, Ana Carolina Dias. Sustentabilidade e alternativas sócio-espaciais: análise de três comunidades intencionais no sul de Minas Gerais, Brasil. In **Anais do IV ENANPARQ**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.
- FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável. Desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli de. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica. In **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.
- GOULD, Kenneth & LEWIS, Tammy. **Green Gentrification: Urban Sustainability and the Struggle for Environmental Justice**. Routledge Library Editions, 2016.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose. Um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HOTTOIS, Gilbert. **Technoscience et sagesse?** Nantes: Pleins Feux, 2002.
- JONES, Harry. **Equity in Development Why is Important and How to Achieve it?** Overseas Development Institute, UK, <http://www.odi.org.uk/about>, 2009.
- LEVY, Albert. La "ville durable". Paradoxes et limites d'une doctrine d'urbanisme émergente. Le cas Seine-Arche. **Esprit**, décembre 2009, p.136-153.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- MORIN, Edgar. Éloge de la métamorphose. In **Le Monde**, 11 janv. 2010.
- NUNES, D.; Maltcheff, I. **Novos Coletivos Cidadãos**. Salvador: REDE, 2014.
- RAJA, Raffaele. **Arquitetura Pós-Industrial**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- ROCHA, Heliana Faria Mettig. Urbanismo sustentável e comunidades em áreas urbanas vulneráveis:

novas utopias? In **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.

SACHS, Ignacy. Condenados a inventar: desafios para a Cúpula da Terra de 2012. In Dowbor, L. e Lopes, C. Lopes (org.). **Riscos e oportunidades: em tempos de mudanças**. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire; Fortaleza-CE: BnB, 2010, p.37-42.

TÃO, Nicolas G.R.; FAUSTINO, Alexandre da S.; SILVA, Ricardo S. da; PERES, Renata B. Convergências dos campos urbano e ambiental em propostas conceituais que visam a sustentabilidade urbana: avanços e desafios. In **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: FAU-UFRGS, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há dez anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação. Produzindo pesquisa e material didático para o ensino de arte com essa temática.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-60-4

